

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Pedro Vicente Stefanello Medeiros

“AFOGADOS”: O PROCESSO DE LUTA PELA TERRA
DOS DESALOJADOS PELA BARRAGEM DO PASSO
REAL (1967-1988)

Passo Fundo
2021

Pedro Vicente Stefanello Medeiros

**“AFOGADOS”: O PROCESSO DE LUTA PELA TERRA
DOS DESALOJADOS PELA BARRAGEM DO PASSO
REAL (1967-1988)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de doutor em História sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ironita A. Policarpo Machado.

Passo Fundo
2021

CIP – Catalogação na Publicação

- M488a Medeiros, Pedro Vicente Stefanello
“Afogados” [recurso eletrônico]: o processo de luta
pela terra dos desalojados pela barragem do Passo Real
(1967-1988) / Pedro Vicente Stefanello Medeiros. – 2021.
1.451 KB ; PDF.
- Tese (Doutorado em História) – Universidade de
Passo Fundo, 2021.
Orientadora: Profa. Dra. Ironita A. Policarpo Machado.
1. Desapropriação. 2. Passo Real, Barragem de (RS),
1967-1988. 3. Posse da terra. 4. Movimentos sociais rurais.
I. Machado, Ironita A. Policarpo, orientadora. II. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

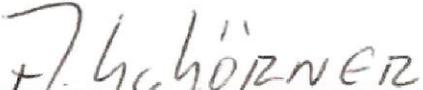
Pedro Vicente Stefanello Medeiros

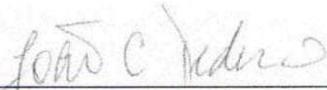
“AFOGADOS”: O PROCESSO DE LUTA PELA TERRA DOS
DESALOJADOS PELA BARRAGEM DO PASSO REAL
(1967-1988)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de doutor em História sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ironita A. Policarpo Machado.

Aprovada em 6 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Ancelmo Schörner (UNICENTRO) 
Prof. Dra. Arlene Renk (UNOCHAPECÓ)


Prof. Dr. Marcos Gerhardt (UPF) 
Prof. Dr. João Carlos Tedesco (UPF)


Prof. Dra. Ironita A. Policarpo Machado (UPF)

Agradecimentos

Depois de haver escrito uma tese sobre “luta” não poderia começar agradecendo a outra pessoa se não a minha Mãe, cuja trajetória não pode ser sintetizada em outra palavra senão “luta”. Mediante a vivência me ensinou e segue ensinando a máxima proferida por Pepe Mujica ao despedir-se do Senado Oriental, *“triunfar en la vida no es ganar, triunfar en la vida es levantarse y volver a empezar cada vez que uno cae”*. A continuação agradeço meu Pai, aquele que me ensinou a importância e o sentido mais profundo do ato de agradecer. E se tratando de gratidão profunda, agradeço a minhas tias Luzia e Margarida, meu estio e inspiração. Se tratando de inspiração, agradeço a minha avó Maria, que ao pé do fogão me inspirava contando os relatos de “quando a água veio”.

Agradecer é um ato de amor, amor incondicional compartilhado pela minha esposa Marília a quem agradeço incondicionalmente por tudo. Tudo, completude, foi o que ela me proporcionou ao gestar *mis hijos, João Pedro y Martín, a vosotros os agradezco por la oportunidad de amarles*. Com muito amor também agradeço à Paula, pela dedicação e suporte que me deu nesse processo. Da mesma forma a vó Cá e o vô Cô, e aos dindos Fred e Beta. Agradeço também aquele que me ensinou o significado da amizade, Bellé, que além do amor de amigo foi meu suporte técnico de plantão. Aos demais amigos da República, Bruno, Paulão e Mineiro. A amiga Civatti. Agradeço também ao meu camarada Matheus Barros, companheiro de trajetória, cafezinhos lance e muita zica. Agradeço também meu amigo Bruno Paniz, ainda que estivemos distantes nos últimos tempos, o som de seu violão sempre me faz lembrar que amar e mudar as coisas me interessam mais. Dedilhados de viola que me transportam para as noites frias das coxilhas do Herval, onde junto ao maestro Jussemar fogueamos saberes, recuerdos e sonhos. Gracias mestre Jussemar.

Agradeço meu camarada Gustavo, *si Nicaragua venció, nosotros venceremos*. A minha mana Jessyka, que veio de cipó e me trouxe tucumã. A amiga Silvana, minha conselheira de olhar apurado do baixo sul da Bahia, Nathalia Saraiva e Thiago da vanguarda sorocabana. Aos camaradas Abuja, em especial Pirata, Fozzie do Itaipú, Zapata e Garibaldo do Córdoba. A mestra Verónica pelo aprendizado do mestrado. *A mi banda del Plata, Mauro Gamón del Chuy, Juan Manuel de Benavides, Pipo Pistelli de Rosario y los pibes de Shangri-la*. Aos colegas do Dominium, Alan e Ana Luiza e aos amigos do NEHMur, Diego, Aysel, Caroline, Fábio e em especial para a camarada Simone, que teve um papel fundamental no processo de desenvolvimento deste trabalho. Também agradeço ao colega Thiago Broni da UFPA, pela disponibilidade de diálogo e troca de experiências. Aos colegas de Ivoti, em especial ao Professor Rodrigo, pelo diálogo qualificado, bem como por escutar minhas angústias e devaneios. Agradeço também aos vermelhos do Alto Jacuí, Asdrúbal e Ian.

Agradecimento especial para minha amiga e colega Professora Maria do Carmo, por sua dedicação incansável e participação especial neste trabalho. Ao tio Jaime, com quem em uma conversa num passeio de barco pela barragem tive o primeiro impulso de que esta tese era possível. A tia Rosa e ao tio Jesus, que pela segunda vez, me receberam com muito amor fazendo de sua casa, também a minha em Passo Fundo. Da mesma forma ao meu primo, irmão e agora compadre, Ricardo e ao meu afilhado Murilo. Agradeço também a Lisiara pelo amor, carinho e compreensão. Também agradeço ao pessoal do STR-FV que me receberam muito bem e encontraram uma pequena caixa de arquivo que tornou esta pesquisa viável. Também aos funcionários da Superintendência do INCRA/RS, muito solícitos e receptivos. Ao Jânio e a COPREL, pela recepção e disponibilidade. Ao seu Ezequiel por compartilhar suas trajetórias.

Agradeço também aos órgãos de fomento, CAPES e FUPF, ao PPGH e à instituição Universidade de Passo Fundo, que tornou possível a volta à minha cidade natal e a execução deste projeto. Ao Professor Tedesco e Professora Arlene, membros da banca de qualificação, pelas contribuições imprescindíveis que realizaram a este trabalho. Também agradeço aos Professores Marcos e Ancelmo por terem aceitado participar e contribuir no processo de defesa. Por fim, e com um carinho muito especial, gostaria agradecer à minha orientadora, Professora Ironita, que acreditou em mim e com uma dedicação imensurável tornou este trabalho possível, muito obrigado Prô.

*“Ven, ven, conmigo ven, ven, ven, conmigo ven, al
corazón de la tierra, germinaremos con ella, ven,
el odio quedó atrás, no vuelvas nunca, sigue hacia el
mar, tu canto es río, sol y viento, el pájaro que
anuncia la paz”*

Victor Jara

RESUMO

Esta tese teve como objeto de análise o processo histórico de luta pela terra dos desalojados pela barragem do Passo Real, entre 1967 e 1988. Um processo de luta pela terra que se insere em um conjunto de conflitos rurais gerados pelas contradições das políticas desenvolvimentistas, consolidadas durante o período da Ditadura Civil-Militar. Em 1963, o Estado do Rio Grande do Sul desapropriou cerca de 23.000 hectares de terra para a construção da barragem de acumulação da Central Hidrelétrica do Passo Real (CHE Passo Real), desalojando mais de 2.000 famílias de trabalhadores rurais. A partir de 1967, esses desalojados passaram a constituir ações de luta pela terra. Após as primeiras mobilizações dos desalojados, em 1969, os Governos Estadual e Federal assinaram um Acordo de Cooperação, em que a esfera Federal se comprometeu em reassentar as famílias. Foram pagas exíguas indenizações e, em um primeiro momento, reassentadas apenas uma parte das famílias, com a promessa de reassentamento das outras em uma segunda etapa. Entretanto, o tempo foi passando e o reassentamento do contingente ainda desalojado não se realizou. Assim sendo, os desalojados foram se articulando politicamente para reivindicarem o reassentamento na terra em um crescente contexto de precarização de seu espaço social. Dessa forma, no bojo da conjuntura de reabertura política, desenvolvida a partir do final da década de 1970, o processo de luta dos desalojados do Passo Real passou a ser composto por uma pluralidade de agentes sócio-políticos. Assim, mediante o jogo de forças engendrado pela pluralidade dos agentes envolvidos, identificamos uma problemática caracterizada pela irrupção de disputas externas de articulação política, bem como pelas dificuldades de organização e de coesão internas da luta pela terra dos desalojados do Passo Real, que vivenciavam uma experiência traumática, acumulando mais de uma década sem solução definitiva para o seu problema. Desse modo, o objetivo central desta tese consistiu em compreendermos o sentido do processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real. Metodologicamente, buscamos entender como se produziram as ações de luta pela terra dos desalojados do Passo Real, procurando compreender qual o espaço social dos próprios desalojados, nos discursos e nas práticas desenvolvidas em defesa de sua luta. Assim, constatamos que os desalojados produziram uma memória que deu legitimidade para sua luta e estabeleceu uma identidade simbolizada na alcunha de “Afogados do Passo Real”. Contudo, ainda que esta identidade tenha provido um sentido para sua luta, evidenciamos que os Afogados não conseguiram consolidar uma coerência interna e foram se fragmentando até que seu processo de luta chegou ao fim, sem que todos pudessem conquistar o acesso à terra. Neste sentido, foi possível concluir que a luta pela terra dos desalojados do Passo Real foi um processo de enfrentamento das forças que os afogavam, inserido num campo marcado pela tensão entre relações dialéticas de subordinação e emancipação.

Palavras-chave: Afogados; Passo Real; luta pela terra; barragens.

ABSTRACT

This thesis had as its object of analysis the historical process of struggle for the land of those displaced by the Passo Real dam, between 1967 and 1988. A process of struggle for land that is part of a set of rural conflicts, generated by the contradictions of developmental policies and consolidated during the period of the Civil-Military Dictatorship. In 1963, the State of Rio Grande do Sul expropriated around 23,000 hectares of land for the Passo Real Hydroelectric Center (*CHE Passo Real*) accumulation dam construction, displacing more than 2,000 families of rural workers. Since 1967, these displaced came to constitute actions of struggle for land. After the first mobilizations of the displaced, in 1969, the State and Federal Governments signed a Cooperation Agreement, in which the Federal sphere undertook to resettle the families. Meager indemnities were paid and, at first, only part of the families was resettled, with the promise of resettlement of the others in a second stage. However, time passed and the resettlement of the contingent still displaced did not take place. Therefore, the displaced articulated itself politically to claim the resettlement in the land in a context of increasing precariousness of their social space. Thus, in the midst of political reopening situation developed from the end of the 1970s, the process of struggle of Passo Real displaced came to be composed of a number of socio-political actors. Thus, through the game of forces engendered by the plurality of agents involved, we identified a problem characterized by the eruption of external disputes of political articulation, organization difficulties and internal cohesion in the struggle for the land of the displaced people in Passo Real, who were experiencing a traumatic experience, accumulating more than a decade without a definitive solution to their problem. Thus, the main objective of this thesis was to understand the meaning of the process of struggle for the land of the displaced in Passo Real. Methodologically, we seek to understand how the actions of struggle for the land of the Passo Real' displaced people were produced, trying to understand the social space of the displaced, in the speeches and practices developed in defense of their struggle. Thus, we found that the displaced produced a memory that gave legitimacy to their struggle and established an identity symbolized by the nickname "Afogados do Passo Real". However, even though this identity has provided a meaning for their struggle, we show that the Afogados were not able to consolidate an internal coherence and were fragmenting until their struggle process came to an end, without everyone being able to gain access to land. In this sense, it was possible to conclude that the struggle for the land of the displaced people in Passo Real was a process of confronting the forces that drowned them, inserted in a field marked by the tension between dialectical relations of subordination and emancipation.

Keywords: Afogados; Passo Real; fight for land; dam.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Localização da barragem do Passo Real	48
Figura 2 — Charge	116
Figura 3 — A família de Seu Reinaldo.	167
Figura 4 — Dona Vicentina frente à sua humilde casa.	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Panorama fundiário da área alagada	51
Tabela 2 — Origem proprietária dos reassentados	51
Tabela 3 — Origem proprietária dos não reassentados (STR-FV).....	52
Tabela 4 — As relações de trabalho dos Afogados (Dossiê PMFV — 1986) antes da barragem	54
Tabela 5 — As relações de trabalho dos Afogados (Dossiê PMFV -1986) após a barragem.	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AP** — Ação Popular
- ARENA** — Aliança Renovadora Nacional
- AMFORP** — *American & Foreign Power Company*
- AL/RS** — Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
- BID** — Banco Internacional de Desenvolvimento.
- BNDE** — Banco Nacional de Desenvolvimento.
- CANG** — Colônia Agrícola Nacional de Goiás
- CEBs** — Comunidades Eclesiais de Base
- CEEE** — Companhia Estadual de Energia Elétrica
- CEERG** — Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense
- CHE** — Central Hidrelétrica
- CNAEE** — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
- CNBB** — Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
- CONTAG** — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- COPREL** — Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Alto Jacuí
- COTREL** — Cooperativa Tritícola de Erechim
- CPT** — Comissão Pastoral da Terra
- CRAB** — Comissão Regional de Barragens
- CUT** — Central Única dos Trabalhadores
- DNAEE** — Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
- DOPS** — Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social
- EFE** — Empresa Fluminense de Energia
- FAG** — Frente Agrária Gaúcha
- FARSUL** — Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul
- FEBEM** — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
- FETAG/RS** — Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul
- ELETROBRÁS** — Centrais Elétricas Brasileiras S.A
- IBRA** — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- IGRA** — Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
- INDA** — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
- INCRA** — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INCRA/RS** — Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Rio Grande do Sul
- LIGHT** — *Brazilian Traction Light & Power*
- MAB** — Movimento dos Atingidos por Barragens
- MASTER** — Movimento dos Agricultores Sem-Terra
- MASTES** — Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná
- MDB** — Movimento Democrático Brasileiro
- MIRAD** — Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
- MME** — Ministério de Minas e Energia
- MR-8** — Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB — Ordem dos Advogados do Brasil
PAC — Projeto de Assentamento Conjunto
PCB — Partido Comunista Brasileiro
PCdoB — Partido Comunista do Brasil
PDT — Partido Democrático Trabalhista
PDS — Partido Democrático Social
PP — Partido Popular
PT — Partido dos Trabalhadores
PTB — Partido Trabalhista Brasileiro
PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE — Plano Nacional de Eletrificação
PNRA — Plano Nacional de Reforma Agrária
PMFV — Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Valos
PIC — Projetos Integrados de Colonização
SAPPP — Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SNI — Serviço Nacional de Informações
STF — Supremo Tribunal Federal
STR-CA — Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz Alta
STR-ESP — Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espumoso
STR-FV — Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos
STR-IBI — Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá
SUPRA — Superintendência de Reforma Agrária
TFR — Tribunal Federal de Recursos
VAR-PALMARES — Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
UHE — Usina Hidrelétrica
ULTAB — União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
USAID — United States Agency International Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CAPÍTULO I — PROGRESSO QUE AFOGA, AFOGADOS QUE LUTAM.....	35
2.1 Forças que afogam.....	35
2.2 Passo Real: a região e os sujeitos desalojados.....	47
3 CAPÍTULO II — ENTRE O AFOGAMENTO E A LUTA.....	58
3.1 O afogamento e a gênese da luta	58
3.2 O “Acordo de Cooperação”	64
3.3 Os reassentamentos	73
3.4 Das promessas à “invasão”	79
4 CAPÍTULO III — “A LUTA DEPENDE SÓ DOS AFOGADOS”	95
4.1 Os novos agentes sociais	95
4.2 Campo de forças	104
4.3 Emergem os Afogados	119
5 CAPÍTULO IV — O FIM DA LUTA.....	139
5.1 A Comissão Especial dos Agricultores Desalojados do Passo Real	145
5.2 Conflitos e fragmentação.....	153
5.3 A luta dos Afogados transcende	180
6 CONCLUSÃO.....	184
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192
FONTES	198
ANEXO A – O CLAMOR DOS ‘AFOGADOS’ RESIDENTES NA FAZENDA ANNONI	208
ANEXO B – O MANIFESTO DOS AFOGADOS DA BARRAGEM DO PASSO REAL EM 8/11/1983	211
APÊNDICE A – TRAJETÓRIA DA LUTA PELA TERRA DOS DESALOJADOS DO PASSO REAL ATRAVÉS DAS FONTES.....	213

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, os recursos hídricos são a principal fonte de energia elétrica do Brasil. Esse panorama é resultado de um projeto de Estado gestado há mais de 70 anos. Imbuídos por uma ideologia do progresso, que acreditava na vocação natural do Brasil para a hidroeletricidade, o Estado brasileiro, e suas unidades federativas, desenvolveram diversas políticas públicas para o fomento da hidroeletricidade em vários rincões do País. A partir de então, foram elaborados vários projetos de construção de grandes barragens para o estabelecimento de usinas hidrelétricas.

Esse processo se intensificaria após o estabelecimento da Ditadura Civil-Militar em 1964, regime marcado pela repressão política e cerceamento das liberdades civis. Nesse contexto, quando esses empreendimentos hidrelétricos eram desenvolvidos, o Estado ignorava as comunidades preexistentes que ficavam ocultas atrás das imagens do desenvolvimento e do progresso que eram projetadas.

Uma das primeiras grandes barragens para a hidroeletricidade construída no Brasil, foi no Rio Grande do Sul, durante a década de 1960, a barragem de acumulação da Central Hidrelétrica do Passo Real (CHE Passo Real). Essa área alagada era composta por terras férteis de onde sobreviviam mais de 2.000 famílias de trabalhadores rurais. Sem opção de escolha, quando a água invadiu, a maioria das famílias ficou desalojada, constituindo aquilo que vamos chamar de espaço social de “afogamento” e de “luta”.

Após algumas mobilizações dos desalojados a partir de 1967, em 1969, os governos Estadual e Federal assinaram um Acordo de Cooperação, em que a esfera Federal se comprometia a reassentar as famílias. Foram pagas parcas indenizações e, em um primeiro momento, reassentadas apenas uma parte das famílias, com a promessa de reassentamento das outras em uma segunda etapa. Contudo, o tempo foi passando e o reassentamento do contingente ainda desalojado não se efetivava. Desse modo, os desalojados foram se articulando politicamente para reivindicar o reassentamento na terra em um crescente contexto de precarização de seu espaço social.

É importante pontuar que o processo de luta dos desalojados do Passo Real passou a ser composto por uma pluralidade de agentes sociais envolvidos, quais sejam: deputados; prefeitos; representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA; os líderes dos sindicatos dos trabalhadores rurais locais; representantes da Federação dos

Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul – FETAG¹ e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG²; agentes da Comissão Pastoral da Terra – CPT³ e alguns bispos e párocos locais, bem como alguns líderes do incipiente Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e da Comissão Regional de Barragens – CRAB.

Dessa forma, a partir do jogo de forças engendrado pela pluralidade dos agentes envolvidos, identificamos a problemática caracterizada pela erupção de disputas externas de articulação política, bem como dificuldades de organização e coesão interna da luta pela terra dos desalojados do Passo Real, que vivenciavam uma experiência traumática acumulando mais de uma década sem solução para o seu problema. Ademais, constatamos que a voz dos

¹ A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul - FETAG/RS - surgiu a partir de ações realizadas pela FAG - Frente Agrária Gaúcha - em 1963. Por seu turno a FAG foi fundada em 1961 por bispos da Igreja Católica com o objetivo de formar líderes rurais e desenvolver a educação de base do agricultor incentivando a sindicalização e o cooperativismo. Assim sendo, em fevereiro de 1966 a FETAG/RS foi oficialmente homologada como organização sindical pelo Diário Oficial da União. Ainda em 1966 a FETAG/RS já contava com cerca de 50 sindicatos atuando no estado do Rio Grande do Sul. O escopo principal da FETAG/RS consistia em lutar pela melhora das condições de trabalho dos agricultores, respeitando a legislação trabalhista e buscando fazer uma equiparação de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais. Fonte: DAVID, Rodrigo. Sindicalismo no Meio Rural: a representatividade da FETAG e da FARSUL na região de Santa Cruz do Sul/RS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul.

² Com a regulamentação, em 1962, da sindicalização rural, instituiu-se uma verdadeira corrida entre as diferentes forças políticas que atuavam no campo em busca do reconhecimento de “seus” sindicatos. Como a legislação só permitia a existência de um sindicato em cada município tratava-se de conseguir a carta sindical o mais rapidamente possível, quer através do pronto encaminhamento da documentação necessária ao Ministério do Trabalho, quer através de barganhas e pressões no interior da Comissão Nacional de Sindicalização Rural. É sempre necessário ressaltar, todavia, que, na maior parte das vezes, os trabalhadores passavam ao largo dessa disputa, que se dava ao nível das direções, chegando mesmo a frequentar mais de uma organização. Com a realização em julho de 1963, em Natal, da I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, acelerou-se a competição. Nela, com representação majoritária nordestina e dos sindicatos vinculados à Igreja, discutiu-se a necessidade de fundação de uma confederação sindical. Três meses depois, as federações cristãs de Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Norte reuniram-se e encaminharam ao Ministério do Trabalho a documentação necessária. No entanto, essa confederação não foi reconhecida. Considerando que havia muitos processos de federações aguardando reconhecimento (eram 19), o Consir impôs nova fundação, convocando-a para o final do ano. Nesse momento, já havia 26 federações com direito a voto. Delas, dez seguiam a orientação do PCB, oito da Ação Popular, seis eram vinculadas aos grupos cristãos do Nordeste e duas colocavam-se numa posição de “independentes”. Claramente a correlação de forças no interior da disputa pelo controle do poder sindical havia se alterado. Apesar da diversidade presente, conseguiu-se chegar a um acordo, para uma chapa única, onde o PCB tinha dois cargos-chaves: o presidente (Lindolfo Silva) e o tesoureiro (Nestor Veras) e a AP, o secretário (Sebastião Lourenço de Lima). Reconhecida em janeiro de 1964, a Contag assumiu dois compromissos básicos: a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos, bem como da unidade do movimento e a encampação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte. Dois meses depois sobreveio o golpe militar e alteraram-se os rumos das lutas trabalhadoras e do sindicalismo rural. Após o golpe, o processo de intervenções que atingiu sindicatos e federações também atingiu a Contag. Nesta entidade, a intervenção foi imediata e feita através de membros dos Círculos Operários. Para sua presidência foi nomeado José Rotta, que dirigia, já antes de 1964, a federação de linha cristã de São Paulo. Fonte: MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, Fase, 1989.

³ A comissão Pastoral da Terra – CPT, vinculada à CNBB, foi criada em 1975 no Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal. Assumindo inicialmente o compromisso de empenhar-se no processo global de reforma agrária no Brasil, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra, a comissão teria por finalidade interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais. Fonte: MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, Fase, 1989.

desalojados é pouco ouvida em sua própria luta, a maioria dos discursos e práticas não são produzidos diretamente por eles, tendo sido realizados por outros agentes sociais que mediarão suas ações políticas de reivindicação do reassentamento — evidenciando-nos um processo de luta marcado pela tensão entre relações de subordinação e emancipação.

Nesse âmbito, o objeto desta tese consiste no processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real, entre 1967 e 1988. Processo esse que se insere em uma série de conflitos rurais gerados pelas contradições das políticas desenvolvimentistas consolidadas durante o período da Ditadura Civil-Militar.

Historicamente, o mundo rural brasileiro foi palco de intensos conflitos. Marcado por alta concentração fundiária, produziu diversas cenas de exploração, violência e exclusão. Em vários momentos, grupos sociais reagiram a essas relações de poder construindo movimentos de resistência e de luta. A partir de 1945, com o fim do Estado Novo e o começo da Guerra Fria, os conflitos do mundo rural se intensificariam e ganhariam novos significados. De um lado, por penetração do capital multinacional e o processo de modernização da agricultura e, por outro, por ações políticas de grupos que buscavam uma ruptura com as relações de produção capitalista. No entanto, não só a modernização da agricultura geraria novos conflitos no campo, mas também as pautas modernizadoras em outros setores da sociedade — como o energético e o industrial — produziram sérias consequências no meio rural.

Assim, a luta pela terra passaria a contar com novos atores sociais: os desalojados por grandes barragens para fins de hidroeletricidade (MARQUES, 2003, p. 6). Até os anos 1980, a construção de barragens no Brasil, do ponto de vista político e estratégico, não apresentava, por parte do Estado, planejamento acerca do impacto social e a preocupação com o manejo e o destino dos atingidos (TEDESCO; SEMINOTTI; ROCHA, 2018, p. 8). Por conseguinte, esses contingentes populacionais desalojados passaram a constituir espaços de resistência e de luta pela terra.

Fundamentalmente, a partir de 1979, com o processo de abertura política, possibilitado a partir da Lei de Anistia, observou-se o desenvolvimento de novo contexto, marcado pelo crescimento de diversos processos de lutas e de manifestações sociais ao longo do território nacional — dentre eles, destacam-se: o fortalecimento sindical; os movimentos sociais e religiosos; o novo panorama político partidário; o surgimento de novos municípios e a criação da Assembleia Nacional Constituinte. Neste contexto, o processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real se acentuaria.

No dia 30 de junho de 1982, o boletim Terra Gente⁴, de Porto Alegre, publicou uma matéria destacando que a principal causa da longa espera enfrentada pelos desalojados do Passo Real, na busca pelo reassentamento na terra, seria resultado da forma como o movimento sindical encaminhou a luta. Conforme o Terra Gente, o sindicato de Ibirubá, principal envolvido, sempre esteve nas mãos de pelegos, nunca se preocupou em organizar os atingidos e mobilizar os agricultores. Destacaram que um problema desses não se resolve pedindo, resolve-se pressionando, mostrando os direitos que os trabalhadores rurais têm e a força que podem acumular na luta por eles. Em maio de 1982, cerca de mil pessoas haviam se reunido para uma manifestação dos desalojados em Ibirubá. Segundo a narrativa do Terra Gente, os que menos se manifestaram foram os desalojados, predominando os discursos dos “figurões”, como deputados, prefeitos, sindicalistas, um bispo e representantes do INCRA e da FETAG (TERRA GENTE, 1982).

Praticamente um ano depois, o Serviço Nacional de Informações — SNI produziu um informe confidencial sobre mais uma manifestação realizada pelos desalojados em Ibirubá, no dia 15 de julho de 1983. Segundo o SNI, o evento contou com mais de 500 pessoas e além dos desalojados estavam presentes sindicalistas e representantes da FETAG e do INCRA, alguns prefeitos da região, deputados do PDS e PMDB, bem como o deputado Carlos Araújo do PDT, ex-membro da VAR-PALMARES. Também compareceram líderes religiosos locais e representantes estaduais da CPT. O SNI assinalou que havia um clima de revolta entre os desalojados, porém, os sindicalistas teriam conseguido liderar a reunião. O SNI também destacou que embora os políticos do PDS tivessem dado apoio aos desalojados, esses últimos estavam à mercê do clero progressista e de elementos subversivos (SNI, 1983).

O cruzamento da matéria do boletim Terra Gente com o informe produzido pelo SNI nos permite evidenciar a problemática que se desenvolve a partir das correlações de forças e tensões engendradas pela pluralidade dos agentes envolvidos na luta dos desalojados do Passo Real, que teve como consequência o insucesso longo na conquista do reassentamento na terra. Diante disso, os desalojados produziram uma memória traumática que transcendeu os próprios desalojados, sendo utilizada por outros movimentos sociais como instrumento de lutas. Entre 1982 e 1984, por diversas vezes o CRAB se manifestou utilizando a questão do Passo Real para reforçar suas reivindicações, destacando que os problemas dos desalojados do

⁴ É importante destacar que não conseguimos identificar a origem ou filiação política-institucional do boletim Terra Gente. A partir do conteúdo e do teor de suas matérias foi possível inferir que o mesmo possuía um alinhamento com o incipiente movimento sem-terra e com a Comissão Pastoral da Terra, ainda que não tenha sido possível aferir se o boletim Terra Gente estava diretamente ligado a estes movimentos ou não.

Passo Real ainda não haviam sido resolvidos depois de longos anos e que aquilo não poderia se repetir nos projetos das barragens no Alto Uruguai (SNI, 1983).

Nesse contexto, a produção de uma memória do trauma passou a ser um instrumento e, ao mesmo tempo, um reflexo da própria luta dos desalojados e das relações com os diversos agentes sociais que a mediavam. Um ponto fundamental desse processo de luta foi quando essa memória passou a conferir uma identidade para os desalojados. Desde os anos 1970, o problema do Passo Real ganhara repercussão em vários veículos da imprensa nacional, como Zero Hora, O Globo, O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil. A partir de 1982, essa repercussão se intensificaria e os desalojados passariam a ser referenciados como os “Afogados do Passo Real”⁵. Em 1983, os desalojados publicaram um Manifesto dizendo: “somos os Afogados do Passo Real” (STR-FV, 1983). Em 1984, o Relatório da Comissão Especial dos Agricultores Desalojados do Passo Real, elaborado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – AL/RS, foi publicado sob o título: “AFOGADOS: Até Quando?” (AL/RS, 1984).

Desse modo, cabe-nos questionar de que forma se produziu essa identidade de “Afogados do Passo Real”?; qual o significado da identidade de “Afogados” no processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real?; por que a voz dos desalojados foi pouco ouvida em suas ações de luta?; quais foram e por que se desenvolveram esses problemas de articulação política e organização?; por que os desalojados do Passo Real se tornaram significado de uma experiência traumática a não ser repetida?. Tais questionamentos implicam perscrutar os meandros dessa luta pela terra por meio da pergunta central: qual foi o sentido do processo da luta pela terra dos desalojados do Passo Real?. Para tanto, são necessários alguns questionamentos mais específicos: quais foram as forças motrizes dessa luta? Que significados ela produziu? Como foram produzidos esses significados? Que agentes sociais, interesses, conflitos e conjunturas políticas permearam esse processo de luta pela terra?

Desse modo, o objetivo central desta tese consiste em compreendermos o sentido do processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real. Como objetivos mais específicos,

⁵ Neste sentido, cabe explicar as nomenclaturas utilizadas para referenciar os sujeitos deste processo histórico. O termo “desalojados” consiste em uma categoria analítica cuja etimologia refere a ação sofrida por estes sujeitos no início deste processo. Ademais, fundamentalmente até os primeiros anos da década de 1980, desalojados é a nomenclatura mais encontrada na documentação para se referir aos sujeitos sem nunca ter sido deixada de ser utilizada até o fim do processo. Já a nomenclatura “afogados”, passa a aparecer na documentação somente a partir de 1982, como citamos acima, e diz respeito a forma como os sujeitos passaram a ser referenciados por terceiros, bem como uma ação de autoidentificação e afirmação deste termo como instrumento simbólico de legitimação de sua luta.

buscamos entender as forças motrizes dessa luta, compreendermos os significados que dela resultaram e analisarmos como esses significados foram produzidos.

Para que esses objetivos sejam efetivados, entendemos que seja necessário refletirmos à luz da teoria *gramsciana* do Estado ampliado. Do entrelaçamento da “sociedade civil” e “sociedade política” resulta a correlação de forças que determina o exercício da hegemonia por parte de determinados setores (GRAMSCI, 1984). Gramsci destaca que a relação dialética entre as estruturas e as superestruturas formam um bloco histórico, isto é, um conjunto complexo e contraditório das superestruturas que é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção (1999, p. 250). Assim, para que se crie um bloco histórico, além de um novo sistema hegemônico, é necessário também uma crise de hegemonia da classe dirigente, que pode ocorrer quando esta classe falha em algum empreendimento ou quando amplas massas saem da passividade e se inserem na vida política, apresentando certa organização e uma série de reivindicações, ainda que em condições limitadas (GRAMSCI, 1978, p. 55).

Sendo assim, para compreendermos a inserção dos desalojados do Passo Real na vida política, é basilar discutirmos as relações de forças que pautaram esse processo de luta pela terra. Gramsci assinala que, para entender as relações das forças políticas, é preciso a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Gramsci refere que o primeiro e mais elementar dos elementos das relações de força é o econômico-corporativo; em outros termos, é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mais ainda no campo econômico. Outro elemento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subalternos (2007, p. 40-41).

Por conseguinte, é necessário também pensarmos como essas relações de força se constituem, na medida em que tensionam, buscando entender o campo de forças produzido a partir desse tensionamento. Para Bourdieu, compreender a gênese social de um campo é apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar os atos dos produtores e as obras por eles produzidas (2007, p. 69). Isso implica desvendar as relações de poder estabelecidas, a constituição e o choque dos poderes materiais e simbólicos acumulados. Entendendo o poder simbólico como um poder de construção da realidade que torna possível a concordância entre as inteligências. Bourdieu afirma que aquele

que está sujeito a um poder simbólico confere àquele que o exerce um crédito, uma fidelidade, uma autoridade (2007, p.188).

Nesse sentido, Bourdieu reflete sobre um campo político — entendido ao mesmo tempo como campo de forças e campo de lutas —, que tem em vista transformar a relação de forças que confere a esse campo a sua estrutura em dado momento. A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político, a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva, à manifestação pública num discurso ou num ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação (2007, p. 164-165).

Desse modo, para entendermos como esses poderes simbólicos são produzidos e mobilizados, é preciso compreendermos como eles afetam os sujeitos e agentes sociais que constituem o campo social. Nesse âmbito, também nos utilizamos da análise dos circuitos dos afetos, realizada por Safatle (2016). O autor defende que as sociedades são circuitos de afetos enquanto sistema de reprodução material de formas hegemônicas de vida. As sociedades dotam tais formas de força de adesão ao produzir continuamente afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida a despeito de outras. Quando as sociedades se transformam, abrindo-se à produção de formas singulares de vida, os afetos começam a circular de outra forma, a agenciar-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos.

Sob esse prisma, Safatle propõe a noção de corpo político, cuja corporeidade seria construída por vínculos sociopolíticos produzidos a partir de certas modalidades de afecção. Assim, para entendermos as ações de luta dos desalojados, enquanto “incorporações políticas”, é necessário analisarmos os afetos que sustentam os vínculos políticos e sociais que constituem essas incorporações.

Desse modo, a partir de análise crítica da perspectiva *hobbesiana* do corpo político, Safatle assinala que sistemas políticos fundamentados na institucionalização de liberdades individuais, são indissociáveis da gestão e produção social do medo. A partir da produção e circulação enquanto estratégia fundamental de aquiescência à norma. De forma mais precisa, como se produz a transformação do medo contínuo da morte violenta, da despossessão dos bens, da invasão da privacidade, do desrespeito à integridade de meus predicados em motor de coesão social. Desse modo, a liberdade se dá em uma sociedade que determina sujeitos sob a forma de indivíduos, onde o outro é sempre um invasor potencial, como alguém que me relaciono preferencialmente através de contratos que definem obrigações e limitações mútuas sob os olhares de um terceiro (2016, p. 17).

A partir dessa premissa, é possível afirmarmos que o direito moderno à propriedade privada também é fundamentado no medo como afeto político central. Não é gratuito que, na maioria de nossas fontes, o termo “invasão” é utilizado para se referir ao ato de entrada e ocupação de uma propriedade como forma de reivindicação política.

Assim, pensar corpos políticos, a partir da mobilização social do medo, é fundamental para entendermos aquilo a que se denomina de relações de subordinação. Safatle sinaliza que, a partir do prisma *freudiano* da visão religiosa de mundo, se constituem figuras de autoridade marcadas por promessas de providência. Uma forma de funcionamento do poder que funda processos de sujeição e dependência, se sustentando na generalização social de modos de demandas ligadas à representação da autoridade paterna. Promessa de amparo que, para ter força de mobilização, precisa se lembrar a todo momento dos riscos produzidos por um desamparo iminente, deve nos aprisionar nas sendas de tal iminência, nos fazendo sentir, ao mesmo tempo, a perdição e a redenção, a fraqueza e a força, o cuidado paterno e o inimigo que espreita (2016, p. 58).

Por conseguinte, as discussões de Safatle também nos são importantes para entendermos aquilo a que se denomina de relações de emancipação. Contudo, para pensar a emancipação, o autor propõe o desamparo como afeto político central, em substituição ao medo. Safatle assinala que o desamparo pode significar a experiência de uma dor que não passa. Estar desamparado seria estar sem ajuda, sem recursos, provocando uma suspensão momentânea da capacidade de ordenamento simbólico, na qual os sujeitos ficam despossuídos de suas determinações (2016, p. 54). Assim sendo, buscaremos entender como este desamparo produziu latências que engendraram uma experiência traumática. Segundo Rösen, o trauma se produz a partir de uma experiência do tempo, que é confrontada por uma “crise catastrófica” que destrói o potencial da consciência histórica de processar a contingência em uma narrativa portadora e provedora de sentido. Quando isso ocorre, a linguagem do sentido histórico silencia. Ela torna-se traumática, leva tempo, algumas vezes gerações, para se encontrar a linguagem na qual seja possível articulá-la (2009, p. 171).

Entretanto, Rösen assinala que o trauma pode gerar uma memória que implica uma força que compele as pessoas a reagirem, a interpretá-la e a superá-la. O autor destaca também que, no exato momento em que as pessoas começam a contar a história do que lhes acontece, dão o primeiro passo rumo à assimilação de eventos perturbadores. Assim, ao lutarem para superar o trauma, os sujeitos tentam dar uma nova forma à sua experiência histórica para que ela faça sentido novamente (2009, p. 195). Esse processo de superação do trauma também dialoga com a perspectiva de Safatle, da afirmação do desamparo como uma

ação potencialmente emancipadora: ao desamparar-se, os sujeitos movem-se para fora da ordem que os individualiza, constituem um relacionamento com o outro mediado por uma força heterônoma que também desampara o outro. Logo, são atores de sua própria transformação, ao passo que se implicam com algo que lhes é, ao mesmo tempo, heterônimo, e interno sem lhes ser exatamente próprio. Seria o que Safatle chama de heteronomia sem servidão, sem sujeição (2016, p. 31). Essa relação é fundamental para compreendermos a emergência de sujeitos políticos em um processo de emancipação.

Isso posto, e para compreendermos o sentido da luta pela terra dos desalojados do Passo Real, mediante a análise dos afetos que sustentam suas incorporações políticas, também precisaremos nos debruçar sobre a teoria de produção do espaço social elaborada por Lefebvre (2006). Para Lefebvre, o espaço não é um vazio, ele também é um produto do social. Essa produção socioespacial pressupõe uma relação entre as práticas materiais dos sujeitos e a forma como percebem, concebem e vivenciam o mundo mediante suas representações simbólicas. Assim, também discutiremos como esses elementos simbólicos produzidos foram constituindo uma memória e consolidando uma identidade que, além de dar significado, deu legitimidade para a experiência histórica dos desalojados. Conforme Pollak (1992), a memória é um fenômeno social e coletivo através dos quais os grupos solidificam o social e produzem uma identidade no decorrer do processo.

Sendo assim, buscaremos aportes também nesses referenciais teóricos com o escopo de interpretarmos nossas fontes e de analisarmos o processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real; partimos de Gramsci, cuja concepção é a do Estado ampliado e as decorrentes correlações de forças que permeiam o exercício da hegemonia por parte dos setores dominantes. Some-se isso a visão de que uma possível crise de hegemonia e suas potencialidades nos auxiliam na compreensão do desenvolvimento e das forças motrizes da luta dos desalojados em suas diferentes conjunturas. Nesse âmbito, e para identificarmos como esse processo de luta se desenvolve no interior da dinâmica entre as relações de dominação exercidas pelas forças hegemônicas e seus possíveis tensionamentos pelos setores subalternos, acreditamos que seja fundamental considerarmos o conceito de campo pensado por Bourdieu. Para o autor, a dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida pela classe dominante através de poderes de coerção, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo mediante o qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros (BOURDIEU, 2008, p. 52).

Dessa forma, conforme Bourdieu, para compreendermos esse campo de forças em que a luta dos desalojados se desenvolve, é preciso que entendamos as necessidades específicas das crenças que o sustenta; em outros termos, os poderes materiais e simbólicos que ele enseja. Com esse intuito, é que fizemos uso da teoria dos circuitos dos afetos proposta por Safatle, em razão de que, a partir da análise dos afetos que sustentam os vínculos políticos e sociais, poderemos compreender os sentidos e significados dos poderes simbólicos produzidos, utilizados e legitimados no processo de luta dos desalojados do Passo Real. Por conseguinte, também entendemos que seja fundamental dialogarmos com a teoria de produção do espaço social de Lefebvre, posto que esses poderes simbólicos, que constituem o campo de lutas, só fazem sentido se pensados a partir de sua relação com a materialidade e a espacialidade que os alicerça. Também nos utilizamos do conceito de trauma proposto por Rüsen, considerando que o trauma pode engendrar uma memória que compele os sujeitos a reagir e buscar a superá-lo. Assim, também dialogamos com a ideia de memória pensada por Pollak, uma vez que a memória, enquanto processo coletivo de solidificação do social e potencial produtora de identidade, funcionou como um instrumento fundamental de mobilização e legitimação desses poderes simbólicos que deram sentido e significaram a luta pela terra dos desalojados do Passo Real.

Desse modo, para respondermos às nossas perguntas de pesquisa, considerando essas perspectivas teóricas, utilizamos como fulcro o entrecruzamento de fontes de diversas tipologias: documentos políticos e institucionais; imprensa; documentos sindicais; documentos pastorais; movimento sem-terra; documentos produzidos pelos desalojados do Passo Real; memórias particulares e atividade de inteligência e informação. Dessa forma, empreendemos a análise dessas fontes, mediante um norte metodológico que busca entendermos como se produziram as ações de luta pela terra dos desalojados do Passo real, em que buscamos identificar qual o espaço social dos próprios desalojados nos discursos e práticas desenvolvidas em defesa de sua luta.

Cumpramos esclarecermos que, para tanto, cada tipologia de fonte requer um prisma singular. No que tange aos documentos políticos e institucionais produzidos pelos agentes do Estado de diferentes esferas, debruçamo-nos, no âmbito federal, sobre alguns Decretos-Leis e de documentos produzidos pelo INCRA. Na esfera estadual, constam alguns documentos de órgãos ligados ao executivo — como as Mensagens do Governador à Assembleia Legislativa, e alguns relatórios elaborados pela CEEE. Do legislativo, utilizamo-nos de algumas manifestações parlamentares encontradas nos anais das sessões plenárias da Assembleia e do já citado Relatório da Comissão Especial dos Agricultores Desalojados do Passo Real.

Referente à esfera municipal, analisamos um dossiê enviado ao INCRA pela Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Valos em 1986. É importante sinalizar que esses documentos precisam ser pensados como aparelhos de hegemonia do bloco histórico e pelas relações de força que os constituem e que desencadeiam.

É importante afirmarmos que, concernente ao âmbito federal, também se enquadram as fontes produzidas pelo Serviço Nacional de Informações, embora sejam documentos de Estado, são documentos sigilosos que guardam algumas peculiaridades. Primeiro, é importante considerarmos que as atividades do SNI estavam vinculadas à aplicação da Doutrina de Segurança Nacional e, muitas vezes, tinham por objetivo monitorar diversos agentes sociais e políticos para identificar elementos subversivos que pudessem atentar contra a segurança do Regime. Por outro lado, Mesquita assinala que é preciso despir-se da ideia de que os documentos do SNI são necessariamente ligados à repressão, para enxergar que, por trás deles, há uma comunidade de informações produzindo dados, relatórios e dossiês para o Estado, antes de produzirem informações para a ditadura. O autor ainda afirma que, em algumas documentações, os agentes relatam o cotidiano de produção do trabalhador rural e as injustiças por eles sofridas (2018, p. 26).

Nesse sentido, vale ressaltarmos que essas fontes do SNI, assim como as demais, precisam ser analisadas com bastante cuidado no tocante às peculiaridades mencionadas; entretanto, entendemos que apresentam consistente panorama de informações acerca da pluralidade dos eventos, conflitos e agentes políticos e sociais envolvidos no processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real. Some-se a isso a própria natureza das fontes, que denotam significativos pontos de contato entre os agentes e a instituição que a produziu com o nosso objeto de pesquisa.

Outro conjunto de fontes utilizado é o que concerne às publicações da imprensa. Cabe mencionar que a produção da imprensa sobre o processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real se deu, fundamentalmente, pelos principais veículos de comunicação do País, como já citamos, Zero Hora, O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, Correio Brasiliense, Jornal de Brasília e Última Hora. Nesse contexto, é preciso que consideremos que são aparelhos de hegemonia do bloco histórico, engendrando visões de mundo e tendo papel fundamental nas relações de força que pautaram a luta dos desalojados. Além de trazer ampla quantidade de informações sobre a questão do Passo Real, as produções da imprensa também constituíram importante espaço social de fala que davam legitimidade aos agentes que ali se pronunciavam e, portanto, tinham influência e repercussão diretas no campo de forças que permeavam o processo de luta dos desalojados.

Nesse sentido, as publicações de imprensa são fontes de suma importância para compreendermos as tensões estabelecidas entre os agentes sociais a partir da conflituidade que permeia o processo social. No que tange à temática política, estas fontes se destacam e ganham dinamismo devido serem os jornais um suporte que mantém uma ligação direta com os poderes representativos, ao registrar e traduzir, diariamente, os acontecimentos e as mudanças ocorridas no cenário político. “As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (LUCA, 2005, p. 128).

Assim sendo, as fontes enunciadas acima, documentos políticos e institucionais, de inteligência e as publicações de imprensa, nos permitem entender as ações daquilo que chamamos de forças hegemônicas. É importante frisarmos que, quando mencionamos “forças hegemônicas” não estamos nos referindo a uma força unívoca e homogênea. O poder hegemônico da classe dirigente também é heterogêneo, exercido por diversos aparelhos e está permeado por conflitos internos. Como a pluralidade das fontes nos evidencia, as forças hegemônicas se constituem a partir da ação de agentes dos três poderes de Estado em suas diferentes esferas, pela ação de alguns agentes privados, como no caso da Fazenda Annoni que veremos mais adiante e, também através de agentes subordinados do movimento sindical.

Desta forma, também analisamos um conjunto de documentos sindicais, os quais. Esses documentos se dividem em diretos e indiretos. Os de cunho direto foram aqueles elaborados pelos agentes sindicais locais e pelos próprios desalojados, consistindo em manifestos, notas de solidariedade, atas de assembleias, listas de reassentamento, declarações e requerimentos, produzidos pelos diversos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região do Passo Real e encontrados no Arquivo dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos — STR-FV. Dentre os documentos sindicais, também estão alocados aqueles de caráter indireto — informativos, notas e relatórios elaborados pela FETAG e CONTAG que dizem respeito à questão dos desalojados.

Nesse âmbito, outra tipologia analisada foi a que se denomina de documentos pastorais. Estes documentos possuem características similares aos documentos sindicais, na medida em que apresentam algumas fontes diretas e indiretas. Os primeiros são aqueles que denotam um contato direto de agentes pastorais com a organização da luta dos desalojados — manifestos, atas e notas produzidas pela pastoral rural da diocese de Cruz Alta, coordenada pelo Bispo e párocos locais. Já, os últimos, são fontes produzidas pela atividade pastoral que

em alguma medida tangem a luta pela terra dos desalojados do Passo Real, documentos produzidos pela CPT nacional e estadual, como boletins, notas, cartas, relatórios e manifestos.

A partir da interseção entre essas últimas tipologias, temos um conjunto de fontes, que são aquelas produzidas diretamente pelos desalojados do Passo Real. Elas estão no ponto de contato entre a atividade sindical e pastoral, haja vista que, embora apresentem a autoria dos desalojados, elas foram produzidas com o auxílio dos agentes sindicais e pastorais. Nessa esteira, também encontramos algumas matérias e notas publicadas por boletins e jornais vinculados ao incipiente movimento dos trabalhadores rurais sem-terra a partir de 1982 — essas fontes elucidam o cenário das relações entre a luta dos desalojados do Passo Real e os sem-terra, sob a ótica desses últimos.

A última fonte de nosso arcabouço relaciona-se a um livro de memórias escrito por Olavo Stefanello⁶, em 2008. Olavo foi Prefeito de Ibirubá, entre 1963 e 1968, e desempenhou ações de mediação política entre os desalojados. Salientamos que, embora as memórias tenham sido escritas após os eventos os quais relata e apresente os fatos sob o ponto de vista do autor, delas emergem importantes informações acerca da atuação desse agente político envolvido no processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real.

Consideramos que a metodologia empregada tem como escopo entender como essas fontes foram produzidas e qual o espaço social que os desalojados ocupam no interior delas, bem como visa a identificar qual o impacto que as relações estabelecidas com os diferentes agentes sociais tiveram na construção da luta pela terra — a análise do material de pesquisa foi constituída a partir da identificação dos conteúdos internos que cada fonte elucidada, assim como da sua problematização com os elementos relativos à produção do documento: quem o elaborou, os interesses e as estratégias que pautaram sua confecção e as implicações da conjuntura em que a fonte foi produzida. Em um segundo momento, as fontes de tipologias distintas foram entrecruzadas, permitindo-nos enxergar as tensões entre as diferentes relações de forças que permearam o campo social da luta pela terra dos desalojados do Passo Real.

Seguindo por esse norte metodológico, precisaremos compreender a natureza das ações reivindicatórias dos desalojados do Passo Real. Para isso, é necessário considerarmos as conjunturas históricas nas quais essas ações foram produzidas. A primeira abarca o período de

⁶ É importante destacar que Olavo Stefanello era meu tio-avô com quem tive contatos esporádicos durante a infância. Contudo, gostaria de explicitar que, embora lembre com carinho das poucas experiências que tive com Olavo, ele não é a fonte de motivação pessoal que me levou a desenvolver esta pesquisa e esta tese. As motivações que me levaram a pesquisar este tema estão vinculadas com uma memória afetiva em relação à barragem, local que frequentei por toda infância e adolescência, bem como por compartilhar de uma memória coletiva, tanto no âmbito familiar quanto comunitário, acerca de relatos da época em que a barragem foi construída e muitas famílias foram desalojadas.

1967 a 1979, uma conjuntura marcada pelo autoritarismo político, sustentado em uma intensa atividade de repressão e controle social. O segundo momento, de 1979 a 1988, evidencia um contexto de reabertura política e florescimento de lutas sociais; todavia, ao analisarmos as fontes em suas historicidades, não devemos enxergar essas conjunturas como sendo dois momentos distintos e fechados e, sim, necessitamos de perceber a luta pela terra dos desalojados como um processo em movimento, inserido nos diversos conflitos políticos, econômicos e sociais que balançaram os pilares do bloco histórico nacional e internacional, marcados pelas continuidades e rupturas da tensão gerada entre as duas conjunturas destacadas.

Ao percorrermos a trajetória das ações de luta pela terra dos desalojados do Passo Real, nos é possível apresentar a hipótese de que essa luta se constitui a partir da encruzilhada entre o próprio espaço social de fala dos sujeitos e as relações estabelecidas com outros agentes políticos e sociais em diferentes conjunturas. O primeiro momento diz respeito ao relacionamento com um Estado autoritário, revelando ações políticas marcadas pela subordinação. A segunda conjuntura é caracterizada por um processo de transição tangenciado pelo contato com novos movimentos e agentes sociais que estavam produzindo experiências políticas fundadas no caráter da emancipação. Nesse sentido, a luta pela terra dos desalojados do Passo Real foi um processo de enfrentamento das forças que os afogavam, inserida em um campo marcado pela tensão entre relações dialéticas de subordinação e emancipação.

Por conseguinte, é fundamental para a análise de nosso objeto que dialoguemos com a literatura histórica, sociológica e antropológica que versam sobre as temáticas centrais de nossa pesquisa — a construção de grandes barragens e a luta pela terra. Para compreendermos as forças motrizes da luta pela terra dos desalojados do Passo Real, é basilar debatermos acerca da trama político-econômica em que o projeto da barragem do Passo Real foi engendrado. Nesse sentido, Capellini (2018) menciona uma “grande aceleração” da construção de barragens no país, ao buscar entender os fatores que aceleraram e frearam a expansão hidrelétrica brasileira no século XX. O impulso dado à implementação dessas obras ocorreu a partir de um projeto político-econômico que buscava o desenvolvimento industrial de base eletrointensiva. Por conseguinte, Capellini sinaliza que três fatores foram responsáveis por frear a “grande aceleração” no Brasil. Primeiro, a pressão da sociedade organizada em movimentos de atingidos, ou ambientais; depois, as leis ambientais emergentes aprovadas e, por último, a pressão das organizações internacionais que financiavam os projetos (2018, p. 337).

Considerando que a pressão da sociedade organizada em movimentos de atingidos foi um dos elementos que ocasionou o arrefecimento da “grande aceleração”, é mister dialogarmos com trabalhos que se debrucem sobre esses movimentos para identificarmos o lugar em que a luta dos desalojados do Passo Real se insere nesse processo de contestação a grandes barragens e colocarmos em destaque alguns pontos que justifiquem a relevância e a originalidade desta Tese.

O trabalho de Germani (2003) que, conforme a autora, foi escrito nas “trincheiras” da resistência à construção da Hidroelétrica de Itaipu, procurou entender como se deu o conflito entre Itaipu Binacional e os expropriados. A autora buscou compreender as formas de organização e reação da população atingida frente às atitudes e soluções propostas pelo Estado. Segundo Germani (2003, p. 10), a resistência organizada dos expropriados de Itaipu serviu de base para a posterior constituição do MAB, bem como para o desenvolvimento do MST, cujo primeiro encontro nacional em 1984 se deu na cidade de Cascavel, muito próxima ao conflito de Itaipu.

A assertiva da autora, ao pontuar que a luta dos expropriados de Itaipu serviu de base para os movimentos sociais subsequentes, permite-nos questionar se os desalojados do Passo Real também cumprem esse papel. Como evidenciamos em nossas fontes, o CRAB se utilizou, por diversas vezes, da memória dos desalojados do Passo Real como instrumento de luta — é importante sublinhar que poucos trabalhos referentes a lutas contra as grandes barragens fizeram referência aos “afogados” do Passo Real.

Tedesco, Seminotti e Rocha chamam a atenção para uma “indústria dos movimentos sociais”, quando diferentes movimentos sociais procuram identificar-se com um maior número de preferências e objetivos em relação a outros movimentos. Nesse sentido, os autores apontam que, além dos Sem-Terra, em razão da modernização agrícola, os “afogados” do Passo Real se constituiriam como outro substrato para a “indústria dos movimentos sociais” na fronteira sul (2018, p. 16). Desse modo, assinalam que a formação do CRAB e, depois do MAB, tem nos afogados do Passo Real uma importante referência de estruturação (TEDESCO, SEMINOTTI, ROCHA, 2018, p. 21).

Por seu turno, Lygia Sigaud (1986) discutiu os efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos a partir da construção da barragem de Sobradinho no rio São Francisco na década de 1970 e da construção da barragem de Machadinho no rio Uruguai na década de 1980. Nesse âmbito, Sigaud destacou que o reconhecimento dos resultados catastróficos das implementações das barragens de Sobradinho, Itaipu e Passo Real foram fundamentais para a organização da luta no caso de Machadinho. As indenizações irrisórias, perdas de terra e

reassentamentos insatisfatórios nas experiências anteriores foram cruciais para a articulação das reivindicações dos atingidos na bacia do Alto Uruguai (1986, p. 104).

Nessa esteira, em sua Tese sobre os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá, Maria José Reis (1998), também debateu o tempo da reação politicamente organizada, os atores, as estratégias e os confrontos. Cabe ressaltar que parte fundamental desse processo de transformação e organização do CRAB foi o desenvolvimento das bandeiras de luta e palavras de ordem. A primeira bandeira de luta levantada, em 1979, foi “indenização justa”, depois “terra por terra”. Embora a autora não cite o caso do Passo Real, é importante registrar que, se cruzarmos esse debate com algumas de nossas fontes, nos é possível evidenciar que as primeiras bandeiras de luta do CRAB, “indenização justa” e “terra por terra”, tinham como uma de suas referências os problemas enfrentados pelos desalojados do Passo Real e é justamente o enfrentamento desses problemas causados pela implementação da barragem que faz a interseção entre a questão das grandes barragens e a luta pela terra. No caso do Passo Real, além das pífias indenizações monetárias, o principal problema desencadeador do conflito de luta pela terra foi o insucesso da implementação dos projetos de reassentamento pelo Governo Federal.

É importante acrescentarmos que os Projetos Integrados de Colonização, elaborados pelo INCRA, não foram suficientes para reassentar todos os desalojados pela barragem do Passo Real. Além da ineficácia em disponibilizar terras suficientes, muitas famílias foram excluídas das listas de reassentamento e enganadas por funcionários do INCRA. À gravidade dos problemas desse período, acrescente-se o emblemático caso de desapropriação da Fazenda Annoni, que fazia parte do PIC Sarandi. A família proprietária contestou a desapropriação na Justiça — o que inviabilizou o processo de reassentamento dos desalojados.

Embora a Fazenda Annoni também tenha inicialmente recebido os desalojados do Passo Real, ela foi palco de um processo mais amplo, abrigando trabalhadores rurais sem terra de diversas partes do Rio Grande do Sul. A Fazenda Annoni e suas imediações, que faziam parte da área da antiga Fazenda Sarandi, seria o *locus* de contato entre os “afogados” e “sem-terra”. Conforme Tedesco, Seminotti e Rocha, a luta pela terra foi o elemento que identificou os afogados e os Sem-Terra, muito no que diz respeito ao fato de ambos serem expropriados por uma política desenvolvimentista confere fidelidade e credibilidade para uma narrativa de sofrimento e luta que condiz com a realidade empírica daqueles que, por outro motivo, terminaram acampados, conformando esse quadro (2018, p. 18).

Nesse sentido, os autores assinalam que, em qualquer movimento social, é difícil uma homogeneidade e as disputas internas também são elementos marcantes de articulação.

Embora tenha ocorrido uma aproximação entre afogados e Sem-Terra, as relações entre esses grupos também estiveram marcadas por uma profunda conflitualidade.

Ao estudarem o processo de ocupação e assentamento definitivo na Fazenda Annoni, a partir da consolidação do MST, Bonavigo e Bavaresco (2008) referenciam a presença dos afogados na Fazenda Annoni; todavia, não discutem as relações e conflitos estabelecidos entre os afogados e acampados do MST no processo de luta e ocupação da Fazenda. Da mesma forma, Benincá (2008) descreve os problemas enfrentados pelos desalojados do Passo Real, destacando as precárias condições em que viviam por mais de dezesseis anos. Nessa esteira, insere a questão dos Afogados do Passo Real no contexto da Fazenda Annoni, sem também debater as relações e conflitos constituídos a partir da experiência desses sujeitos naquele contexto.

Já Iokoi (1991) demonstra alguns enfrentamentos feitos pelos Afogados ao Estado, que, em um “empurra-empurra” entre as esferas federal e estadual, adiava e estendia a solução do reassentamento definitivo. Nesse sentido, a autora sinaliza que, ao acompanharem a luta dos camponeses da Encruzilhada Natalino, juntamente com o apoio da Pastoral da Terra, os “afogados” teriam criado uma comissão em 1982 com o objetivo de organizar as comunidades rurais afetadas que haviam se espalhado pelo Rio Grande do Sul. O texto de Iokoi é fundamental para nossa problemática na medida em que chama a atenção para os contatos estabelecidos entre os desalojados do Passo Real e os Sem-Terra de Natalino e os agentes pastorais; contudo, o texto tangencia a questão dos conflitos que também permearam a relação entre Sem-Terra e “afogados”.

Por sua vez, Caume (2002) afirma haver uma “batalha de discursos”, ao demonstrar alguns conflitos latentes entre Afogados e acampados do MST na Annoni a partir de 1985. Desse modo, os acampados utilizavam como arma discursiva o relato da luta e do sofrimento no período de acampamento para afirmar o assentamento como “conquista do acampamento”. Por seu turno, os filhos de Afogados procuravam legitimar seu direito argumentando que seus pais lutaram e sofreram talvez até mais que os acampados (CAUME, 2002, p. 174). Caume também destaca que, quando a ação estatal passou a considerar oficialmente o reassentamento dos Sem-Terra na área, retirando a prioridade dos Afogados, estava respondendo às circunstâncias impostas por um contingente organizado, indicando que não é a simples necessidade social que define as prioridades de intervenção do Estado, mas, sobretudo, as diferentes potencialidades dos grupos sociais de transformar uma necessidade em reivindicação.

E, nesse sentido, o autor afirma que a capacidade organizativa dos “sem-terra”, expressas através das ações do MST e do apoio de instituições sociais legitimadas, como a Igreja, era bem superior a dos afogados, que mostravam enormes dificuldades de se articularem politicamente (2002, p. 209-210). Essa reflexão de Caume propicia a identificação de uma lacuna que é fundamental em nossa problemática de pesquisa. Embora o autor problematize a conflitualidade existente entre os afogados e os Sem-Terra na fazenda Annoni, o faz mediante a ótica das ações dos Sem-Terra, que constituíam seu objeto de pesquisa. Já, neste estudo, cabe-nos pensar esses conflitos sob o ponto de vista dos afogados, questionando o porquê das “enormes dificuldades” que tiveram para se articularem politicamente.

Discutir essas “enormes dificuldades” é um ponto fundamental da trajetória para a compreensão do sentido da luta pela terra dos desalojados do Passo Real. Parada obrigatória nesse percurso também é o conjunto de reflexões tecidas por José de Souza Martins acerca da luta pela terra no Brasil, principalmente no que diz respeito ao período pós 1979. Martins foi um dos poucos autores que buscou apresentar uma definição e um sentido para a luta pela terra. Para o autor, o sentido primordial da luta pela terra reside na libertação dos pobres e marginalizados. Afirma, portanto, que esse processo de luta não pode começar e acabar na transformação dos trabalhadores em proprietários através de uma reforma agrária que privilegie os resultados econômicos da vida de cada um. Afirma que a libertação só se dá na medida em que questiona e rompe o monopólio da propriedade por parte da burguesia latifundista, que tem na renda da terra a sustentação de sua dominação política iníqua, retrógrada e antidemocrática (MARTINS, 1989, p. 13-14).

Destarte, procurou mostrar as dificuldades teóricas e políticas dos grupos, partidos e igrejas para reconhecerem os sinais e avanços da libertação. Afirma que não são os pobres que estão enfrentando dificuldades para romper as cadeias de seu cativeiro político, ideológico e espiritual, e, sim, os grupos de mediação (MARTINS, 1989, p. 14). Aponta, também, a multiplicidade e os conflitos existentes entre as classes subalternas; contudo, enfatiza que a crise não reside nos grupos subalternos, mas nos grupos de apoio intelectual às lutas populares (MARTINS, 1989, p. 70). Assim, é a partir dos conflitos e crise entre os grupos de mediação que buscaremos rediscutir o sentido da luta pela terra apresentado pelo autor, à luz do caso dos “afogados” do Passo Real, um sentido de luta pela terra que se constitui na tensão entre essas relações de forças.

Ao analisar o processo de luta pela terra do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) durante a década de 1960, Bernard José Pereira Alves afirma que o debate acerca da autonomia do movimento não deve ser utilizado para medir a relevância do mesmo, e sim

buscar entender de que forma o MASTER representou a luta (2021, p. 89). Perspectiva que pode dialogar com o viés da conflitualidade abordada por Fernandes, um processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista (2008, p. 177). Ou seja, não necessariamente devemos pensar a luta apenas na medida em que a mesma rompe com as forças hegemônicas e constitui autonomia em um processo de emancipação. Buscamos entender a luta dos desalojados do Passo Real no interstício marcado pela tensão entre relações dialéticas de subordinação e emancipação inserida no interior dos conflitos inerentes às contradições do capitalismo.

Deste modo, cumpre assinalarmos que esta Tese se justifica em razão da singularidade de seu objeto, haja vista que o processo de luta pela terra dos “afogados” do Passo Real foi uma das primeiras experiências de luta pela terra a partir da construção de grandes barragens no Brasil. Como identificamos, diversos trabalhos situam a experiência dos “afogados” como um “substrato” para outros movimentos sociais; no entanto, inexistente um estudo que tenha por objeto central compreender esse processo histórico de luta dos desalojados. Nesse sentido, a singularidade da luta dos desalojados do Passo Real é de grande valia para a compreensão do processo de luta pela terra no Brasil, em sua totalidade.

Assim sendo, a Tese é apresentada em quatro capítulos. No capítulo I, realizaremos a explanação geral da historicidade do processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real, a fim de analisarmos a gênese desse processo histórico e de identificarmos algumas forças motrizes dessa luta, bem como de aprendermos como se constituíram as forças que desencadearam esse processo de afogamento e de luta inseridas no bloco histórico e nas conjunturas que as permearam. Quem foram os sujeitos desalojados, sua historicidade e territorialidade.

No capítulo II, analisaremos o sentido da luta pela terra dos desalojados do Passo Real, na ampla conjuntura que vai de 1967 a 1979. Em um primeiro momento, visaremos a compreender como se deu a constituição da tensão entre os espaços de “afogamento” e de “luta”; em outros termos, como os desalojados empreenderam as primeiras ações de enfrentamento das forças que os afogaram, no período entre 1967 e 1969. Em um segundo momento, iremos nos debruçar sobre o desenvolvimento do Acordo de Cooperação de 1969. Na sequência, discutiremos o acirramento das tensões entre o espaço de afogamento e o espaço de luta a partir das contradições da implementação dos projetos de reassentamento pelo INCRA, procurando entender os significados e sentidos da memória de luta produzida neste contexto.

No capítulo III, buscaremos compreender os sentidos e os significados produzidos na luta pela terra dos desalojados do Passo Real, a partir da aproximação com novas forças sociopolíticas, na conjuntura que vai de 1979 a 1984. Um período marcado pelo florescimento de um novo contexto político no Brasil; pelo contato com o cristianismo progressista e com os Sem-Terra, que ensejaram novas ações políticas e novas formas de luta. Desse modo, visaremos a entender a elaboração de uma memória de luta que produziu novos significados, engendrando uma identidade que, além de dar sentido interno ao grupo dos desalojados, também revelaria a constante tensão que consubstanciava o campo de forças entre os diversos agentes sociais que permeavam esse processo de luta pela terra.

No capítulo IV, objetivamos entender as razões que levaram ao fim da luta pela terra dos desalojados do Passo Real, bem como a transcendência da luta a outro movimento. Desse modo, analisaremos a diversidade do conflito que marcou esse processo histórico, na conjuntura de 1984 a 1988. Um contexto caracterizado pela fragmentação das mobilizações políticas por meio das tensões entre os diversos agentes sociais que permearam a luta pela terra dos Afogados do Passo Real.

2 CAPÍTULO I — PROGRESSO QUE AFOGA, AFOGADOS QUE LUTAM

Neste primeiro capítulo, apresentamos o panorama da historicidade do processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real, em que analisamos a origem desse processo histórico, com o escopo de identificarmos algumas forças motrizes que emergem dessa luta, e quem foram os sujeitos desalojados, sua historicidade e espacialidade.

2.1 FORÇAS QUE AFOGAM

Nesta seção, buscamos compreender o desenvolvimento das forças que desencadearam o processo de afogamento e de luta dos desalojados do Passo Real, por meio da análise de como se originou e se efetivou o projeto de construção da barragem do Passo Real.

A partir de 1963, para a construção da Central Hidrelétrica do Passo Real, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul desapropriou mais de 23.000 hectares de terras na região do Alto Jacuí — especificamente nos municípios de Cruz Alta, Ibirubá e Espumoso, desalojando milhares de famílias. De acordo com relatório da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), datado de 8 de setembro de 1969, foram desapropriadas 3129 propriedades rurais, dentre essas, 1498 à margem direita do Rio Jacuí e 1631 à margem esquerda (CEEE, 1969). Nesse contexto, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), aproximadamente 2000 famílias de agricultores foram atingidas (INCRA, 1969).

No entanto, as origens do projeto de construção da barragem do Passo Real são mais antigas, remontando aos idos de 1951. Durante o governo estadual de Ernesto Dornelles, foi formada a Comissão Interestadual da Bacia Paraná – Uruguai, assinada entre os governos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Essa Comissão alinhavou estudos e propostas para o desenvolvimento de obras adjacentes às bacias dos rios Paraná e Uruguai. O principal objetivo era fomentar o potencial hidrelétrico com vistas ao incremento do processo de industrialização nacional.

Mediante essas propostas, o então Governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti (1958), afirmou ter tomado a iniciativa e alavancou diversos estudos técnicos em diversas regiões do Estado (MENEGHETTI, 1958). Um deles versava sobre a transposição da bacia do rio Jacuí. No governo seguinte, Leonel Brizola assinalou que em um estudo sistemático de novos potenciais hidrelétricos, a CEEE constatou a existência de dois locais no rio Jacuí com boas possibilidades de acumulação. Assim, a CEEE já havia contratado um

levantamento aero fotográfico do maior dos dois, o “assim chamado Passo Real”, onde já estavam executando sondagens geológicas (BRIZOLA, 1960).

Em 1963, em sua segunda gestão, Ildo Meneghetti tomaria as medidas efetivas para a construção da barragem. Desapropriaria as terras e encaminharia um pedido de financiamento para o programa estadunidense “Aliança para o Progresso” (MENEGHETTI, 1964). Nos anos seguintes, os financiamentos internacionais seriam cancelados. As medições e demarcações dos terrenos teriam lugar, as famílias seriam desalojadas e em 1968 as obras começariam. Em 1973 a Central Hidrelétrica do Passo Real entraria em operação enquanto milhares de famílias se encontrariam em situação de desamparo.

Cabe pontuar que, após 1950, o Brasil alavancaria uma política econômica sob a égide da “ideologia desenvolvimentista”, orientação econômica de industrialização pela iniciativa privada, mas gerenciada pelo Estado, que captava e orientava os recursos financeiros (TEDESCO; SEMINOTTI; ROCHA, 2018, p. 6). Conforme Fonseca, o desenvolvimentismo pode ser entendido como uma política econômica formulada e/ou executada de forma deliberada por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (2015, p. 40).

A partir dessa política, o Brasil lançaria as bases para tornar a hidroeletricidade a principal fonte energética do país. Conforme Rocha (2012), somado aos fatores naturais — já que o Brasil detém 12% das reservas de água doce superficial do planeta e um relevo bastante planáltico que favorece a instalação de hidrelétricas, agrega-se um discurso ideológico que buscou legitimar a pauta assumindo que o Brasil teria uma “vocação” para a hidroeletricidade.

Nesse cenário, explorar os recursos naturais disponíveis e us -los para esse projeto de desenvolvimento era um elemento central e, por isso, a exploração hidrelétrica foi fortemente promovida e incitada no mundo todo a partir dos anos 1930 e principalmente depois dos anos 1950. Em uma dinâmica que relacionou geopolítica, tecnologia e transformações ambientais de larga escala em nome do desenvolvimento, até a década de 1970, já havia mais de cinco mil grandes barragens construídas em todo o mundo (CAPELLINI, 2018, p. 317).

A construção de barragens, a partir da década de 1930, foi influenciada, em um contexto global, pelas crescentes hostilidades entre Estados Unidos e União Soviética. Nesse âmbito, a construção de infraestruturas nos dois países era considerada como uma ferramenta de propaganda de suas ideologias. As barragens de Hoover e Grand Coulee, nos EUA, e de

Kuibyshev e Tsimilansk, na URSS, não eram apenas barragens hidrelétricas, mas símbolos do poder e da razão dos modelos capitalista e socialista defendidos (CAPELLINI, 2018, p. 327). Nesse cenário, a influência estadunidense no Brasil foi marcante, em razão de que, além de fornecerem financiamentos e tecnologias, os Estados Unidos também buscavam garantir que seus interesses se mantivessem em seu “quintal”.

Nesse sentido, apresentamos sucinta ilustração do desenvolvimento do Sistema Elétrico Brasileiro como fulcro para compreendermos, e problematizarmos, de que forma a hidroeletricidade foi se constituindo como um projeto de Estado no Brasil, fundamentalmente a partir da década de 1950.

É importante contextualizarmos que a primeira usina hidrelétrica brasileira foi instalada em 1883 em Diamantina (MG), a UHE Ribeirão do Inferno (afluente do rio Jequitinhonha), com 0,5 MW de potência e 2 km de linhas de transmissão. Foi instalada e explorada por uma autoproductora, a mineradora Santa Maria. Em 1889, entrou em operação a primeira hidrelétrica nacional considerada de grande porte, a UHE Marmelos-Zero (4 MW de potência), no rio Paraibuna, município de Juiz de Fora (MG), que já unia Estado e Iniciativa Privada na geração de energia, sendo que a Companhia Mineira de Eletricidade era controlada pelo industrial Bernardo Mascarenhas (ROCHA, 2012, p. 77).

Embora o início da exploração hidrelétrica tenha ocorrido por meio de investidores regionais, duas companhias predominaram no cenário nacional nos primeiros anos. A *Brazilian Traction Light & Power* (LIGHT) de origem canadense, e a *American & Foreign Power Company* (AMFORP), estadunidense, que atuou por meio de suas filiais, as *Empresas Elétricas Brasileiras*. Já, em relação ao Sul do Brasil, a energia elétrica fora instalada pela primeira vez em Porto Alegre em 1887, mediante o empreendimento dos franceses Aimable Jouvin e S. Dernaut, que fundaram a Cia Fiat Lux, uma usina termoelétrica movida à lenha junto à área portuária da cidade (PIRES, 2010, p. 9). Nos anos 1920, o grupo estadunidense *Electric Bond and Share* constituiu a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG); contudo, os serviços da CEERG não chegaram ao interior do Estado (PIRES, 2010, p. 14).

Até as décadas de 1930 e 1940, a produção e a distribuição de energia no Brasil se concentrava na mão de monopólios estrangeiros através da LIGHT e AMFORP. O grupo LIGHT atuava nas regiões mais urbanizadas do país, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, edificando dois complexos elétricos separados baseados em dois sistemas de geração, o de Cubatão-SP e o de Ribeirão das Lages-RJ. Segundo Rocha, o primeiro

empreendimento da LIGHT no Brasil foi a UHE Edgar de Souza ou Parnaíba, construída entre 1899 e 1901 no Rio Tietê, com potência inicial de 2 MW (2012, p. 77).

Em 1905, a empresa passou a atuar no Rio de Janeiro, ao adquirir o controle acionário da concessionária de iluminação a gás, a empresa belga *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro*. A expansão da capacidade instalada durante algumas décadas foi baseada na ampliação das unidades geradoras já existentes, mantendo-se próximas aos centros consumidores, o que dispensava a necessidade de buscar novos potenciais hidrelétricos mais distantes. Contudo, em fins da década de 1940, os potenciais explorados já se encontravam praticamente esgotados (MARTINS, 2009, p. 30).

Já, a AMFORP, iniciou suas atividades no Brasil na década de 1920, ao comprar pequenas concessionárias no interior de São Paulo, que abasteciam o complexo cafeeiro do oeste paulista. A partir de 1940, a AMFORP expandiu seus investimentos para outros Estados, como Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em 1950, a empresa americana detinha 20,1% do mercado nacional de geração de energia elétrica. É importante recuperarmos aqui que tanto a LIGHT quanto a AMFORP tiveram seu auge de participação no mercado durante os anos 1940; depois disso, foram paulatinamente diminuindo até os anos 1960.

Em função da crescente urbanização e industrialização que o Brasil passou durante os anos 1940, a produção de energia começou a ficar aquém da demanda, já se observando um cenário de escassez. Nesse sentido, buscando suprir a demanda energética, foram se esboçando algumas iniciativas estatais no setor elétrico. Já, em 1934, durante os primeiros anos do governo Vargas, foi instituído o decreto do Código de Águas, instrumento jurídico que definiu a regulação do setor elétrico nacional por mais de três décadas.

O Código tornava o potencial hidrelétrico brasileiro um patrimônio da União e definia medidas de controle sobre as concessionárias de energia mediante a fiscalização técnica e financeira. Essas políticas acabaram confrontando os interesses das corporações estrangeiras e abrindo espaço para novas iniciativas de ordem estatal no setor. Em 1939, já no Estado Novo, o governo Vargas criou o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), que diretamente subordinado ao gabinete de Getúlio, tinha por objetivo regulamentar o Código de Águas e interligar os sistemas isolados, bem como manter o governo informado sobre as questões do ramo (MARTINS, 2009, p. 32).

A geração hidrelétrica foi afetada pela forte crise energética da década de 1940, em que a demanda, ligada aos processos de urbanização, industrialização e de difusão do uso de eletrodomésticos, aumentou bem mais rápido do que a capacidade de geração, causando

problemas de abastecimento e racionamento, principalmente nas grandes cidades da região sudeste. A Segunda Guerra Mundial aprofundou a crise da expansão do sistema pela impossibilidade da importação de equipamentos que vinham principalmente da Europa. Além disso, com a crise de 1929, houve a diminuição da capacidade de investimento das firmas estrangeiras e uma redução, em termos absolutos dos investimentos diretos de capitais norte-americanos no Brasil. A consequência desse contexto para a construção hidrelétrica, foi a diminuição geral da construção de novas unidades de grande porte, entre 1930 e 1940 (CAPELLINI, 2018, p. 324,-325).

Embora o Governo Federal tenha realizado esforços nesse âmbito, as primeiras experiências estatais de geração de energia elétrica partiram dos governos estaduais. O pioneiro foi o Rio Grande do Sul que, para suprir as carências energéticas dos polos industriais de São Leopoldo e Caxias do Sul, criou, em 1943, a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Nesse compasso, em 1945 foi fundada, no Rio de Janeiro, a Empresa Fluminense de Energia (EFE). A partir de 1945, evidenciou-se um movimento de transição no desenvolvimento do sistema elétrico nacional — em razão de que se, no começo dos anos 1950, o capital privado estrangeiro era predominante face os investimentos estatais, em 1960, a situação praticamente se inverteria. Conforme Martins, havia duas correntes participando ativamente da disputa política no campo do setor elétrico:

A primeira, claramente nacionalista, era marcada por um pensamento amplamente favorável a intervenção do Estado na economia, notadamente nos setores de infraestrutura, como no caso da produção, distribuição e comercialização de energia; este grupo creditava ao Estado à responsabilidade por ser o agente central na impulsão do desenvolvimento industrial. Além disso, os discursos que engrossavam as fileiras nacionalistas culpavam as empresas estrangeiras e a situação de monopólio pelo recuo dos investimentos na expansão da oferta de energia no país. A outra corrente político-econômica, orientada pelos princípios do liberalismo econômico e do livre mercado, defendia uma postura simpática à primazia, quando não exclusividade, da participação do capital privado em todos os setores da economia. Em consequência, defendia a manutenção do controle do setor elétrico por parte dos grupos estrangeiros (MARTINS, 2009, p. 39).

É possível aprendermos que, apesar do confronto na arena política e dos esforços das empresas estrangeiras para manterem seus privilégios, a crescente demanda, e a conseqüente escassez, foram estimulando iniciativas estatais que se expandiram pelo Brasil ao longo dos anos 1950. No rumo da pioneira CEEE, surgiram 16 empresas estaduais até 1962. Lima afirma que a atuação dos governos estaduais na expansão do sistema elétrico brasileiro cumpriu um papel estratégico, tendo em vista que, à medida que as iniciativas do governo federal eram

obstruídas no Congresso, foram os Estados os responsáveis por dar continuidade ao fomento da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (1984, p. 106).

Nesse ínterim, a busca por investimentos estrangeiros, e principalmente americanos, para o processo de industrialização brasileiro, alimentou a constituição de uma série de missões técnicas iniciadas entre a Segunda Guerra Mundial e o ano de 1951. A primeira foi em 1942, a “Missão Cooke”, realizada no contexto de entrada do Brasil na Guerra como aliado dos Estados Unidos, estava vinculada a um acordo militar que levaria ao estabelecimento de uma indústria siderúrgica nacional no Brasil. No relatório final, o déficit energético apareceu como um dos principais gargalos para a expansão industrial, e o grande potencial hidrelétrico como uma vantagem, sendo considerado o fator elementar básico à futura prosperidade nacional. Assim, o governo brasileiro considerou que a missão teria como resultado a obtenção de empréstimos e atração de capital ao Brasil (CAPELLINI, 2018, p. 328-329).

Em 1951, Getúlio Vargas tinha voltado ao poder com uma agenda desenvolvimentista, centrada em um projeto ambicioso para a implantação da indústria de base no país, onde as infraestruturas de energia e transportes desempenhariam função fundamental. A estratégia da exploração hidrelétrica consistia na ideia de criar uma empresa estatal, a Eletrobrás (Centrais Elétricas do Brasil), incorporada a um Plano Nacional de Eletrificação (PNE). Apesar dos planos do governo Vargas, o PNE não foi aprovado e a Eletrobrás não foi criada, sendo travada pela atuação de forças políticas que defendiam a participação do capital privado no setor elétrico (CAPELLINI, 2018, p. 330).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, iniciado em 1956, os investimentos em infraestrutura, energia e transportes representaram 73% dos investimentos planejados. Ao longo de todo governo JK, o Estado trilhou o caminho da estatização da geração de energia elétrica, tornando-se, em poucos anos, responsável pela maior parte da produção. Nesse sentido, as empresas públicas, tanto federais quanto estaduais, tornaram-se os principais agentes da expansão da capacidade geradora. A Eletrobrás foi finalmente promulgada em 25 de abril de 1961, no governo Jango. A empresa estatal se tornaria responsável pelos estudos, projetos, construção e operação de unidades de produção, assim como das linhas de transmissão e de distribuição de eletricidade, e foi um dos elementos-chave da expansão hidrelétrica durante o regime militar (CAPELLINI, 2018, p. 333).

Sendo assim, a partir do golpe civil-militar de 1964 — e das conseqüentes políticas implementadas pelo regime —, verificamos a consolidação do controle estatal no sistema elétrico brasileiro. A título de exemplificação, recupera-se aqui que, em seguida, o governo

criou o DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica), órgão destinado à normatização que centralizaria a ação do Governo Federal no setor elétrico. Nesse âmbito, o modelo de planejamento em escala regional foi se transformando em um processo setorial cada vez mais integrado.

Nesse sentido, o sistema elétrico brasileiro no período se caracterizou, fundamentalmente, pelo protagonismo assumido pelo governo federal, por meio da Eletrobrás e de suas subsidiárias regionais, da mesma forma que pelo aumento da tendência de construção de hidrelétricas cada vez mais distantes dos maiores centros urbanos, e, conseqüentemente, a ampliação das redes de transmissão conectando localidades separadas por centenas de quilômetros. Nesse cenário, registra-se que, em 1963, o setor hidrelétrico representava 78,04% da produção nacional, em 1978 chegou a 87,76%, alcançando 89,96% em fins dos anos 1980 (MARTINS, 2009, p. 59).

Sendo assim, os projetos desenvolvimentistas de modernização, que preconizaram a hidroeletricidade por meio da burocracia estatal e dos discursos oficiais, constituem um aparelho de hegemonia do Estado. Nota-se uma ideologia do progresso, que liga automaticamente as grandes barragens à noção de desenvolvimento. Essa ideologia nasce nos anseios da classe dominante e se dissemina na população em geral como senso comum, como forma de uma verdade incontestável (ZEN, 2007, p. 106).

Depreendemos que foi mediante um projeto de Estado que visava à industrialização eletrointensiva, baseada na hidroeletricidade, que o empreendimento do Passo Real foi elaborado. Articulado entre as esferas federais e estaduais, sendo essa última que encabeçava o desenvolvimento direto da obra. Em um de seus discursos, o Governador Ildo Meneghetti afirmava que a industrialização era o caminho para solucionar os problemas sociais, incluindo os do mundo rural: “O caminho é estimular o desenvolvimento industrial. Êste caminho consulta, de um lado, os interesses das massas trabalhadoras e agrícolas e, de outro lado, está em consonância com o processo natural do desenvolvimento histórico” (MENEGHETTI, 1964). Nesse âmbito, é possível apreendermos a contradição entre o discurso do Governador e o resultado das políticas públicas, em razão de que a industrialização, para a qual o setor energético era peça-chave, é apresentada como sendo de primordial interesse social e público e que, a partir do desenvolvimento que ela traria, os problemas e as mazelas sociais seriam resolvidos; todavia, o destino dos desalojados do Passo Real vai nos evidenciar o contrário, posto que as mazelas sociais só se agravariam a partir desse processo.

Por sua vez, esse projeto de Estado, no Brasil, estava estreitamente ligado à ação ideológica e hegemônica dos Estados Unidos perante a América Latina, por meio da “Aliança

para o Progresso”. Buscava-se forjar uma identidade homogênea e monolítica para os países do continente. Defendia-se a tese de que a América Latina teria natural inclinação pela liberdade econômica e democrática, baluarte do sistema capitalista. Através deste discurso, advogava-se que a segurança do continente estaria garantida mediante a manutenção do capitalismo. Pragmaticamente, isso asseguraria a América Latina como área estratégica para a aplicação de capitais norte-americanos, eminentemente privados. Em outros termos, no curso da “internacional capitalista”, expressão cunhada por Dreifuss, era reservada à América Latina a condição de “reserva de potência” (BARBOSA, 2008, p. 15-16).

Assim, os projetos coordenados pela “Aliança para o Progresso” financiariam várias ações do período que conhecemos como Ditadura Militar, ou Ditadura Civil-militar — tendo em vista o intenso apoio de alguns setores da sociedade civil. Em decorrência disso, a nova ordem política inaugurada seria marcada por intensa repressão a diversos setores da sociedade que não se alinhavam às ideias propostas pelo novo governo. No Rio Grande do Sul, o principal apoiador do Golpe foi o então governador Ildo Meneghetti. Nesse contexto, após os desdobramentos de 1964, com a crescente consolidação do Regime, muitas das políticas públicas, de cunho desenvolvimentista, financiadas por órgãos internacionais alinhados às diretrizes da “Aliança para o Progresso”, começaram a se materializar, como foi o caso da barragem do Passo Real.

Ildo Meneghetti sinalizou que o Projeto da Barragem e Usina do Passo Real, em estreita vinculação com a ampliação da Usina Jacuí, estaria em termos finais, devendo ser apresentado no início de 1966 ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) para encaminhar o financiamento. O Governador destacou ainda que contatos preliminares já haviam sido feitos e esperavam que as solicitações seriam atendidas (MENEGETTI, 1966).

No início de 1969, o governador Walter Peracchi Barcellos assinalou que, para a construção da CHE Passo Real, já havia conseguido financiamento de NCr\$ 144.500.000,00 junto ao BNDE e estavam ultimando as negociações para efetivar um financiamento de US\$ 27.400.000,00 perante a “Aliança para o Progresso” (BARCELLOS, 1969). No mesmo ano, o Presidente Costa e Silva publicou um Decreto de Lei que autorizava ao Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com a Companhia Estadual de Energia Elétrica, a realizar a operação de empréstimo externo com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional — USAID, destinada ao financiamento de parte da construção da Usina Hidrelétrica de Passo Real. Portanto, o valor da operação foi de US \$27.400.000,00, à taxa de juros de 6% ao ano, a

ser pago no prazo de 25 anos, com 4 anos e 6 meses de carência, em prestações semestrais (BRASIL, 1969).

Essa autorização decretada por Costa e Silva corrobora que a empresa do Passo Real fora desenvolvida com capital estrangeiro, e, nesse caso, principalmente norte-americano, já que a USAID, vinculada às diretrizes da “Aliança para o Progresso”, fora um dos principais órgãos internacionais que financiara as políticas do regime ditatorial.

Nesse contexto, consideramos importante ressaltar que algumas forças políticas reagiram a esse processo, denunciando suas práticas. Em setembro de 1968, o deputado estadual do MDB, Lauro Hagemman, denunciava um edital publicado pela CEEE no periódico *Correio do Povo*. Segundo Hagemman, o edital convidava empresas estaduais e nacionais para o fornecimento de materiais para a construção da Central Hidrelétrica do Passo Real. Contudo, o parlamentar assinalava que, em certo momento, no edital, constava que a compra de equipamentos seria paga por meio de um financiamento junto ao USAID. Desse modo, Hagemann argumentava que a publicação era totalmente dispensável, já que todos os materiais seriam de procedência norte-americana e que o edital só serviria para engodar a opinião pública sul-rio-grandense (HAGEMANN, 1968). Cumpre registrarmos que, no ano seguinte, o deputado Lauro Hagemann seria cassado pela ditadura.

As denúncias do deputado expõem as primeiras contradições do empreendimento do Passo Real. Mediante o aparato hegemônico do Estado, os interesses do capital internacional tentavam se colocar como interesses públicos nacionais. Projetavam um cenário em que as empresas locais poderiam fazer parte daquele processo de modernização que ajudaria a solucionar os problemas do país. O governo militar brasileiro programou uma política de construção de grandes hidrelétricas, custeadas por vultoso endividamento externo, fornecendo, dessa forma, energia barata para as indústrias transnacionais e para os aglomerados urbanos que cresciam desordenadamente em decorrência do êxodo rural — fruto do aprofundamento das relações capitalistas no campo. As indústrias eletrointensivas das empresas transnacionais foram instaladas em grande número, o que levou os planejadores contratados pelo governo militar a projetarem novos aproveitamentos para o fornecimento de energia hidrelétrica (ESPÍNDOLA, 2009, p. 33).

Nesse sentido, a denúncia do deputado Hagemann também evidencia o caráter oligopolista que balizou o processo de construção de usinas hidrelétricas, durante a Ditadura. Para Sevá, a usina tem que ser vista como uma “unidade de negócios”, cuja atividade-fim é gerar e vender eletricidade, se possível, sem parar. Um negócio que atua num mercado marcadamente oligopólico e, no caso brasileiro, regulado de modo “desregulatório”, por mais

estranho que isso pareça. Sendo capital fixo, incorpora trabalho morto e materiais da natureza em escala ultra intensiva, e é utilizado intensivamente, embora em condições objetivamente bastante variáveis ao longo das horas, dos meses e das décadas. Fica tudo sujeito à degradação operacional e organizacional, e exposto a vários tipos de riscos técnicos e sociais (2008, p. 44). Sob o ponto de vista da história social e econômica, um dos fios condutores do processo é a concentração de capital nas maiores usinas, ao mesmo tempo em que se constitui um complexo industrial financeiro, praticamente oligopolista.

No texto “Mito do desenvolvimento econômico”, Celso Furtado assinala:

A forma oligopólica de coordenação de decisões, graças a sua enorme flexibilidade, pôde ser transplantada para o espaço semi-unificado que se está constituindo no centro do sistema capitalista. Favorecendo por todas as formas a inovação, o oligopólio constitui poderoso instrumento de expansão econômica. À liberdade de ação que vêm gozando as firmas oligopólicas, o comércio de produtos manufaturados entre os países cêntricos cresceu com extraordinária rapidez no correr dos dois últimos decênios. Por outro lado, a enorme capacidade financeira que essas firmas tendem a acumular leva-as a buscar a diversificação, dando origem ao conglomerado internacional, que é a forma mais avançada da empresa moderna (FURTADO, 1974, p. 14).

Conforme Sevá, a acumulação de capital em poucas mãos se instrumenta por meio de negociações entre partes desiguais, os que acabam sendo prejudicados são muitos. Mas são individualmente fracos, envolvidos a contragosto em transações forçadas; pessoas, famílias e até cidades inteiras sendo objetos de logro, de traição, de ameaças (2005, p. 285). No caso do Passo Real, o Estado detivera o controle e a execução do projeto, contudo financiado por capital estrangeiro e mediado por interesses de oligopólios multinacionais. Também é necessário reiterarmos que esse Estado era extremamente autoritário, e aqueles que ousassem se manifestar contrariamente eram banidos, como no caso do deputado Lauro Hagemann.

Sigaud assinala que, na tomada de decisões a respeito da construção de hidrelétricas, verifica-se a ausência de considerações a respeito das implicações sociais da inundação de milhares de quilômetros quadrados e das inúmeras obras de infraestrutura que correm em paralelo a esse tipo de investimento. A autora afirma que é tradição da Eletrobrás, e de suas subsidiárias, ignorar as implicações sociais de suas iniciativas, no momento de tomada de decisões. Uma vez definido que se vai realizar o aproveitamento desta bacia ou daquele rio, e tendo já firmados contratos milionários com as empresas e até mesmo adquirido equipamentos pesados e caros, é que se procede uma avaliação de impactos sociais para tentar, “minimizar”, “mitigar” e “neutralizar” os impactos de uma decisão já tomada em curso (SIGAUD, 1987, p. 3).

Ainda sob essa ótica, Martins destaca o caráter centralizador e autoritário assumido pelo Estado, contribuiu para que a expansão do sistema elétrico assumisse uma forma particular, caracterizada pela construção de grandes barragens que pouco considerava questões sociais ligadas às comunidades rurais e aos impactos ambientais associados (2009, p. 61).

Inferimos que, majoritariamente, a construção das usinas, e as consequentes inundações, acabavam atingindo significativo número de pessoas que tinham de deixar suas terras sem muita escolha, recebendo pequenas indenizações em dinheiro ou ficando à mercê da incerteza de serem reassentados. Ademais, entre 1948 e 1973, o Código de Águas permaneceu como letra morta. A sequência de procedimentos burocráticos que precedia a construção de grandes hidrelétricas não incluía qualquer procedimento relativo à preservação ambiental e às populações afetadas. Qualquer estudo nesse sentido era acoplado a outros estudos e projetos, não havendo qualquer aprofundamento sobre as consequências socioambientais da construção das barragens (ESPÍNDOLA, 2009, p. 41).

Urge sublinharmos que fica evidente que, na construção de Usinas Hidrelétricas a partir de grandes barragens no Brasil, o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades locais não são priorizados — em verdade, são, na maioria das vezes, ignorados. A população local é vista como um problema, um obstáculo a ser removido para liberar a área (ZEN, 2007, p. 91). Isso reverbera o caráter ideológico do processo de modernização exercido pelo aparelho hegemônico do Estado.

No caso do Passo Real, milhares de famílias foram desalojadas de suas terras e de suas casas sem nenhuma contrapartida e benefício às comunidades atingidas. Em 1968, na mesma época em que as obras da CHE Passo Real iniciaram, algumas lideranças regionais do Alto Jacuí fundaram uma cooperativa de eletrificação rural. A Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Alto Jacuí (COPREL) começou a distribuir eletricidade no campo por meio da compra junto à CEEE. Segundo as memórias do já citado Olavo Stefanello (2008), um de seus fundadores e principais líderes, as necessidades das famílias de agricultores da região não eram atendidas pelas grandes concessionárias e tampouco eram vistas como prioridade para o poder público.

Isso demonstra que o desenvolvimento da CHE Passo Real servia a um projeto de modernização voltado à industrialização financiada pelo capital internacional. Não guardava ligações diretas e prioritárias com o processo de eletrificação rural iniciado na região. Como apontado por Olavo Stefanello, não havia o interesse prioritário do Estado em investir na eletrificação do meio rural. Quando Ildo Meneghetti discursava, dizendo que a

industrialização resolveria os problemas sociais, ele afirmava: “A própria Reforma Agrária não terá sentido econômico, se não tivermos bases para industrializar a produção da terra” Tendo em vista que, no início dos anos 1960, a Reforma Agrária era uma pauta central, Ildo Meneghetti partia dela para legitimar seu discurso. No entanto, seu principal objetivo era a industrialização e não a Reforma Agrária (REBELLO, 2011, p. 30). Isso reforça seu viés contraditório, em razão de que enfatizava que era fundamental industrializar o trabalho na terra; todavia, o empreendimento hidrelétrico que ele alavancava não contribuiria diretamente para o desenvolvimento das comunidades rurais, pelo contrário, aguçaria suas contradições sociais.

Em 11 de agosto de 1967, o deputado Fernando Gonçalves, da ARENA, fez uma manifestação que legitima o fato de que as obras do Passo Real não estavam preocupadas com a eletrificação rural das comunidades locais. O deputado defendeu políticas públicas que fomentassem a eletrificação rural e criticou a postura da CEEE referente à questão:

É preciso, portanto, que se vença a resistência de alguns e se leve energia elétrica às propriedades rurais e não apenas às cidades, vilas ou povoados. Precisamos, pois, romper, com a ajuda da energia elétrica, a barreira do subdesenvolvimento, eliminando a miséria dos campos e estabelecendo padrão dignos de vida para o homem rural. O problema da eletrificação rural não pode ser visto apenas sob o ângulo da possibilidade de consumo per capita e do lucro, mas sobretudo com a visão mais ampla dos benefícios econômicos e sociais (GONÇALVES, 1967).

Na sequência, Fernando Gonçalves complementa dizendo que o homem do campo não pode permanecer em plano secundário nos projetos das companhias de energia elétrica, e a eletrificação rural não pode continuar negligenciada, porque a consideram não lucrativa. Por conseguinte, em outra fala, no mesmo dia, o Deputado crítica a CEEE: “que preocupada, com justa razão, com as grandes obras de geração de energia não tem dispensado, quem sabe pela carência de força elétrica, a necessária atenção ao problema da eletrificação rural” (GONÇALVES, 1967).

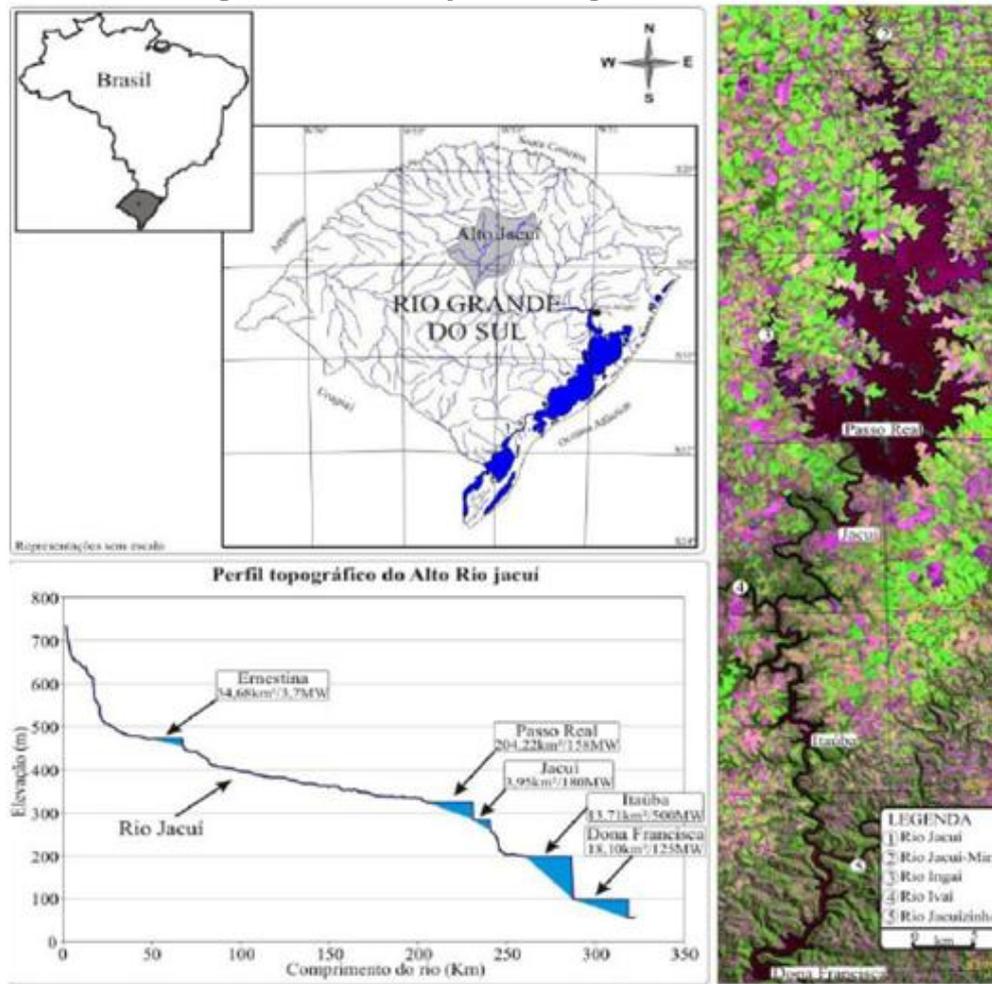
Nesse contexto, constatamos que, por um lado, a CEEE e as autoridades superiores estavam preocupadas com as grandes obras de geração de energia — que eram importantes para o projeto político desenvolvimentista preconizado pelo Governo Federal —, por outro, negligenciavam a eletrificação rural, e por sua vez o homem do campo, o qual era o principal prejudicado com as grandes obras e que não tinha garantias de que poderia continuar no meio rural, bem como se seria beneficiado com o acesso à luz elétrica. Essas contradições evidenciam o problema dos desalojados do Passo Real, posto que estavam perdendo suas terras para a construção de uma Usina que não beneficiaria diretamente as comunidades

locais, tendo em vista que a CEEE se mostrava negligente no que tangia ao desenvolvimento das Cooperativas de Eletrificação Rural. Nesse sentido, essas contradições da política desenvolvimentista que originou o projeto de construção da barragem do Passo Real começam a nos revelar o impacto causado pela ação das forças hegemônicas no engendramento daquilo que vamos chamar de espaço social de afogamento e luta.

2.2 PASSO REAL: A REGIÃO E OS SUJEITOS DESALOJADOS

Nesta seção, buscamos compreender a historicidade da região do Passo Real, o território e seus sujeitos. Conforme Reckziegel (1999), pensar uma história regional é ir para além das macroabordagens, analisar um contexto histórico-espacial mais específico, tentando entender como ele dialoga com o sistema maior, na mesma medida que possui relações internas autônomas que lhe conferem singularidade. A seguir, tem-se um mapa em que se identifica a localização da barragem do Passo Real, a partir de uma movimentação de escalas, em âmbito local, estadual e nacional, bem como sua localização topográfica no curso do rio Jacuí.

Figura 1 — Localização da barragem do Passo Real



Fonte: WACHHOLZ, Flávio; FILHO, Waterloo Pereira; FILHO, Archimedes Perez.

Compartimentação aquática espectral dos reservatórios em cascata no alto Jacuí – RS. **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE p. 4929-4935.

Geograficamente, a região em que esse processo histórico foi espacialmente produzido concerne às adjacências da bacia hidrográfica do Alto Jacuí. Com predominância de relevo planáltico, a região do Passo Real se localiza entre as regiões Noroeste, Central e Norte do Rio Grande do Sul. Já, no âmbito político institucional, a região do Passo Real compreendeu inicialmente os municípios de Cruz Alta, Ibirubá, Espumoso, que tiveram terras alagadas pela barragem, e os municípios de Santa Bárbara do Sul, Sarandi, Carazinho, Passo Fundo, Ronda Alta e Sertão, onde também foram desenvolvidos projetos de reassentamento. Com novas emancipações municipais, a partir dos anos 1980, outros municípios passaram a fazer parte desse processo, quais sejam: Fortaleza dos Valos, Quinze de Novembro, Salto do Jacuí, Jacuizinho, Alto Alegre, Campos Borges, Pontão e Boa Vista do Ingra.

Por conseguinte, pensar a região do Passo Real e seus sujeitos significa entender como se deu a produção desse espaço social, como esse território foi constituído. Para

Haesbert (2005), o território desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica. O autor destaca que a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Nesse sentido, traçaremos o perfil socioeconômico e cultural dos sujeitos envolvidos na luta pela terra, visando a compreendermos quem eram esses sujeitos desalojados pela barragem do Passo Real. Primeiramente, buscaremos contextualizar como o espaço social desses sujeitos foi historicamente produzido. Na sequência, iremos nos debruçar sobre o panorama econômico e social da região do Passo Real, antes do desenvolvimento da barragem, para, em um segundo momento, contrastarmos com a produção socioespacial dos desalojados, após o alagamento.

É importante recuperarmos aqui que o espaço em que a região do Passo Real se assenta fora historicamente construído primeiramente por índios Guaranis e depois fez parte das Missões Orientais do Rio Uruguai, pertencentes à Coroa Espanhola. Após a conquista desse espaço pelos luso-rio-grandenses, seguiu-se o já dinâmico movimento dos tropeiros, somado ao estabelecimento de alguns estancieiros nos campos que deram origem à vila do Espírito Santo da Cruz Alta, em 1821. Em 1833, o município fora oficialmente criado, desmembrando-se do Rio Pardo. O antigo município de Cruz Alta abrangia grande parte do planalto sul-rio-grandense e possuía uma área aproximada de 60.000 km², correspondente a 20% do território do Rio Grande do Sul (ZARTH, 1997, p. 17).

Conforme Silva, o município de Cruz Alta, na medida em que o tempo avançava em direção ao século XX, foi alvo de algumas divisões e subdivisões. Para o autor, isso foi resultado direto da colonização pública e privada que teve como agentes diretos os imigrantes europeus, em sua maioria, germânicos e italianos (2016, p. 19). É necessário esclarecermos que não foram apenas os imigrantes de maioria germânica e italiana os responsáveis pela produção desse espaço. Aos chamados “colonos” se somavam povos que estavam ali há mais tempo, os ditos “caboclos”.

De acordo com Silva, homens livres e pobres viviam como agregados, jornaleiros, pequenos posseiros, criadores, tropeiros, ervateiros, dentre outras nomenclaturas. Ademais, a região era habitada por número significativo de indígenas, bem como marcada pela presença de populações negras, tendo em vista que era um lugar de florestas — eles a utilizavam como refúgio encontrando formas de resistir à escravidão. Também é importante destacarmos a

presença de escravos e libertos, trabalhando nos centros urbanos ou atuando nas estâncias de criação de gado e de lavoura. Do mesmo modo, Cruz Alta também tinha sua elite político-econômica, com maioria de origem ibérico-portuguesa, era formada por possuidores e proprietários de terras.

Cabe-nos ressaltar que a produção desse espaço social foi altamente conflituosa. Na medida em que a colonização com imigrantes avançou em direção às áreas de fronteira agrária, tradicionalmente ocupadas por indígenas, negros e caboclos, os contatos e os conflitos passaram a ser maiores, processo invariavelmente marcado pela expulsão dessas populações das terras que historicamente ocupavam (SILVA, 2016, p. 29).

Nesse contexto, a expansão da agricultura comercial na região do Passo Real teve como forte incremento, nas primeiras décadas do século XX, a produção de milho e a suinocultura, que vinculadas, somaram-se à já tradicional criação de gado bovino. Conforme Mantelli, em áreas de pequenas propriedades, como as do noroeste gaúcho, apesar da agricultura classificar-se como uma policultura, encarregada de cultivar vários produtos destinados ao consumo, na verdade, sempre esteve encabeçada por um ou mais produtos de maior valor comercial. Esses produtos variam conforme as condições de produção, sua valorização e a maneira como se integram no mercado (2006, p. 98).

No final dos anos 1960 e começo da década de 1970, quando a barragem do Passo Real foi construída, o trigo liderava o panorama produtivo da região, estando o milho e a soja em um patamar secundário. Em poucos anos, a situação mudaria. A partir do final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, a soja se consolidou como o principal produto agrícola da região, seguido pelo milho, encontrando-se o trigo em um terceiro plano. Esse processo foi demarcado pela denominada “Revolução Verde”.

Conforme Rückert, é a partir de 1967 que ocorre um direcionamento das políticas públicas para o incremento da sojicultura. A exportação da soja passa a ser concebida pelo Estado como fonte de divisas para o pagamento da dívida externa. A esse contexto, somar-se-ia um fato novo: a construção de grandes barragens para a hidroeletricidade que, a partir de então, tornariam as relações de produção no campo ainda mais contraditórias. Parte da agricultura familiar permaneceria recriada e sujeitada ao capital industrial e financeiro, enquanto outra chegaria ao seu limite histórico, via expropriação e destruição de parte de seu território (2004, p. 4).

Desse modo, e para conseguirmos apreender de que forma os sujeitos desalojados se inserem na produção socioespacial dessa região antes da instalação da barragem, é premente analisarmos o panorama fundiário da área alagada. Iniciaremos pela listagem feita pela CEEE,

em 1969, das propriedades rurais que foram alagadas. Conforme as classificações atuais do INCRA⁷, a pequena propriedade compreende imóveis com área de até 4 módulos fiscais; a média propriedade entre 4 e 15 módulos fiscais e a grande propriedade acima de 15. Considerando que, no Alto Jacuí, o módulo fiscal é de 20 hectares, entendemos como pequena propriedade, de 20 a 80 hectares; de 80 a 300 hectares como média propriedade e acima de 300 as grandes propriedades.

Tabela 1 — Panorama fundiário da área alagada

Total de propriedades	3129	Percentual(%)
Pequena propriedade	2787	89,06
Média propriedade	274	8,75
Grandes propriedades	68	2,17

Fonte: Lista da CEEE 1969 – (STR-FV). Elaborado pelo autor, 2020.

Embora esses números nos possibilitem enxergar alguns elementos da conformação socioeconômica dos atingidos pela barragem, fundamentalmente composta por pequenos proprietários, eles se mostram insuficientes, posto que haja uma gama significativa de sujeitos que estavam ocultos por trás desses números da propriedade. Se cruzarmos esses dados com os títulos de reassentados pelo INCRA, até 1990, iremos inferir que muitos desalojados reassentados não eram proprietários; portanto, não aparecem na listagem elaborada pela CEEE em 1969. Para identificarmos quais reassentados eram ou não proprietários, cruzamos as fontes e buscamos ver quais nomes apareciam na lista da CEEE. Uma parte significativa dos reassentados não aparecia na lista de 1969; no entanto, percebemos que muitos eram filhos de proprietários que acabaram sendo reassentados, desse modo consideramos estes filhos de pais proprietários como proprietários. Em se tratando de não-proprietários, consideramos aqueles que nem os reassentados nem os pais aparecem na lista de 1969.

Tabela 2 — Origem proprietária dos reassentados

Total de reassentados	Percentual(%)	
(627)		
Proprietários	512	81,65%
Não Proprietários	115	18,35%

Fonte: Arquivos da Superintendência do INCRA/RS. Elaborado pelo autor, 2020.

Se somarmos a essas bases documentais duas listas de não reassentados identificadas no STR-FV, veremos a existência de mais sujeitos que estavam ocultos pelos números da

⁷ <https://antigo.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html>.

propriedade. Conforme uma lista de 1986 e outra de 1988, de 382 não reassentados, 297 não eram proprietários.

Tabela 3 — Origem proprietária dos não reassentados (STR-FV)

Total de não reassentados (STR-FV) (382)	Percentual (%)	
Proprietários	85	22,25
Não Proprietários	297	77,75

Fonte: STR-FV. Elaborado pelo autor, 2020.

Esses dados nos suscitam as seguintes problematizações: se muitos desalojados não eram proprietários, é necessário pensarmos para além do instituto da propriedade jurídica da terra. Com esse intuito, utilizaremos algumas fontes que nos permitam entender a forma pela qual esses sujeitos produziam e se reproduziam socialmente. Isso significa discutir as relações de trabalho e de propriedade da terra sob o ponto de vista da vida material, bem como sob um prisma simbólico, visando a percebermos os significados do impacto causado pela barragem na produção do espaço social dos desalojados.

Esses documentos consistem em requerimentos arrolados por um dossiê protocolado pela PMFV junto ao INCRA, em 1986. São requerimentos em que aparece o nome de 30 desalojados, evidenciando a situação em que se encontravam por mais de 10 anos, cobrando o reassentamento que havia sido prometido pelo órgão federal.

Nesse sentido, iniciaremos nossas interpretações nos debruçando sobre o caso de Seu Nestor, que em 1969 plantava 35 hectares em parceria com o sogro. Em 1986, como a maior parte de suas terras ficaram submersas, plantava em 4 hectares restantes onde possuía moradia, mas sem condições mínimas de sobrevivência. Trajetória parecida teve Noel. Em 1969 morava na comunidade rural do Rincão dos Valos trabalhando em regime de parceria. Quando a água chegou, Noel perdeu o pedaço de terra que lhe era cedido, perdendo também, a fonte do sustento de sua família. Em 1986 Noel estava com 53 anos e vivia como agregado na terra de terceiros (INCRA/RS, 1986).

No requerimento de Décio, consta que até 1969 ele plantava como arrendatário de 8 a 12 hectares com animais de tração. Em 1986, Décio, casado, tinha 10 filhos, sendo 6 maiores de idade. Além de possuir 3 vacas de leite e algumas galinhas onde morava, tinha que caminhar mais de 2km para plantar uma área de 2,5 hectares cedida por um parente. Na observação ao final do requerimento consta que a família era numerosa, e organizada poderia produzir mais, contudo, não tinham as condições necessárias para tanto, pois viviam em situação de extrema pobreza (INCRA/RS, 1986).

Nesse âmbito, cabe elucidarmos o caso de Seu Aparício. Em 1969, quando da desapropriação, Seu Aparício arrendava de cinco proprietários uma área que perfazia 100 hectares. Possuía três tratores e uma automotriz, sendo financiado pelo Banco do Brasil. Aparício também era proprietário de 2,5 hectares oriundos da herança de sua esposa e também havia comprado outros 2,5 hectares com recursos próprios. Vindo a desapropriação, Aparício perdeu tudo, inclusive o maquinário, ficando sem condições de pagar o financiamento pendente. Em 1986, Aparício vivia na área urbana de Fortaleza dos Valos, com sete filhos maiores de idade, trabalhando como empregado rural safrista (INCRA/RS, 1986).

Seu Vilmar também era proprietário, em 1969 possuía 8 hectares no município de Espumoso. Recebeu 150,00 CR\$ por hectare de indenização. Entretanto, consta que seu Vilmar possuía uma dívida no Banco, não lhe sobrando nada referente à sua indenização. Em 1986 Seu Vilmar vivia na localidade rural de Rincão dos Valos com a esposa e 7 filhos. Sobrevivia realizando “biscates”, serviços informais para a CEEE. Fazia limpeza nas ilhas da barragem, de onde retirava lenha para vender (INCRA/RS, 1986).

Já, Seu Lauro, era proprietário de 14 hectares que ficaram submersos pela barragem. Em 1986 vivia na área urbana de Fortaleza dos Valos onde sobrevivia realizando serviços informais e trabalhando como empregado rural safrista. No caso de Lucas, em 1969 era solteiro e plantava 50 hectares em parceria com seu pai. Em 1986, casado com 3 filhos menores, vivia como empregado urbano, trabalhando de carregador e faxineiro nos armazéns de uma cooperativa tritícola. Destino similar teve Seu Fernando, que em 1969 trabalhava sobre o regime de parceria e em 1986 sobrevivia realizando atividades informais na área urbana, bem como trabalhando como empregado rural safrista (INCRA/RS, 1986).

Também vivendo em condições muito adversas, encontravam-se três viúvas, que além dos maridos, também perderam as terras onde viviam. Nesse contexto se insere a família de dona Elisa, que vivia em terra arrendada e, logo após o alagamento, o marido faleceu. Com três filhos menores, Dona Elisa sobrevivia trabalhando como faxineira na zona urbana de Fortaleza dos Valos. No caso de Dona Vicentina, o marido havia falecido em 1975, deixando-a com nove filhos, sendo três menores de idade. Em 1969, a família possuía 1,5 hectare de terra; em 1986, dona Vicentina vivia de lavadeira na área urbana de Fortaleza dos Valos, e os filhos maiores trabalhando como diaristas em granjas alheias (INCRA/RS, 1986).

Também viúva, e em situação bastante precária, estava Dona Amália, em razão de que seu Marido, João Paulo, havia sido assassinado, em 1970, por “questões de terra”, segundo consta na documentação. Viúva, com cinco filhos, e grávida de 4 meses quando o marido morreu, conforme seu requerimento, dona Amália foi chamada para receber um lote

na Fazenda Boa Vista. Como estava no hospital, em decorrência da morte do marido, não recebera documentação. Tempos depois, compareceu, em nome do marido, a várias reuniões, na tentativa de ser contemplada com um lote; contudo, como não possuía documentação da terra, fora rejeitada. Assim, em 1986, Dona Amália trabalhava como lavadeira e recebia 1/2 salário de pensão, por ser viúva de trabalhador rural. Já os filhos maiores de idade, trabalhavam como empregados rurais safristas (INCRA/RS, 1986).

Desse modo, as fontes apresentadas nos permitem visualizar os desalojados para além da propriedade jurídica da terra. Os dados de suas relações e condições de trabalho, moradia e sustento do núcleo familiar, possibilitam-nos, mais do que saber se eram ou não proprietários e o tamanho das propriedades que possuíam, inferir como os desalojados produziam e reproduziam seu espaço social. Abaixo segue o quadro da amostragem de dados referente aos 30 desalojados arrolados no dossiê enviado pela PMFV ao INCRA em 1986. O quadro demonstra o panorama geral das relações dos Afogados antes da barragem.

Tabela 4 — As relações de trabalho dos Afogados (Dossiê PMFV — 1986) antes da barragem

Total de Afogados		Percent
(30)		ual(%)
Pequenos Proprietários	13	43%
Proprietários/Arrendatários	1	3,3%
Arrendatários e Parceiros	16	53%

Fonte: Arquivos da Superintendência do INCRA/RS. Elaborado pelo autor, 2020

Esses dados nos mostram que todos os desalojados arrolados no Dossiê PMFV-1986 viviam na zona rural por meio do trabalho na terra. Excetuando o caso de Seu Aparício, que embora fosse proprietário de apenas 2,5 hectares, arrendava uma quantia de quase 100 hectares, todos os outros viviam da produção em áreas menores a 50 hectares. Nesse sentido, para além desses dados quantitativos que expressam as formas jurídicas de acesso a terra, é importante recorrermos às descrições trazidas pelas fontes para analisarmos como se dava as formas de produção e reprodução social. Embora as tipologias “arrendatário” e “parceiro” tecnicamente possuam sentidos históricos um pouco distintos as colocamos num mesmo loco, posto que, mediante a análise das fontes, foi possível evidenciarmos que tratam de relações socioprodutivas fundamentalmente similares, em que pagavam parte da produção ao proprietário para ocupar, viver e trabalhar na terra. Não conseguimos identificar significativa diferença entre os dois casos. Nenhum dos casos apresenta contrato escrito, eram acordos verbais entre as partes, como nos corrobora o caso de seu Almir e seu Ronaldo, em que os proprietários, no ano de 1986, fizeram uma declaração de vínculo de parceria anexa a seus

requerimentos, não possuíam nenhum contrato na época anterior ao alagamento (INCRA/RS, 1986).

Cabe-nos informar que todos esses desalojados sobreviviam por meio de uma forma de produção fundamentada no trabalho familiar — alguns com famílias mais numerosas, uns com mais recursos do que outros; no entanto, todos reproduziam um padrão socioeconômico produtivo similar. Para entendermos o que seria esse padrão, contemplaremos a categoria de “unidade familiar” (UF) discutida por Vidal e Santos: “a presença predominante da mão de obra familiar, a diversidade de culturas, a necessidade de pouca terra para reprodução e produção basicamente para a subsistência, em que apenas o excedente é comercializado” (2016, p. 55).

Pensarmos um padrão socioeconômico produtivo dos desalojados, a partir dessa categoria de “unidade familiar”, implica pensarmos os desalojados do Passo Real como camponeses. Na visão do sociólogo brasileiro José de Souza Martins, o vocábulo camponês, no Brasil, tem sentido político e uso recente. O termo camponês começaria a aparecer com mais força no Brasil a partir dos anos 1950, fortemente vinculado às lutas dos trabalhadores rurais (MARTINS, 1981, p. 21-22). Conforme Bertero (2007, p. 99), a interpretação do campesinato construída por José de Souza Martins concerne aos trabalhadores rurais não assalariados que produzem fundamentalmente para a subsistência familiar. Assim, o campesinato é produto da expansão capitalista, estando à margem desse sistema.

Para Godoi, Menezes e Marin, é necessário pensar a economia camponesa articulada com uma produção para o mercado (2009, p. 25). Segundo as autoras, esse viés vai ao encontro das interpretações inauguradas por Shanin (2005), assinalando que o avanço do capitalismo no campo não fará os camponeses desaparecerem completamente, nem permanecerem como antes e nem se tornarem proletários. No Dicionário da Terra, Mario Grynszpan assinala que o campesinato é uma categoria que possui sentidos tão diversos e que defini-la é um exercício de relativa dificuldade. Contudo, sob um olhar superficial, é possível dizer que o camponês é aquele que tem acesso a uma parcela de terra para produzir; que essa produção se faz, fundamentalmente, a partir da força de trabalho familiar; sendo familiar, a unidade camponesa é, a um só tempo, unidade de produção e de consumo (2005, p. 73).

Motta e Zarth (2009) assinalam que no Brasil a condição camponesa seria bastante diversa, incluindo proprietários, posseiros e pequenos arrendatários e, desde extrativistas e agroextrativistas até quilombolas, bem como os novos poliprodutores, resultantes dos assentamentos de Reforma Agrária. Como aponta Klaas Woortmann, a condição camponesa seria constituída por sujeitos que concebem a terra como um objeto de trabalho e a expressão

de uma moralidade, algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. A terra não é simples coisa ou mercadoria, é mais do que a natureza onde simplesmente se projeta o trabalho doméstico, ela é onde se faz o trabalho e se constrói a família enquanto valor, como patrimônio, ou como dádiva de Deus (1990, p. 12).

Isso posto, cabe-nos apreciarmos a seguinte tabela sobre a amostragem de dados dos desalojados listados pelo Dossiê PMFV-1986, que revela as alterações nas relações de trabalho após a instauração da barragem.

Tabela 5 — As relações de trabalho dos Afogados (Dossiê PMFV -1986) após a barragem.

Total de Afogados (30)	30	Percentual(%)
Empregados rurais	14	46,6%
Empregados urbanos	4	13,3%
Empregados urbanos e rurais	4	13,3%
Agregados	6	20%
Proprietários	1	3,3%
Arrendatários	1	3,3%

Fonte: Arquivos da Superintendencia do INCRA/RS. Elaborado pelo autor, 2020

Abarcados na tipologia de “empregados rurais”, estratificamos os Afogados que trabalhavam em granjas de terceiros como safristas, diaristas e/ou diversos trabalhos rurais informais que aparecem, às vezes, nas fontes como “biscates” — vide o caso de Seu Vilmar, que sobrevivia realizando biscates para a CEEE, limpando as ilhas da barragem e recolhendo lenha para vender. Como “empregados urbanos” entendemos os sujeitos que tinham emprego fixo na cidade, como seu Lucas, que trabalhava em uma Cooperativa, e, também, os que realizavam serviços informais na área urbana. Acrescentem-se a essa tipologia mulheres que trabalhavam como lavadeiras e faxineiras.

Já, os “empregados urbanos e rurais” são os que subsistiam entre serviços informais, na zona urbana e, também, realizando “biscates”, na zona rural, e/ou trabalhando sazonalmente como empregados rurais safristas. Os “agregados” são os sujeitos que viviam em terrenos cedidos por terceiros, muitas vezes, trabalhando diretamente como empregados para os proprietários e/ou plantando em uma pequena área de terra em regime de parceria.

Em se tratando da tipologia “proprietários,” temos o caso específico de Seu Nestor que, conforme seu requerimento, “sem condições mínimas de sobrevivência”, plantava os 4 hectares que haviam sido “poupados” pela água da barragem. A tipologia “arrendatários” faz referência a Seu Décio, que tinha que percorrer uma distância de 2 km para plantar 2,5 hectares arrendados de um parente, vivendo em situação de “extrema pobreza”.

Inferimos que todos esses desalojados sofreram alterações em suas formas de produção e reprodução do espaço social. Isso significa afirmarmos que, além de modificações nas relações laborais, o afogamento também produziu a deterioração material nas condições de trabalho, de moradia e de manutenção da unidade familiar. Nesse âmbito, podemos reiterar o recém-citado Seu Décio que, vivendo em extrema pobreza, tinha que percorrer distância significativa para trabalhar e conseguir sustentar a família de 10 filhos. Também Seu Pedro que, além de sustentar 3 filhos menores e viver em “péssimas condições”, o pedaço de terra onde vivia como agregado tinha difícil acesso, devido às estradas deterioradas (INCRA/RS, 1986).

A maioria dos desalojados teve seus meios de produção totalmente destruídos pela água e, àqueles a quem ainda restou alguma coisa, não era o suficiente para se reproduzirem socialmente, como unidade familiar. Em termos jurídicos, todos esses desalojados sofreram a desintegração de seu *status quo ante*; em outros termos, encontravam-se materialmente em uma situação pior do que antes do alagamento (CINTRA, 2005, p. 272). Isso nos revela uma das faces do afogamento, a precarização da vida material; a outra face, a de dimensão afetiva e simbólica, está dialeticamente vinculada à primeira, questão, sobre a qual nos debruçaremos nos próximos capítulos.

Cumpramos registrar que, nesse capítulo, foi possível compreendermos o desenvolvimento das forças que afogaram os desalojados do Passo Real, mediante um projeto de Estado desenvolvimentista que, financiado pelo Capital internacional, buscou a industrialização eletrointensiva, sem se preocupar com os sujeitos que seriam prejudicados por esse empreendimento. Nesse âmbito, também identificamos de que forma os desalojados produziam seu espaço social, antes da construção da barragem, e como começaram a vivenciar o afogamento, caracterizado pela precariedade material e simbólica de sua produção socioespacial após o alagamento de suas terras.

3 CAPÍTULO II — ENTRE O AFOGAMENTO E A LUTA

Neste capítulo, objetivamos compreender os sentidos e os significados da luta pela terra dos desalojados do Passo Real na ampla conjuntura de 1967 a 1979. Analisaremos como os desalojados foram produzindo seu espaço social a partir de uma relação dialética entre o “afogamento” e a “luta”. Desse modo, buscaremos entender os resultados de suas primeiras mobilizações, por meio da análise da constituição do Acordo de Cooperação. Por conseguinte, discutiremos o acirramento das tensões entre os espaços de luta e afogamento, a partir da implementação das medidas de reassentamento previstas no referido Acordo. Nesse sentido, também analisaremos as incorporações políticas que foram constituindo o processo de luta dos desalojados, buscando entendermos as circulações afetivas que as permearam, bem como identificarmos seus significados e sentidos.

3.1 O AFOGAMENTO E A GÊNESE DA LUTA

Nesta seção, visamos a analisar o início do processo de afogamento e a gênese do processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real. Buscamos compreender os sentidos que permearam o processo de transformação dos agricultores do Passo Real em desalojados e, por conseguinte, entendermos suas reações, como foram constituídas suas incorporações políticas, para compreendermos os sentidos de sua luta no final da década de 1960.

A primeira manifestação pública em defesa dos desalojados do Passo Real da qual temos registro é datada de 28 de março de 1967, um pronunciamento parlamentar do deputado da ARENA, Fernando Gonçalves, no plenário da AL/RS. Fernando Gonçalves expôs os problemas que estavam acontecendo na região onde estava sendo construída a barragem do Passo Real. Destacou que, em razão do conseqüente alagamento, mais de mil famílias das cidades de Cruz Alta e Ibirubá perderiam suas terras. O parlamentar afirmou que levou a questão ao conhecimento das autoridades federais do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), em razão de que, segundo ele, tais famílias, em sua maioria compostas por pequenos proprietários e modestos agricultores, deveriam ser deslocadas para outras terras onde pudessem exercer suas atividades (GONÇALVES, 1967).

Por conseguinte, Fernando Gonçalves leu o telegrama do então Prefeito de Ibirubá, Olavo Stefanello, que pedia aos senhores deputados providências em relação ao problema dos desalojados do Passo Real. Afirmou que, segundo a CEEE, mais de 6 mil pessoas perderiam suas terras e que, se as diferentes instâncias e autoridades não construíssem uma ação

coordenada, a matéria não teria solução. O deputado Fernando Gonçalves também assinalou que o Presidente do IBRA, General Fritz, esteve no local, mas até então não havia apresentado nenhum relatório conciso. Nesse sentido conclamava os outros deputados e o presidente da Casa para que se esforçassem no intento de tranquilizar os agricultores atingidos e buscar uma saída para o grave problema. Em seguida, Fernando Gonçalves fez a leitura do telegrama que enviou ao Ministro da Agricultura, Dr. Ivo Arzua:

Autoridades locais e líderes municipais de Ibirubá e Cruz Alta no Rio Grande do Sul manifestam mais uma vez preocupação grave problema terá origem para quase mil famílias agricultores construção barragem Passo Real cujo levantamento acaba ser concluído Companhia Estadual de Energia Elétrica. Reina intranquilidade seio agricultores e autoridades manifestam com razão suas preocupações. Solicito Vossência gentileza informações referente andamento solução problema fim ajudar tranquilizar populações referidos Municípios. Sds. Deputado Fernando Gonçalves (GONÇALVES, 1967, p. 165).

O deputado salienta que enviara tal telegrama ao Ministro da Agricultura e ao Presidente do IBRA, referindo que, no futuro, não poderiam afirmar que as autoridades federais não estavam inteiradas acerca dos problemas referentes a tal processo. Pontua que, quando fizessem uma obra de tal vulto, também era necessário levar em consideração o homem local, não apenas aqueles que estavam longe e seriam beneficiados, mas aqueles que, por uma fatalidade, seriam prejudicados a um primeiro impacto. Ao terminar, reforçou a intenção de deixar registrado nos anais da Assembleia o grave problema que estava a afligir mais de mil agricultores e as autoridades de Ibirubá e Cruz Alta (GONÇALVES, 1967, p. 165).

O empreendimento atendia aos interesses dos industriais do capital internacional e de uma pequena camada da população que seria beneficiada. As comunidades atingidas, além de estarem marginalizadas do processo industrial, sofreriam as impactantes contradições advindas da construção da barragem, marcadas por profunda precarização social.

Ademais, as manifestações do deputado Fernando Gonçalves nos permitem evidenciar a forma pela qual se desenvolveram as primeiras reações dos desalojados do Passo Real, mobilizando-se por meio de seus líderes locais, que buscaram, nas instâncias representativas superiores, respostas para suas angústias e anseios. Conforme aponta a documentação do SNI, em 20 de novembro de 1967, os prefeitos de Ibirubá e Cruz Alta, Olavo Stefanello e José Westphalen Corrêa, respectivamente, estiveram reunidos em Sede Vitória com os agricultores ameaçados de desapropriação pela barragem do Passo Real (SNI, 1977). O então Prefeito de Ibirubá, que estabeleceu um canal de comunicação entre os

Afogados e os deputados da Assembleia Estadual, deixou um livro de memórias que revela dados importantes para a compreensão do problema.

Olavo Stefanello afirma que havia sido procurado pelos atingidos para que intervisse em seus clamores. Assim, Olavo teria os denominado de “Afogados”: “Os Afogados do Passo Real, como eu os denominei, só aceitariam sair de suas terras pacificamente, se a CEEE e os governos lhe dessem outras terras, assentando-os não distante dali e com a mesma infraestrutura” (STEFANELLO, 2008, p. 227). Olavo destacou que os desalojados o procuravam desesperadamente: “Nem dormir sossegado eu podia, tantos eram os líderes do meio rural que me procuravam, porque o desespero tomara conta das famílias, havia ameaças de que seriam expulsas da área à força. O encaminhamento das desapropriações não estava sendo bem conduzido” (STEFANELLO, 2008, p. 227). Nesse sentido, Olavo Stefanello também relata que se entrevistara com os Presidentes Castello Branco, Costa e Silva e Médici, dizendo que “*como a solução ideal e necessária*” tardou em vir, muitas audiências e reuniões foram realizadas sem que o problema fora resolvido (STEFANELLO, 2008, p. 228).

Conforme Lefebvre (2006), a hegemonia também se exerce por meio do espaço. Um conjunto de superestruturas institucionais e ideológicas, não apresentada como tais, projetadas por meio de símbolos e significações. Isso significa afirmarmos que o projeto desenvolvimentista do Estado, através da implementação da barragem do Passo Real, produziu relações no espaço acarretando profundas transformações, constituindo um novo espaço. Diante desse novo espaço, os desalojados reagem, e, na medida em que reafirmam que não vão sair de suas terras pacificamente, se suas reivindicações não forem devidamente atendidas, eles resistem e produzem o que Lefebvre chamou de contra-espaço, ou espaço de contracultura. Nesse sentido, por meio de sua reação e resistência, os desalojados configuram o que vamos chamar de “espaço de luta”.

Para os desalojados, o espaço de luta seria a busca pela ruptura com aquele novo espaço para o qual haviam sido empurrados pela barragem, o espaço de afogamento, um processo de precarização, material e simbólica, de sua produção socioespacial. Assim, o espaço de luta e o espaço de afogamento são duas faces de um mesmo espaço social em conflito. É necessário compreendermos o desenvolvimento desse espaço social em sua historicidade. No final da década de 1960, o espaço de afogamento se constituía por meio da percepção dessa nova realidade, que ia se colocando diante desses agricultores e, conseqüentemente, transformando-os em desalojados. Quando identificamos nas fontes expressões como “intranquilidade”, “preocupações”, “ameaças”, “desespero” e “não nos

abandones” — como apresentaremos posteriormente — podemos evidenciar que se trata de um espaço social permeado por afetos, como o medo e o desamparo.

O medo, como a espera que algo ruim irá acontecer; o perigo iminente; a percepção do desconhecido; a ameaça de que a vida, como até então a conheciam, vai ser afundada com a força das águas. A ansiedade diante da incerteza, a preocupação de não saberem o que vai lhes acontecer, como irão sobreviver, como irão trabalhar e sustentarem suas famílias. Nesse contexto, o medo também circula com o desamparo. Como aponta Safatle, o desamparo é antecipado pelo perigo (2016, p. 52), o que provoca o desabamento de sua ordem simbólica. Logo, quando os agricultores em processo de desalojo dizem: “não nos abandones”, revelam essa face do desamparo, o desespero, a sensação de que aquilo que os amparava estava ruindo, deixando-os sem esteio.

Sendo assim, o espaço de luta é um contra-espaço do espaço de afogamento, um conjunto de reações e resistências que também se dá pelo percebido das práticas materiais e, ao ser concebido e vivido, produz representações que buscavam a ruptura com o afogamento. Entendermos a luta dos desalojados do Passo Real, nesse contexto, significa compreendermos como se desenvolveram e quais os sentidos das incorporações políticas que buscaram superar nesse espaço de afogamento. A luta dos desalojados foi o conjunto de ações de enfrentamento das forças que os afogaram. Dessa forma, importa-nos analisarmos o sentido da constituição desse enfrentamento, nessa primeira conjuntura de fins dos anos 1960.

Conforme identificamos, a incorporação política dos desalojados se deu mediante a procura de líderes locais e regionais, que encaminharam as reivindicações para as autoridades superiores. Dentre esses líderes locais, cabe analisarmos, predominantemente, a relação dos desalojados com Olavo Stefanello, prefeito de Ibirubá à época. Conforme o próprio Olavo, teria sido ele quem denominou os desalojados do Passo Real de “afogados”; contudo, esse termo só vai aparecer publicamente, pela primeira vez, no ano de 1982. Para além do suposto fato de ter sido ele quem teria denominado os desalojados de “afogados”, vale problematizarmos as estreitas relações que Olavo Stefanello estabeleceu com os desalojados, em razão de que, segundo ele, o chamavam de “pai dos assentados”:

Pai dos assentados do Passo Real? Nunca me intitulei “pai dos assentados” do Passo Real, mas foi assim que me batizaram em decorrência natural de minha ação corajosa em defesa dos interesses das famílias, cerca de 2.500, intimadas a abandonar suas casas, pois residiam às margens dos rios Jacuí, Jacuí Mirim e afluentes, e confluências dos dois rios em Sede Aurora até Salto do Jacuí. O clamor era grande: “não nos abandones, tu és um dos nossos, a tua terrinha do Faxinal também vai ser alagada. Faça alguma coisa por nós, não queremos ficar na rua, nem ir para longe daqui...” (STEFANELLO, 2008, p. 226, p. 227).

Além dos relatos constantes no livro de memórias de Olavo Stefanello, não temos outras fontes que nos ajudem a corroborar se realmente ele foi chamado de “pai dos assentados”. Importa registrarmos que seus relatos, cruzados com os discursos parlamentares e informes do SNI, já citados, são importantes para compreendermos o caráter da incorporação política que os desalojados empreenderam por meio da mediação desse líder local. Some-se a isso o fato de que Olavo também assinalou que convocou as lideranças dos municípios circunvizinhos, com quem debateu a questão e a submeteram às autoridades de Porto Alegre e Brasília. Informa que lhes fizeram promessas; todavia, as soluções, de fato, foram postergadas. Olavo afirmou que, quando os primeiros reassentamentos foram efetivados, envolveu-se diretamente na organização dos deslocamentos das famílias.

Como afirma Safatle, não há política sem a encarnação em alguma região, e em momentos precisos, da existência da vida social em seu conjunto de relações. E é tal encarnação que afeta os sujeitos que compõem o corpo político, criando e sustentando vínculos, encarnação que pode se dar sob a figura do líder, da organização política, da ideia diretiva, dos vínculos a certos arranjos institucionais, mas que deve se dar de alguma forma (2016, p. 20). Desse modo, entendemos que a representação de Olavo Stefanello como “pai dos assentados” simboliza uma encarnação política da figura do líder; de um cuidado paterno frente ao inimigo que espreita; de uma autoridade que os ampara diante dos riscos produzidos pelo desamparo iminente de serem expulsos de suas terras.

Entretanto, essa relação política de poder estabelecida entre os desalojados e seu líder local, que os mediava, não era gratuita, haja vista que tinha sua historicidade. Os vínculos que sustentavam essa encarnação se davam a partir de relações de identificação e reconhecimento da legitimidade da autoridade. Como consta nos relatos de Olavo Stefanello (2008), bem como na Lista da CEEE de 1969, ele também teve um pequeno pedaço de terra alagado. Nascera na localidade de Sede Vitória e fora comerciante em Sede Aurora, comunidades diretamente atingidas pelas águas da barragem. Portanto, Olavo conhecia a maioria dos agricultores atingidos. Como aponta Sigaud, o suporte político em torno dos atingidos reside no fato de que, no Sul, muitos políticos são de origem camponesa, existindo um denominador comum em termos de origem social entre agricultores, clero e classe política (1986, p. 104).

Além da origem camponesa como fator de identificação, Olavo Stefanello possuía um capital político e simbólico que sustentava o reconhecimento da legitimidade de sua autoridade. No início dos anos 1960, Olavo fora da coligação (PSD-PTB) pela qual se elegera prefeito de Ibirubá, em 1963, mantendo uma relação política próxima a Jango e a Brizola. Fundou a primeira estação de rádio local, cuja autorização conseguira depois de encontro com

o presidente Jango. Após o Golpe de 1964, Olavo fora investigado pelo SNI, em função de seus vínculos com Jango e Brizola, mas depois acabara se filiando à ARENA, também estabelecendo relações políticas com vários deputados arenistas como Fernando Gonçalves e Nelson Marchezan. Em 1968, também foi um dos líderes fundadores da Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Alto Jacuí (COPREL), desempenhando uma atuação direta com a população do meio rural (SNI, 1974).

Nesse contexto, a encarnação de Olavo Stefanello como a figura paterna do líder, na incorporação política dos desalojados, sustentava-se pela origem camponesa comum que propiciava a identificação e, portanto, a confiança dos sujeitos, que, em alguma medida, o enxergavam como um igual. Some-se a isso, aquilo que representava a diferença entre eles, o capital simbólico político que dotava a figura paterna do líder de poder, poder para tentar resolver uma questão que eles entendiam não possuir, como camponeses. Assim, as situações de angústia e desespero relatadas nas fontes, revelam uma situação de desamparo que funciona como um gatilho para uma incorporação política estruturada no medo, como afeto político central, constituindo uma relação política de subordinação, na medida em que buscam o amparo por meio da figura paterna do líder.

Ao demonstrar o processo de mediação da luta pela terra no sudoeste do Paraná na década de 1980 através da atuação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), Rocha e Vieira falam da mediação como uma relação interativa, formativa e recíproca estabelecida de forma horizontal e circular entre o mediador, neste caso o MASTES, e os mediados, representados por ocupações, acampamentos e agricultores sem-terra, revelando um processo social dialético (2021, p. 556). Contudo, no caso entre os desalojados e Olavo Stefanello, ainda que também consista em um processo social dialético, observamos que a mediação não se deu de forma horizontal, pois ainda que possuíssem elementos de identificação, a incorporação política estabelecida esteve marcada pela verticalidade na qual os desalojados estavam subordinados diante da autoridade do líder.

Cumpre-nos ressaltar que não estamos propondo com isso a inércia política dos desalojados, que eles não agiram por sua causa, ou que tenham delegado a terceiros a defesa de seus interesses na luta pela terra. Defendemos que, sim, eles lutaram, produziram um ato emancipatório, na medida em que enfrentaram as forças que os afogavam. Contudo, o que objetivamos analisar é como se deu esse processo de enfrentamento, o sentido da luta naquele momento, uma emancipação dialeticamente tensionada por uma incorporação política de subordinação, marcada pelo medo do desamparo iminente e pela busca de amparo na figura paterna do líder.

Sendo assim, nessa seção, foi possível evidenciarmos como foram se constituindo dialeticamente os espaços de afogamento e de luta. Quando seu espaço social foi radicalmente modificado pela implementação da barragem, e foi se constituindo o espaço de afogamento, caracterizado pela precariedade material e simbólica, os desalojados reagiram e produziram um contra-espaço de luta. Uma ação de enfrentamento das forças que os afogavam, e que ensejavam emancipação, na medida em que enfrentavam essas forças, mas que, ao mesmo tempo, reiteravam a subordinação a elas, dado que o campo de forças em que estavam inseridos engendrava relações materiais e simbólicas de poder que os subordinava.

3.2 O “ACORDO DE COOPERAÇÃO”

Nesta seção, analisaremos a constituição da política pública responsável pelo reassentamento das famílias desalojadas. Observamos que, desde o momento em que os desalojados perceberam e conceberam que suas vidas seriam “invadidas” pelas águas da barragem, começaram a vivenciar o espaço de afogamento. Dialeticamente, reagiram e resistiram produzindo um espaço de luta, em razão de que não aceitariam pacificamente sair de suas terras. Sendo assim, em suas primeiras mobilizações, no ano de 1967, os desalojados procuraram as lideranças locais que encaminharam suas reivindicações para o parlamento estadual.

Cumpramos pontuar que, por meio dessa arena política, seus reclamos chegariam à mesa dos generais da Ditadura, do presidente do IBRA, do ministro da Agricultura, bem como dos presidentes da República. Por conseguinte, após essas primeiras mobilizações, entre 1968 e 1969, foram assinados vários termos e acordos entre os Governos Federal e Estadual, que resultariam na formalização do “Acordo de Cooperação”, no qual a União assumiria a responsabilidade de reassentar os desalojados.

Acreditamos que o Acordo de Cooperação seja resultado da luta pela terra dos desalojados do Passo Real; contudo, embora a ação dos desalojados tenha sido decisiva, necessitaremos discutir o Acordo com maior detalhamento, a fim de compreendermos outros fatores que possibilitaram sua constituição; as implicações do contexto de luta pela terra no Brasil e da arena política tangente à Reforma Agrária.

O Relatório da Comissão Especial dos Agricultores Desalojados do Passo Real, publicado pela Assembleia Legislativa em 1984, menciona a assinatura de um “Acordo de Cooperação”, firmado em 28 de agosto de 1968. No entanto, em nossas pesquisas, nos arquivos da Superintendência do INCRA/RS e nos STR's da região do Passo Real, não

encontramos documento com essa data. Por outro lado, tivemos acesso a um Termo de Convênio entre o IBRA e CEEE datado de 23 de outubro de 1969:

TÉRMO DE CONVÊNIO entre o INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA – IBRA e a COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE, objetivando o reassentamento das famílias de agricultores atingidos pelas obras da Barragem do Passo Real, nos municípios de Espumoso, Cruz Alta, Ibirubá e Selbach, no Estado do Rio Grande do Sul (INCRA/RS, 1969).

É importante pontuarmos que, no interior do documento, há o seguinte trecho: “*Decidiram as partes realizarem uma Ação Conjunta e integrada para equacionar o reassentamento das famílias atingidas pela CHE Passo Real, para o que firmam o presente Acôrdio de Cooperação*”(INCRA/RS, 1969). Isso nos leva a inferir que esse seja o documento final do “Acordo de Cooperação”. Conforme outro trecho, o referido “Acordo” teria se originado da assinatura de um Termo de Compromisso entre as partes, em 29 de setembro de 1969. Com relação ao “Acordo de Cooperação”, datado de 28 de agosto de 1968, que cita o Relatório parlamentar, quiçá possa, de fato, ter sido lavrado um termo preliminar que resultaria no Termo de Convênio de outubro de 1969.

Para além da data em si, importa-nos aqui discutirmos o seu conteúdo e suas implicações. Em um primeiro momento, o Acordo de Cooperação traz uma justificativa de suas ações. Segundo consta, para a construção da Barragem do Passo Real, 25 mil hectares seriam alagados, atingindo 1600 propriedades rurais às margens dos rios Jacuí, Jacuí-Mirim e Igaí. Sinaliza que a obra da Hidrelétrica do Passo Real seria prioritária no Plano de Eletrificação do Estado, sendo aprovado por organismos financeiros nacionais e internacionais, como bem observamos no primeiro capítulo. O documento assinala que, nas 1600 propriedades que seriam alagadas, viveriam cerca de 2000 famílias de agricultores, entre proprietários, parceiros, arrendatários, assalariados e posseiros, e que em grande número teriam optado pelo reassentamento em outras áreas, em vez de serem indenizados em moeda corrente nacional (INCRA/RS, 1969).

Primeiramente, é importante destacarmos que o texto do Acordo indica que os Afogados tiveram a opção de escolher entre o reassentamento e a indenização em dinheiro, dando a impressão de que essa escolha foi uma ação benevolente do Estado, que se preocupou com o destino dos Afogados; contudo não existia, na legislação, nenhuma obrigatoriedade em reassentar os desapropriados por utilidade pública, bem como, em um primeiro momento, as autoridades superiores não constituíram algum plano que se preocupasse com as famílias atingidas pela barragem.

Em 3 de agosto de 1983, num encontro ocorrido na AL/RS, que discutiu a implantação de barragens no Alto Uruguai, o deputado Algir Lorenzon, do PMDB, proferiu um discurso em que alertava sobre os possíveis problemas que poderiam ocorrer na implantação das barragens no rio Uruguai. Produziu suas reflexões a partir da memória das experiências que teve ao acompanhar de perto o que ocorreu com os desalojados do Passo Real:

Acompanhei de perto a questão, porque vivia lá, morava lá, tinha um contato com os agricultores. Posteriormente, já formado, advoguei perante a Justiça a causa de alguns agricultores – não muitos – que se sentiam prejudicados e que contestavam, não a desapropriação em si – esta, pela dura lei que vivemos, é incontestável -, mas os valores pagos pela CEEE, órgão do Estado responsável pela construção da hidroelétrica do Passo Real. E aqueles que tiveram condições de acionar a CEEE na Justiça, todos eles, sem nenhuma exceção, tiveram ganho de causa. A CEEE ofereceria para eles, na época, cento e cinquenta cruzeiros o hectare. Isso foi exatamente no período compreendido entre 1966 e 1969 (LORENZON, 1983).

Como é possível apreendermos, a desapropriação era irreversível, não poderia ser discutida pelos atingidos. Cintra assinala que o dispositivo jurídico de desapropriação por utilidade pública é um instrumento utilizado pelo Estado para solucionar e harmonizar o impasse entre o interesse público e o interesse do proprietário (2005, p. 19). O conceito de utilidade pública não é unívoco, podendo variar de acordo com o lugar, época e ordenamento jurídico, tampouco é rígido e limitado, pelo contrário, sendo flexível e largo, comportando certo arbítrio, porque é opinativo, como os programas de administração (2005, p. 463).

A autora assinala que a ação de desapropriação se fundamenta na necessidade pública, utilidade pública e interesse social. Assim, o interesse social, como motivo de desapropriação, já presente na carta constitucional de 1946, se legitimaria para efetivar a solução de um problema social. Desse modo, a doutrina jurídica entende que o interesse social ocorre toda vez que um determinado bem for prestante para a paz, progresso social e desenvolvimento da sociedade (CINTRA, 2005, p. 269). Por conseguinte, o art. 2º da lei 4.132 de 1962 definiu os casos que compreendem o interesse social, dentre esses está presente o da eletrificação (CINTRA, 2005, p. 270).

No entanto, em 1941, havia sido promulgado o Decreto-lei n. 3.365, que dispôs sobre a desapropriação por utilidade pública, introduzindo profundas alterações nas normas do direito expropriatório. Uma dessas alterações proibiu que a utilidade pública legalmente declarada fosse contestada judicialmente (CINTRA, 2005, p. 232). Como apontou o deputado Lorenzon, era impossível contestar a desapropriação por utilidade pública. Além da legislação, somava-se o período ditatorial em que o processo de desapropriação se efetivou.

Era um instrumento blindado do aparelho de hegemonia que sentenciava aquelas famílias ao desalojo.

Ademais, a problemática situação das famílias desalojadas se aguçaria em função das parcas indenizações pagas pelo Estado. De acordo com Cintra, da mesma forma que é necessária a existência efetiva da utilidade pública, a indenização constitui um requisito da legitimidade do ato expropriatório (2005, p. 271). Constitui um elemento essencial da noção de desapropriação por utilidade pública, uma vez que a mesma só pode ser efetuada mediante o pagamento contemporâneo de justa indenização. Marienhoff assinala que, em matéria expropriatória, deve se entender indenização como o ressarcimento do necessário para que o patrimônio do expropriado se mantenha na situação em que se encontrava antes da expropriação (1997, p. 244). As Cartas de 1946 e 1967 definiam que a indenização deveria ser prévia e justa, paga em dinheiro. O Ato Institucional n.9, de 25 de abril de 1969, momento em que muitas das desapropriações do Passo Real estavam sendo realizadas, suprimiu a indenização prévia, nos casos de propriedades rurais.

Conforme assinalou o deputado Lorenzon, o valor indenizatório pago por hectare era de 150,00 CR\$, baixíssimo, não era o suficiente para reestabelecer o patrimônio dos desalojados. Como alguns desalojados alegaram para o Jornal Zero Hora, em 1978: “Nos pagavam 150,00 CR\$ pelo hectare, isso só dava para fazer a mudança” (ZERO HORA, 1978). O valor era tão irrisório e injusto que, como afirmou Lorenzon, aqueles que conseguiram entrar na Justiça, tiveram ganho de causa; todavia, para a maioria dos desalojados, com exíguos recursos econômicos, contestar a indenização judicialmente era praticamente inviável, como o próprio Lorenzon também afirmou, que advogara para alguns agricultores, mas não muitos.

Segundo Machado, o judiciário no Rio Grande do Sul possuía um caráter elitista e excludente. Mediante processos judiciais dos anos 1930, a autora nos mostra que a aptidão de reivindicar à justiça estava vinculada à posição social. Destarte, essa aptidão cabia aos bacharéis “iluminados”, dotados de competência técnica e sabedoria das normas, da doutrina e da jurisprudência. Por outro lado, os trabalhadores agrícolas, dedicados à produção familiar de subsistência e/ou ao mercado, eram compreendidos como homens “rudes”, sem formação; portanto, sem argumento e competência jurídica para proceder às reivindicações (2012, p. 260-261).

É sob essa ótica que podemos compreender a constituição do espaço de luta dos desalojados do Passo Real. Como, por meio do Direito positivo, eles não teriam a possibilidade de superar o espaço de afogamento, produziram um espaço de luta (contra-

espaço). Mobilizaram-se, por meio de seus líderes locais, acreditando que essas mediações com as autoridades superiores fariam suas vozes serem ouvidas. E, de fato, o foram, ainda que não de uma forma clara e, deliberada pelos próprios desalojados, o “burburinho” do problema do Passo Real foi ouvido com desconforto nos gabinetes da Ditadura.

Nesse contexto, além de analisarmos a luta dos desalojados, para identificarmos a razão pela qual esses camponeses foram reconhecidos pelo Estado, é preciso entendermos a base política e institucional que possibilitou a assinatura do Acordo de Cooperação, o Estatuto da Terra e as demais políticas de Reforma Agrária implementadas pela Ditadura. Entretanto, para compreendermos essas políticas, é indispensável elucidarmos o contexto de luta pela terra no Brasil no pós-guerra, haja vista que é a partir dele que a Reforma Agrária se tornaria pauta central da arena política brasileira no início dos anos 1960.

O histórico de luta dos camponeses pela terra no Brasil é longo, amplo e complexo. A história brasileira foi marcada por atos expropriatórios e, portanto, pela reação a esses. Em outros termos, a luta e a resistência dos camponeses contra a expropriação. Desde a época colonial, passando por vários e violentos episódios do século XIX; pelas lutas messiânicas de Canudos e do Contestado, até o surgimento de movimentos como as Ligas Camponesas, o MST e o MAB. Embora com suas especificidades, esses movimentos compartilham uma base comum: a luta pela terra. Conforme Fernandes, Medeiros e Paulilo, a partir de 1945, é possível observar um esforço de articulação das lutas no campo com outras forças políticas nacionais, se produzindo uma nova linguagem, na qual o campesinato passa a figurar como sujeito político importante e suas demandas passam a compor um debate sobre os rumos da nação (2009, p. 23).

A partir disso, diferentes formas de conflito existentes no mundo rural passaram a unificar-se, mediante a produção e a difusão de concepções que buscavam agregar essas lutas ao redor de projetos e bandeiras comuns. Em um primeiro momento, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) cumpriu importante papel. Buscando estar presente na maioria das áreas de conflitos, o PCB deu apoio político e jurídico aos trabalhadores, além de publicações e organização de encontros e congressos que noticiavam as lutas e produziam autorreconhecimento e delimitavam os adversários. Essa mediação política, ainda que pontual e dispersa, deu visibilidade aos problemas do rural brasileiro e caminharam na constituição da linguagem política do camponês (FERNANDES, MEDEIROS e PAULILO, 2009, p. 24). Desse modo, entre 1945 e 1947, o PCB criaria as primeiras Ligas Camponesas que, quando o partido foi novamente posto na ilegalidade em 1947, muitas se desmantelaram (MACIEL, 2016, p. 29). Contudo, na visão do patriarcado rural, somado às tensões da Guerra Fria, elas

continuaram vivas, representando o perigo comunista. O corolário disso foi que movimentos camponeses posteriores, que embora não tivessem nenhum vínculo direto com o PCB, foram taxados de comunistas.

A partir desse contexto, o rural brasileiro viu a constituição de diversos movimentos de luta, como as Ligas Camponesas em Pernambuco; o movimento de Formoso e Trombas em Goiás; as revoltas de Porecatu no Paraná e o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul. Essas lutas camponesas foram as mais divulgadas e estudadas; contudo, não foram as únicas desse período, em razão de que, em várias regiões do Brasil, diversos conflitos de natureza similar foram deflagrados. Sendo assim, é importante registrarmos que as lutas camponesas pela terra, travadas dos anos 1940 até 1964, cumpriram papel fundamental para o desenvolvimento do camponês como sujeito político e, ao fazer isso, trouxeram à luz diversas mazelas sofridas no mundo rural brasileiro, tornando a pauta da Reforma Agrária um problema central da política brasileira no início dos anos 1960.

Conforme assinalou Marluza Harres, a Reforma Agrária passa a ser aceita por vários setores da sociedade civil. O país, nos anos 1960, tomava consciência da necessidade de dar um passo na direção da democracia (2007, p. 236). Nesse sentido, Sônia Regina Mendonça, sinaliza a importância de perceber os diferentes interesses de classe na construção dos projetos de Reforma Agrária. É importante percebê-la como um fruto de correlação de forças políticas inseridas no Estado, visa a solucionar algo mais amplo, a “questão agrária”, a qual, por sua vez, obstaculiza o desenvolvimento da democracia, ainda que não dificulte o desenvolvimento do capitalismo (2008, p. 105). Aspásia Camargo assinala dois problemas básicos e correlatos sobre a construção de uma política agrária: primeiro, qual “tipo” de reforma agrária seria implementada, quem se beneficiaria e a que nível, em detrimento de que forças sociais e políticas; segundo, o problema consistiria nas fórmulas institucionais de seu encaminhamento, e nos instrumentos jurídicos disponíveis para executá-la através de alianças que tornassem seus custos sociais politicamente viáveis (2007, p. 193).

Uma das primeiras propostas de Reforma Agrária, elaboradas no cenário político Brasileiro, foi feita pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Constituinte de 1946. No discurso apresentado pelo senador Luís Carlos Prestes, o PCB atestou que o Latifúndio seria o grande responsável pelo atraso da agricultura nacional. Propunha que o direito de propriedade e seu uso deveriam ser condicionados ao bem-estar social de modo que permitissem a justa distribuição deles como iguais e com oportunidades para todos (STÉDILE, 2012, p. 26).

Outro setor que também participou ativamente sobre o debate da Reforma Agrária no Brasil foi a Igreja Católica, apresentando diferentes visões, em diferentes momentos. Em 1950, o Bispo de Campanha (Minas Gerais) Dom Inocêncio Engelke construiu um projeto de Reforma Agrária articulado com fazendeiros, padres, freiras e professores rurais. A grande preocupação do Bispo era com o êxodo rural que, ao levar os habitantes do campo para as cidades, transformá-los-ia em comunistas. Nessa lógica, os fazendeiros também se preocupavam, posto que perderiam mão de obra barata. Assim, o Bispo defende que: “antes de uma reforma de base, capaz de afetar a própria estrutura da economia agrária e de oferecer vida mais justa e humana aos que vivem da terra, como medida preliminar, impôs-se a execução de um programa mínimo de ação social” (STÉDILE, 2012, p. 34).

Em novembro de 1961, foi realizado em Belo Horizonte o primeiro congresso da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), contando também com a presença de representantes do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Em 1954, a ULTAB já havia realizado uma primeira conferência, em que fora redigida uma proposta de Reforma Agrária, sob a égide do PCB. Ainda em 1961, uma nova proposta seria discutida, causando polêmica entre os participantes.

A proposta elaborada no congresso criticava as medidas paliativas que haviam sido tomadas até então e reivindicavam uma Reforma Agrária radical, que objetivasse a liquidação da propriedade latifundiária; a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil (STÉDILE, 2012 p. 73). Concomitante à questão agrária, aprofundavam-se, no debate intelectual, diversas propostas de Reforma Agrária que emergiam na arena política brasileira. Em 1954, o deputado Coutinho Cavalcanti, do PTB de São Paulo apresentaria o projeto 4.389/A. Em linhas gerais, a proposta de Cavalcanti objetivava: acondicionar o direito de propriedade à produtividade econômica do imóvel, de acordo com sua capacidade e destino; promoveria a justa distribuição da propriedade (STÉDILE, 2012 p. 41).

O projeto 4.389/A seria retomado alguns anos mais tarde, em julho de 1961, ainda no governo de Jânio Quadros. Contudo, seu debate se daria de fato durante o governo João Goulart, período de acirramento das tensões da guerra fria, e, portanto, de propagação da ideia do “perigo vermelho” por parte dos setores mais conservadores.

Nesse sentido, seis projetos de Reforma Agrária foram apresentados. Havia se constituído duas frentes no congresso; uma, da base do governo, que defendia a necessidade da reforma para o desenvolvimento do capitalismo no país; e outra, da oposição, contrária ao projeto, seguindo a linha de que a Reforma Agrária, então discutida, seria demagógica.

Embora o anteprojeto de Jango não se tratasse de uma Reforma Agrária comunista, não faltaram acusações desse teor que acabaram justificando as ações golpistas levadas a cabo em 31 de março de 1964. A tensão teria aumentado após o presidente João Goulart assinar um decreto da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), em 13 de março de 1964, que declarava de interesse social para desapropriação o eixo rodo-ferroviário e os açudes federais. Assim, o IGRA teria emitido uma nota em que 41,9% da superfície sul-rio-grandense seria desapropriada. Nesse mote, a Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) declarou que poderia recorrer às armas contra o decreto da SUPRA (REBELLO, 2011, p. 29). Essa tensão contribuiria para a culminação do Golpe de 31 de março que destituiu João Goulart.

Entretanto, a derrubada de Goulart e a forte repressão aplicada aos movimentos sociais rurais, não significaram o abandono da formulação de políticas agrárias, ainda que apenas no plano institucional. Entre abril e novembro de 1964, foram travados intensos debates no Congresso Nacional, que acabou aprovando a lei do Estatuto da Terra. A proposta do Estatuto da Terra, encabeçada pela administração de Castello Branco, enfrentou grande oposição no interior do governo e dos setores mais conservadores que apoiavam o Regime.

Esses setores queriam que Castello Branco desse ênfase a uma política agrícola de fomento modernizador, deixando de lado o cunho distributivista fundiário. O acusavam de se aproximar das propostas reformistas defendidas pelo Governo anterior. Para Salis, a formulação do Estatuto da Terra não tinha apenas o objetivo de contenção e de mobilização dos movimentos sociais e políticos defensores de uma Reforma Agrária mais distributiva e radical. Para a autora, o Estatuto da Terra se enquadrava como uma estratégia de ação econômica plenamente ajustada às premissas do plano econômico do Governo (2008, p. 220).

Para Castello Branco, a Reforma Agrária era emergencial, declarava que era preciso encontrar respostas não demagógicas para a questão que, desde a década anterior, suscitava debates e reações violentas. Queria uma Reforma Agrária que, livre de radicalismos, atendesse às reais aspirações do trabalhador rural, bem como o crescente aumento da produção nacional. Um conjunto de medidas que modificasse o regime de posse e uso da terra, promovendo justiça social no campo e visando a tornar mais numerosa a classe média rural. Assim, pretendia a progressiva extinção de erros há muito acumulados (SALIS, 2008, p. 88-89).

Para colocar o projeto em prática, foram criados dois órgãos, o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) para formular políticas que visassem à democratização do acesso à terra. O segundo órgão foi o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento

Agrícola), com os encargos de executar políticas de desenvolvimento agrícola, racionalizando o uso da terra via a inserção de novas tecnologias no campo fomentando a colonização e o cooperativismo rural. Mais tarde, esses dois institutos iriam se unir e formar o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

É importante afirmarmos que o Estatuto da Terra sintetizou vários pontos discutidos pelos anteprojetos, possuindo rupturas e continuidades com a proposta de João Goulart: “na essência, as duas propostas partiram da mesma justificativa: a Reforma Agrária era uma medida prioritária para a modernização da agricultura e o latifúndio um obstáculo estrutural à modernização e a industrialização” (NATIVIDADE, 2013, p. 147). No que tange à forma de aquisição das terras para fins de Reforma Agrária, os dois textos previam desapropriação por interesse social e doação; todavia, o Estatuto foi cuidadoso, tentando aparentar um caráter mais técnico. Nesse sentido, segundo Melissa Natividade, “a reforma agrária passou a ser aceita até mesmo pelos setores mais conservadores da sociedade, desde que fosse dentro da ‘ordem’ e da ‘legalidade’” (NATIVIDADE, 2013, p. 152). Em outros termos, o Estatuto da Terra aprovado por Castello Branco seguiu a mesma linha do anteprojeto de João Goulart; no entanto, os debates ficariam mais limitados às elites políticas e proprietárias.

Na interpretação de Simone Dickel, existem diferentes visões sobre a questão agrária a partir do golpe militar. Para alguns autores, o período é lembrado como de grande retrocesso em termos de conquistas sociais. A repressão teria sido fator responsável pela relativa paralisação na atuação dos movimentos sociais. Na tentativa de instaurar a ordem e diminuir os conflitos no campo, o Regime Militar perseguiu e prendeu diversas lideranças desses movimentos. Nessa lógica, a autora também assinalou que, com o objetivo de mitigar os conflitos no campo e acalmar os ânimos dos movimentos sociais, o Governo criou, em 1964, o Estatuto da Terra (2016, p. 30).

De acordo com José de Souza Martins, o Estatuto da Terra seria um dispositivo de controle das tensões sociais. Um instrumento de cerco e desativação de conflitos, reivindicações e lutas para garantir o desenvolvimento econômico baseado nos incentivos à progressiva penetração do grande capital na agropecuária. Uma válvula de escape que opera quando as tensões sociais chegam ao ponto em que podem se transformar em tensões políticas (1985, p. 35). Nessa esfera, o Acordo de Cooperação assinala as principais justificativas da necessidade de reassentar os Afogados: “*Considerando o grave problema social que se criará com o deslocamento destas famílias de agricultores, que entrarão na iminência de serem marginalizados, criando graves problemas sociais, não só no meio rural, como nas cidades existentes na região*” (INCRA/RS, 1969):

Considerando, por outro lado, que o Estado do Rio Grande do Sul, foi decretado “Área Prioritária para fins de Reforma Agrária” – Decreto nº58.162 de 6.4.66 – o que dá ao IBRA competência exclusiva para atuar nas áreas que representam tensão social, atual ou iminente ou que envolva necessidade de dar condição de acesso à terra a agricultores quando são desalojados por ato do Poder Público (INCRA/RS, 1969).

Essa medida tinha origem no Decreto nº55.891, de 30 de março de 1965, que afirmava, em seu artigo 39, que a declaração das áreas prioritárias deveria obedecer à seleção das áreas em que se incluíssem regiões críticas do zoneamento, caracterizadas pelos índices considerados como definidores de ocorrência de tensões nas estruturas demográficas e agrárias.

Especificamente no que tange ao Acordo de Cooperação, reassentar os desalojados não foi um ato de benevolência ou de justiça social, mas, sim, um instrumento de controle, claramente preocupado em conter possíveis focos de tensão social antes que esses se tornassem uma questão política de maior vulto e questionassem a legitimidade do Regime. Nesse contexto, entendemos que o Acordo de Cooperação tem dois pilares explicativos: de um lado, a luta pela terra dos desalojados do Passo Real — que, ao não aceitarem sair de suas terras sem serem reassentados em condições semelhantes, fizeram suas vozes serem ouvidas pelas autoridades superiores. Por outro lado, temos o efeito dessas manifestações no contexto político, resultando num instrumento de controle e de desativação de tensões sociais.

Ainda assim, o Acordo de Cooperação pode ser concebido como uma vitória na luta dos desalojados, já que o Acordo representava algum tipo de amparo, amparo esse que foi objetivado na constituição de suas primeiras ações de luta. Nas próximas seções discutiremos acerca dos efeitos causados pelo Acordo de Cooperação na produção socioespacial dos desalojados do Passo Real.

3.3 OS REASSENTAMENTOS

Nesta seção, analisaremos como os programas de reassentamento, implementados pelo INCRA, agudizaram as contradições do processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real. Esses projetos de reassentamento foram alinhavados a partir das medidas firmadas no Acordo de Cooperação entre os Governos Federal e Estadual. A primeira cláusula do acordo criava um Fundo Especial entre as partes, destinado a custear parte das obras de infraestrutura dos núcleos agrícolas resultantes dos projetos de reassentamento. Também ficou

acordado que a CEEE se comprometeria a executar ou a cobrir as despesas da remoção das famílias a serem reassentadas pelo IBRA.

Desse modo, no ano de 1969, o Governo Federal desapropriou três áreas para o reassentamento das famílias desalojadas pela barragem do Passo Real, somando o total de 16.449,36 hectares. Dentre esses, foram 9.774,37 hectares pertencentes à Fazenda Boa Vista, localizada no município de Cruz Alta; 3.064,1878 hectares desapropriados da Fazenda Colorados, situada no mesmo município e 3.140,1003 hectares da Fazenda Itaíba, encontrada nos municípios de Ibirubá e Santa Bárbara do Sul (INCRA/RS, 1969). A partir dessas desapropriações, em 1970, o IBRA, que havia sido transformado em Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desenvolveu o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Passo Real. Tinha por objetivo assentar as 1050 famílias que tiveram suas terras inundadas pela Barragem do Passo Real. A área necessária para o assentamento de todas as famílias era estimada em 33.000 hectares. Foram demarcadas e medidas nas três primeiras glebas 534 parcelas, em um tamanho médio de 28,8 hectares, cujo mínimo era de 25 hectares e o máximo de 54, 2 hectares. A diferença de tamanho estava baseada na capacidade de uso do solo. Cada parcela possuía um mínimo de 12 hectares totalmente mecanizável, 96 lotes na Fazenda Itaíba, 102 lotes na Fazenda Colorados e 314 lotes na Fazenda Boa Vista. Sistema produtivo baseado em grupos operacionais de 8 a 12 famílias. As culturas do trigo e da soja seriam a base produtiva do projeto (INCRA/RS, 1970).

Em poucos anos, uma parte significativa dos desalojados, contemplados nessa primeira etapa de reassentamento denominada PIC Passo Real, conseguiu restabelecer-se na terra e prosperar economicamente. Em 24 de setembro de 1976, o periódico O Popular, de Goiânia, publicava a matéria intitulada: “Trabalhadores rurais com nova mentalidade”. A matéria informava que era necessário mudar a mentalidade dos trabalhadores rurais brasileiros, através da orientação para uma economia que possibilitasse o aumento da produtividade e do desenvolvimento social. Foi entrevistado José Sanhotene Felice, então Presidente da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM/RS), que destacou como solução ideal a experiência de Reforma Agrária feita com os colonos que foram reassentados em função da construção da barragem do Passo Real, no Rio Grande do Sul. Segundo o relato de José Sanhotene Felice para o periódico goiano, as 3.600 pessoas que foram beneficiadas no reassentamento, em quatro anos, passaram a ter um rendimento em espécie de Cr\$ 117,72 para Cr\$ 9 mil, mesmo os analfabetos, uma vez que não houve pré-seleção (O POPULAR, 1976).

Some-se a isso o fato de que, em correspondência ao presidente da FETAG/RS, em 1978, o presidente do STR-IBI, Sebastião Farias, também relatava o sucesso da primeira etapa de reassentamento, implementada pelo INCRA. Segundo Sebastião Farias, as famílias estariam satisfeitas com a ação governamental no que tangia os núcleos do PIC Passo Real, o que mereceria apoio e elogios (SNI, 1978). Em 1986, embora em outra conjuntura, o colunista de Zero Hora, Sérgio da Costa Franco, disse ter recebido uma minuciosa carta de um funcionário aposentado da CEEE, que havia participado das transferências dos agricultores desalojados, esclarecendo que, em muitas glebas das Fazendas Boa Vista e Colorados, vários agricultores estariam muito bem de vida (SNI, 1986).

Cabe-nos salientar que a efetivação exitosa dos assentamentos, nessa primeira etapa, não foi unânime, em razão de que muitas famílias tiveram entraves nesse processo, haja vista que enfrentaram problemas na execução de seus reassentamentos. Exemplo disso foi o caso dos irmãos Ezequiel e Boanerge Batista, que viram os 24,874 hectares, da propriedade de seu pai, serem consumidos pelas águas da barragem e foram reassentados em aproximadamente 17 hectares, a serem divididos pelos dois na Fazenda Boa Vista; contudo, quando foram enviados para a Fazenda Boa Vista, os funcionários do INCRA não lhes deram os devidos comprovantes de seus reassentamentos. Em 1978, o INCRA fez a doação de uma área à Prefeitura de Cruz Alta para o estabelecimento de uma Área de Proteção Ambiental, no entanto, no interior dessa área, estava o lote cedido aos irmãos Batista, que, em decorrência disso, não conseguiam regularizar suas terras. Apelaram ao prefeito de Cruz Alta, José Westphalen, que intercedeu junto ao INCRA. Após quase dez anos de tramitação, em 1987, num acordo entre a Prefeitura de Cruz Alta e o MIRAD, sucessor do INCRA, o lote dos irmãos Batista voltava para as mãos do órgão federal para ser regularizado e encaminhar a efetivação do reassentamento. Os irmãos Batista apenas conseguiram a regularização final de suas terras no ano de 1992 (INCRA/RS, 1992).

Como no caso dos irmãos Batista, vários desalojados também tiveram problemas com funcionários do INCRA e da CEEE. Além de ser responsável pela transferência dos desalojados para os reassentamentos, era também a CEEE a responsável por elaborar as listas preliminares de quem seria reassentado. O INCRA, por sua vez, era responsável por cancelar essas listas e efetivar a regularização dos reassentamentos. Em diversos requerimentos encontrados no Dossiê enviado pela PMFV ao INCRA, em 1986, constava que os desalojados ali arrolados reclamavam o direito a serem reassentados, muitos agricultores diziam terem sido enganados pelos funcionários do INCRA. Repetidas vezes, aparece a menção a um tal Dr. João Batista, suposto funcionário do INCRA que conduzia os desalojados, dizendo que

os inscreveria nas listas para receberem o reassentamento e, quando questionado sobre algum comprovante, o tal Dr. João Batista dizia que entregaria depois e, no caso, nunca entregou (INCRA/RS, 1986). Nesse contexto, os anos foram passando e diversos desalojados não foram incluídos nas listas oficiais de reassentamento.

Em 12 de agosto de 1975, o SNI elaborou um Informe Investigativo sobre problemas relativos à construção da Hidrelétrica de Itaipu. O relatório sinalizava que a Itaipu Binacional estava procedendo as desapropriações necessárias à construção da Hidrelétrica valendo-se de elementos inescrupulosos que, a título de defenderem os interesses do Governo, estavam criando um clima de revolta e de tensão na área. As terras estavam sendo desapropriadas a preços módicos, levando agricultores analfabetos à pobreza e ao desespero. Dentre esses indivíduos inescrupulosos, figurava o Bacharel Marcos Lichtenstein. Esse bacharel, conforme o SNI, em abril de 1971, também teria exercido pressão sobre colonos para que vendessem suas terras à CEEE por preços baixos, na área da barragem do Passo Real. Em junho de 1971, teria registrado terras com procuração em nome de uma pessoa que já falecera. Também havia pressionado o agricultor Ademar Kelerman para que vendesse suas terras pelo preço estipulado pela CEEE, caso contrário, seria desalojado e não receberia nada por suas terras (SNI, 1975). Desse modo, entendemos que essas ações desempenhadas por esses funcionários de Estado evidenciam a gestão sociopolítica do medo. Essas práticas de pressão, ameaças e enganação reforçavam a subordinação dos desalojados ao Estado e contribuíam para que o espaço de afogamento se aprofundasse.

No dia 13 de maio de 1976, o jornal O Estado de S.Paulo publicou uma reportagem em que parlamentares sul-rio-grandenses apresentaram denúncias ao coordenador regional do INCRA, Frederico Martin Gunnar Durr. Acusavam que o INCRA estaria realizando práticas de empreguismo, favoritismo, desvio de dinheiro, inércia, e abandono de agricultores lesados pela desapropriação de seus minifúndios. O deputado Algir Lorenzon, do MDB, questionou quais as providências tomadas pelo INCRA em relação às 1800 famílias que foram desapropriadas pela CEEE no Passo Real, e afirmou que a razão de 150 cruzeiros por hectares se constituiu em um verdadeiro crime, porque essas famílias, então sem-terra e sem dinheiro, seriam os marginalizados que estariam formando os cinturões de miséria em torno de Cruz Alta e em municípios vizinhos (O ESTADO DE S. PAULO, 1976).

Notadamente, a implementação do processo de reassentamento alinhavado no Acordo de Cooperação, por parte dos respectivos órgãos de Estado, CEEE e INCRA, foi constituída por sérias contradições que acentuaram o espaço de afogamento vivenciado pelos desalojados do Passo Real. Ademais, as parcas indenizações pagas e os embustes e manobras

praticados por funcionários da CEEE e do INCRA contribuíram para o aprofundamento do espaço de afogamento, posto que esse foi fundamentalmente consubstanciado pela ineficácia do INCRA em efetivar a segunda etapa dos reassentamentos.

Na referenciada reportagem do Estado de S. Paulo, o deputado Aldo Pinto, também do MDB, questionou sobre o destino de 54 famílias retiradas de Passo Real, que a até então não haviam sido devidamente reassentadas na Fazenda Sarandi, devido a uma questão na Justiça. Em resposta, o representante do INCRA teria afirmado que o problema seria de cunho social e não caberia ao órgão resolver (O ESTADO DE S. PAULO, 1976).

Desse modo, e para seguirmos perscrutando as forças motrizes da luta pela terra dos desalojados do Passo Real, consideramos importante nos debruçarmos sobre as razões do problema judicial em torno da Fazenda Annoni — fato responsável por relegar tantos desalojados a contínuo desamparo. Nesse sentido, recuperamos que, em 8 de janeiro de 1970, o INCRA publicou um relatório com a indicação das áreas onde seriam reassentadas as famílias na segunda etapa do Projeto Passo Real. Foram analisadas 7 fazendas, somando aproximadamente 25.000 hectares, próximas à barragem do Passo Real (INCRA/RS, 1970). Dessa forma, uma questão aqui se impõe: se o INCRA analisou esses imóveis rurais, para a segunda fase do projeto de reassentamento, por que não deu seguimento às desapropriações?

Em nossas pesquisas, não nos foi possível encontrarmos informações diretas, e substanciais, que explicassem o porquê essas áreas não foram desapropriadas e destinadas aos reassentamentos. O que sabemos é que, dois anos depois, em 3 de março de 1972, foi desapropriada parte da Fazenda Sarandi, propriedade de Ernesto José Annoni. A Fazenda Annoni, como ficou conhecida, encabeçaria a segunda etapa de reassentamento dos desalojados do Passo Real. Foi elaborado o Projeto Integrado de Colonização Sarandi, que previa o reassentamento de 522 famílias. Além da Fazenda Annoni, foram desapropriadas a Invernada do Butiá que, até então, era propriedade da Firma Sagrisa-Comercial e Agrícola Ltda. E, ainda, entrando em entendimentos com o governo do Rio Grande do Sul e com o Ministério da Agricultura para passagem ao patrimônio do INCRA parte da área não loteada do Núcleo Colonial para Reforma Agrária de Sarandi e a ex-estação experimental Eng. Luis Englert. De todas essas, apenas a Invernada do Butiá se encontrava na mão do INCRA em 1972 (INCRA/RS, 1972).

Apesar de não termos indícios claros e evidências que expliquem a razão pela qual as sete fazendas analisadas em 1970 não foram desapropriadas, a historiografia nos traz algumas informações que ajudam a compreendermos os motivos que ocasionaram a desapropriação da Fazenda Annoni. Segundo Dickel, dois fatores foram fundamentais para a constituição do ato

expropriatório. De um lado, a própria demanda criada pela inundação da barragem do Passo Real; de outro, o esgotamento da fronteira agrícola e o encarecimento de terras na região e uma “tensão social” no imóvel em questão (2019, p. 20).

Quando a Fazenda Annoni foi desapropriada pelo Decreto nº 70.232, de 3 de março de 1972, ela estava cadastrada como “latifúndio por exploração”; contudo, em 1975, quando a família entrou na Justiça para contestar a desapropriação, alegou que o cadastro da fazenda estava obsoleto, afirmando que a Fazenda não era mais um “latifúndio por exploração” e, sim, uma “empresa rural”. Essa contestação foi amparada no decreto nº 70.231, também de 3 de março de 1972, que possibilitava a revisão do cadastro dos imóveis rurais. Desse modo, a família Annoni buscava recadastrar suas terras como empresa rural, o que a imunizava da desapropriação e poderia anular o ato expropriatório realizado (DICKEL, 2019, p. 21).

Parte significativa da Fazenda era destinada à exploração florestal e pecuária extensiva. Além dessas atividades, o imóvel também era explorado indiretamente por granjeiros que arrendavam algumas áreas para a produção agrícola, além de alguns colonos que exploravam alguns lotes de terra em regime de parceria. Segundo um laudo pericial de 1976, a tensão social entre o proprietário e esses outros sujeitos que exploravam as terras da Fazenda teria contribuído para o culminar da desapropriação (DICKEL, 2019, p. 20).

Conforme Dickel, três arrendatários que exploravam significativas áreas de terras teriam entrado em conflito com o proprietário. Dois deles teriam recorrido ao apoio de sindicatos e cooperativas, bem como ao Bispo de Passo Fundo, Dom Cláudio Colling, que assim como as demais entidades citadas, enviaram correspondências ao presidente Médici, solicitando intervenção na questão da Annoni. Em fins de 1970, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Constantina e Rondinha também enviaram carta ao presidente Médici apelando que a Fazenda Annoni fosse desapropriada urgentemente, bem como tantas outras necessárias para a colocação de trabalhadores rurais sem-terra, para a paz social e o progresso do Brasil (2019, p. 25). Assim, segundo a autora, a tensão social gerada em torno da Fazenda Annoni naquele contexto, somada à demanda dos desalojados pela barragem do Passo Real, teriam sido fundamentais para a decretação de ato expropriatório.

Por conseguinte, o grande problema para os desalojados que esperavam seu reassentamento na Fazenda Annoni, foi quando a família entrou na Justiça contestando a desapropriação. Em decorrência disso, o espaço de afogamento dos desalojados se acirrou quando a Justiça decretou a manutenção do *status quo* do imóvel, como já referenciamos no primeiro capítulo. Assim, as famílias que foram ali instaladas pelo INCRA, além de não poderem trabalhar e produzirem na terra, muitas delas nem suas casas conseguiram erguer

adequadamente, tendo que se alojarem em habitações precárias. Para não morrerem de fome e darem o mínimo de sustento para o núcleo familiar, muitos buscaram empregos nas zonas urbanas próximas e em granjas de terceiros. Nos próximos capítulos, discutiremos, com mais vagar, como os desalojados produziram uma memória do “afogamento”, bem como a utilizaram como instrumento político para legitimar sua luta pela terra.

Inicialmente, o INCRA previa o reassentamento de 1050 famílias, mediante os PIC's Passo Real e Sarandi. Entretanto, ao pesquisarmos nos arquivos da titulação da Superintendência do INCRA, foi possível arrolarmos todos os processos de titulação referentes aos PIC's Passo Real e Sarandi, entre os anos de 1971 e 1993, e evidenciarmos que mais de 400 famílias ficaram de fora dos projetos de reassentamento. Desse modo constatamos que nesses reassentamentos o INCRA reassentou 637 famílias, assim distribuídas: Reassentamento Fazenda Boa Vista (PIC Passo Real) — 273 famílias; Reassentamento Fazenda Colorados (PIC Passo Real) — 109 famílias; Reassentamento Fazenda Itaíba (PIC Passo Real) 103 famílias; Reassentamento Gleba I (Invernada do Butiá) (PIC Sarandi) 60 famílias; Reassentamento Gleba II (Fazenda Annoni) (PIC Sarandi) — 60 famílias; Reassentamento Gleba IV (Sertão) (PIC Sarandi) 32 famílias.

Nesse sentido, e para concluirmos as reflexões dessa seção, cabe-nos reiterarmos que o processo de implementação dos projetos de reassentamento pelo INCRA e CEEE apresentara diversas contradições. Isso foi crucial para o aprofundamento do espaço de afogamento experimentado pelos desalojados do Passo Real, e, como buscaremos analisar nos próximos capítulos, constituíram-se como importantes forças motrizes de sua luta pela terra, também consubstanciando seus significados e sentidos.

3.4 DAS PROMESSAS À “INVASÃO”

Se os projetos de reassentamento acentuaram o espaço de afogamento dos desalojados, durante a década de 1970, cabe agora analisarmos os sentidos que balizaram a constituição de seu espaço de luta, durante a conjuntura inaugurada pelo Acordo de Cooperação em 1969, até os anos de 1979 e 1980, quando o contato com novos agentes sociais em um novo contexto político nacional propiciou um momento de inflexão na luta dos desalojados do Passo Real. Dessa forma, discutiremos como se constituíram as incorporações políticas dos desalojados nesse período.

Nos três primeiros anos após a assinatura do Acordo de Cooperação, não identificamos, em nossas pesquisas, manifestação política relacionada à questão dos

desalojados do Passo Real. Para entendermos esse hiato, é preciso compreendermos o que o Acordo de Cooperação e as promessas do reassentamento representaram para os desalojados. Como não encontramos fontes produzidas nesse período específico, utilizamo-nos de algumas manifestações realizadas pelos desalojados na década de 1980, quando, mediados pela Pastoral da Terra, produziram uma memória de suas experiências refletindo acerca de seus problemas e dos rumos de sua luta. Nos próximos capítulos, analisaremos esse contexto de produção com mais vagar. Agora, cabe apreciarmos como essa memória nos traz importantes evidências acerca do sentido da luta dos desalojados nos primeiros anos da década de 1970:

Faz anos que estamos esperando, até agora recebemos só promessas e mais promessas. A partir disso a gente concluiu que precisamos nos organizar buscar unidos nossos direitos assumir nós mesmos a luta. Esperando em casa sem se mexer talvez vamos ficar mais 13 anos esperando. Não tem direito mais sagrado que o nosso. E não podemos continuar pedindo favor, precisamos nos organizar e EXIGIR nossos direitos. O que foi feito nestes 13 anos para conquistar nossos direitos? Logo após a construção da Barragem a gente estava organizado, todos davam como certo o reassentamento em pouco tempo. A gente viu os primeiros reassentamentos, esperamos que logo viria o nosso, aí veio o problema da Annoni na Justiça. Os desalojados sempre confiaram nas promessas das autoridades (CPT, 1983).

É possível apreendermos o sentido da luta por meio da incorporação política sustentada na promessa de amparo, projetada no iminente reassentamento e nas experiências exitosas da primeira etapa. Isso arrefeceu o gatilho de ação, proporcionado pelo mínimo desabamento material e simbólico de desamparo, que constituíram as primeiras vivências de afogamento, marcadas pelo medo, angústia e incerteza de algum amparo no horizonte. Logo, esse gatilho que fora fundamental nas primeiras mobilizações dos desalojados, fora enferrujando, na medida em que suas incorporações políticas se deram a partir de relações políticas de subordinação. A ação de apaziguamento de tensão social, feita pelo Estado através do Acordo de Cooperação, projetou uma promessa de amparo no horizonte dos desalojados e arrefeceu seu potencial de reação política, dotando seu espaço de afogamento como um tempo de expectativa, mediante uma gestão política e social do medo e também da esperança.

Essas relações de subordinação ficam evidenciadas quando os desalojados afirmam que “sempre confiaram nas promessas das autoridades”; “a gente viu os primeiros reassentamentos, aí esperamos que logo viria o nosso”; “esperando em casa sem se mexer, talvez vamos ficar mais 13 anos esperando”. É justamente essa gestão político-social do medo e da esperança, materializada pelas promessas de amparo, que sustenta essa relação política de subordinação.

A partir de reflexões de Spinoza, Safatle argumenta que o medo e a esperança são afetos estruturados pela mesma temporalidade, o tempo da expectativa. A esperança como uma alegria instável surgida da ideia de uma coisa futura ou passada, de cuja realização temos dúvida, e o medo uma tristeza instável, surgida da ideia de uma coisa futura ou passada cuja realização temos alguma dúvida. Assim, quem tem esperança, espera que algum bem lhe aconteça, e ao mesmo tempo tem medo que esse bem não aconteça. Quem tem medo, espera que algo ruim aconteça, e ao mesmo tempo tem esperança que esse algo ruim não aconteça (2016, p. 99). Em se tratando dos desalojados do Passo Real, o Acordo de Cooperação lhes deu esperança de amparo e, ao mesmo tempo, também receavam que o reassentamento poderia não acontecer.

É preciso que destaquemos a verticalidade com a qual esses camponeses enxergavam o Estado e suas respectivas autoridades, estamos nos reportando aqui a um dos períodos mais autoritários e arbitrários da história brasileira. Ademais, como evidenciamos anteriormente, os funcionários da CEEE e do INCRA manipularam, enganaram e ameaçaram os desalojados, potencializando neles o medo que tinham de ficarem sem nada. Nesse sentido, suas incorporações políticas no período estiveram pautadas por uma relação de subordinação ao poder das autoridades institucionais, as quais temiam e ao mesmo tempo as enxergavam como fonte de esperança de amparo. Como aponta Safatle, isso os "aprisionava nas cadeias da espera" (2016, p. 99). Desse modo, esta relação poder, marcada pela subordinação, explica a ausência de mobilizações nos primeiros anos da década de 1970.

Por conseguinte, é importante analisarmos como foram se desenvolvendo, paulatinamente, e se transformando, as incorporações políticas dos desalojados do Passo Real ao longo dos anos 1970. Como apreciamos na seção anterior, os projetos de reassentamento implementados pelos agentes de Estado estiveram carregados de contradições e aprofundaram o espaço de afogamento vivenciado pelos sujeitos desalojados. Como já pontuamos, o espaço de luta e o espaço de afogamento são duas faces dialéticas de um mesmo espaço social. Desse modo, as contradições que iam acentuando o afogamento produziram efeitos na constituição do espaço de luta e, gradativamente, foram desgastando as amarras que sustentavam aquelas relações políticas de subordinação.

No dia 25 de maio de 1974, o jornal O Estado de São Paulo publicou uma matéria denunciando que mais de 370 famílias estariam famintas em Cruz Alta, em função da desapropriação de suas terras. Essa denúncia provocou a manifestação do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG/RS), Geraldo Pegoraro, que insistiu na necessidade de aplicação urgente de uma Reforma Agrária. Pegoraro

havia lembrado caso semelhante ocorrido com mil famílias em Ibirubá, que também tiveram suas terras expropriadas para a construção da Hidrelétrica do Passo Real (O ESTADO DE S. PAULO, 1974).

Por sua vez, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz Alta, Oplide Facco, afirmou que o único alimento dos agricultores daquela região era constituído por alguns peixes capturados na barragem do Passo Real. Em 1970, 900 famílias receberam 150 cruzeiros por hectare desapropriado – quando o valor real seria de 3 mil cruzeiros – e outras 530 famílias foram transferidas para outras propriedades. Das 900 indenizadas segundo critérios do INCRA, 370, diz Facco, que antes produziam trigo, soja e milho, estariam agora na mais completa miséria. Pressionado pelos prejudicados, Facco procurou o INCRA que disse “não ter meios para resolver o problema”. Facco dirigiu-se então a FETAG/RS, onde Geraldo Pegoraro explicou que tudo ocorreu pela falta de decisão política do governo e pela predominância do latifúndio na economia do Rio Grande do Sul, o que estava provocando um êxodo sem precedentes: “O governo nada faz para redistribuir as terras, porque confunde desenvolvimento agrícola com aumento de produtividade em grandes propriedades, parcialmente exploradas” (O ESTADO DE S. PAULO, 1974).

Primeiramente, a reportagem do periódico paulista nos evidencia algumas contradições das ações indenizatórias praticadas pelo Estado, como as indenizações monetárias irrisórias, abaixo do preço de mercado, e a demora em efetivar a segunda etapa dos reassentamentos. Em segundo, fica nítido como essas contradições foram acentuando o espaço de afogamento vivenciado pelos desalojados, considerando que mais de 300 famílias estavam vivendo em situação de miserabilidade. Em terceiro, essa reportagem implica também um sentido político, após 5 anos da assinatura do Acordo de Cooperação e da inexistência de manifestações políticas em virtude dos desalojados do Passo Real. As denúncias e falas sindicais, decorrentes de pressão dos desalojados, são indicativos de que os sustentáculos das relações políticas de subordinação à autoridade do Estado estavam começando a tensionarem, ainda que de forma tímida.

No mesmo âmbito, inserem-se as denúncias de parlamentares da oposição, publicadas em 1976, também pelo O Estado de São Paulo, quando os deputados do MDB, Algir Lorenzon e Aldo Pinto acusavam o INCRA de praticar empreguismo, favoritismo, desvio de dinheiro, inércia e abandono dos agricultores desalojados pela barragem do Passo Real, enfatizando as pírias indenizações e o problema judicial que trancava o reassentamento na Annoni (O ESTADO DE S. PAULO, 1976). Dessa forma, os parlamentares estavam

colocando em destaque as contradições das políticas públicas reparatórias e tensionando o poder de controle sociopolítico, que imobilizava os desalojados no tempo da expectativa.

Em 1978, praticamente dez anos depois do começo da construção da barragem, com o arrastamento do problema judicial da Annoni e com a inércia do INCRA em prover outras soluções, um contingente significativo de famílias seguia em situação de precariedade que ia tensionando as promessas e projeções de amparo pelo cada vez mais distante reassentamento. Nesse sentido, em um relatório elaborado dia 3 de julho de 1978, o SNI atesta ter encaminhado no dia 25 de maio do mesmo ano, um ofício para o Coordenador Regional do INCRA/RS, Cláudio Martins da Silva, que continha duas correspondências feitas entre os presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores de Ibirubá e Espumoso e o Presidente estadual da FETAG/RS. O conteúdo das correspondências interceptadas pelo SNI versava sobre as condições precárias que viviam as famílias desalojadas pela barragem do Passo Real (SNI, 1978).

Na correspondência de 11 de abril de 1978, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espumoso (STR-ESP), Zelindo Míssio, inicia afirmando ao Presidente da FETAG que tratava do problema das famílias que tiveram suas terras invadidas pelas águas da Barragem do Passo Real. Segundo Míssio, “um problema velho, crônico e vergonhoso”, para eles que eram os representantes legais da classe dos trabalhadores:

Essa gente só sabe produzir na lavoura, fora dela não sabem nem ganhar pra comer, quanto mais para educar os filhos e dar conforto à família, o que é um anseio e um direito de todo o ser humano, conforme reza a carta dos direitos humanos. Sabemos, e muito bem, que dita barragem veio produzir enorme quantidade de energia elétrica para movimentar o Parque Industrial do Estado, iluminar muitas cidades e beneficiar muito trabalhador rural, levando a eletricidade para os lares no próprio campo. Muita gente assiste a sua televisão na zona rural, as esposas dos homens do campo deixaram de suar com o ferro de passar a brasa, hoje podemos ter o conforto da refrigeração, lá em nossas casas, no meio da lavoura, enfim, temos o conforto de todos os eletrodomésticos que só trazem conforto à nossas famílias, produzidos com a energia gerada em Passo Real. E aquelas famílias de Trabalhadores Rurais, como nós, tem todo esse conforto? Não! Eles só têm o que lhes sobrou, a miséria. Analisando esta situação nossa consciência não fica tranquila, porque o nosso conforto é cimentado na decadência e na miséria de mais de 70 famílias, cujos chefes nos procuram pedindo socorro (SNI, 1978).

Míssio ainda assinalou que muitos que lhes procuram são aqueles a quem restou um pouco de esperança em um mar de desilusões, afirma que muitos já abandonaram as famílias, alegando que é melhor passar miséria sozinho do que ver os filhos chorando de fome ou presos no Juizado de Menores por terem furtado o que comer ou o que vestir, para melhor suportarem a geada que penetra pelas frestas dos barracos, das malocas na periferia da cidade.

Termina afirmando que outros chegaram ao extremo de se suicidarem, pois a miséria levou muitas de suas filhas à prostituição.

No dia 12 de abril de 1978, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá (STR-IBI), Sebastião Farias, solicitou ajuda ao Presidente da FETAG para que ele intercedesse perante as autoridades competentes em defesa e em auxílio das famílias dos agricultores prejudicados pela barragem. Em um primeiro momento, Sebastião Farias relatou acerca do bom funcionamento dos reassentamentos que haviam sido concretizados:

Primeiramente, é de reconhecer-se, que atinente ao reassentamento de atingidos pela barragem do Passo Real, o Governo de fato tem feito muito de concreto, o que em Ibirubá podemos testemunhar na Fazenda Itaíba, onde encontramos muitas famílias reassentadas, satisfeitas com a ação governamental, sem necessitar-se explicitar outros núcleos, Boa Vista, Colorados, Sarandi, que estão em outros municípios. Tudo isto é merecedor de total apoio e rasgados elogios... (SNI, 1978)

Em seguida, contudo, chama a atenção para a situação precária em que se encontravam as famílias que ainda não haviam sido reassentadas:

Todavia Senhor Presidente, nem todos os atingidos pela falada Barragem encontram-se em situação privilegiada ou elogiosa, como os enumerados no item anterior. Ainda existem famílias em desabrigo, não reassentadas. Em Ibirubá, reclamaram neste Sindicato, nada mais e nada menos do que 85 famílias, as quais disseram e alegaram poder comprovar, que foram atingidas em suas propriedades rurais, umas parcialmente e outras totalmente, pelas águas da Barragem, e ainda não foram reassentadas na segunda etapa, como lhes fora prometido pelo INCRA e/ou CEEE. Ora, esta situação, uma vez comprovada pelos interessados, é extremamente séria, humana, social e economicamente falando, não podendo persistir por mais tempo (SNI, 1978).

Por conseguinte, também destacou o caso de famílias indenizadas em situação precária devido ao pouco valor pago:

É possível, no entanto, que algumas dessas famílias até tenham recebido a parca indenização de CR\$ 150,00 por hectare de terra, e hoje, com vários filhos menores, por exemplo, estão em situação de miserabilidade, quando em tempos anteriores, possuíram uma situação econômica e financeira muito melhor e sólida dos que hoje, por sorte ou outra razão, conseguiram serem reassentados já na primeira etapa (SNI, 1978).

Emerge que o conteúdo dessas correspondências evidencia a constante acentuação do espaço de afogamento vivenciado pelos desalojados. Nessa esfera, as manifestações sindicais também indicam maior tensionamento do campo de lutas. Principalmente na fala de Zelindo Míssio, fica evidente a confrontação das forças hegemônicas mediante a crítica de suas contradições, quando Míssio assinala que o desenvolvimento industrial eletrointensivo e o

conforto que a eletricidade proporciona foi cimentado na decadência e na miséria dos desalojados. Embora essas manifestações sindicais constituam confrontação das forças hegemônicas que afogavam os desalojados do Passo Real, é necessário novamente discutirmos a forma pela qual se desenvolve essa incorporação política.

Desse modo, para entendermos a mediação política desenvolvida pelos STR dos municípios atingidos pela barragem do Passo Real, é preciso compreendermos os vínculos que sustentam esta encarnação, ou seja, os afetos que balizam a relação de poder entre os desalojados e os sindicatos. Nota-se que Zelindo Míssio sinalizou que aqueles desalojados que o procuraram foram os que ainda possuíam um pouco de esperança. Logo, a incorporação política dos desalojados nesse caso se deu a partir da esperança como afeto político central. Depois de dez anos, a esperança nas promessas de reassentamento feitas pelo Estado estava cada vez mais combatida. O desamparo, como gatilho de ações políticas, propiciou que os desalojados se mobilizassem politicamente; todavia, novamente procurando uma nova fonte de esperança de amparo, nesse caso, os sindicatos.

Inferimos aqui que a relação estabelecida é de subordinação dos desalojados aos sindicatos. Como o próprio Zelindo Míssio ressaltou, eles eram os representantes legais dos agricultores — uma posição dotada de capital simbólico que confere poder. Embora a encarnação não seja na figura de um líder, como no caso de Olavo Stefanello na década de 1960, o capital simbólico atribuído ao sindicato, como fonte de esperança, faz com que ele represente a autoridade paterna que projeta segurança por meio da possibilidade da busca de algum tipo de amparo.

Assim, para seguirmos analisando como foi se constituindo o campo de lutas nessa conjuntura, é importante que compreendamos as relações de poder estabelecidas entre os STR do Passo Real, a FETAG/RS e CONTAG com o Estado. Embora tenhamos identificado um enfrentamento das forças sindicais em relação às forças políticas hegemônicas, no que tange a 1974, essas relações políticas se estruturavam também pela lógica da subordinação, na medida em que essas forças sindicais eram parte desse aparelho de hegemonia; contudo, conforme a década de 1970 ia se aproximando de seu ocaso, as forças sindicais também iam tensionando essa relação de poder baseada na subordinação.

Leonilde Medeiros assinala que, em 1967, a nova diretoria da CONTAG assumiu defendendo as bandeiras enraizadas na luta dos trabalhadores, a defesa dos direitos, demanda por reforma agrária e previdência social, sempre tendo por base os termos do Estatuto da Terra. Segundo a autora, a CONTAG teria o desafio de construir parâmetros de ação sindical em defesa de reivindicações dos trabalhadores, a partir de sindicatos em sua maioria

controlados por intervenções, ou dirigidos por elementos muitas vezes distantes de suas bases e demandas (1989, p. 90). Leonilde Medeiros também sinaliza a diversidade no interior do sindicalismo rural e a dificuldade da cúpula em unificar linhas de ação e de tentar transformar o sindicato em representante efetivo dos interesses do conjunto dos trabalhadores de sua base. Assim, o real controle dos sindicatos e das federações pelos trabalhadores se constituiu num processo extremamente complexo (1989, p. 94).

Nessa esteira, Leonilde Medeiros aponta que a proliferação de sindicatos no início dos anos 1970, um período de desmobilização, contribuiu para acentuar a heterogeneidade do sindicalismo que ia se constituindo. A autora destaca que, paralelamente à consolidação do sindicalismo rural, também cresceu o espaço dos conflitos no campo. Em algumas áreas, o sindicato se constituía no seu escoadouro quase que natural; em outras ficava completamente à margem. A autora enfatiza também a fragilidade dos sindicatos como canal de condução das tensões. As formas de enfrentamento dos conflitos desempenhada pelos sindicatos era fundamentalmente administrativa, ou davam assessoria jurídica aos trabalhadores levando as questões à justiça, ou denunciavam ao INCRA através das federações e da CONTAG (1989, p. 109).

Identificamos que essa forma de enfrentamento, mediante encaminhamento administrativo, é o que ocorreu no caso do Passo Real, em que os STR de Ibirubá e Espumoso encaminhavam correspondências à FETAG/RS para que cobrasse do INCRA. Essa lógica do encaminhamento administrativo, embora gerasse algum tipo de efeito nas decisões das autoridades federais, como denota a própria natureza da fonte (uma informação produzida pelo SNI para as esferas superiores podendo servir como instrumento de controle de tensões sociais) não produzia confrontação direta às forças hegemônica. Sendo assim, inseria-se em uma relação de subordinação. Além disso, essa heterogeneidade do sindicalismo rural se esboçava nas diferentes posturas tomadas pelos presidentes do STR-ESP e STR-IBI no encaminhamento da defesa dos interesses dos desalojados.

A manifestação de Zelindo Míssio, presidente do STR-ESP, buscava solução para o problema dos desalojados a partir de um enfrentamento que chamava a atenção para a responsabilidade do Estado, ao ressaltar as contradições que impulsionaram os desalojados àquela situação de miserabilidade. Nesse âmbito, a manifestação de Sebastião Farias, presidente do STR-IBI, embora também buscasse sensibilizar as autoridades federais com elementos que mostravam a precarização da vida dos desalojados, fora marcada por um teor bajulatório. Na medida em que elogiava os resultados exitosos da primeira etapa dos

reassentamentos, aquiescia com uma estrutura de poder hierarquizado, evidenciando uma relação política de subordinação.

Apreendemos que, ainda que tímido, o crescente tensionamento dessas relações políticas de subordinação estava inserido no contexto de inflexão da conjuntura sócio-política brasileira. Leonilde Medeiros aponta que, desde 1974, a Ditadura começou a dar indícios de exaustão. Crises políticas, que foram se acentuando ao final da década com as grandes greves no ABC paulista; a luta pela reposição salarial; as mobilizações pela anistia e as crescentes denúncias sobre os conflitos no campo foram criando um novo clima, uma “abertura” ou “distensão” em que as classes populares iam conquistando espaço no cenário político (1989, p. 85). A luta dos desalojados do Passo Real se insere nesse conjunto de conflitos no campo, que contribuíram para a criação de um novo clima. Nesse contexto, cabe ressaltarmos outro conflito rural ocorrido no planalto do Rio Grande do Sul, qual seja a luta dos Sem-Terra expulsos da Reserva Indígena de Nonoai, posto que os movimentos de luta pela terra, a partir da expulsão de milhares de trabalhadores rurais de Nonoai, além de ser um dos germens do MST, passou a entrecruzar-se e, muitas vezes, confundir-se com a questão do Passo Real, gerando efeitos significativos na luta dos desalojados.

Em 11 de julho de 1978, o Jornal de Brasília publicou a matéria intitulada: “Governo deixa colonos sem terras no sul”, em que o Presidente da FETAG/RS, Gelindo Zulmiro Ferri, denunciava o abandono de 208 famílias de colonos que tiveram suas terras desapropriadas pelo Passo Real. Afirmava que os camponeses estavam vivendo na miséria porque o Governo não cumpriu o compromisso de reassentá-los na Fazenda Annoni. Ele estranhou que o INCRA não procurou outro lugar para assentar os colonos quando a família proprietária entrou na Justiça. No entanto, terras da Annoni estão arrendadas para empresários rurais, como o presidente da Fecotrigo, Ari Dionísio Dalmolin. A denúncia de Ferri surgiu a propósito de 495 famílias expulsas da reserva indígena em Nonoai nos últimos dois meses. 300 famílias ficaram ao desabrigo na estrada, 46 foram transferidas para o Mato Grosso, 50 invadiram a Fazenda Sarandi e aproximadamente 200 continuaram ao relento. Das 195 que chegaram a ser abrigadas no parque de exposições em Esteio, 34 também foram para o Mato Grosso e 27 vão em seguida. As 134 restantes só sairão do parque de exposições para um lugar definitivo no Estado (JORNAL DE BRASÍLIA, 1978).

Assim, a questão do Passo Real e dos Sem-Terra expulsos de Nonoai figuravam como os principais conflitos rurais do Rio Grande do Sul. As denúncias do presidente da FETAG/RS, em defesa dos dois grupos de trabalhadores rurais, publicadas na mesma matéria, além de abarcar os dois problemas, e até mesmo confundi-los, contribuía para evidenciar a

crecente tensão social gerada por esses conflitos. Quando os colonos foram expulsos de Nonoai, o governador Sinval Guazzelli prometeu assentá-los no próprio Estado. Assim, as aproximações dos colonos às mediações da Fazenda Sarandi, estava vinculada que essa área havia sido desapropriada por Brizola em 1962 para a Reforma Agrária e, portanto, o assentamento na área passou a ser levado em consideração (MARCON, 1997).

Conforme Tedesco, a partir da expulsão desses trabalhadores de Nonoai, a região da grande Fazenda Sarandi passaria a se constituir como um novo território de conflitos. O autor destaca que, quando as famílias oriundas de Nonoai começaram a chegar às proximidades de Ronda Alta e Sarandi, não havia ainda organização dos colonos, muito menos lideranças com reconhecida legitimidade. Nesse sentido, assinala a importância da atuação do Padre Arnildo Fritzen, pároco de Ronda Alta, que começou a dar assessoria aos colonos, consolidando-se como uma peça-chave em sua organização. Após muitas negociações, repercussões, mediações, solidariedades e pressões, um contingente das famílias foi transferido para o Mato Grosso e outro para Bagé. Contudo, aqueles que ficaram, bateram o pé na promessa que Guazzelli havia feito de assentá-los no Rio Grande do Sul. Assim, no início de julho de 1978 um grupo de famílias invadiu uma área da Fazenda Sarandi, em 5 de julho, mais de 100 famílias já se encontravam nesta área (2012, p. 254-255).

No dia 19 de julho de 1978, o jornal Zero Hora publicou matéria com o título: “100 agricultores sem-terra invadiram a Fazenda Annoni”, começando sua narrativa desta forma:

Ao contrário do que pudesse o governador Sinval Guazzelli imaginar ao abordar na tarde de ontem a questão dos colonos que foram expulsos e pedem medidas do Governo com urgência, o problema dos sem terra está longe de ser encerrado. Enquanto as aproximadamente 300 pessoas que desde o último dia 1º de julho invadiram as fazendas Sarandi e Brilhante demonstravam contrariedade por volta das 16h de ontem devido ao tão esperado mas ao mesmo tempo decepcionante para eles, pronunciamento do governador, a poucos quilômetros dali nos nove mil hectares da Fazenda Annoni 100 representantes de famílias procedentes de Ibirubá, Espumoso e Cruz Alta, que também reivindicam terras, transformavam-se desde a madrugada de segunda para terça-feira em novos invasores. Como os decepcionados agricultores da Brilhante e da Sarandi, os intrusos da Anoni na verdade uma área em discussão na justiça há longo tempo, também estão dispostos a receber crédito fundiário e um pedaço de terra. Enquanto não houver uma solução, entretanto, garantem darão um prazo de mais três dias e passarão a preparar a terra para o imediato plantio de milho e arroz. Alegam ter tantos direitos quanto a colonada expulsa pelos índios: “Somos aquele pessoal que tiveram suas terras desapropriadas pelo governo em 1969 para a construção da barragem do Passo Real. Nos pagavam CR\$ 150,00 pelo hectare e isso dava só para fazer a mudança” diz Cândido Barbosa de Campos (ZERO HORA, 1978).

Ainda foi reportado que, segundo o Prefeito de Sarandi, Roberto Mertem, uma comissão de colonos das 53 famílias assentadas pelo INCRA, que estão proibidas de plantar,

o procuraram, pois receberam máquinas e tratores financiados pelo INCRA e estão proibidos de construir celeiros e garagens e, portanto, suas máquinas estavam apodrecendo. Para o Prefeito, o problema desses colonos seria bem mais grave do que os expulsos pelos índios, pois eram proprietários em Espumoso e tiveram suas terras invadidas pelas águas. Como estão proibidos de plantar, os colonos estariam recebendo até comida do INCRA, e um deles afirmou estar devendo mais de 40 mil cruzeiros, pois tem acesso apenas a pequenos terrenos, para plantar legumes. O Prefeito de Sarandi ainda afirmou que a família Annoni estaria disposta a vender as propriedades para os colonos expulsos do Passo Real, contudo, estariam pedindo mais dinheiro do que o oferecido pelo INCRA na ação de desapropriação.

Primeiramente, o conteúdo da reportagem salienta a contínua agudização do espaço de afogamento vivenciado pelos desalojados — principalmente aqueles que estavam instalados na Fazenda Annoni e proibidos de trabalhar na terra em função do processo judicial. Por conseguinte, é possível identificarmos como esse acentuado afogamento produziu efeitos na constituição do espaço de luta, já que a notícia reporta um fato inédito no processo de luta dos desalojados até aqui. Em outros termos, uma ação política na qual eles foram os protagonistas. Embora não fique claro na reportagem, é possível que essa ação tenha sido mediada, ou tenha tido a ajuda e a condução dos sindicatos e de políticos locais; no entanto, é inegável o protagonismo assumido pelos desalojados. Nesse sentido, foi a primeira vez que suas vozes diretas foram publicizadas, quando o desalojado Cândido Barbosa de Campos deliberou: “somos aquele pessoal que tiveram suas terras desapropriadas pelo governo em 1969 para a construção da barragem do Passo Real”.

Conforme identificamos, foi a primeira vez que os desalojados nomearam a si mesmos, segundo Bourdieu (2007), a nomeação é um ato dotado de poder simbólico, algo que implica um reconhecimento e impõe uma definição legítima. Desse modo, é necessário analisarmos a razão e os afetos que permearam a constituição dessa ação política dos desalojados. De um lado, o crescente desamparo, que caracterizava o espaço de afogamento, funcionou como um dos gatilhos dessa mobilização; de outro, a mobilização se deu fundamentalmente pela forma como os desalojados foram afetados pela reverberação das ocupações realizadas pelos Sem-Terra oriundos de Nonoai, na Fazenda Sarandi.

Cabe analisarmos que, quando os desalojados afirmam ter os mesmos direitos que “a colonada expulsa pelos índios”, utilizando-se do poder simbólico de nomear a si mesmos para impor uma legitimidade, eles sentem que a atenção da responsabilidade do Estado em resolver seus problemas estava sendo disputada e que o cumprimento de seus direitos estava sendo ameaçado. Essa incorporação tem a circulação do medo como afeto político central, na

medida em que enxergavam o outro como um invasor potencial, um grupo de trabalhadores rurais, com uma mesma demanda, ocupando uma área próxima àquela que eles entendiam ser destinada a eles por direito. Nesse sentido, agem pelo medo de ter seus direitos preteridos pelos direitos de outro grupo.

Embora a incorporação política dos afogados fosse permeada pelo medo e, portanto, marcada pela subordinação à autoridade do Estado, a qual enxergavam como a fonte com o poder de resolver suas mazelas, essa invasão da Fazenda Annoni também provocou o tensionamento dessa relação de subordinação, tendo em vista que começavam a participar diretamente da construção de sua luta. Ainda que o medo e a esperança fossem afetos determinantes na constituição de seu espaço de luta, passavam a afirmar o desamparo e a agir a partir da temporalidade concreta dos acontecimentos, rompendo as cadeias da espera que os mobilizavam.

Nos primeiros dias de julho, os Sem-Terra de Nonoai “invadiram” parte da Fazenda Sarandi, em vez de esperarem uma resposta das autoridades superiores, ou de buscarem uma solução via manifestação dos sindicatos e políticos locais. Em menos de 20 dias, organizaram-se e agiram se deslocando para a Fazenda Annoni, a qual estava legalmente imobilizada na justiça. A entrada nessa propriedade era um ato ilegal, o que denota o caráter de confrontação às forças hegemônicas; portanto, um choque nas relações de subordinação que até então os regiam.

A confiança nas promessas de amparo começa a diminuir, posto que os assentamentos não são efetivados no decorrer dos dias e o corolário disso é que o tempo da expectativa, pautado pelo medo e pela esperança, também começa a ser tensionado por uma crescente afirmação do desamparo. Conforme Safatle, o desamparo, como desabamento da capacidade de ordenamento simbólico dos sujeitos, enseja um devir sem tempo, uma temporalidade concreta dos acontecimentos, imprevisível, sem as referências do horizonte da expectativa, o que o dotaria de um potencial libertador (2016, p. 107). No entanto, Safatle também assinala que nada que tenha sido afetado pela esperança, com seu sistema de projeções, pode operar com o desamparo produzido por acontecimentos imprevisíveis.

Assim sendo, defendemos a ideia de que, em se tratando dos desalojados do Passo Real, produziu-se um conflito entre modos de incorporação política, um “curto-circuito” dos afetos, bem como um conflito entre as temporalidades que estruturam esses modos de implicação dos sujeitos, na medida em que vão se constituindo os corpos políticos que compõem o poder. Em outros termos, a produção do espaço social dos desalojados continuava mediada pelo tempo da expectativa, afetada pelo medo e pela esperança; no entanto, também

começava a se desenvolver mediante um conflito com a afirmação do desamparo, como no caso da “invasão” da fazenda Annoni, que, como protagonistas, os colonos agiram a partir da temporalidade concreta dos acontecimentos.

É nesse sentido que, para refletirmos sobre essas relações de poder, também nos utilizamos da noção de campo de forças, pensada por Bourdieu (2007). As contradições das forças políticas hegemônicas foram ensejando novas forças políticas que acabaram lhe tensionando, produzindo conflitos e constituindo um campo de lutas. A partir dessa noção, foi possível entendermos como esse campo de lutas foi se desenvolvendo ao longo da década. Por meio das manifestações políticas que analisamos e que abarcam o período entre 1974 e 1976, é possível afirmarmos que ocorreu um tensionamento das forças políticas hegemônicas, ainda muito incipientes; todavia, conforme os anos foram passando e as contradições se acentuando, esse tensionamento também foi amplificado. A “invasão” da Annoni, em 1978, foi o marco do início de uma inflexão no processo histórico de luta pela terra dos desalojados do Passo Real, ensejando um crescente e contínuo choque com as relações políticas de subordinação.

No dia 19 de agosto de 1978, o Jornal do Brasil noticiou que, por determinação do Tribunal Federal de Recursos, três agentes da Polícia Federal auxiliaram um oficial da 3ª Vara Federal a retirar os colonos que haviam invadido a Fazenda Annoni, que retornaram ao município de Espumoso. Embora a ocupação da Fazenda Annoni não tenha continuado naquele então, aquela mobilização lograra chamar a atenção das autoridades de Estado, que passaram a aventar alternativas para a questão dos desalojados, procurando arrefecer o clima de tensão social que estava crescendo (JORNAL DO BRASIL, 1978).

No dia 5 de julho de 1979, o periódico Folha da Manhã, de Campos dos Goytacazes-RJ, publicou uma matéria com o título: “Agricultores sem-terra estão na miséria”. A reportagem relatou que cerca de 500 agricultores dos municípios de Cruz Alta, Ibirubá e Espumoso, muitos deles desalojados pela barragem do Passo Real, se reuniram na localidade de XV de novembro com o secretário estadual do Trabalho e Ação Social, Augusto Trein. O motivo do encontro foi a situação de miséria que os colonos passavam e uma iminente transferência para o Mato Grosso. O deputado Aldo Pinto, presente em Ibirubá, criticou a transferência de colonos para o Mato Grosso, porque o ideal seria o reassentamento dos colonos no Rio Grande do Sul. Aldo Pinto enumerou diversas terras públicas no Estado que estavam arrendadas a grandes produtores por preços irrisórios, quando deveriam ser destinadas aos colonos sem-terra (FOLHA DA MANHÃ, 1979).

O secretário do Trabalho, Augusto Trein, lamentou a saída dos gaúchos para o Mato Grosso, pois eram “necessários” para o desenvolvimento do Estado. No entanto, Trein disse

que todos os colonos sem-terra, optando pelo Mato Grosso ou não, não serão abandonados pelo Governo. Procurando encorajar os colonos que irão para o Mato Grosso, Trein destacou o trabalho da Cooperativa Triticola de Erechim, responsável pela transferência, afirmando que a entidade tem todas as condições de oferecer segurança e meios para o desenvolvimento dos agricultores (FOLHA DA MANHÃ, 1979).

Essa fonte mostra que, após a mobilização realizada na Annoni em 1978, o Estado passou a dar mais atenção ao caso dos desalojados, bem como esses colonos passaram a se organizar e a se reunirem mais constantemente, ainda que mediados por sindicatos e políticos locais. Com a proposta de transferir os desalojados para o Mato Grosso, o Estado buscava, mais uma vez, apagar a tensão social com uma promessa de amparo no horizonte. Contudo, de fato, o processo de luta dos desalojados estava passando por um momento de inflexão, haja vista que não acatariam tal proposta facilmente e não desistiriam de seu objetivo, que era o reassentamento no Rio Grande do Sul.

Em 6 de novembro de 1979, a Folha da Manhã publicou a matéria “Colonos de Passo Real removidos para Mato Grosso”:

Uma espera de dez anos está chegando ao fim. Se as previsões forem mantidas, cerca de 200 famílias dos municípios de Cruz Alta, Ibirubá e Espumoso, desalojados de suas terras pela bacia de acumulação da Barragem do Passo Real, estarão sendo transferidos em maio para o extremo nordeste de Mato Grosso. A transferência dos agricultores faz parte de um projeto de colonização da Cooperativa Triticola de Erechim em conjunto com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (FOLHA DA MANHÃ, 1979).

Na sequência, o texto assinalou que a simples transferência de tais famílias não solucionaria o problema em definitivo. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz Alta (STR-CA), Heraclides de Lima Gomes, muitos agricultores não aceitaram ir para o Mato Grosso, embora estivessem vivendo em malocas cercadas de sacos e cobertas com latas de azeite. Segundo Lima Gomes, a medida de transferência de algumas famílias para o Mato Grosso não vai cessar o trabalho reivindicatório dos sindicatos interessados, porque a luta deverá continuar até que os demais agricultores, que preferem permanecer no Estado, sejam reassentados e possam recuperar-se de todos esses anos de privações. Lima Gomes ainda advertiu que a morosidade no atendimento das reivindicações é inadmissível, pois a situação dos agricultores requer urgente solução. O sindicalista afirmou que os colonos que tiveram de abandonar suas terras, sendo proprietários, meeiros ou empregados, e que não puderam ser reassentados no Projeto Passo Real, não podem esperar mais, por tal razão é que os sindicatos locais, com o apoio da Fetag, continuarão a luta.

O discurso de Heraclides, presidente do STR-CA, denota o caráter de inflexão do processo de luta dos desalojados, bem como uma mudança de postura por parte de agentes sindicais. O fato de alguns agricultores, mesmo vivendo em condições de miserabilidade, não aceitarem a transferência para o Mato Grosso, evidencia a afirmação do desamparo como forma de luta, na medida em que, ao não acatarem a proposta do Estado, puseram em destaque o resultado das contradições que os colocaram naquela situação, como forma de crítica e enfrentamento para lograr as suas reivindicações. A tentativa do Estado de arrefecer os ânimos com a proposta do Mato Grosso não causou o efeito esperado e, conforme a fala de Heraclides, a luta iria continuar e tendia a se intensificar até que o problema fosse resolvido.

Nesse contexto, em 26 de novembro de 1979, o INCRA e a Cooperativa Tritícola de Erechim (COTREL) firmaram um Acordo que tinha por objetivo a instalação de um Projeto de Assentamento Conjunto PAC — Peixoto de Azevedo COTREL no município de Chapada dos Guimarães, Estado do Mato Grosso, tendo por objetivo o assentamento de 240 famílias oriundas do Passo Real. No dia 13 de agosto de 1980, o periódico Zero Hora publicou uma matéria que informava que mais colonos poderiam ser transferidos para o Mato Grosso e, também, destacava que a Pastoral da Terra duvidava das promessas do Governador (ZERO HORA, 1980).

No Encontro Estadual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no dia 12 de agosto de 1980, em Caxias do Sul, foi feito um pronunciamento com tom de alerta em relação à possibilidade do Governo Estadual permitir novas levas de agricultores gaúchos para projetos de colonização na Amazônia Legal. A CPT desafiou o Governo do Estado a demonstrar sinceridade do seu interesse em resolver o problema social do acesso a terra, afirmando que, ao invés de enviar agricultores sem terras para a Amazônia Legal, enviassem os oito mil latifundiários existentes no Rio Grande do Sul. Para a CPT, os projetos de colonização seriam apenas uma forma de se livrar dos problemas sociais do Rio Grande do Sul, enquanto protege os interesses do latifúndio local. Denunciavam que os colonos gaúchos transferidos formariam frentes de trabalho, que somente preparariam o terreno para sua posterior ocupação pelas grandes empresas agropecuárias (ZERO HORA, 1980).

Para a CPT, as Cooperativas responsáveis pelos projetos de colonização seriam simples “testas de ferro”, destinadas a dar uma ideia de maior participação dos agricultores, o que, na verdade, não se verificava na prática. A CPT ainda destacava que os próximos que corriam o risco de serem transferidos seriam os remanescentes do grupo de agricultores expulsos pela barragem do Passo Real, em um projeto organizado pela COTREL. A CPT

denunciou que o projeto era de inteira responsabilidade da direção da COTREL, uma vez que os associados não haviam sido consultados a respeito do assunto (ZERO HORA, 1980).

Essas denúncias da CPT, publicadas no Jornal Zero Hora, além de evidenciarem o engodo no qual se constituiu a proposta de transferência dos desalojados para o Mato Grosso, também salientam a aproximação desses novos agentes sociais com a luta dos desalojados do Passo Real. No próximo capítulo, analisaremos, com vagar, as articulações e os efeitos causados pela atuação do clero progressista na luta dos desalojados, a partir do desenvolvimento de nova conjuntura nacional.

Inferimos que, nesse capítulo, foi possível apreendermos de que forma os desalojados do Passo Real foram produzindo seu espaço social, a partir da constituição do afogamento e da luta mediante uma relação dialética entre relações de subordinação e emancipação. Por conseguinte, evidenciamos como o Acordo de Cooperação, primeiro resultado da luta dos desalojados, implicou o reforço de suas relações de subordinação às forças hegemônicas. Além disso, também inferimos que a demora na efetivação das medidas do acordo aprofundou o espaço de afogamento vivenciado pelos desalojados e, dialeticamente, ensejaram novas ações de luta, que foram sendo permeadas por relações de caráter emancipatório, a partir do contato com novas forças e agentes sociais, como o Cristianismo Progressista e os Sem-Terra.

4 CAPÍTULO III — “A LUTA DEPENDE SÓ DOS AFOGADOS”

No capítulo anterior, debruçamo-nos sobre a forma como se constituiu o espaço de afogamento vivenciado pelos desalojados do Passo Real. Processo que foi se intensificando e produzindo efeitos diretos na constituição do espaço de luta. As promessas de amparo feitas pelo Estado, ano após ano, foram ficando mais distantes e menos palpáveis por parte dos desalojados que, além de irem perdendo a confiança no que lhes havia sido prometido, enfrentavam a crescente precarização de suas condições de vida. Do ponto de vista da luta, cada vez mais os desalojados produziam enfrentamentos que tensionavam as relações de subordinação às forças hegemônicas e, portanto, constituíam inflexões no caráter de suas incorporações políticas. Inferimos também que esse contexto se acentuaria a partir do contato com novos agentes sociais, no desenvolvimento de uma nova conjuntura política nacional, marcada pela crise da Ditadura, pelo advento da Lei de Anistia, em 1979, e pelo florescimento de lutas sociais.

Isso posto, neste capítulo buscaremos entender os sentidos e os significados produzidos no processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real nos primeiros anos da década de 1980. Primeiramente, visaremos a compreender a historicidade do Cristianismo Progressista e dos Sem-Terra, que foram ocupando a Fazenda Sarandi, para depois analisarmos como esses novos agentes sociais foram se relacionando com a luta dos desalojados do Passo Real. Na sequência, buscaremos apreender como foi se consolidando um complexo campo de forças sobre a luta pela terra dos desalojados do Passo Real. Assim, analisaremos como se produziu o choque entre as diversas forças políticas e sociais que compunham esse campo, bem como nos debruçaremos sobre a maneira como os desalojados do Passo Real foram produzindo incorporações políticas de caráter emancipatório, elaborando uma memória que contribuiu para consolidar a identidade de “Afogados”, em busca de darem legitimidade à sua luta.

4.1 OS NOVOS AGENTES SOCIAIS

Como também evidenciamos no final do capítulo anterior, um desses novos agentes sociais, que passaria a se aproximar e a fazer parte do processo de luta dos desalojados, foi denominado de “Clero Progressista”, mediante as ações da CPT-RS. Dessa forma, as primeiras relações da CPT com os desalojados do Passo Real podem ser evidenciadas em um Informe Investigativo elaborado pelo SNI em 13 de agosto de 1980, sobre atividades

exercidas pela CPT-RS. Nesse informe, constava que, entre os dias 11 e 14 de agosto de 1980, a CPT estava realizando seu IV Encontro Estadual em Caxias do Sul. Durante esse encontro, a CPT publicou o relatório “Realidade da Terra no Rio Grande do Sul, CPT-RS”. O escopo desse relatório consistia em possibilitar o melhor conhecimento da história do povo do Rio Grande do Sul, em que se buscava, em uma caminhada solidária, vislumbrar saídas para os problemas do Estado. Para a CPT, esse exercício fazia parte de sua missão como entidade, que era a de prestar serviço na localização de problemas e soluções e auxiliar na formação da consciência dos animadores e agentes pastorais (SNI, 1980).

A referência aos desalojados do Passo Real apareceu na segunda parte do relatório elaborado pela CPT-RS. A seção “Problemas candentes do Campo Gaúcho” continha uma subseção que discutia a questão das barragens, sob o título “Barragens: Progresso e Miséria”. No interior dessa subseção, o problema dos desalojados do Passo real foi abordado a partir do seguinte título “progresso pra uns, miséria pra outros”. Assim sendo, a CPT chamou a atenção para o fato de que, na Fazenda Annoni, desde 1972, havia um destacamento da Brigada Militar de Passo Fundo. Mantido pelo ex-proprietário, vigiava os reassentados. Ademais, assinalaram que, em vários episódios, os agricultores teriam sido maltratados e agredidos pelas forças de segurança, destacando-se um conflito em 1979, quando os agricultores que pretendiam plantar a terra apanharam da polícia (SNI, 1980).

Esse relatório demarcava a linha de ação tomada pela CPT/RS no início da década de 1980, identificava os problemas do mundo rural gaúcho para poder estabelecer estratégias de aproximação, bem como intensificar sua mediação em conflitos que já vinha atuando. No caso do Passo Real, a CPT estava recém tomando as primeiras medidas para começar a intervir na questão de modo mais efetivo. No boletim “Voz da Terra”, do mês de outubro de 1980, a CPT fez um balanço sobre seu trabalho referente aos problemas das Barragens:

O trabalho no RS a este respeito está um tanto parado, pois não há um elemento da CPT que disponha de tempo para estimulá-lo. Como a Região de Erechim é a mais atingida será solicitado ao Bispo que libere algum padre ou ao menos lhe dê mais condições de tempo. Há sindicatos e regiões de Cruz Alta que estão revelando muito interesse pela causa. Quem sabe se abrirá um novo espaço. [...] Nos dias 18 e 19 de setembro foi realizado um encontro diocesano promovido pela Pastoral da Ação Social, que solicitou a assessoria da CPT. Estiveram presentes uns 70 participantes entre agricultores, dirigentes de cooperativas, religiosos e religiosas. No plano diocesano sentiu-se necessidade de uma equipe responsável para coordenar e incentivar o trabalho em favor dos agricultores. O Bispo D. Jacó esteve presente dando todo o apoio. Há ótimas perspectivas (VOZ DA TERRA, 1980).

Essa ação, estimulada pela CPT e coordenada por religiosos locais, marcou o início da mediação do “Clero Progressista” no processo de luta pela terra dos desalojados do Passo

Real. Nesse âmbito, é indispensável compreendermos a historicidade desses agentes sociais, ao qual denominamos de “Clero Progressista”, para, na sequência, analisarmos os impactos que essa mediação teve na luta dos desalojados.

Conforme Löwy, os movimentos religiosos comprometidos com os objetivos da emancipação social, desenvolvidos a partir da segunda metade do século XX, normalmente são chamados de "progressistas" e "esquerdistas", bem como de “Teologia da Libertação”; todavia, o autor não considera que esses termos sejam os mais apropriados para se referirem a esse fenômeno histórico em sua totalidade. Para Löwy, esse fenômeno é muito mais profundo e amplo do que uma corrente teológica, sendo um vasto movimento social, com consequências políticas de grande alcance, propondo, assim, chamá-lo de “Cristianismo da Libertação” (2016, p. 28). De acordo com o autor, esse movimento social surgiu antes da Nova Teologia, sendo mais extenso que “teologia” ou “Igreja”, incluindo tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática. Löwy salienta que chamá-lo de um movimento social não significa necessariamente dizer que é um órgão integrado e bem coordenado, mas apenas que tem certa capacidade de mobilizar as pessoas ao redor de objetivos comuns (2016, p. 74).

De modo mais específico, para análise de nosso objeto de pesquisa, consideramos que seja importante buscarmos apreciar o desenvolvimento do Cristianismo da Libertação vinculado à “questão agrária”. Nesse sentido, conforme Tedesco e Silva, para entender a mediação do Clero Progressista nos conflitos do meio rural, a partir da segunda metade da década de 1970, é fundamental compreender as experiências históricas que envolvem esses agentes sociais nas décadas de 1950 e 1960, como esses religiosos foram se sensibilizando com a questão agrária brasileira, em particular, a que se refere aos pequenos camponeses alijados pelas políticas públicas e pelo modelo de modernização tecnológica que se materializaram nessas décadas. Os autores apontam que, historicamente, a Igreja Católica sempre esteve identificada com o meio rural e, principalmente com os pequenos agricultores, pois é esse cenário que alimentou valores ligados a uma cultura religiosa, sociabilidade comunitária e familiar, sendo também, um viveiro de vocações sacerdotais e religiosas (2020, p. 106).

Cumpramos aqui que, tanto a Revolução Cubana de 1959, a eleição de Jânio Quadros (1961) e a posse de Jango (1963) contribuíram para que houvesse uma guinada conservadora no Interior da Igreja Católica. Sob esse prisma, a oficialidade da Igreja no Brasil produzia documentos que defendiam o desenvolvimento e o progresso agrícola em

correspondência com o modelo econômico desenvolvimentista que se consolidava no país atrelado ao capital estrangeiro (TEDESCO, SILVA, 2016, p. 110-111).

Nesse sentido, é evidente um campo de lutas no interior da Igreja Católica, haja vista que, se por um lado, o Vaticano e a oficialidade da Igreja latino-americana e brasileira buscavam combater os setores mais progressistas — potencialmente propensos a se alinharem a forças políticas de esquerda —; por outro, o Concílio Vaticano II (1962-65) contribuiu para que o Clero Progressista fosse crescendo e, por conseguinte, aumentando as tensões com os setores conservadores da Igreja. Conforme Tedesco e Silva, o Concílio Vaticano II auxiliou na renovação para o âmbito social da Igreja Católica nesse período, principalmente no que tange ao mundo rural, os planos pastorais e suas diretrizes para o mundo político (2020, p. 109). Assim, no concílio de Medellín, em 1968, a Igreja latino-americana reafirmou as bases da doutrina social inaugurada com o Concílio Vaticano II, em especial, no que se referia à consciência para os problemas sociais e novos caminhos para pastorais sensíveis à realidade dos pobres do continente. Os camponeses figuravam na centralidade deste “compromisso com os pobres” (TEDESCO, SILVA, 2020, p. 112).

Nesse contexto, ao longo da década de 1970, diversos religiosos brasileiros foram desenvolvendo ações e manifestos em defesa dos setores subalternos, confrontando as forças hegemônicas, o Estado ditatorial, o latifúndio e o grande capital. Notadamente, a própria CNBB foi mudando seu discurso e sua linha de ação política. Segundo José de Souza Martins, em 1979, a Comissão de Pastoral da CNBB se pronunciou criticando as injustiças sociais no Brasil, em que os ricos ficavam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres (1989, p. 56). Desse modo, Löwy enfatiza que, se tivesse que resumir em uma única fórmula a ideia central da Teologia da Libertação — referia-se aqui à expressão consagrada pela Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Puebla em 1979 —, a caracterizaria como “a opção preferencial pelos pobres”. Nesse sentido, destaca que, para a nova teologia, esses pobres são agentes de sua própria libertação e os sujeitos de sua própria história, e não, simplesmente, como na doutrina tradicional da Igreja, objetos de atenção caridosa (2016, p. 76).

Nesse âmbito, a Comissão Pastoral da Terra — CPT foi criada em 1975, para articular o trabalho das diversas regiões em favor dos direitos dos trabalhadores rurais (MARTINS, 1989, p. 55). Conforme Leonilde Medeiros, na base da CPT e organismos semelhantes, deve-se destacar a emergência das comunidades eclesiais de base — CEBs —, pequenos grupos de trabalhadores organizados em torno da capela. Esses grupos eram animados por “agentes pastorais”, leigos ou religiosos, que conduziam as reflexões sobre as condições de vida, organização de mutirões e de manifestações. Buscavam ligá-las às

mensagens bíblicas, elas se constituíram no eixo de organização dos trabalhadores e expandiram-se rapidamente na zona rural (1989, p. 113).

A atuação da CPT tinha por objetivo contribuir para a organização dos trabalhadores rurais, prestando assessoria jurídica e, na medida do possível, como organismo institucional muito relevante, mediar as negociações perante o Estado; todavia, a CPT e seus representantes sempre deixaram claro que não desejavam coordenar os movimentos sociais no campo, primavam pela autonomia desses grupos, mesmo tendo atuação muito forte entre eles. Procuravam fazer da CPT uma forma de organização de todos os agricultores que ajudasse a formar formas autônomas de organização, onde todos, sem distinção de crença, estivessem unidos nos mesmos interesses de classe (COELHO, 2010, p. 75).

Por conseguinte, é importante afirmarmos que o Cristianismo da Libertação não é apenas católico, possuindo também uma vertente protestante significativa, que se desenvolveu entre as décadas de 1960 e 1970. Suas raízes podem ser encontradas na cultura religiosa das chamadas denominações protestantes “históricas”, tais como luteranos, presbiterianos e metodistas. Assim, o Cristianismo da Libertação tem espírito claramente ecumênico, que não só esquece da briga tradicional dos protestantes com a Igreja Romana, como também compartilha iniciativas teológicas e pastorais com católicos progressistas (LÖWY, 2016, p. 177).

Nesse sentido, necessitamos de pontuar que, a partir de agora, substituiremos a denominação “Clero Progressista” por “Cristãos Progressistas” ou “Cristianismo Progressista” ao nos referirmos aos agentes sociais, religiosos e leigos, católicos e protestantes, alinhavados com preceitos do Cristianismo da Libertação, incluindo agentes diretos da CPT e demais líderes religiosos, assim como agentes pastorais locais que atuaram junto aos desalojados do Passo Real.

Após compreendermos a historicidade do Cristianismo Progressista, cujos agentes sociais passariam a atuar diretamente no processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real, cabe-nos retomar as relações dos desalojados com o outro grupo de agentes sociais que passou a fazer parte da luta do Passo Real, a partir do final da década de 1970: os Sem-Terra expulsos de Nonoai, acampados na Fazenda Sarandi.

No dia 13 de outubro de 1980, a CPT/RS lançou uma nota em que relatava os diversos episódios e conflitos em torno da Fazenda Annoni, o problema das famílias expulsas da Brilhante oriundos de Nonoai, e presas na Annoni, bem como o das famílias do Passo Real precariamente instaladas naquele espaço:

Consideramos importante levar a conhecimento público os acontecimentos que levaram ao desespero, e a invasão da Fazenda Annoni pelos colonos. Estas 120 famílias são em sua maioria originárias da Reserva Indígena de Nonoai, e foram de lá expulsas em maio de 1978. E apesar das promessas das autoridades, permaneceram a beira das estradas e acampados na ex-Ganja Brilhante, desamparados e sem solução definitiva até a presente data. [...] O INCRA, órgão governamental responsável pelos problemas fundiários, buscando-lhes soluções adequadas, já vinha se comportando de uma forma parcial no caso da Fazenda Annoni no caso desde 1974, pois assentou lá 53 famílias de colonos, oriundos da Barragem do Passo Real, deixando-os posteriormente, totalmente abandonados, a mercê da violência policial praticada por um destacamento especial da Brigada Militar que permaneceu na área este tempo todo, protegendo a pretensa propriedade do sr. Ernesto Annoni. Estas 53 famílias até hoje não podem trabalhar na terra e aguardam solução do governo. [...] Não é Justo, não é humano não é cristão que continue tal situação. Inspirados na doutrina social da Igreja, consolidada nos documentos dos Bispos em Puebla e Itaici, comprometidos profundamente pela opção pelos pobres, clamamos às autoridades que ajam com justiça, liberem os agricultores presos, tratem de assentar a todos os colonos sem terras da região, liberem imediatamente a Fazenda Annoni para o assentamento destas famílias. “É preciso que a legislação seja atuada eficazmente e sirva ao bem de todos os homens e não apenas aos interesses de minorias ou indivíduos” (João Paulo II aos camponeses em Recife, julho de 1980) (CPT, 1980).

É possível inferirmos que, além de fazer referências ao Cristianismo da Libertação, essa nota evidencia a conexão existente entre a atuação dos agentes pastorais, os Sem-Terra da Fazenda Sarandi e os desalojados do Passo Real no início da década de 1980, constituindo assim um tripé que passaria a fazer parte continuamente da luta dos desalojados. Nesse sentido, cabe analisarmos as relações entre os desalojados e os Sem-Terra, nos primeiros anos da década de 1980, para, em momento posterior, entendermos de quais formas elas contribuíram para que os desalojados produzissem significativas incorporações políticas de caráter emancipatório, a partir de um amálgama gerado no interior de um campo de forças com os demais agentes sociais, como o Estado, a Justiça, os políticos locais e regionais, os sindicatos e a atuação dos Cristãos Progressistas.

Em julho de 1978, várias famílias Sem-Terra expulsas da Reserva Indígena de Nonoai “invadiram” uma área da grande Fazenda Sarandi. Contudo, ainda existia um amplo contingente de famílias desabrigadas em Nonoai, em Planalto, bem como no município de Ronda Alta. Em 7 de setembro de 1979, 110 famílias ocuparam a Granja Macali, uma área arrendada da Fazenda Sarandi. Essa ação foi facilitada pelo fato de a Justiça ter dado ganho de causa ao Estado, no dia 5 de setembro, tendo sido a área da Macali reintegrada. Posteriormente, o próprio Governo Estadual reconheceu a legitimidade da ação. Essa ocupação reforçou a confiança dos Sem-Terra de que, com organização e luta, seria possível conquistar o assentamento no Rio Grande do Sul. Entretanto, como a quantidade de famílias era muito superior à capacidade da Macali, onde apenas 110 famílias foram contempladas, o

movimento continuou. Assim, no dia 25 de setembro de 1979, 170 famílias ocuparam a Granja Brilhante, outra área da Fazenda Sarandi, que ainda estava em litígio na Justiça (MARCON, 1997, p. 59).

Cumpramos ressaltarmos que a repressão policial foi agressiva com os Sem-Terra nessa ocupação e que somente a partir de muita pressão dos próprios colonos e de entidades da sociedade civil, o Governo desistiu de retirar os colonos da área com o uso da força. Como o número de acampados superou a capacidade de assentamento na Brilhante, o Governo selecionou apenas 80 famílias para serem devidamente assentadas, enquanto as restantes permaneceram acampadas na área, sem perspectiva de solução. Dessas famílias, aproximadamente 20% desistiram, as demais decidiram ocupar a Fazenda Annoni, no dia 8 de outubro de 1979. Mais uma vez, a polícia reprimiu duramente os Sem-Terra. Foram forçados a retornar para a Brilhante, enquanto alguns foram presos e conduzidos para Santo Ângelo, onde permaneceram por cinco dias (MARCON, 1997, p. 60).

No dia 11 de setembro de 1980, o Jornal Zero Hora noticiou que, por unanimidade, o TFR reconheceu a posse da União sobre a Fazenda Annoni. A decisão era aguardada pelas 54 famílias acampadas na Annoni, por outros colonos expulsos, pelo Passo Real e pelas 92 famílias acampadas na Brilhante. O reassentamento na Annoni foi projetado para 189 famílias de desalojados do Passo Real. Até então, 54 haviam sido precariamente instaladas, restando ainda a instalação de 135.

Cabe recuperarmos aqui que, no dia 8 de dezembro de 1980, Natálio, expulso de Nonoai, armou a primeira barraca em frente a uma lancheria localizada em uma encruzilhada da rodovia RS-324, que liga Passo Fundo a Ronda Alta, cujo entroncamento dá acesso a Rondinha, Sarandi e Carazinho, localizando-se nas proximidades das Granjas Brilhante e Macali. Logo após a primeira barraca ter sido armada nessa encruzilhada, outras famílias remanescentes da ocupação da Brilhante também acamparam ali. Esse tímido acampamento crescerá e entrará para a história como o acampamento da Encruzilhada Natalino. Até o mês de abril de 1981, o movimento foi pouco expressivo quantitativamente; entretanto, conforme o tempo foi passando, mais e mais famílias foram acampando no local, que também passou a chamar a atenção da imprensa. Muitos colonos da região, que viviam como arrendatários, meeiros ou assalariados, haviam decidido também acampar, tendo em vista a possibilidade de conquistar um pedaço de terra (MARCON, 1997, p. 66-67).

No dia 29 de julho de 1981, uma comitiva dos acampados da Encruzilhada Natalino acampou em Porto Alegre para pressionar o Piratini. A presença dessa comitiva gerou pânico generalizado e mobilizou forte esquema de segurança. Ademais, o Governo do Estado tinha se

mostrado incapaz de solucionar o problema e, cada vez mais, o movimento ganhava força política. Como forma de conter o avanço do movimento, o Governo Estadual transferiu a responsabilidade para o Governo Federal que, por seu turno, articulou uma intervenção militar, transformando o acampamento em área de Segurança Nacional. No dia 30 de julho de 1981, o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió, estabeleceu-se no acampamento, armando um complexo sistema de segurança que envolvia as Polícias Rodoviárias Estadual e Federal, a Polícia Federal e o Exército (MARCON, 1997, p. 109).

Após vários dias de dura repressão, a intervenção militar na Encruzilhada Natalino foi perdendo legitimidade, em função da crescente pressão exercida por diversos setores da sociedade civil, como religiosos, jornalistas, deputados e advogados, sindicalistas, bem como dos próprios acampados. No dia 31 de agosto de 1981, os interventores se retiraram do acampamento.

No dia 10 de agosto de 1981, o jornal Zero Hora publicou uma matéria em que afirmava que o INCRA havia ganhado a Fazenda Annoni, após decisão do TFR, e iria então reassentar os colonos do Passo Real. Foi destacado que: “é do conhecimento de todos que os colonos da Encruzilhada Natalino tinham esperança de serem reassentados na Annoni, expectativa descartada, uma vez que todo o pessoal desalojado do Passo Real será reassentado lá” (ZERO HORA, 1981). Conforme o INCRA, a área seria exclusivamente destinada ao reassentamento das famílias do Passo Real. A Fazenda Annoni tinha sido demarcada em 278 lotes com 22 hectares, 63 famílias do Passo Real já estavam lá e, em breve, mais 210 viriam.

No final de 1981, ainda somavam mais de 300 famílias acampadas na Encruzilhada Natalino. No início de 1982, a CNBB organizou uma campanha para arrecadar fundos para adquirir uma área provisória para abrigar os acampados. Adquiriram uma área de 108 hectares a 12 km de Ronda Alta e a 30 km da Encruzilhada Natalino. Assim, 207 famílias foram provisoriamente assentadas no que chamaram de “Nova Ronda Alta” (MARCON, 1997, p. 191). Durante todo o ano de 1982, os acampados seguiram pressionando o Governo Estadual para efetivação de assentamentos definitivos. No final do ano, Jair Soares, vencedor das eleições para Governador, prometeu assentar os acampados até maio de 1983. A solução final chegou em setembro de 1983, quando o Estado adquiriu um total de 1870 hectares para assentá-los (MARCON, 1997, p. 198).

Essa medida adotada pelo Executivo Estadual de assentar os Sem-Terra da Encruzilhada Natalino não foi bem recebida pelos desalojados do Passo Real, que entendiam ter prioridade na resolução de seu problema. Desse modo, embora as lutas dos desalojados e

dos Sem-Terra estivessem ligadas e identificadas pela atuação do Cristianismo Progressista, elas também se cindiam e tencionavam, a partir da potencial disputa de áreas e da prioridade de atenção por parte do Estado. No final do capítulo anterior, evidenciamos como os desalojados reagiram, na medida em que se sentiram ameaçados pelas ações de ocupação realizadas pelos Sem-Terra. Esses elementos implicavam uma relação ambígua entre os dois grupos.

Em 1979, um grupo de Sem-Terra da Brilhante tentou ocupar a Annoni, sendo rechaçado pela polícia. Em 1981, o INCRA garantiu que a Fazenda Annoni seria exclusivamente destinada aos desalojados do Passo Real. Conforme Marcon, um dos membros da comissão central do acampamento da Encruzilhada Natalino, Raul de Vargas, desligou-se do acampamento em 1982 e aceitou a proposta de assentamento no Mato Grosso. Marcon aponta que, segundo os acampados, Raul de Vargas teria saído, pois defendia a proposta de ocupação da Fazenda Annoni, o que não era compartilhado pela maioria do grupo (1997, p. 182). Esses episódios contribuíram para que se instalasse um clima de tensão e desconfiança entre os desalojados e os Sem-Terra.

Por outro lado, as conquistas da luta dos acampados da Encruzilhada Natalino produziram reflexos nas ações dos desalojados que, mediados pelos agentes pastorais, sindicatos e políticos locais, passaram a cogitar um acampamento semelhante em Ronda Alta, como instrumento de pressão ao Estado. No dia 2 de maio de 1982, O Estado de S.Paulo publicou uma nota em que noticiava o ocorrido na assembleia de 1º de maio, entre mais de 1000 agricultores desalojados pela barragem do Passo Real, em Ibirubá. Os desalojados decidiram dar um prazo de 30 dias para que Governo Estadual e o INCRA os reassentassem no Rio Grande do Sul. Se não fossem atendidos, convocariam outra Assembleia, poderiam formar um novo acampamento semelhante ao de Encruzilhada Natalino (O ESTADO DE S.PAULO, 1982).

Nesse sentido, Iokoi (1991) assinala que, ao acompanharem a luta dos camponeses da Encruzilhada Natalino, juntamente com o apoio da Pastoral da Terra, os desalojados do Passo Real teriam criado uma comissão, em 1982, com o objetivo de organizarem as comunidades rurais afetadas que haviam se espalhado pelo Rio Grande do Sul. Emerge daí que, embora existisse um clima de desconfiança e potencial disputa entre os grupos, a luta dos Sem-Terra inspirava e estimulava as ações e estratégias que os desalojados buscavam implementar em sua própria luta, fosse pela mediação comum do Cristianismo Progressista, fosse pelo relativo sucesso dos Sem-Terra, que despertava esperança nos desalojados — ou

até mesmo pela necessidade de agirem diante do medo de serem preteridos devido às ações do outro grupo.

No dia 21 de dezembro de 1987, o SNI produziu um Informe sobre a possibilidade de luta armada na Fazenda Annoni. Demonstravam que, em 1987, existiam duas realidades que compunham os ocupantes da Fazenda Annoni. A primeira era a dos colonos conhecidos como Afogados do Passo Real. A segunda era dos colonos que invadiram a fazenda, em 1985, sob a tutela do Partido dos Trabalhadores (PT), através da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a CPT, que ficaram conhecidos como Sem-Terra. Assim, afirmavam que os Afogados também eram alvos da ala progressista da Igreja (CPT) e sua pregação libertadora e destacaram que, entre 1980 e 1982, houve simpatia desses assentados para com os Sem-Terra, quando dos acampamentos de Natalino e CEMAPA, fornecendo ajuda material aos acampados (SNI,1987).

Inferimos que essa fonte evidencia o caráter ambíguo da relação entre os desalojados e os Sem-Terra ao longo da década de 1980. Uma relação de integração, simpatia e solidariedade, no início do decênio, e um clima de tensão e disputa, que já existia desde o final dos anos 1970 e fora se intensificando no decorrer dos anos 1980.

Nessa seção, foi possível analisarmos os primeiros contatos entre os desalojados do Passo Real, os agentes do Cristianismo Progressista e os Sem-Terra da Encruzilhada Natalino. A relação com esses novos agentes sociais, no bojo da nova conjuntura brasileira propiciada pela anistia, fez com que os desalojados começassem a produzir mais relações de caráter emancipatório que tensionavam suas incorporações políticas até então fundamentalmente marcadas pela subordinação às forças hegemônicas.

4.2 CAMPO DE FORÇAS

Nesta seção, buscaremos compreender como foi se consolidando um complexo campo de forças sobre a luta pela terra dos desalojados do Passo Real; os crescentes contatos dos desalojados com novas forças e agentes sociais e como o Cristianismo Progressista e os Sem-Terra tensionavam seu campo de lutas — já povoado por agentes sociais subordinados às forças hegemônicas, como os sindicatos e políticos locais. Assim, visaremos a analisar de que forma se produziu o choque entre os desalojados e essas diversas forças políticas e sociais que compunham seu campo de lutas e de que maneira, a partir desse choque, os desalojados desenvolveram suas incorporações políticas, possibilitando-nos entender significados e sentidos de sua luta.

As tensões produzidas pelo campo de forças, que foi permeando a luta dos desalojados, começaram a se tornar mais evidentes a partir de uma assembleia dos desalojados em 1º de maio de 1982, na cidade de Ibirubá. Assim sendo, no dia 1º de maio de 1982, o jornal O Estado de S.Paulo, publicou uma matéria intitulada: “Outro acampamento pode surgir no Sul”:

Após a solução provisória encontrada pela Igreja para os colonos sem terra que passaram um ano acampados em condições precárias à beira de uma estrada, em Ronda Alta, o Rio Grande do Sul poderia assistir a formação de um novo acampamento – de maiores dimensões – de agricultores sem posses; Se reuniram em Ibirubá, 400 famílias que foram desalojadas pela barragem do Passo Real. O presidente do STR-IBI, Sebastião Farias, afirmou que aquelas que conseguiram o reassentamento estariam em “condições muito boas”, podendo produzir e viver. No entanto, 250 famílias que seriam reassentadas na segunda fase do projeto do INCRA, até então não haviam sido reassentadas. Farias, afirmou que as famílias cresceram, pois passados 12 anos, muitos filhos de desalojados já são homens feitos. Estas famílias foram morar em favelas, ganhando pouco ou vivendo de biscates. Alguns conseguiram empregar-se em granjas, mas nunca mais puderam ter sua própria terra e pioraram de vida. Deveriam participar da reunião entre os agricultores, o coordenador regional do INCRA, Alcione Burin, o deputado do PMDB, Algir Lorenzon e o secretário geral da CONTAG, Gelindo Ferri. Sebastião Farias ressaltou que os colonos estão perdendo a paciência e poderão tomar uma medida extrema, optando pelo acampamento semelhante ao de Ronda Alta para pressionar o Governo (O ESTADO DE S. PAULO, 1982).

Dessa forma, a matéria do jornal paulistano elucida que, a partir da acentuação do espaço de afogamento, somada ao contato com o Cristianismo Progressista e com os Sem-Terra e, nesse caso específico, com o resultado exitoso do acampamento Natalino, foi sendo propiciado aos desalojados o desenvolvimento de incorporações políticas com potencial emancipatório, na medida em que passavam a cogitar a estratégia de um acampamento para também chamar a atenção e pressionar o Estado.

Por conseguinte, no dia 27 de setembro de 1982, o SNI elaborou um relatório referente às manifestações de 1º de maio, realizadas no Rio Grande do Sul. Foi relatado um protesto em Ibirubá, dos Afogados do Passo Real, sob a coordenação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá, Cruz Alta e Espumoso. Além dos representantes sindicais, 1500 pessoas compareceram ao ato, sendo destacada a presença do bispo de Cruz Alta, D. Jacó Hilgert. Formaram uma comissão integrada por representantes das 500 famílias desalojadas, pelo presidente da FETAG/RS, pelos presidentes dos STRs mencionados, além dos prefeitos dos respectivos municípios. A comissão iria viajar a Brasília com o objetivo de tentar um encontro com o Presidente da República. Ficou decidido que, se o Governo não cumprisse suas promessas, poderiam realizar um acampamento (SNI, 1982).

O relatório do SNI evidencia que o encontro dos desalojados, realizado no dia 1º de maio de 1982 em Ibirubá, colocou em contato diversos agentes políticos e sociais que buscavam mediar a luta pela terra. Logo, esse encontro funcionaria como um catalisador do choque de forças políticas que passariam a pautar o campo de lutas dos desalojados do Passo Real; quais sejam os sindicatos e suas federações, os prefeitos locais e alguns deputados, o INCRA e o SNI (infiltrado), o Cristianismo Progressista e os Sem-Terra. Aquele 1º de maio também foi um marco simbólico, posto que, a partir disso, os desalojados do Passo Real passariam a ser reconhecidos e denominados de “afogados”, o que ia lhes conferindo identidade e produzindo sentidos conforme o desenrolar da luta.

Como temos demonstrado, a acentuação do espaço de afogamento implicava intensificação do espaço de lutas dos desalojados que, mediados por novos agentes sociais, em uma nova conjuntura política, passavam, cada vez mais, a tensionar as relações políticas de subordinação que mantinham em relação ao Estado. No mesmo informe do SNI, citado anteriormente, sobre o encontro de 1º de maio em Ibirubá, também foi registrado o pronunciamento do bispo de Cruz Alta, D. Jacó Hilgert:

O bispo diocesano de Cruz Alta/RS Dom Jacó Hilgert, ao se referir à paciência dos desalojados por uma solução, declarou: “eu não teria a mesma paciência deles para esperar tanto tempo. Isto é um descalabro total. Eles deveriam ter recebido de imediato a terra que o Governo lhes deve”. No dia seguinte, 1º de maio, na concentração dos “afogados”, Dom Jacó repetiria, no mesmo tom, críticas às promessas não cumpridas, rebatendo possíveis acusações de “subversivo e comunista”, citando a questão fundiária expressa na Bíblia, que defenderia a necessidade de uma reforma agrária no País, para corrigir injustiças como a que ali via. Concluindo sua participação pediu a união e não violência: “Não queremos guerra” (SNI, 1982).

Inferimos que esse discurso de D. Jacó Hilgert estava permeado por ideias advindas da Teologia da Libertação, bem como reproduzia a forma de ação dos demais Cristão Progressistas, coordenados pela CPT, ao se utilizar de passagens e referências bíblicas para questionar as injustiças sociais e legitimar a implementação de uma Reforma Agrária. Resulta daí que as críticas do bispo de Cruz Alta, principal líder religioso da região, às autoridades políticas que não haviam cumprido as promessas do reassentamento, produziram efeitos significativos na maneira como os desalojados passariam a se relacionar com o poder político e suas autoridades institucionais.

Nessa esteira, segundo o mesmo relatório do SNI, após a manifestação do bispo, 12 desalojados usaram a palavra. Em sua fala, o desalojado Olívio pediu aos colonos que votassem em branco nas próximas eleições: “a gente em quem se votou não fez nada em 12

anos” (SNI,1982). Desse modo, a fala do desalojado Olívio precisa ser compreendida no amplo contexto político da redemocratização nacional. O ano de 1982 ficaria marcado pelas primeiras Eleições Diretas para Governador, desde a instalação da Ditadura em 1964. O novo contexto político implicava também novas formas de relacionamento dos cidadãos com a política. Depois de tanto tempo, aquelas eleições diretas representavam para o povo o exercício de um poder que muitos até então jamais tinham exercido, ensejando, ainda que minimamente, algum tipo de horizontalidade entre os eleitores e os eleitos. Assim sendo, quando o desalojado Olívio pede a seus companheiros que votem em branco nas próximas eleições, posto que aqueles em quem tinham votado (parlamentares), não tinham feito nada por eles, estava negando a concessão de poder àqueles que deveriam os representar e, até então, não o haviam feito.

Se o novo contexto político ensejava a consciência de que os cidadãos detinham uma parcela de poder e que poderiam exercê-lo conforme os seus interesses, isso era potencializado — ou apenas possibilitado — a partir da mediação de agentes sociais, como os Cristãos Progressistas, e das crescentes experiências de enfrentamento político que os desalojados vinham travando. Notadamente, o bispo D. Jacó Hilgert enfatizou em suas falas que não teria a paciência de esperar tanto tempo como os desalojados o fizeram e que deveriam ter recebido suas terras de imediato. Essas falas sinalizam aos afogados que eles tinham esperado tempo demais e que tal espera lhes prejudicou. Desse modo, quando o bispo diz que não teria “a mesma paciência”, apontava que os alojados também não poderiam tê-la. Em outros termos, de que precisavam agir, em razão de que, se eles deveriam ter recebido suas terras de imediato, é por que lhes era um direito legítimo e inexorável, e que eles tinham o poder para reivindicá-lo, uma vez que, em 12 anos, aqueles que os representavam não o tinham feito de forma exitosa.

Além disso, a fala do colono Olívio, ao pontuar que os desalojados deveriam votar em branco, haja vista que as autoridades não haviam efetivado as reivindicações de assentamento, imbricada com a mediação religiosa naquele novo contexto, implicou a confrontação das forças hegemônicas que os afogavam, na medida em que propunha uma ruptura com as instâncias de poder tradicionais. Ao pedir o voto em branco, após as críticas tecidas às autoridades políticas por D. Jacó Hilgert, acentuava-se a tensão com as relações de subordinação que marcavam as incorporações políticas até então. Ao fazer isso, demonstrava o entendimento de que os desalojados também tinham poder político; sendo assim, passavam a produzir, ainda que de forma incipiente, incorporações políticas permeadas por princípios emancipatórios.

Por seu turno, as diferentes esferas de Estado buscaram reagir diante das tensões provocadas a partir do encontro dos desalojados em 1º de maio no município de Ibirubá. No dia 6 de maio de 1982, O Estado de S.Paulo publicou que o Governador do Rio Grande do Sul, Amaral de Souza, enviou um telex ao presidente do TFR, ministro Jarbas Nobre, pedindo que o Tribunal desse imissão de posse ao INCRA de uma área que estava em disputa no Estado e que pretendia reassentar mais de 400 famílias, que há 12 anos haviam sido desalojadas pela barragem do Passo Real (O ESTADO DE S. PAULO, 1982).

Com essa ação, e a decorrente publicização, Amaral de Souza buscava mitigar as chamas acesas em 1º de maio. Ao realizar esse apelo ao Tribunal, o Governador visava a demonstrar que estava verdadeiramente imbuído na tarefa de resolver o impasse do assentamento, uma vez que, em última instância, o poder final de decisão residia no judiciário. De um lado, Amaral de Souza buscava não perder ainda mais a já abalada confiança que tinha dos desalojados; por outro, como era ano eleitoral, e o caso dos Afogados começava a ter a crescente cobertura da imprensa, objetivava não perder eleitores, já que o seu partido, o PDS, de situação na esfera Estadual e Federal, buscava a sucessão.

No que tange à esfera Federal, foi possível apreendermos a movimentação dos Agentes de Inteligência que alimentavam a comunidade de informações, a qual mantinha o Planalto informado de todos os meandros que compunham as tensões sociopolíticas Brasil afora. No dia 28 de junho de 1982, o SNI produziu um relatório investigativo em que abordava os fatores que afetavam a eficiência do judiciário na tramitação e julgamento de processos. Sinalizava que a lentidão dos trâmites contribuía para o acirramento de tensões sociais. Nesse sentido, chamava a atenção para o caso da Fazenda Annoni, afirmando que, se caso o judiciário não liberasse a Fazenda, os agricultores tomariam medidas drásticas, podendo formar uma nova Encruzilhada Natalino (SNI, 1982).

Ainda que alinhavadas com a Doutrina de Segurança Nacional, monitorando aqueles a quem consideravam como “elementos subversivos”, as ações dos agentes do SNI apresentadas acima funcionavam, majoritariamente, como dispositivo de controle social, a partir do apaziguamento e desativação de conflitos. O que ocorreu no acampamento da Encruzilhada Natalino, que ganhara grande cobertura da mídia, sinalizava à cúpula do Governo que, se não fossem efetivadas medidas em relação ao Judiciário e se esse não liberasse a fazenda Annoni, provavelmente, os Afogados concretizariam ações análogas às da Encruzilha Natalino. Nesse sentido, o relatório produzido pelo SNI funcionava como diretriz para que o Governo buscasse arrefecer aquela tensão antes que perdesse o controle, e o

corolário dessa perda de controle apontava para o enfrentamento de mais um conflito de grande vulto, em um ano eleitoral, inserido na frágil conjuntura de abertura política.

Por meio das atividades de Inteligência Federal, realizadas pelo SNI, e das ações do Executivo Estadual, é possível evidenciarmos um conjunto de medidas desenvolvidas pelas forças hegemônicas — ainda que não necessariamente articuladas entre si — que buscavam resolver o problema dos desalojados ou, na verdade, persuadi-los de que o problema seria resolvido, para assim recuperarem a imagem de que eram a única fonte de poder possível para solucionar a questão, em razão de que manter mais um grupo social subordinado era fundamental naquele contexto.

Sob a égide de Gramsci (1978), é possível pensarmos o início da década de 1980 como um momento de crise de hegemonia da classe dirigente, seja pelo malfadado e desgastado Regime da Ditadura, seja pelas ações das massas, que saíam da passividade e começavam a se inserir na vida política. Em se tratando dos Afogados, identificamos o desenvolvimento de novas relações de força em seu campo de lutas, como o Cristianismo Progressista, os Sem-Terra e posições partidárias alinhadas à esquerda, como o PDT de Carlos Araújo. Nesse contexto, o Estado impulsionava os desalojados a tensionarem a subordinação às forças hegemônicas e a saírem da passividade. Dessa forma, eles produziam incorporações políticas de emancipação, na medida em que questionavam a representação política institucional e buscavam exercer seu poder político por meio de protestos e da potencial organização de um acampamento, o que significava a direta confrontação com forças hegemônicas, posto que, como clarificado nos relatórios do SNI, um acampamento similar ao da Encruzilhada Natalino era o que o Estado buscava evitar. Nesse sentido, o conjunto das forças hegemônicas, por meio das diferentes esferas do Estado, que ainda operava sob o Regime Ditatorial, iniciado em 1964 e que, em um processo de crise e de desgaste de seu projeto político, tentava não perder o controle político dos desalojados, grupo social que, até então, mantinha sob seu jugo.

No dia 30 de junho de 1982, o boletim Terra Gente, de Porto Alegre, discutia os problemas enfrentados pelos Afogados do Passo Real:

Há doze anos existem cerca de 300 famílias que foram despejadas pelas águas do Passo Real e estão aguardando a “promessa” e o compromisso assumido pelo INCRA com a CEE de reassentar essas famílias. Já passou tanto tempo que todo mundo se pergunta como esperaram até agora!!... Já são inclusive em torno de 500 famílias, apesar do INCRA reconhecer apenas 244 famílias. A resposta a esta pergunta é difícil mas certamente a principal causa da espera é a forma como o movimento sindical encaminhou a luta pelo reassentamento. O sindicato de Ibirubá, principal envolvido, sempre esteve nas mãos de pelegos, nunca se preocupou em

organizar os atingidos e muito menos mobilizar os agricultores para pressionar o governo. Ora, um problema desses não se resolve pedindo, se resolve pressionando, mostrando os direitos que os trabalhadores rurais têm e a força que podem acumular na luta por eles. Nos últimos anos, alguns sindicatos da região mudaram e começaram a fazer um trabalho de base. E um dos resultados foi a concentração do primeiro de maio, que também ainda foi marcada pelo peleguismo. [...] A comissão organizadora, dos sindicatos da região, trouxe vários figurões, deputados, prefeitos, bispo, até o presidente da FETAG e do INCRA, que deitaram e rolaram, um discurso mais radical que o outro, mas tudo conversa fiada, mas os colonos estão cansados e não vão mais cair em conversa fiada. A única coisa de concreta e que ficou acertado é que iriam para Brasília. Foi o prefeito de Ibirubá, os presidentes do Sindicato de Ibirubá e Espumoso, o presidente da FETAG e UM afogado. Falaram com o Leitão de Abreu e o Marchezan, que prometeram que em 60 dias tudo estaria resolvido. Ainda vestiram o colono de terno e gravata. Dessa maneira não se constitui pressão para o governo (TERRA GENTE, 1982).

A partir do exposto, podemos evidenciar a pluralidade de agentes sociais e a tensão que permeava o campo de lutas dos Afogados do Passo Real nesse contexto. As críticas tecidas pelo Terra Gente, em relação ao problema dos desalojados, produzem o confronto com as forças hegemônicas. Ao dizer que o STR de Ibirubá estava nas mãos de pelegos, o Terra Gente evidencia o papel daquele sindicato como aparelho de hegemonia. Ao assinalar que o sindicato nunca se preocupou em mobilizar e organizar os atingidos e que essas questões se resolvem pressionando e não pedindo, o Terra Gente revela o caráter de subordinação que marcava aquela atividade sindical. Essa subordinação ao Estado fica explícita, dado que pedem e não pressionam. Em outros termos, não produzem confrontação, colocando-se verticalmente abaixo das autoridades estatais. Por conseguinte, essa lógica da verticalidade se reproduz em relação aos desalojados, na medida em que subordinam os trabalhadores em sua forma de atuação. Não os mobilizando nem os organizando, privam-nos de experiências políticas e da possibilidade de adquirirem um capital simbólico que potencialmente poderia questionar a verticalidade dessas relações.

Ademais, esse caráter de subordinação, que marcava a condução sindical da luta dos desalojados do Passo Real, também emerge na viagem a Brasília citada na fonte. Os atos políticos realizados na Capital da República reforçavam as relações de verticalidade que estruturavam aquelas incorporações políticas capitaneadas pelos STRs locais. A comissão dos desalojados se reuniu com o ministro Leitão de Abreu e com o deputado Nelson Marchezan, ambos ligados à cúpula do Governo Federal.

As trajetórias de Leitão de Abreu⁸ e de Nelson Marchezan revelam que ambos eram agentes políticos vinculados ao cerne das forças hegemônicas, em razão de que participaram

⁸ João Leitão de Abreu nasceu em Cachoeira do Sul (RS) no dia 6 de julho de 1913. Em 1964 passou a ocupar a chefia do Gabinete Civil no governo Ildo Meneghetti (1963-1967), do qual se afastou em janeiro de 1966, para tornar-se chefe de gabinete do ministro da Justiça, Mem de Sá, cuja gestão se estendeu daquele mês a junho

do alto escalão do Governo Federal, à época, tendo atuações decisivas para os rumos da política nacional. Exemplo disso é que Leitão de Abreu ocupou cadeiras de alto poder durante boa parte do processo histórico dos desalojados do Passo Real, tanto no Executivo quanto no Judiciário, e que Nelson Marchezan era o líder do governo na Câmara e tinha a região do Alto Jacuí como uma de suas bases eleitorais, possuindo boas razões para se projetar como intermediário dos Afogados em Brasília em um ano eleitoral, em que, não gratuitamente, fora o Deputado Federal gaúcho mais votado.

Nesse contexto, inferimos que, quando o boletim Terra Gente cita o encontro da comissão de representantes dos Afogados com os líderes do Governo, Leitão de Abreu e Nelson Marchezan⁹, estaria consubstanciando a denúncia de “peleguismo”. O sentido de

seguinte. Com a doença que, no fim de agosto de 1969, interrompeu o mandato presidencial do marechal Artur da Costa e Silva, Leitão de Abreu foi convocado por seu cunhado, o general Aurélio de Lira Tavares, então ministro do Exército, para redigir o Ato Institucional nº 12, documento que deu cobertura jurídica à manobra através da qual, no dia 31 de agosto, o poder passou às mãos de uma junta militar em vez de ser transmitido ao vice-presidente Pedro Aleixo, conforme previa a Constituição. Logo após a posse de Médici, Leitão de Abreu foi indicado para o cargo de chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Leitão de Abreu assumiu em sua gestão a função de coordenador político do governo, tarefa que executou dentro dos mais rígidos padrões de hierarquia e disciplina, dispondo-se a discutir e a negociar os assuntos do partido governista — a Aliança Renovadora Nacional (Arena) apenas com o seu presidente, o senador Filinto Müller. Nesse período a atividade política no país estava restringida às decisões da cúpula governista, evidenciando-se a total ausência de debates no Congresso, além de uma rigorosa censura à imprensa. Ao deixar a chefia do Gabinete Civil, após a conclusão do governo Médici em março de 1974, Leitão de Abreu foi nomeado pelo presidente Geisel ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) na vaga aberta com o falecimento do ministro Rafael de Barros Monteiro Filho. Assumindo o cargo em 17 de junho de 1974, marcou sua atuação no STF por decisões e declarações que o caracterizaram como um juiz liberal. Em 7 de agosto de 1981, no dia seguinte à renúncia do general Golbery do Couto e Silva à chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, Leitão de Abreu foi convidado por Figueiredo para assumir o cargo. Nessa ocasião deixou o STF, cuja presidência deveria assumir em fevereiro de 1982. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-leitao-de-abreu>.

⁹ Por seu turno, Néelson Marchezan nasceu em Santa Maria (RS) no dia 4 de maio de 1938. Em 1959 elegeu-se vereador em sua cidade natal e em outubro de 1962 deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, as duas vezes na legenda do Partido Democrata Cristão (PDC), cuja bancada passou a liderar em 1963. Em 1964 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Santa Maria. Com a implantação do bipartidarismo, Néelson Marchezan filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Reeleito deputado estadual na legenda da Arena em novembro de 1966 e novembro de 1970, em 1971 assumiu a vice-liderança do governo Euclides Triches (1971-1975) na Assembléia Legislativa gaúcha. Com o apoio do governador arenista Silval Guazelli (1975-1979), eleito também indiretamente em outubro de 1974, elegeu-se deputado federal em novembro seguinte. Deixou a Assembléia Legislativa gaúcha em janeiro de 1975 para assumir o mandato na Câmara em fevereiro. Logo após, entretanto, interrompeu a atividade parlamentar por ter sido nomeado secretário de Estado no final do governo de Euclides Triches. No decorrer de 1978 participou da campanha do general João Batista Figueiredo, indicado sucessor do general Ernesto Geisel na presidência da República, acompanhando-o em viagens pelo país. Na mesma época foi cogitado como provável candidato ao governo do Rio Grande do Sul por seu partido, mas este acabou preferindo José Augusto Amaral de Sousa, eleito indiretamente em setembro de 1978 pela Assembléia Legislativa do estado. Marchezan reelegeu-se deputado federal em novembro e depois da posse do general João Figueiredo, em março de 1979, deixou a secretaria geral da Arena para assumir a liderança do governo na Câmara. Com o fim do bipartidarismo e a consequente reorganização partidária, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), que sucedeu à Arena, permanecendo líder do governo na Câmara dos Deputados. Em janeiro de 1981, com o apoio do presidente da República, elegeu-se presidente da Câmara, como candidato oficial do PDS, em acirrada disputa com Djalma Marinho, pedessista dissidente apoiado pelos partidos de oposição. Ao assumir o cargo, foi substituído na liderança do PDS pelo deputado Cantídio Sampaio. Em janeiro de 1982, na prévia para a escolha do candidato do partido ao governo do Rio Grande do Sul, foi derrotado pelo ministro da Previdência Social, Jair

“peleguismo”, como uma relação de subordinação, é reiterado quando o boletim Terra Gente sinaliza que a comissão de representantes dos Afogados foi formada pelos presidentes dos sindicatos e prefeitos da região do Passo Real e por apenas um Afogado, que fora trajado de terno e gravata. Essa ação está carregada de simbolismos que nos reforçam a lógica da subordinação que marcava aquelas relações de poder. Primeiramente, evidenciamos o fato de a ação ter tido participação mínima dos desalojados. Em outros termos, somente aqueles que ocupavam postos institucionalizados de poder, como sindicalistas e prefeitos, teriam condições de agir politicamente em Brasília, a qual acessaram de forma vertical, hierárquica. Por conseguinte, quando vestiram o único representante dos Afogados, nesse ato, de terno e gravata, descaracterizaram-no, desvincularam-no de seu papel social — emerge daí que o fato dele ser um camponês, um colono não o legitimava a participar de uma ação política junto ao alto escalão do poder institucional.

Sob a ótica de Bourdieu (2007), quando os representantes da comissão dos Afogados, como agentes sociais subordinados às forças hegemônicas, levaram um único Afogado a Brasília e o trajaram de terno e gravata estavam reproduzindo a violência simbólica que dava sentido e legitimidade àquele campo verticalmente estruturado de poder e reforçava a dominação aos subordinados. Nesse sentido, o campo de forças era tensionado pela crítica do boletim Terra Gente que confrontava aquelas relações políticas marcadas pela subordinação. Dialeticamente, impulsionava o sentido emancipatório entre os Afogados. Quando o boletim Terra Gente destacou que aquele tipo de problema se resolvia “pressionando, mostrando os direitos que os trabalhadores rurais têm e a força que podem acumular na luta por eles”, estavam a sinalizar que os Afogados também eram depositários de poder político e que precisavam exercê-lo — o que os dotaria de capital simbólico para que fossem reconhecidos e legitimados. Dessa forma, a emancipação poderia ser produzida, na medida em que se inserissem no corpo político, por meio de uma lógica horizontalizada, e não vertical e subordinada como efetivavam até então.

Dando continuidade a essas reflexões, é importante observarmos que o boletim Terra Gente também assinalou que, embora a concentração do 1º de maio em Ibirubá tenha sido marcada pelo “peleguismo”, ela também se originou da mudança de postura de alguns sindicatos da região, os quais começaram a fazer trabalho de base. Sendo assim, cabe destacarmos que essa tensão entre relações de subordinação e emancipação não era

Soares. Em novembro seguinte, contudo, foi reeleito para a Câmara pela terceira vez, como deputado mais votado em seu estado, com 239.487 votos. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marchezan-nelson>.

exclusividade da luta dos Afogados, posto que perpassava vários rincões da política brasileira naquele contexto de crise de hegemonia e de reabertura política, como o próprio movimento sindical dos trabalhadores rurais em nível nacional.

Evidenciamos que, desde a década de 1970, o sindicalismo dos trabalhadores rurais era um movimento heterogêneo, que dependia de intenso jogo de forças locais de onde atuava. Leonilde Medeiros aponta que, após o II Congresso nacional da CONTAG em 1973, a confederação se preocupou em mapear a realidade sindical de cada Estado e na ênfase à formação sindical, com a constituição de equipes educacionais. O eixo da concepção da CONTAG sobre educação era a necessidade de os trabalhadores rurais conhecerem os seus direitos e se organizarem para obterem seu cumprimento. De acordo com a entidade, isso seria feito por meio de cursos para lideranças, mostrando a marca de uma visão pedagógica originária da Igreja, segundo a qual seria necessário conscientizar os trabalhadores para que esses pudessem ir à ação (1989, p. 100-101).

Embora a CONTAG apresentasse um teor progressista, muitas vezes, como já verificamos, a prática sindical acabava reduzida a encaminhamentos administrativos. Leonilde Medeiros também assinalou que a CONTAG insistia nos direitos como conquista da luta dos trabalhadores; todavia, conquistas que não eram suficientes para marcar o fim das lutas, uma vez que os direitos adquiridos não eram respeitados. Para que isso se desse, a entidade buscava impulsionar as autoridades para que cumprissem e aperfeiçoassem os direitos trabalhistas. Em outros termos, um conjunto de medidas que garantisse as relações capital-trabalho, dentro dos parâmetros legalmente fixados e agilizasse as condições de defesa do trabalhador bem como medidas para que o pequeno produtor se mantivesse na terra, se reproduzindo como tal. Com isso, a CONTAG privilegiava as demandas ao Estado, como se bastasse a denúncia das carências para vê-las resolvidas. Tornava-se antes de tudo um canal de apelo às autoridades (1989, p. 101).

Nesse âmbito, ainda que as entidades sindicais estivessem atuando intensamente no auxílio aos trabalhadores rurais, sua linha de ação baseava-se tão somente na denúncia e na cobrança formal das autoridades superiores. Sendo assim, não produziam uma confrontação e um tensionamento, fazendo com que o sindicalismo trabalhista rural brasileiro continuasse, majoritariamente, subordinado ao poder hegemônico. Essa perspectiva pode ser corroborada a partir das ações realizadas pela FETAG/RS em relação à luta dos desalojados do Passo Real. No dia 28 de dezembro de 1982, a FETAG/RS publicou uma retrospectiva do ano de 1982 e alinhavou as perspectivas para 1983. Nesse relatório, foi assinalada a questão dos desalojados

do Passo Real que, esbulhados, em seus mais legítimos direitos, continuavam aguardando o reassentamento (FETAG/RS, 1982).

Assim sendo, apreendemos que as entidades sindicais continuaram fazendo apelos ao governo e denunciando as carências sofridas pelos desalojados, sem, necessariamente, produzirem um enfrentamento mais incisivo, que cobrasse com mais veemência o cumprimento dos direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, entendemos que a mediação sindicalista em nível estadual continuava produzindo incorporações políticas no processo de luta dos desalojados do Passo Real, caracterizadas por relações de subordinação às forças hegemônicas.

No entanto, o final dos anos 1970 trouxe, em certa medida, transformações importantes para o sindicalismo rural. A fragilidade dos sindicatos, como canal de condução das tensões, a intensidade das lutas de resistência e a disposição de alguns setores da Igreja em lhes dar apoio, acabaram por gerar uma visão alternativa de ação sindical. Isso implicou uma reorientação de linhas de ação do sindicalismo rural naquele contexto, como o aparecimento de sindicatos de oposição à linha dominante (MEDEIROS, 1989, p. 109). Se esse era o clima no meio rural, no meio urbano também havia mudanças significativas. As greves do ABC, de 1978, recolocaram para o conjunto dos trabalhadores a questão sindical, dessa vez trazendo à tona a crítica à estrutura sindical existente (MEDEIROS, 1989, p. 115).

Nesse contexto é que foi convocado o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Preparado desde 1978, por meio de reuniões locais e estaduais, o congresso realizado em maio de 1979, foi o momento de sistematização das experiências já existentes, das formas de luta já encaminhadas. Contou com a presença de cerca de 1.600 dirigentes sindicais, representantes de todas as partes do país (MEDEIROS, 1979, p. 116).

As resoluções do Congresso assinalavam a importância da criação de uma central sindical para a luta por um sindicalismo livre e a participação dos trabalhadores rurais na mudança do modelo político. Para que as bases pudessem ter mais ação nas definições políticas do movimento, aconselhavam como elas poderiam ser inseridas ao momento político nacional, especificamente no que tocava aos problemas enfrentados pelo movimento sindical. Desse modo, o sindicalismo rural se alinhava ao sindicalismo urbano nas suas propostas mais gerais e ganhava novo espaço para que sua principal bandeira, a Reforma Agrária, pudesse se tornar uma questão do conjunto dos trabalhadores. Esse também seria um trabalho de construção de apoios e alianças nem sempre bem-sucedidos (MEDEIROS, 1989, p. 117).

Emerge daí que o contato do sindicalismo com esses novos agentes sociais, como o Cristianismo Progressista e os Sem-Terra, a depender da região e do caso, acabavam

produzindo transformações mais significativas nas linhas de ação dos sindicatos dos trabalhadores rurais. No entanto, em se tratando dos Afogados, é necessário refletirmos a respeito do que Leonilde Medeiros afirma em relação a alianças nem sempre bem-sucedidas. Na luta dos Afogados, a relação do sindicalismo com o Cristianismo Progressista e os Sem-Terra se constituiu a partir de um choque no campo de forças, em uma constante relação dialética entre relações de subordinação e emancipação. Na próxima seção, evidenciaremos essa relação a partir dos diferentes posicionamentos dos STRs locais no tocante a estratégias do acampamento e à ocupação de terras, em razão de que, como o acampamento era algo indesejável pelo Estado, as manifestações contrárias e a favor do acampamento se constituíram como um indicativo simbólico das relações de emancipação e subordinação às forças hegemônicas.

Nesse contexto, a estratégia do acampamento era um instrumento de luta apreendido pelos Afogados a partir de sua relação com os Sem-Terra. Na primeira quinzena de junho de 1982, o Jornal Sem Terra publicou uma matéria intitulada: “Reuniões esgotaram a paciência e ‘Afogados’ dão ultimato ao Governo”:

Os Afogados — apelido que receberam por terem perdido suas terras tomadas pelas águas — resolveram dilatar o prazo final que estão dando às autoridades para uma solução definitiva do problema. Eles haviam estabelecido 30 dias, a partir de 1º de maio, quando realizaram uma assembleia em Ibirubá (RS) com cerca de 5 mil agricultores. Agora, em função das audiências que mantiveram, no começo do mês, com os ministros da Casa Civil, da Casa Militar e o presidente do Tribunal Federal de Recursos — embora pretendessem entrevistar-se com o presidente Figueiredo — eles vão esperar mais 60 dias pela solução. A decisão foi tomada na última quinta-feira, dia 10 quando a comissão que esteve em Brasília relatou os resultados das audiências realizadas na Capital Federal. Ao final deste prazo — que será comunicado oficialmente ao governador Amaral de Souza nos próximos dias — será realizada uma nova reunião, onde os agricultores pretendem a presença do presidente do Incra, Paulo Yokota. Caso não seja tomada nenhuma providência pelos órgãos governamentais — dentro do prazo estabelecido — os agricultores garantem que tomarão medidas mais drásticas, ao invés de ficar fazendo reuniões e correndo para lá e para cá atrás das autoridades. Vislumbra-se uma nova Encruzilhada Natalino (JORNAL SEM-TERRA, 1982).

É possível evidenciarmos que o Jornal Sem Terra criticava as relações de subordinação ao Governo, na medida em que buscava pôr ênfase na própria ação dos Afogados de darem um ultimato ao Governo e da possibilidade de realizarem um acampamento semelhante ao da Encruzilhada Natalino. Isso propunha uma ruptura naquelas relações políticas de subordinação, já que preconizavam uma ação direta e contundente dos Afogados, em vez de ficarem esperando promessas do Governo, as quais nunca eram cumpridas. Esse sentido fica visível na charge que fora anexada à matéria de junho de 1982:

Figura 2 — Charge



Fonte: Jornal Sem Terra, 31 de julho de 1982.

Entendemos que a charge buscava ensinar uma unidade de consciência de classe entre o “Afogado” e o “Sem-Terra”, ambos tendo que se proletarizar e vender sua força de trabalho, em razão de que a sua produção socioespacial, como camponeses, estava impossibilitada pela ação das forças hegemônicas que, representadas na figura do Governo, relegavam os trabalhadores àquela situação. Desse modo, a charge procurava aproximar os dois grupos sociais para que se unissem em luta, entendendo que essa forma de ação, preconizada pelo confronto levado a cabo pelos próprios trabalhadores, seria a única forma de conquistar seus direitos. Nesse sentido, apreendemos que as manifestações do Jornal Sem Terra estavam carregadas de um poder simbólico que buscava confrontar as forças hegemônicas e acabava produzindo uma tensão no campo de forças na qual a luta dos Afogados se inseria. Dessa maneira, o Jornal Sem Terra propiciava que os Afogados fossem incrementando suas incorporações políticas, mediante ações de caráter potencialmente emancipatório e na tentativa de constituírem um sentido comum de classe e impulsionarem o acampamento como instrumento de luta.

É importante que reforçemos que a relação entre os Sem-Terra e os Afogados era ambígua. No dia 31 de maio de 1983, o Jornal Sem Terra, de São Paulo, publicou a nota “Colonos de Passo Real reagem”. A decisão do Governo do Estado de resolver o problema de Nova Ronda Alta, causou revolta entre os Afogados do Passo Real, que ameaçaram acampar na beira da estrada, como fizeram os colonos na Encruzilhada Natalino. Sendo assim, os Sem-Terra se pronunciaram afirmando que consideravam justa a revolta desses agricultores que

foram enganados, mas que não era admissível algumas lideranças sindicais, que se intitulavam “porta-vozes dos Afogados”, buscarem sensibilizar as autoridades com argumentos como “se uns fazem bagunça durante dois anos e conseguem, nós iremos para uma coisa mais firme”. Os Sem-Terra reiteravam que os desalojados do Passo Real necessitavam de efetivamente se organizarem, pressionarem e lutarem por seus direitos, fazerem alguma coisa e não deixarem se iludir por falsos líderes que queriam dividir ainda mais os trabalhadores rurais: “A luta é uma só, é preciso união e solidariedade”, finalizaram os sem-terra (JORNAL SEM TERRA, 1983).

Diante do exposto, entendemos que os Afogados agiam por medo de serem preteridos pelo outro grupo. Quando houve a informação de que o Governo contemplaria os acampados da Encruzilhada Natalino, os Afogados sentiram esse medo se materializar, produzindo o entendimento de que aquilo era injusto, em razão das diversas adversidades que vivenciavam e das promessas de assentamento não cumpridas; consideravam que tinham mais direitos do que os trabalhadores sem-terra. Por outro lado, os Sem-Terra não buscavam o confronto com os Afogados e, sim, com as forças hegemônicas, visando a tensionar o entendimento de que os Afogados estavam lhes mostrando que os direitos desse grupo eram legítimos e, por isso, eles mesmos deveriam lutar por sua causa, sem se deixarem manipular por agentes vinculados às forças que, até então, os estavam afogando.

Nesse contexto, e ainda de forma ambígua e tensa, a relação com os Sem-Terra desencadeava importantes efeitos na luta dos Afogados, posto que as ações efetivadas pelos Sem-Terra os impulsionavam a agirem. Ainda que estivessem mobilizados pelo medo, os Afogados produziam um movimento dialético com potencial emancipatório, na medida em que se organizavam para lutar e cogitavam a realização de um acampamento. Nesse sentido, os Sem-Terra procuravam tensionar aquele campo de forças, produzindo manifestações simbólicas de consciência e de união de classe para deslegitimar as ações de agentes sociais subordinados às forças hegemônicas que acabavam, a partir de uma violência simbólica, colocando os Afogados contra os Sem-Terra. Entendemos, assim, que essa relação seja mais uma evidência de que o processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real se constituía inserido em um campo marcado por uma tensão entre relações dialéticas de subordinação e emancipação.

Outra evidência que corrobora a tese que estamos defendendo é encontrada a partir da análise da publicação realizada no dia 31 de dezembro de 1982 pelo boletim Terra Gente de Porto Alegre. A publicação intitulada: “Afogados do Passo Real cansados de promessas” fazia uma reflexão acerca dos problemas e das dificuldades da luta pela terra dos Afogados,

no ano de 1982. Conforme a retrospectiva elaborada pelo boletim Terra Gente, no 1º de maio, cinco mil agricultores, afogados e dirigentes sindicais fizeram um encontro em Ibirubá, onde foi constatada a presença da Polícia Federal; em 30 de maio se esgotou o prazo dado pelos Afogados ao Governo, o qual não deu nenhuma satisfação; no dia 10 de junho, os Afogados se reuniram novamente e deram o prazo de 60 dias para o Governo lhes apresentar uma solução; em 10 de agosto, esgotou-se o prazo estabelecido e o INCRA não apresentou nenhuma novidade, assim, o prazo foi estendido até 25 de agosto; em 25 de agosto, foi realizada uma nova assembleia em Ibirubá que reuniu Afogados, STRs, FETAG e CNBB, entretanto, o INCRA não se fez presente, deixando mais uma vez os Afogados sem resposta (TERRA GENTE, 1982).

O boletim Terra Gente também destacou que, em agosto daquele ano, os Afogados exigiram a retirada do gado de propriedade da família Annoni e formaram uma comissão para ir a Brasília falar com o ministro Danilo Venturini. No dia 30 de agosto, Paulo Yokota, presidente do INCRA, prometeu conversar com os Afogados em 13 de setembro. Em 13 de setembro, Alcione Burin, superintendente regional do INCRA, comunicou que Paulo Yokota não iria, mas que o Governo estava seriamente imbuído em resolver o problema. O Terra Gente também assinalou que, desde outubro, as lideranças sindicais da região do Passo Real estavam desmobilizando os Afogados a cumprirem a promessa do acampamento. Ao fim, o Terra Gente concluiu, afirmando: “Se nós temos direitos, devemos nos organizar e pressionar para que eles sejam cumpridos. As formas de encaminhar as reivindicações tem que ser discutidas pela base, e ser como ferramentas, servindo de pressão para a conquista das reivindicações” (TERRA GENTE, 1982).

Dessa forma, reiteramos nossa tese de que a luta dos desalojados do Passo Real foi um processo de enfrentamento das forças que os afogavam, inserido em um campo marcado pela tensão entre relações dialéticas de subordinação e emancipação. Tocados pelo aprofundamento de seu espaço de afogamento e pelo contato com novos agentes sociais, como o Cristianismo Progressista e os Sem-Terra, os desalojados ensejavam incorporações políticas que tensionavam as relações de subordinação e produziam efeitos potencialmente emancipatórios, como, por exemplo, ameaça de realizarem um acampamento semelhante ao da Encruzilhada Natalino.

Cabe salientarmos que impulsos de luta dos afogados, como a criação de um acampamento análogo ao produzido em Encruzilhada Natalino, eram arrefecidos pelo sindicato rural que, embora estivesse em tensão interna, operava, majoritariamente, mediante uma lógica vertical e subordinada e sempre buscando frear a proposta do acampamento,

considerada radical e, portanto, que não respeitava a hierarquia política que aqui esciam. Emerge daí que, mesmo que a subordinação tivesse pesado na balança do campo de luta dos Afogados, no ano de 1982; as tensões iam se acentuando e, como já apreciamos anteriormente, no ano de 1983, o clima de tensão se potencializaria e novas incorporações políticas, potencialmente emancipatórias, seriam desenvolvidas.

4.3 EMERGEM OS AFOGADOS

Nesta seção, analisaremos a forma como os desalojados do Passo Real foram produzindo incorporações políticas de caráter emancipatório, elaborando uma memória que contribuiu para consolidar a identidade de “Afogados”, buscando darem legitimidade à sua luta.

No dia 7 de maio de 1983, o jornal Zero Hora publicou a nota “Entidades pedem por colonos desalojados”. A FETAG/RS, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Ibirubá, Cruz Alta, Espumoso e Fortaleza dos Valos, encaminharam um documento ao Governador Jair Soares reivindicando o assento imediato das 331 famílias desalojadas pela barragem do Passo Real: “Sem ter aonde ir, essas famílias, hoje dispersas, sem recursos, vivem de biscates, na mais cruel penúria nas periferias das cidades ou como trabalhadores avulsos em propriedades rurais” (ZERO HORA, 1983).

É possível apreendermos que, com o decorrer do tempo, a situação de precariedade, que caracterizava o espaço de afogamento vivenciado pelos desalojados do Passo Real, seguia se acentuando. Nesse âmbito, a forma pela qual o movimento sindical vinha conduzindo as reivindicações dos Afogados não mudara. Em outros termos, continuava operando a partir de uma de uma lógica verticalizada, limitando-se a denunciar as carências enfrentadas pelos desalojados e apelando às autoridades superiores, sem necessariamente produzir tensões que os pressionassem a tomar medidas mais efetivas.

Nesse contexto, mesmo que seguissem atrelados ao movimento sindical, os desalojados iam participando mais ativamente de sua própria luta, o que ensejava novas formas de agir. No dia 24 de junho de 1983, o Jornal do Brasil publicou a matéria intitulada: “Posseiros querem terras no Sul”: “As cerca de 400 famílias, entre posseiros, arrendatários e proprietários desalojados há 12 anos pela Barragem do Passo Real, farão uma assembleia, no dia 14 de julho, em Ibirubá, para definirem formas de ação para conseguirem definitivamente seu reassentamento, não afastam a possibilidade de acamparem na beira da estrada” (JORNAL DO BRASIL, 1983). A opção pela estratégia do acampamento, que havia se

mostrado mais efetiva pela experiência da Encruzilhada Natalino, ganhava adesão entre os desalojados, na medida em que eles mesmos se faziam mais presentes na luta. Essa nova dinâmica também era efeito direto da atuação mais próxima do Cristianismo Progressista junto aos desalojados, por parte da Diocese de Cruz Alta.

No dia 10 de junho de 1983, o SNI produziu um Informe sobre uma reunião da Pastoral Rural da Diocese de Cruz Alta a favor das famílias que tiveram suas terras desapropriadas para a construção da Barragem do Passo Real. No dia 31 de maio de 1983, as lideranças da Pastoral Rural da Diocese de Cruz Alta reuniram-se com representantes de cooperativas, de sindicatos de trabalhadores rurais, religiosos, colonos e desalojados para discutirem os principais problemas da terra, tendo merecido destaque a questão dos últimos citados. O Frei Jorge Hartmann, responsável pela Pastoral Rural da referida Diocese, disse: “a igreja está acima de tudo lutando por um direito que é de quem tinha onde trabalhar e agora está pedindo esmola, por uma má administração e insensibilidade dos órgãos governamentais. Esse é um direito dos trabalhadores, eles não estão pedindo nada mais do que lhes compete” (SNI, 1983).

As resoluções tomadas na reunião foram expressas na íntegra, pela seguinte nota:

A Pastoral Rural das 26 paróquias da Diocese de Cruz Alta reunidas neste 31 de maio de 1983, junta-se ao grito de desespero em que se encontram 331 famílias, nossos irmãos, desapropriados de suas terras e que ainda não foram reassentados, e nem receberam a devida indenização, quando da construção da barragem do Passo Real em 1969. Entendemos que chegados ao limite da tolerância frente ao descaso das autoridades responsáveis na solução da grave injustiça cometida em nome do progresso, que favoreceu a toda região mas desgraçou 331 famílias. Queremos recordar o que disse o Profeta Miqueias: Ai de vós que planejam fazer mal... Cobiçam terras, apoderam-se delas... Fazem violência ao homem e sua família... A paciência do senhor chegou ao fim... (Miqueias 2, 1-3) (SNI, 1983).

Entendemos que, em consonância com as interpretações produzidas pela Teologia da Libertação, quando a Pastoral Rural de Cruz Alta se utiliza dessa passagem bíblica, ela está confrontando as ações das forças hegemônicas. No recorte em que fala da cobiça e apoderamento de terras e os associa ao “mal”, está denunciando as contradições do projeto político econômico capitalista/desenvolvimentista que colocou os desalojados naquela situação de desamparo. Por conseguinte, quando cita que a “paciência do senhor chegou ao fim”, está afirmando que é necessário que se faça justiça social e que os trabalhadores cansaram de esperar, agora eles mesmos devem lutar para conquistarem o reassentamento.

Notadamente, além de se aproximar dos próprios desalojados, buscando organizá-los, o Cristianismo Progressista também buscava tensionar o movimento sindical de algumas

de suas lideranças. Isso se clarifica no STR de Cruz Alta que, na medida em que estreitava o contato com a Pastoral Rural, buscava empreender novas formas de luta. No dia 03 de junho de 1983, o SNI redigiu um Informe sobre as atividades de mobilização dos desalojados da barragem do Passo Real, relatando que os STRs estavam sendo coordenados pela Diocese de Cruz Alta, por meio do bispo Jacob Hilgert e do Pe. José Paulo Jungblut, ambos progressistas. Estavam sendo realizadas reuniões periódicas entre desalojados, sindicalistas e igreja. As reuniões aconteciam no STR de Cruz Alta, bem como na residência do bispo. Ademais, o SNI assinalou que os religiosos estimularam os desalojados a lutar por terras no Estado: “terra de Deus terra do povo” (SNI, 1983).

Some-se a isso que o relatório do SNI também destacava que os desalojados se sentiram injustiçados com a decisão do Governo do Estado em conceder terras para os acampados da Encruzilhada Natalino. Coordenados pelos STRs, e apoiados pela Igreja, partidos políticos, organizações subversivas e movimentos de Direitos Humanos, deram início a uma mobilização reivindicando os mesmos direitos. Foi definido um plano de emergência para pressionar o Governo, que consistiria em acamparem na fazenda de Honorina de Abreu, em Cruz Alta, considerado local de impacto. Assim, o SNI também destaca que, em uma reunião relâmpago no STR de Cruz Alta, ficou decidido que, se caso o Governo assentasse somente os colonos do Natalino, eles iriam se antecipar e invadiriam a área destinada a esses Sem-Terra (na visão dos Afogados, os protegidos pelo Governo). Ao fim, o SNI alertava que o confronto com a polícia, como forma de chamar a atenção, era visto com simpatia pelos desalojados e seus mediadores (SNI, 1983).

Nesse cenário, é possível apreendermos que, se por um lado, houvesse uma tensão entre os afetos, que sustentavam essa incorporação política que permeou a adoção dessas estratégias de luta. Por outro, o medo se fazia presente, em razão de que os Afogados temiam serem preteridos, mais uma vez, em relação aos acampados da Encruzilhada Natalino, visto que, segundo eles, esses últimos eram protegidos pelo Governo. Em se tratando de desamparo, ele emerge da percepção que os desalojados tinham ao não serem atendidos em suas reivindicações de assentamento; por não terem suas vozes escutadas; por não serem ajudados de forma efetiva; por não serem protegidos pelo Estado. Esse desamparo também era reforçado pelo crescente afogamento enfrentado, que contribuía para esfacelar a confiança nas promessas de amparo de quem até então os controlava. Sendo assim, o desamparo os impelia a agirem, mediante estratégias que buscavam adotar, advindas da ação dos Sem-Terra, que muitas vezes significavam para os Afogados uma ameaça.

O plano de ocupação das terras de Honorina de Abreu não era aleatório, uma vez que uma das fazendas dessa proprietária havia constado no diagnóstico do INCRA em 1970, acerca de terras desapropriáveis para a segunda etapa do PIC Passo Real, o que dava legitimidade a tal ato. Além disso, essa ocupação era considerada estratégica, visto que parte das terras de Honorina de Abreu se localizava às margens da rodovia que liga Ibirubá a Cruz Alta, ponto importante de visibilidade. Nesse cenário, identificamos que a mediação do Cristianismo Progressista e os contatos com os Sem-Terra de Natalino, ainda que ambíguos, foram fundamentais para essas mudanças no *modus operandi* por parte do sindicalismo local, em relação à luta dos Afogados.

Depreendemos daí que, a partir da adoção dessas estratégias, como o planejamento de um acampamento iminente, mediante o contato com o Cristianismo Progressista e os Sem-Terra, os Afogados passaram a produzir incorporações políticas marcadas pela emancipação, na medida em que buscavam assumir o protagonismo de sua própria luta, desenvolvendo essas estratégias de pressão ao Estado, como a materialização de um plano de acampamento caso o Governo não atendesse às suas reivindicações. Cabe pontuarmos que, embora os Afogados não tenham realizado o acampamento nas terras de Honorina de Abreu, os efeitos práticos dessas relações podem ser evidenciados na forma como agiram na condução de uma nova assembleia em Ibirubá, no dia 15 de julho de 1983.

No dia 19 de julho de 1983, o jornal Zero Hora publicou: “Afogados de Passo Real reúnem-se em Ibirubá”. Foi noticiado que, no dia 15 de julho, os Afogados fariam uma assembleia para discutirem duas propostas: a formação de um acampamento das famílias, nos moldes que os colonos sem-terra fizeram na Encruzilhada Natalino. Acreditavam que a formação de um acampamento seria uma forma de pressão sobre as autoridades para a resolução do problema que se arrastava por mais de 12 anos. Diante da possibilidade do processo judicial continuar por mais tempo, crescia entre os Afogados a ideia de que o Governo Estadual ou Federal deveria desapropriar outra área para reassentar as famílias. Deveriam comparecer ao ato o coordenador regional do INCRA, Alcione Burin, os deputados do PMDB, Algir Lorenzon, presidente da Comissão Especial dos Afogados, e Caetano Peruchin, presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária da AL/RS e o deputado do PDS Rubi Diehl, líder da bancada do governo (ZERO HORA, 1983).

A partir do que foi reportado, é possível inferirmos que o acampamento de Encruzilhada Natalino havia se tornado uma das principais referências de luta para os desalojados do Passo Real naquele contexto, seja pela ideia de que o Governo deveria desapropriar outra área para assentá-los, o que ocorrera no caso de Natalino; seja a estratégia

do acampamento como instrumento de pressão ao Governo. Nessa esteira, entendemos que a possível implementação de um acampamento havia se constituído em um eixo concreto das tensões entre relações de subordinação e emancipação.

No dia 1º de agosto de 1983, o SNI produziu um informe sobre a Assembleia Geral dos desalojados do Passo Real realizada em Ibirubá, no dia 15 de julho de 1983:

No mesmo dia pela manhã, foi realizada uma reunião preliminar, preparatória à Assembleia Geral, na Prefeitura Municipal de Ibirubá, que teve participação das seguintes pessoas: Prefeito de Fortaleza dos Valos/RS, Imério Rossato, do PDS; Vice-prefeito de Ibirubá/RS, Darly Oliveira, do PDS; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá, Sebastião Severo de Farias; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos, Ademar Hugo Soares; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz Alta, Heraclides de Lima Gomes; Presidente do Sind. dos Trabalhadores Rurais de Espumoso, Zelindo Míssio; Integrantes da Comissão dos atingidos pelas águas do Passo Real, entre os quais, Fredolino Lopes Scheffer. A reunião foi coordenada por Sebastião Severo de Farias, que, junto com os demais participantes, ressaltou a boa vontade das autoridades estaduais, particularmente do Governador Jair Soares e do Secretário de Agricultura, em atender os agricultores, embora os ressentimentos, ainda existentes, pelo descaso e desconsideração do Ex-Governador Amaral de Souza com os “Afogados do Passo Real”. [...] Para levar adiante o movimento pelo reassentamento, os representantes dos agricultores atingidos pelas águas da barragem do Passo Real decidiram levar à Assembleia Geral uma única proposta, que recebeu o apoio de todos que participavam desta reunião preliminar, dando ao INCRA um prazo de 60 a 90 dias para a apresentação de uma solução concreta do problema. Caso contrário, pretendem instalar um acampamento em frente do prédio-sede do INCRA/RS, em Porto Alegre, que será mantido enquanto não for dada a resposta aos “Afogados do Passo Real”. Os representantes dos agricultores receberam a garantia de apoio da parte dos presidentes de Sindicatos, do Prefeito de Fortaleza dos Valos, e do Vice-prefeito de Ibirubá, presentes à reunião preparatória. Além disso, foram alertados para que o movimento seja conduzido, unicamente, pelos agricultores atingidos pelas águas da bacia de acumulação da Barragem do Passo Real, isento da interferência de políticos e de elementos estranhos (SNI, 1983).

A partir desse recorte, é possível inferirmos que, se por um lado, o fato de ter ocorrido essa reunião preliminar, que estabelecera uma proposta única para a Assembleia, ainda revelava o significativo peso da subordinação às forças hegemônicas naquele campo de lutas — em especial, quando Sebastião Farias assinalara a boa vontade do Governador Jair Soares. Por outro, fica nítida a mudança de postura dos Afogados, que confrontaram a lógica subserviente, enfatizando que era preciso pressionar e que unicamente os Afogados conduziriam o Movimento. Se compararmos esse evento àquele ocorrido há um ano, em maio de 1982, identificaremos a diferença no posicionamento dos desalojados do Passo Real. Segundo o Terra Gente, em 1982, os Afogados praticamente não falaram, agora, em 1983, haviam deixado claro que eram eles quem conduziriam o processo. Logo, entendemos que essa modificação de postura dos Afogados pode ser considerada uma evidência da produção

de relações de emancipação, ainda que não deixasse de ser tensionada por agentes sociais subordinados ao poder hegemônico, como observamos anteriormente.

Nessa esteira, o relatório do SNI também evidencia como essa Assembleia em Ibirubá abarcou, mais uma vez, o conjunto das diferentes forças políticas e agentes sociais que compunham a luta pela terra dos desalojados do Passo Real. Mais de 500 pessoas estiveram presentes, prefeitos do PDS, sindicalistas, os deputados Carlos Araújo, do PDT, Algir Lorenzon e Hilário Braun, do PMDB, o vice-presidente da FETAG/RS, representantes da CPT e da Igreja Luterana e Alcione Burin, coordenador regional do INCRA. Dentre as manifestações parlamentares, o SNI chamou a atenção para os discursos dos deputados Hilário Braun e de Carlos Araújo, entendidos pelo SNI como os discursos mais radicais (SNI, 1983).

Emerge daí que os teores críticos das manifestações de Hilário Braun e de Carlos Araújo contribuíram para que os Afogados legitimassem manifestações mais confrontativas. Nesse sentido, o SNI também assinalou que havia um clima de revolta entre os Afogados, sendo que os da Fazenda Annoni se mostravam mais radicais. Como exemplo, o SNI sinalizou as falas dos Afogados Valeriano Rodrigues e de João Pedro de Campos, representantes dos Afogados na Fazenda Annoni:

Valeriano afirmou ter chegado a Ibirubá em dois ônibus e que, nesta ocasião, não foram importunados pelo destacamento da Brigada Militar ao saírem da Fazenda Anoni. Em ocasiões anteriores, segundo Valeriano, os soldados da Brigada Militar, instalados na Fazenda para dar garantia às medidas judiciais, inclusive prenderam os motoristas dos ônibus para bloquear a saída dos agricultores. [...] Valeriano assegurou, também, que os moradores da Anoni pretendem iniciar a plantação das terras da Fazenda, mesmo contrariando as medidas judiciais garantidas pela força policial. [...] Lamentavelmente, não recebemos o direito de sobreviver em cima de nossa propriedade, pois a todo momento somos interpelados pela Brigada Militar, hoje já estou velho vegetando em campo de concentração. [...] O agricultor João Pedro de Campos expôs, emocionado, que não podiam mais aceitar a situação na Fazenda Anoni, dizendo não entender porque eram pressionados para não trabalhar, ao invés de serem estimulados a plantar e produzir (SNI, 1983).

O fato de o SNI considerar os Afogados da Fazenda Annoni como os “mais radicais” nos abre espaço para pensarmos os fatores que constituíam os pesos da balança do jogo de forças entre relações de subordinação e emancipação. Primeiramente, o espaço de afogamento vivenciado na Annoni se acentuava em função das repressões policiais a que estavam submetidos. Como afirmou Valeriano, era como se vivessem em um “campo de concentração”. Além de se referir aos traumas da repressão, a linguagem utilizada também denotava aproximação maior com os agentes pastorais ligados ao Cristianismo de Libertação

que, em se tratando da fazenda da Annoni, eram os mesmos da Encruzilhada Natalino, cujos significados simbólicos daquela experiência de luta produziam grande impacto nas ações dos Afogados. Por conseguinte, os desalojados de Passo Real, que ainda estavam na região da barragem, permaneciam vinculados à prática sindical subordinada às forças hegemônicas, embora essas também estivessem sendo tensionadas, como demonstramos anteriormente.

Some-se a isso que o SNI também destacou, em seu documento, a leitura da carta “O clamor dos Afogados”, lida pela Afogada Maria Francisca, também representante da comissão dos Afogados da Fazenda Annoni. A carta era dirigida ao ministro Danilo Venturini, que havia prometido solucionar a questão e até então não tinha realizado nada de efetivo. O título completo da carta é “Ao EXMO. SR. MINISTRO ESPECIAL PARA OS ASSUNTOS FUNDIÁRIOS: O CLAMOR DOS ‘AFOGADOS’ RESIDENTES NA FAZENDA ANNONI – PIC. 2 INCRA. NÃO É JUSTO QUE NÓS VIVA SEMPRE NESSA SITUAÇÃO!” (SNI, 1983).

No conteúdo da carta, os Afogados enfatizavam que não haviam “invadido” a Fazenda Annoni, e, sim, que foram reassentados pelo INCRA, após uma longa espera pela segunda etapa de reassentamento. Destacaram também que já fazia 10 anos desde que tinham sido levados para a Fazenda Annoni e que, até então, estavam sem uma solução para seu caso, “NÃO É JUSTO QUE CONTINUE NESTA SITUAÇÃO” sentenciaram. Afirmaram que, em 1976, ficaram surpresos quando o Fazendeiro entrou com medida de segurança na Justiça e foi decretado o STATUS QUO que paralisava tudo, “Aí começou o sofrimento para nós” assinalaram. Relataram ainda que alguns conseguiram fazer um rancho para morar antes da sentença judicial; contudo, muitos não puderam construir a tempo, tendo que se estabelecerem em instalações provisórias e mais precárias. Ademais, assinalaram que foi mandado, para proteger o fazendeiro, um destacamento de brigadianos, para que impedisse que eles trabalhassem na terra ou construíssem alguma benfeitoria. Terminaram o parágrafo dizendo “NÃO É JUSTO VIVER NESTA SITUAÇÃO” (SNI, 1983).

Além disso, expuseram que seus jovens estavam crescendo e que não tinham perspectivas, em razão de que sequer possuíam dinheiro para comprar roupas: “vivemos plantando uns pedacinhos de terra, que dá mal apenas para a comida, e muito mal”. Também relataram que a maioria dos agricultores tinha que trabalhar em granjas alheias e em cooperativas como empregados para não morrerem de fome. As crianças poderiam frequentar tão somente até a 4ª série, em uma escola bastante precária e improvisada. Mais uma vez sentenciavam: “NÃO É JUSTO QUE TUDO ISSO CONTINUE ACONTECENDO” (SNI, 1983).

Nesse sentido, a carta dos Afogados da Annoni, lida por Dona Maria Francisca, cobrava uma ação efetiva do Ministro Danilo Venturini:

Perguntamos ao Ministro, qual foi a validade do decreto assinado pelo Presidente Médici em 1972, desapropriando a Fazenda Annoni, para fins de Reforma Agrária, com o reassentamento dos colonos afogados do Passo Real? Como pode o INCRA ter engolido na época que a Fazenda Annoni era uma empresa rural? Hoje após mais de dez anos o que nos dizem é que se está discutindo no Supremo, mas perguntamos ao Sr. Ministro, até quando vai esta nossa peregrinação? NÃO É JUSTO QUE ISSO CONTINUE ASSIM. Senhor Ministro, mais uma vez clamo para que seja feita a Justiça, dando-nos a terra que é do nosso direito e que nos foi prometido pelo INCRA, por que não é justo que que nós continue sendo vigiados, como num campo de concentração, em meio a fartura e vivendo na miséria. Por isso senhor ministro, por isso Senhor Ministro, confiamos que o Senhor vai resolver o nosso problema e o Senhor sabe que A TERRA É UM BEM DE TODOS E QUE DEVE FICAR NA MÃO DAQUELES QUE NELA TRABALHAM (SNI, 1983).

Inferimos que os Afogados se colocavam como vítimas desse processo. Ao reiterarem que aquilo “não era justo”, posicionavam-se como injustiçados pelas ações do Estado, do Executivo e do Judiciário, bem como pelas ações do próprio fazendeiro. Sendo assim vítimas de injustiça social perpetrada pela ação das forças hegemônicas. A partir dessas reflexões, é possível discutirmos a concepção de justiça da qual eles se apropriavam para legitimar sua luta.

Naquele contexto, a concepção de justiça dos Afogados ia de encontro à lógica da propriedade privada e capitalista da terra, materializada na figura do fazendeiro:

O excesso de ganância e egoísmo deste fazendeiro, teimoso em conservar para si, o que por direito o INCRA desapropriou e que é um direito divino nosso. Está na hora de acabar. Nós não aguentamos mais. E se aguardamos até hoje, foi porque somos muito humildes. PRA NÓS A TERRA É UM BEM DE TODOS. E TERRA PRA TRABALHAR. É FONTE DE NOSSA COMIDA, E REPRESENTA NOSSA PRÓPRIA VIDA. Nessas alturas, não suportamos mais. Vamos recorrer ao ESTATUTO DA TERRA, que diz que o INCRA quando desapropriava uma área, está terminado o assunto. E se o Fazendeiro quiser engrossar, aí que vá para a justiça, mas o INCRA pode usufruir das terras, até resolver a questão, e pagar por ela, um preço razoável. JUSTIÇA, TERRA PRA QUEM NELA TRABALHA. Nós não acreditamos que um simples fazendeiro, que tem umas poucas vaquinhas magras, tenha mais valor que o Escudo Nacional, que está na placa, na entrada da Fazenda. Este fazendeiro não produz nada para o nosso município, ao passo que, os 20 parceiros, que conseguiram lavrar e fechar todos os seus lotes, já estão conseguindo uma boa produção, e se nós se legalizasse, podendo explorar o lote que nos foi destinado, teria uma colônia modelo neste município de Sarandi, que aumentaria e muito a sua produção, pois seriam quase 500 agricultores plantando naquela terra boa, que produz de tudo que se plantar. A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA É PRODUZIR (SNI, 1983).

Em oposição ao direito de propriedade privada jurídica moderna do fazendeiro, positivado institucionalmente pelo Estado, pontuamos que os Afogados legitimavam seus direitos em si mesmos. Isso significa afirmarmos que seu direito a terra emanava e se

legitimava a partir de sua produção do espaço social; do trabalho na terra, como prática material e do trabalho na terra como valor ético, posto que é representação ontológica e cultural. Sendo assim, significado de produção e reprodução social, que tem a terra como símbolo e instrumento político de identificação e legitimidade. Nesse sentido, José de Souza Martins assinala que a nova cultura dos pobres no campo nasce no espaço produzido pelo rompimento dos vínculos de dependência, que, ao libertar o trabalhador, libertou o trabalho — até então atrelado à propriedade, mediante tais relações de dependências e troca de favores. A nova cultura estaria centrada no trabalho (e suas dificuldades) e não na propriedade, na liberdade de quem trabalha, na concepção de direitos produzidos por quem trabalha (1989, p. 21-22).

Essa noção do direito a terra, mediante o trabalho, está embasada em uma visão religiosa do mundo. Nesse caso específico dos Afogados, é engendrada a partir da atuação do Cristianismo Progressista — quando os Afogados afirmam que a terra lhes era um Direito Divino, um bem de todos, terra para trabalharem e da qual se alimentarem, o símbolo de suas próprias vidas. Esse entendimento acerca da relação entre os homens e a terra é constituído pelos teólogos da Libertação e entende a propriedade como algo que impede o desenvolvimento do homem. Um fenômeno que brutaliza, marginaliza e empobrece o ser humano. Assim, a propriedade, ao brutalizar o humano, acabaria negando sua humanidade (MARTINS, 1989, p. 29):

Assim é a situação de mais de 34 famílias, que muitas não chegam a plantar meio hectare, em redor de sua casa, fechada com cerca de taquara, por que se não os brigadianos desmancham e levam embora o arame. Não podemos nem apanhar as frutas silvestres, que tem nos matos, por que eles tomam das crianças e prometem espancá-los. NO MEIO DE TANTA TERRA, É DOLOROSO QUE ISSO ACONTEÇA! [...] Senhor Ministro, mais uma vez clamo para que seja feita a Justiça, dando-nos a terra que é do nosso direito e que nos foi prometido pelo INCRA, por que não é justo que que nós continue sendo vigiados, como num campo de concentração, em meio à fartura e vivendo na miséria. Por isso senhor ministro, por isso Senhor Ministro, confiamos que o Senhor vai resolver o nosso problema e o Senhor sabe que A TERRA É UM BEM DE TODOS E QUE DEVE FICAR NA MÃO DAQUELES QUE NELA TRABALHAM (SNI, 1983).

Quando os Afogados relatam os sofrimentos materiais e subjetivos aos quais estavam submetidos naquele espaço de afogamento marcado pela miséria, repressão e contradição — que são evidenciados na frase “no meio de tanta terra, é doloroso que isso aconteça” —, remetem à ferida exposta que caracterizava sua experiência histórica. Essa experiência contraditória, permeada pela dor, pode ser pensada como sendo uma experiência histórica traumática.

Conforme Rösen, o trauma significa a destruição do potencial da consciência histórica de processar a contingência em uma narrativa portadora e provedora de sentido (2009, p. 171). Neste ínterim, podemos pensar o trauma como uma latência do desamparo. Dialogando com Safatle (2016), uma dor que não cessa, uma suspensão da capacidade de ordenamento simbólico, e, portanto, o silenciamento da linguagem do sentido histórico daquela experiência. Contudo, vale lembrar que Rösen assinala que o trauma pode gerar uma memória que implica em uma força que concita as pessoas a reagir, a interpretá-la e superá-la. Assim, ao lutarem para superar o trauma os sujeitos tentam dar uma nova forma à sua experiência histórica para que ela faça sentido novamente (2009, p. 195). Esse processo de superação do trauma também dialoga com a perspectiva de Safatle (2016), da afirmação do desamparo como uma ação potencialmente emancipadora:

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Sindicato de Ibirubá, que organizou esta reunião e nos convidou para participar junto com nossos irmãos, que residem nas encostas da Barragem do Passo Real e nestes municípios de Ibirubá, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos e Espumoso. Pois, raramente temos a oportunidade, pois sempre nos disseram que os colonos não sabem falar, que devem ouvir calado o discurso dos outros. [...] o INCRA sempre nos tranquilizou, dizendo que logo estaria resolvido, no entanto, já fazem 10 anos. E ainda continua. Nossos filhos, que era tudo pequeno, ainda crianças, foram crescendo, se casando, e temos netos e nada de melhora. Não podemos nem dar um agasalho para os nossos filhos casados. Por que eles dizem que é do Annoni e, para residir, só os parceiros que já existia naquela época. É JUSTO CONTINUAR ESSA SITUAÇÃO? [...] “Nós achamos que não somos ladrões marginalizados, que precise ser vigiados por policiais diariamente. Só estamos esperando o que é nosso de direito e vamos lutar unidos, porque POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO. Percebemos que não podemos mais calar. Pois a vida que levamos clama por mudança” (SNI, 1983).

Aprendemos que desse recorte emergem os sentidos da experiência traumática vivenciada pelos Afogados, aquilo a que designamos de Espaço de Afogamento. Uma experiência com um tempo de vida marcado pela repressão, pelo medo, por uma relação de subordinação a uma força política e social que lhes prometia amparo, acenava com esperança, mas seguia os aprisionando naquele espaço de afogamento, cada vez mais agonizante. Nesse sentido, Rösen também problematiza a questão da vitimização, sinalizando que pode carregar a autoestima com a experiência do sofrimento e paralisar a dimensão histórica da atividade. Nesse caso, para a superação do trauma, é necessário mudar de um sofrimento passivo para a atividade, uma atividade de memória na qual o sofrimento no passado deve conduzir a um futuro de qualquer coisa que não seja “de novo aquilo” (2009, p. 206-207).

Nessa esteira, como os Afogados operavam nessa dinâmica; em outros termos, vitimizavam-se; contudo, jamais utilizaram disso como estratégia de luta. Quando disseram

que não podiam mais calar, estavam rompendo com o silêncio, inserindo-se na história, buscando afirmarem seu desamparo e, portanto, produzindo relações de emancipação, as quais fortemente tensionavam as cadeias que os subordinavam.

Assim sendo, cabe reiterarmos que os Afogados não atuaram sozinhos, posto que foram orientados e diligenciados, em algumas de suas ações, pelos Cristãos Progressistas. Em termos *gramscianos*, os intelectuais orgânicos que propiciaram a produção de rupturas ante as forças hegemônicas. Procuravam ressignificar as experiências traumáticas, vivenciadas pelos trabalhadores, para que afirmassem o desamparo em que se encontravam e o utilizassem como instrumento simbólico de legitimação de sua luta; dotavam de sentido político a tradição Judaico-Cristã do sofrimento como caminho para a libertação. Ademais, essa mediação pastoral também se evidencia quando os afogados sentenciam que “a função social da terra é produzir”. A Pastoral da Terra buscava, além do âmbito espiritual, dar assessoria jurídica e política aos trabalhadores, qualificando suas formas de expressão para a luta.

É também importante que registremos que a carta “O clamor dos Afogados”, bem como a própria assembleia, de julho de 1983, foram um marco simbólico no processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real. Significaram um contrapeso emancipatório na balança do jogo de forças, em que as forças hegemônicas tinham peso amplificado. Isso pode ser corroborado a partir das ações que se estabeleceram na sequência.

No dia 10 de agosto de 1983, o periódico Zero Hora publicou reportagem com o título: “Colonos da Annoni resolvem plantar à revelia da Lei”. Cansados com a indecisão da Justiça Federal, que ainda não decidiu a questão da Fazenda Annoni, mais de 50 agricultores que estavam assentados, mas não podiam plantar, se rebelaram e decidiram iniciar o plantio no local. Independente da Justiça, afirmaram não ter mais condições de aguentar: “Nós cansamos e esperamos que o Governo fique do nosso lado, porque queremos é trabalhar, produzir” (ZERO HORA, 1983).

Além da questão econômica e de subsistência, o ato de plantar à revelia da lei estava carregado de simbolismos e de significados políticos. Em outros momentos, os Afogados já haviam realizado ações análogas, mas que não tinham sido publicizadas como essa. Nesse contexto específico, essa ação representava uma afirmação da ruptura que estavam buscando produzir ante as forças hegemônicas. Um ato de rebeldia que se constituía como emancipatório, na medida em que confrontava o poder institucionalizado do Estado, a partir do exercício do seu poder político, simbolizado no ato de plantar. Plantar a terra, trabalhar e produzir significava a legitimação de seu direito a terra. A reafirmação de seu entendimento de justiça social, representado pelo trabalho na terra, como prática material e valor ético.

Ainda em agosto de 1983, o jornal Zero Hora publicou uma matéria intitulada: “Colonos começam a trabalhar a terra: eles esperam por esse momento há 12 anos, agora eles têm a promessa de que não serão presos como na semana passada” (ZERO HORA, 1983). Na semana anterior, 28 Afogados foram presos por mais de 60 policiais por lavrarem a terra, já que a Justiça não lhes permitia mexer na área, desde 1976. O periódico ainda destacou que possibilidades de novos conflitos não estavam afastadas, uma vez que a Justiça Federal poderia declarar intervenção no local, mas o Governador Jair Soares havia deixado claro que os colonos poderiam ficar tranquilos, assegurando inclusive que eles teriam recursos do Banco do Brasil para produzirem suas safras e poderem se manter trabalhando nas áreas delimitadas da fazenda até a decisão final do STF sobre o caso (ZERO HORA, 1983). Nesse contexto, o Afogado Gastão Barbosa se pronunciou:

Eu vi a minha planta ser consumida pelas águas. Tinha lá, em Passo Real, condições humanas para viver, e agora, estou aqui, mendigando um pedaço de terra, algo que eu possuía e me foi tomado pelo Estado, que me deu em troca uma área conflitada. Até passei vergonha no comércio local por não ter condições humanas de sobrevivência, por não ter roupas para vestir, porque não posso plantar meus 35 hectares pelos quais pago impostos há 10 anos (ZERO HORA, 1983).

Outro afogado, seu Valeriano Rodrigues, também deu seu relato:

Meus filhos não entendem como o pai mora numa área de fartura de terra e não dispõe de terra para plantar, e nem como vivemos neste ambiente vigiado, que dá a impressão de ser um campo de concentração. Meus filhos crescidos tiveram que abandonar a área, não tinham como sobreviver aqui, e agora vivem nas periferias, marginalizados em outras cidades. Como você acha que um pai como eu se sente? (ZERO HORA, 1983)

Ao fim da reportagem, os Afogados afirmaram que, se o INCRA não provesse alguma solução definitiva até o dia 15 de setembro, iriam acampar na frente do Instituto em Porto Alegre, bem como pretendiam derrubar as cercas e tocar o gado dos Annoni para fora dos limites da propriedade.

Cumpramos aqui que, após o ato de rebeldia dos Afogados, de plantar a terra à revelia da lei, houve confronto com a polícia, em que alguns Afogados foram presos; todavia, a confrontação que produziram, gerou efeitos positivos em sua luta pela terra, em razão de que conquistaram a legalidade — ainda que provisória — de poderem plantar o solo. Sendo assim, um importante ganho, se considerarmos que o direito de assentamento dos desalojados do Passo Real aguardava decisão por parte do judiciário há mais de 12 anos. A reação do Governador Jair Soares, ainda que inserida na lógica de desativação de conflitos e tentativa de controle social, de garantir o plantio e prometer recursos, demonstra o peso do ato

político emancipatório lavrado pelos Afogados na balança daquele campo de forças. Começaram a efetivar aquilo que o Boletim Terra Gente advertiu em maio de 1982: “não basta pedir, é necessário pressionar”. Nesse sentido, evidenciam os direitos que os trabalhadores rurais têm e a força que podem acumular em defesa de sua luta. Portanto, as últimas ações dos desalojados fizeram com que eles acumulassem força política.

Outro fator que catalisava essa força política e simbólica acumulada pelos Afogados era o espaço que, paulatinamente, conquistavam na mídia. Os relatos dos Afogados Gastão e Valeriano, publicados em Zero Hora, legitimavam o ato político empreendido. Inferimos que, ao contarem suas histórias de sofrimento, os Afogados afirmavam seu desamparo; buscavam superar seu trauma, historicizando suas mazelas e procurando legitimar o ato de rebeldia que estavam realizando. Ainda que se colocassem como vítimas, trata-se de um processo ativo de vitimização, que afirma o mal sofrido para legitimar a redenção. O sofrimento é utilizado como instrumento simbólico de luta, o resultado de uma injustiça social e, portanto, deve ser afirmado para ser combatido. Como já destacamos, se insere na lógica Judaico-Cristã do sofrimento como caminho para a libertação; contudo, a diferença aqui, se considerarmos a mediação e a práxis do Cristianismo Progressista, é que aqueles que sofrem devem agir e buscar sua libertação, em vez de ficarem esperando por um salvador.

No dia 8 de setembro de 1983, o boletim estadual da CPT fez uma publicação intitulada: “Afogados: sem organização de base a coisa não vai”. Consta que o boletim emergiu de uma reunião de representantes e líderes dos Afogados, juntamente com representantes da Pastoral Rural de Cruz Alta:

Na Diocese de Cruz Alta, foi colocado como prioridade da Pastoral Rural o compromisso de organizar melhor os Afogados do Passo Real. Dia 8 de setembro se reuniram alguns afogados, líderes sindicais e membros da pastoral. Nesta reunião a gente fez um estudo sobre o que foi feito até agora porque a gente ainda não conseguiu conquistar os direitos que temos. Faz anos que estamos esperando, até agora recebemos só promessas e mais promessas. A partir disso a gente concluiu que precisamos nos organizar para buscar unidos nossos direitos e assumir nós mesmos a luta. Esperando em casa sem se mexer talvez vamos ficar mais 13 anos esperando. Não tem direito mais sagrado que o nosso. E não podemos continuar pedindo favor, precisamos nos organizar e EXIGIR nossos direitos. O que foi feito nestes 13 anos para conquistar nossos direitos? Logo após a construção da Barragem a gente estava organizado, todos davam como certo o reassentamento em pouco tempo. A gente viu os primeiros reassentamentos, esperamos que logo viria o nosso, aí veio o problema da Annoni na Justiça. Os desalojados sempre confiaram nas promessas das autoridades. Sindicatos, políticos, reuniões, assembleias, viagens a Porto Alegre, ameaça de acampamento... e o povo continuava esperando. Por que não conseguimos conquistar nossos direitos até hoje? Com tanta coisa feita por que não conseguimos a vitória? Nossa principal falha é que sempre esperamos pelos outros e não nos organizamos por nós mesmos, faltou organização dos próprios Afogados. Acreditávamos que íamos conseguir vitória sem luta, por isso deixamos que os outros manobrassem nossa luta, visando atingir outros interesses (CPT, 1983).

Nesse fragmento, é possível identificarmos a ação da Pastoral da Terra, à medida que fornecia suporte e orientava a organização dos colonos desalojados do Passo Real em suas estratégias de ação, visando a que eles mesmos fossem os protagonistas de sua luta e buscassem a emancipação. Ademais, também é possível apreendermos de que forma a mediação da Pastoral implicou um processo de superação daquela experiência traumática, mediante a construção de uma memória que dava sentido histórico às vivências desses sujeitos, constituindo um exercício de reconhecer seu passado com o escopo de poderem superá-lo. Ao fazerem isso, os Afogados evidenciavam as relações de subordinação às quais estavam submetidos, posto que permanecessem, até então, imobilizados pela esperança balizada nas promessas feitas pelo Estado. Foram manipulados por agentes políticos ligados às forças hegemônicas, que se utilizaram da luta pela terra dos Afogados do Passo Real para legitimarem outros interesses que não o assentamento imediato desses colonos e o corolário disso foi a contribuição desses mesmos agentes para acentuar o espaço de afogamento vivenciado pelos Afogados.

Nesse sentido, é possível pensarmos como a busca da não perpetuação desse afogamento, somada ao contato com novos agentes políticos e sociais, no desenrolar de nova conjuntura nacional, corroeram as amarras de subordinação e propiciaram que os Afogados produzissem experiências de rompimento. As modalidades de incorporação política, caracterizadas pelo favor, pela subserviência e pela espera, passaram a ser confrontadas com as tentativas de auto-organização, como estratégias de exigência e pressão. Some-se a isso que o relacionamento político com as forças hegemônicas, até então marcado pela verticalidade, começava a ser exercido de modo mais horizontal:

Vimos que temos que ter os dois olhos abertos. Nos organizar na base, acreditar um no outro, decidir lutar, ser capaz de conseguir sacrifícios para conseguir a vitória. Temos que caminhar com as nossas próprias pernas sem menosprezar quem quiser apoiar. Incra incompetente; Governo reconhece os direitos mas na pratica só enrolou. Políticos, muita conversa bonita, até se elegeram se utilizando dos afogados. Devemos contar com eles mas se nos deixar enrolar. Os sindicatos, falam bonito mas não organizam o povo. Alguns tão melhorando. Devemos contar com os sindicatos, exigir deles um trabalho mais concreto, que deem voz para os afogados, o sindicato deve ser o principal aliado na luta. Igreja, no começo pouco, depois começou apoiar bastante, a Igreja é importante porque o povo acredita nela. Os desalojados, não exigiram, não buscaram seus direitos, até agora foram passivos, dispersos e enrolados. Vamos fazer reuniões nas comunidades, quem pode participar: os que estão na lista do INCRA, filhos de desalojados que não tenham terra, gente que não está na lista e pode provar seu direito. É importante não se dividir porque a luta é de todos. Conscientizar e se organizar para lutar, a luta DEPENDE DOS AFOGADOS, os outros podem ajudar. Formar comissões nas comunidades, gente firme sem medo de enfrentar as dificuldades. Com o tempo

formar uma comissão de todos os afogados com gente de todas as comissões e depois tocar para frente” (CPT, 1983).

Essa manifestação é fruto das ações realizadas pelos Afogados naqueles últimos tempos, constituindo uma espécie de “inflexão emancipatória” em seu processo de luta pela terra. Esse sentido é metaforizado quando os Afogados afirmam que, até então, “foram passivos” e agora “precisavam caminhar com as próprias pernas”, denotando que haviam adquirido a consciência de que precisavam ser os protagonistas de sua luta. O medo, que até então sustentava as incorporações políticas, cedia, paulatinamente, lugar a luta de “gente firme, sem medo de enfrentar as dificuldades”, ou seja, uma afirmação do desamparo, mediante a ação em uma temporalidade concreta, mais aberta para enfrentar as contingências.

Assim, o caráter emancipatório da manifestação dos Afogados é reforçado ao vocalizarem que a luta só dependia deles, mas que outros agentes poderiam ajudar. Quando os Afogados buscavam romper com aquelas relações de subordinação, não estavam excluindo os agentes sociais vinculados às forças hegemônicas e, sim, estavam redimensionando sua relação, que agora seria conduzida e protagonizada por esses colonos. Nesse processo de redimensionamento, é possível identificarmos a influência das críticas dos boletins vinculados aos Sem-Terra, bem como o peso das orientações do Cristianismo Progressista. Nesse sentido, destaca-se a relação com os sindicatos. Os desalojados do passo Real reconheciam a importância dessa relação. Embora deficitária nas medidas de condução que visavam ao assentamento, entendiam que o sindicato ainda era um instrumento legítimo de representação na luta pela terra, desde que mantivesse uma relação de horizontalidade, em que a voz e os interesses dos Afogados fossem o escopo para as ações sindicais.

No dia 11 de setembro de 1983, o jornal Zero Hora publicou uma matéria intitulada: “Agricultores reclamam da falta de resposta do INCRA”:

Ao deixar a sala do delegado regional do Incra, Alcione Burin, ontem, pela manhã, os colonos continham sua revolta a muito custo. Contagiado pela insatisfação geral exibida pelos 40 agricultores chamados de afogados do Passo Real, o próprio presidente da FETAG Ezídio Pinheiro abandonou sua habitual ponderação. “O Paulo Yokota (Presidente do Incra) é um conversador irresponsável, bradou ele aludindo a um encontro realizado em Brasília, quando o presidente do Incra prometera uma solução em dez dias para a questão dos colonos. Mais uma vez foi a mesma “ladainha”, definiu Sebastião Farias, presidente do STR-IBI, desiludido, animou-se a sugerir, diante da ameaça dos afogados acampar na frente do Incra, “ali não é o lugar de acampar, tem que acampar na frente do Tribunal, que poderá solucionar a questão se for apressado o processo” (ZERO HORA, 1983).

Emerge daí que a mudança de postura dos Afogados produziu efeitos nos dirigentes sindicais. O presidente do STR-IBI, Sebastião Farias, que, até então, manifestara-se contrário aos acampamentos, sugeriu um acampamento em frente ao Poder Judiciário como forma de pressão. Entretanto, é possível apreendermos que o movimento sindical permanecia reticente em relação às estratégias do acampamento. No dia 18 de setembro de 1983, o periódico Zero Hora publicou a reportagem cujo título era: “Afogados do Passo Real: hoje, dia de decisão”:

Em Cruz Alta, os Afogados esperavam ansiosos pelo telefonema do Deputado Algir Lorenzon, líder da Comissão Especial dos Afogados na AL/RS, que tinha uma audiência com o Presidente do Incra em Brasília. Os Afogados afirmaram que se a notícia não fosse favorável eles iriam por em prática a “operação acampamento”. O presidente do STR-CA, Heraclides de Lima Gomes disse que queriam uma solução final, que não tinham mais condição de aguentar enrolação das autoridades responsáveis e que não podia evitar que os Afogados protestassem acampando na capital, “a paciência de todos já está esgotada” (ZERO HORA, 1983).

Entendemos que, quando o presidente do STR-CA, Heraclides Gomes, afirma que não podia evitar o acampamento, é porque existia, no interior do movimento sindical, algum interesse para que o acampamento fosse evitado. Por outro lado, isso também nos evidencia que os sindicatos estavam agindo mais alinhados às vontades e aos interesses dos Afogados, mostrando que esses colonos, efetivamente, não estavam tão subordinados como outrora. Desse modo, cabe-nos pontuar que, embora os Afogados tivessem produzindo relações de emancipação, elas continuavam a colidir com a subordinação às forças hegemônicas.

No dia seguinte, 19 de outubro de 1983, o jornal Zero Hora noticiou que o INCRA prometia uma solução em 10 dias para a questão dos Afogados:

Paulo Yokota referiu a possibilidade de entrar em acordo com os Annoni, o que considerou pouco provável, uma vez que a família tem se mostrado irredutível em seu ponto de vista. Disse ainda que está solidário com os afogados do Passo Real, que entende o problema, mas que não pode fugir à lei. Por isso apelou aos afogados que aguardem mais dez dias antes de tomar uma atitude mais radical, proposta que foi aceita pelo líder dos agricultores, Orlando Lopes de Campos (ZERO HORA, 1983).

Como nos é possível apreendermos, o jogo de forças estava bastante tensionado e o Estado continuava exercendo seu *modus operandi* de prometer e estender prazos para frear o ímpeto dos Afogados. Nesse sentido, no dia 1 de novembro de 1983 o Zero Hora publicou uma notícia dizendo que os Afogados estavam desiludidos como INCRA:

[...] decepcionados pela maneira como foram tratados em Brasília, os afogados da Barragem do Passo Real estão com esperanças de que o governador do Estado

encontrará uma solução para o seu caso. Em Brasília, o presidente do INCRA, Paulo Yokota afirmou que o processo da Annoni, embora fosse julgado em breve, poderia haver novos recursos por parte dos Annoni. Ezídio Pinheiro, presidente da FETAG, declarou que os Afogados não se deixaram enrolar, exigiram uma solução. Diante do ocorrido em Brasília, os Afogados resolveram ir para Porto Alegre, decididos que, se não definissem o caso, tomariam uma medida mais drástica. Ezídio Pinheiro também se pronunciou: “Poderá surgir ali, talvez um novo acampamento, o que não é a nossa orientação, a nossa posição sim, é acompanhá-los, porque não podemos mais segurá-los” (ZERO HORA, 1983).

Emerge desse recorte que há uma postura ambígua do movimento sindical, agora por parte do dirigente estadual. Embora os sindicatos se mostrassem mais sensíveis às pressões dos Afogados, em certa medida, permaneciam subordinados aos poderes hegemônicos — o que se clarifica quando Ezídio Pinheiro destaca que a estratégia do acampamento não era orientação de sua entidade e que não podiam mais segurá-los. Isso significa afirmar que eram contrários ao acampamento e que, até então, efetivamente, buscavam segurar essas ações dos Afogados, procurando mantê-los dentro de determinados limites, ou seja, em algum grau de subordinação; todavia, o fato de não conseguirem mais segurá-los também denotava que os Afogados haviam rompido as amarras da subordinação, mesmo que as forças hegemônicas continuassem tentando “laçar o gado que havia desgarrado”.

É importante frisarmos que, quando mencionamos “forças hegemônicas” não estamos nos referindo a uma força unívoca e homogênea. O poder hegemônico da classe dirigente também é heterogêneo, exercido por diversos aparelhos e está permeado por conflitos internos. Nesse sentido, a ação do Governo Estadual, no campo de forças, tornava a luta dos Afogados ainda mais complexa e multifacetada. Embora Jair Soares fosse da base do Governo Federal, possuía seus próprios interesses e anseios políticos. Some-se a isso que uma possível imagem de “Salvador dos Afogados” naquele contexto lhe valeria muito.

No dia 9 de novembro de 1983, o jornal Zero Hora publicou matéria intitulada: “Governo arrenda terras a colonos do Passo Real: a sugestão foi dada pela única mulher do grupo”, “depois de 13 anos de muita luta, finalmente os afogados de Passo Real puderam suspirar aliviados”. Após uma reunião entre o Governador Jair Soares, o Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, o Secretário de Agricultura, João Jardim, alguns deputados, prefeitos, sindicalistas, membros da CPT e uma comissão dos desalojados, ficou decidido que o Governo do Estado arrendaria uma área de 1000 hectares para os desalojados. A área será destinada para os desalojados formarem “granjas solidárias”, onde produzem e dividem a colheita. Ao Estado caberia ficar com 10 a 12 % da produção, de acordo com a Lei do arrendamento (ZERO HORA, 1983).

Cumpramos aqui que a primeira a falar na reunião com o Ministro Venturini foi a agricultora Joaquina Oliveira Batista, do Salto do Jacuí — a única mulher a fazer parte do grupo —, a qual expôs, de forma sucinta, o problema enfrentado pelos desalojados do Passo Real que ainda não haviam sido assentados. Ela vocalizou também que era viúva, que cabia a ela alimentar seus filhos e que, para que pudesse participar do encontro, teve que vender suas galinhas a fim de custear sua viagem a Porto Alegre para solicitar uma decisão concreta ao Ministro. Danilo Venturini, por sua vez, afirmou que Dona Joaquina sozinha era o símbolo do Movimento, posto que era mulher e responsável por uma família que dependia de seu trabalho no campo. Depois do Ministro, o Governador se pronunciou e foi apresentada a proposta do arrendamento e das granjas solidárias. O agricultor Argeu Toledo, de Fortaleza dos Valos, declarou: “por meu caso está resolvido”. Dona Joaquina recebeu a promessa do Ministro que seria indenizada pelo prejuízo que teve ao vender as galinhas. Depois, Jair Soares chamou Dona Joaquina e solicitou que um assessor pagasse do seu particular à agricultora pelo prejuízo que teve. No dia 26 de novembro, os Afogados se reuniram em Ibirubá para decidirem se aceitam a proposta do Governador (ZERO HORA, 1983).

Depreendemos daí que se tratava de uma medida paliativa, que não resolveria o problema em sua totalidade; todavia, para o Estado, e especificamente para o Governador Jair Soares, era uma forma de arrefecer aquelas tensões. Nesse contexto, cabe destacarmos a atitude paternalista do Governador, ao pedir que um assessor desse dinheiro do seu particular para pagar os custos de Dona Joaquina. Consideramos também que, embora essa proposta se inserisse dentro de uma lógica de controle social por parte das forças hegemônicas, ela também representava uma conquista da luta pela terra dos desalojados do Passo Real, que pressionavam e exigiam soluções alternativas por parte do Executivo, diante da inércia do Judiciário.

Um dia antes da reunião com Jair Soares e Danilo Venturini, no dia 8 de novembro, durante diversos atos reivindicatórios em Porto Alegre, um coletivo de representantes dos desalojados do Passo Real publicou um documento intitulado: “Manifesto dos ‘Afogados’ da barragem do Passo Real”:

Nós precisamos esclarecer ao povo e as autoridades que somos os Afogados do Passo Real, e não vadios desocupados. “Afogados” porque as propriedades de onde tirávamos nosso sustento e para nossos filhos está debaixo da água da barragem e por isso estamos há 13 anos nessa situação de pobreza, porque hoje nós somos: biscateiros, meeiros, arrendatários, peões, empregados e muitos de nós sem emprego... Nós não podemos mais ficar em silêncio: porque estaríamos traindo

nossos próprios filhos que poderão ter esperança amanhã se nos devolverem as terras e assim podemos viver do nosso trabalho como fazíamos no nosso chão há 13 anos atrás. Se nós temos alguma coisa a nos arrepender é termos ficado tanto tempo esperando. Isto aconteceu porque não enxergávamos bem. Estamos mais unidos, com mais força porque se colocaram ao nosso lado os Sindicatos, as Igrejas e algumas autoridades. Agora viemos aqui em Porto Alegre, e viemos mais uma vez manifestar nossa esperança no Governador Jair Soares, que muitas vezes, na sua campanha, prometeu dar chance de terra e trabalho aos colonos e empregados. Também nos dirigimos à Assembleia Legislativa, aos nossos deputados que foram eleitos para cuidar dos nossos direitos. Nem é preciso dizer que o INCRA deve lutar com e por nós, porque é para isso que ele existe. Da FETAG continuamos esperando o apoio e incentivo que vem nos dando até agora. Continuamos esperando o apoio de nossos Sindicatos, de nossas igrejas, de nossos Prefeitos e Vereadores e também das pessoas do povo que compreendem a nossa situação. Porto Alegre, 8 de novembro de 1983 (STR-FV, 1983).

Análogo ao manifesto produzido junto à Pastoral de Cruz Alta, em 8 de setembro, os desalojados afirmavam seu desamparo, atribuindo sentido histórico às suas experiências traumáticas com o objetivo de superá-las. No entanto, consideramos que, mais do que romperem o silêncio e se colocarem como os principais condutores de sua própria luta e de delimitarem qual o papel de cada um de seus mediadores, os desalojados pautaram a centralidade de seu manifesto, a partir de um discurso de autodenominação. Em termos de Bourdieu (2007), a nomeação é um ato dotado de poder simbólico, algo que implica um reconhecimento e impõe uma definição legítima. Nesse sentido, quando vocalizavam que precisavam esclarecer quem são, que não são vadios e desocupados e, sim, os Afogados do Passo Real, além de darem legitimidade às suas reivindicações, também se reconheciam em seu estrato social, no qual são uma identidade coletiva, simbolizada na denominação de “Afogados”. Em outros termos, trabalhadores rurais, vítimas de injustiça social, que lutavam, organizadamente, para validarem seus direitos.

Em se tratando da origem do termo “afogados”, importa-nos reafirmar que, segundo as memórias de Olavo Stefanello, ex-prefeito de Ibirubá na década de 1960, seria ele quem teria denominado os desalojados do Passo Real de “afogados”. A verdade é que a alcunha só passou a ser publicizada a partir do encontro de 1º de maio de 1982, quando os atos de luta pela terra começaram a ser veiculados nas mídias e reportados em matérias de jornais, com maior frequência. Foi nesse contexto que, oficialmente, os desalojados do Passo Real passaram a ser reconhecidos como Afogados. Nesse sentido, acreditamos que o “Manifesto dos Afogados”, de 8 de novembro de 1983, seja um marco simbólico em seu processo de luta, haja vista que, a partir da intencionalidade central de esclarecerem quem eram e, para tanto, produzirem um ato de nomeação de si mesmos, estavam consolidando sua identidade,

definindo oficialmente quem entendiam ser, como se reconheciam e como queriam que os outros os reconhecessem.

Ao pensarmos como os agentes pastorais e os Sem-Terra foram se relacionando com a luta dos desalojados do Passo Real e, conseqüentemente, contribuíram para a constituição de um complexo campo de forças sobre essa luta, nos é possível ratificarmos que houve permanente choque entre as diversas forças políticas e sociais que compunham esse campo. Os desalojados do Passo Real foram produzindo incorporações políticas permeadas pela tensão dialética entre a subordinação e a emancipação e passaram a elaborar uma memória, a qual propiciou a consolidação da identidade de “Afogados”, buscando dar legitimidade à sua luta.

Sendo assim, entendemos que essa identidade dos desalojados do Passo Real, simbolizada a partir da alcunha de Afogados, seja o símbolo de seu processo dialético de luta que teve, no manifesto de 8 de novembro, seu ato de deliberação. Dessa forma, nos é possível inferirmos que, a partir da agudização de seu espaço de afogamento e do contato com novos agentes sociais, em uma nova conjuntura nacional, os desalojados foram tensionando suas incorporações políticas, até então marcadas por uma subordinação às forças hegemônicas, como havíamos analisado anteriormente.

Entendemos, também, que essa identidade, simbolizada na denominação Afogados, tratava-se de um signo desse processo de emancipação política, o qual era travado na luta pela terra de trabalhadores rurais que foram afogados, mas que emergiam do afogamento e buscavam ter maior autonomia em sua luta por justiça social. Nesse sentido, um processo dialético de luta, de significação e de ressignificação de seus sujeitos. Na medida em que os desalojados iam lutando, essas experiências iam lhes constituindo historicamente, ou seja, produzindo os significados que os singularizavam por meio da identidade de Afogados do Passo Real. Embora essa identidade tenha sido fundamental para dar sentido interno e externo à luta dos desalojados, analisaremos no próximo capítulo que ela não será suficiente para consolidar a coesão interna do grupo, em razão de que, diante das tensões entre a pluralidade de agentes sociais que o envolvia, foi se fragmentando, ao longo do processo.

5 CAPÍTULO IV — O FIM DA LUTA

Neste capítulo, buscaremos compreender as razões que levaram ao encerramento da luta pela terra dos desalojados do Passo Real, bem como a transcendência desse Movimento, haja vista que a mobilização dos Alojados foi utilizada por outro movimento social como instrumento de legitimação. Para tanto, analisaremos a pluralidade dos conflitos que marcaram esse processo histórico, na conjuntura de 1984 a 1988 — um período caracterizado pela segmentaridade de mobilizações políticas, mediante as tensões entre os diversos agentes sociais que permearam a luta dos Afogados.

No dia 9 de dezembro de 1983, o Jornal Zero Hora noticiou que 85 famílias de desalojados do Passo Real aceitaram o assentamento provisório numa área de terra a ser adquirida pelo Governo do Estado. Diante disso, o presidente da FETAG/RS, Ezídio Pinheiro, ressaltou que o nível de mobilização alcançado pelos colonos não deveria retroceder: “ninguém pretende deixar a luta agora”, disse o líder sindical (ZERO HORA, 1983).

Apreendemos a partir daí que as mobilizações produzidas pelos desalojados do Passo Real, durante o ano de 1983, haviam implicado um sentido emancipatório em seu processo de luta, bem como gerado efeitos nas posturas de outros agentes sociais que buscavam mediar a luta dos Afogados. Analisando essa fala do presidente da FETAG/RS, podemos afirmar que a relação entre os desalojados e os sindicatos começava a se dar mediante uma horizontalidade. Em outros termos, a vontade dos desalojados passava a ser a medida da manifestação sindical. Dessa forma, quando Ezídio Pinheiro vocalizava que ninguém pretendia deixar a luta, significava que os desalojados não iriam mais se subordinar a medidas paliativas do Estado e iriam lutar até que uma solução definitiva fosse efetivada.

Nesse sentido, identificamos que uma das evidências dessa nova relação Afogados/forças hegemônicas está materializada na declaração protocolada junto ao STR-FV, no dia 18 de junho de 1984, pelo desalojado Arno Brandenburg, na qual afirmava que não tinha mais interesse em ir para as terras adquiridas pelo Governo, em Salto do Jacuí, em razão de que as terras concedidas eram de tamanho inferior a área que possuía antes da desapropriação e, o que fosse produzido ali, não seria suficiente para cobrir as despesas de manutenção pessoal e familiar. Nesse sentido, enfatizava seu direito de reassentamento nas terras da Fazenda Annoni, as quais poderiam equivaler ao que fora desapropriado, e que, com sua produção, poderia manter a família, como fazia antes de perder suas terras para a desapropriação (STR-FV, 1984). A ação realizada por esse desalojado reforçava a postura emancipatória desenvolvida pelos Afogados, posto que buscassem não mais se subordinarem

às políticas de controle social, implementadas pelo Estado e, sim, objetivavam lutar até que fossem reassentados em uma área onde pudessem produzir seu espaço social, conforme seu *status quo ante*.

A luta dos desalojados contra as forças que os afogavam se intensificava tensionando as incorporações políticas emancipatórias produzidas. Nesse âmbito, o principal embate dos Afogados se daria frente ao litígio judicial da Fazenda Annoni. Sendo assim, confrontavam diante da família proprietária, do Poder Judiciário e do Governo Federal, mediante o próprio INCRA que, embora tivesse o dever de representá-los, buscava fazê-lo com verticalidade e preterindo diversas reivindicações dos desalojados. No dia 23 de novembro de 1983, o jornal Zero Hora publicou a notícia cujo título era: “Desapropriação mantida. Processo vai continuar: Divergência dos ministros do STF abre possibilidade de recurso”. A divergência entre os ministros poderia arrastar o processo por mais 5 anos. Nesse sentido, o coordenador regional do INCRA, Alcione Burin, declarou que a novela não havia terminado: “A coisa não é para amanhã” (ZERO HORA, 1983).

No dia 24 de novembro de 1983, o periódico Zero hora reportou a matéria intitulada: “A desilusão dos colonos com a decisão judicial”. Durante três dias consecutivos, 21, 22 e 23 de novembro, cerca de 400 colonos que moravam na Fazenda Annoni mantiveram uma vigilância permanente no julgamento de Brasília, que poderia colocar um fim na sua luta pelo reassentamento no Estado, que já durava mais de 12 anos:

Acabada a reunião, a afogada Maria Francisca pediu a todos para rezarem uma novena à Nossa Senhora das Graças, pedindo proteção divina: “Afim de contas, moço, nós aqui temos histórias de sofrimentos e de grandes desgraças nestes últimos anos, depois que perdemos tudo o que tínhamos para as águas. E acreditávamos seriamente que os homens de Brasília, que iriam julgar nossa causa, sabedores do nosso sofrimento iriam decidir pelo justo”. De um modo geral todos estavam desconfiados de pessoas estranhas e os ânimos alterados. Pode-se afirmar que a decisão do julgamento em Brasília foi “mais lenha na fogueira”. O afogado Otacílio Rodrigues Joaquim, vereador em Fortaleza dos Valos declarou: “O que eu queria é que o Ministro Oscar Corrêa, do STF, que foi quem deu parecer favorável à família Annoni, viesse até aqui ver a situação dos colonos e dar uma explicação diretamente a eles para a sua decisão”. Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sarandi, Walter Schuwertz, a culpa do problema é dos donos da terra, a família Annoni. Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz Alta, Heraclides Gomes, o INCRA está desinteressado em resolver o problema, se quisesse já havia resolvido (ZERO HORA, 1983).

A partir desse recorte, podemos afirmar que a fala da afogada Maria Francisca, uma das líderes dos Afogados na Fazenda Annoni, expressa a tensão de afetos e sentidos que caracterizaram o processo de luta dos desalojados do Passo Real. Se por um lado esse discurso, carregado de simbologia religiosa, reforçava a perspectiva de afirmação do

desamparo, mediante o sofrimento como caminho para a libertação. Em outros termos, a asseveração de uma experiência traumática como legitimidade da luta por justiça social. Por outro, o discurso de Maria Francisca também era constituído pela lógica da vitimização que, em certa medida, subordinava os desalojados ao poder dos “Homens de Brasília”. Nesse sentido, acreditavam que os sensibilizariam com as intensas mazelas perpetradas pela luta que representavam e, em decorrência disso, resolveriam a questão do assentamento. Cabe pontuarmos que, muitas vezes, o entendimento de Justiça Social se confunde e se tensiona com os sentidos de caridade e de piedade. Logo, as incorporações políticas dos Afogados são, mais uma vez, balizadas pela tensão entre a emancipação e a subordinação, novamente perpassadas pela circulação do medo. A partir das manifestações de 1983, os Afogados haviam conquistado um poder político e simbólico permeado pela emancipação; todavia, o resultado judicial havia freado seu ímpeto, havia arrefecido a luta e o corolário disso foi a desilusão e o medo. Medo esse de não conseguirem a vitória que parecia iminente. O medo de continuarem naquele espaço de afogamento sem fim. Esses sentidos enfraqueciam a confiança dos Afogados em si mesmos, deixando-os mais suscetíveis à dinâmica da subordinação política.

A decisão do STF colocou mais “lenha na fogueira”, ou seja, também potencializou o confronto entre os Afogados e alguns de seus mediadores, como os agentes sindicais, pastorais e os políticos locais, com as forças que os afogavam, ali representadas pelo Judiciário, pela família Annoni e pelo INCRA. A manifestação do INCRA, de que a “coisa não era para amanhã”, gerava revolta entre os Afogados e também entre o movimento sindical que tinham o entendimento de que, conforme a fala de Heraclides Gomes, o INCRA, e por extensão o Governo Federal, não estava interessado efetivamente em solucionar o impasse para reassentamento dessas famílias, visto que teria meios para isso, seja no Judiciário, seja no Executivo. Essa declaração do presidente do STR-CA demonstra que os Afogados reforçavam a consciência de que as autoridades Federais eram responsáveis pelo afogamento a que estavam submetidos e que era fundamental seguirem na luta.

Em se tratando das falas de Otacílio Rodrigues Joaquim e de Walter Schuwertz, identificamos que essa consciência também se estendia ao Poder Judiciário. Fundamentalmente no que remete à família Annoni e ao que ela representava, ou seja, a lógica excludente da propriedade privada. Essa percepção era engendrada, e reiterada, pelos agentes do Cristianismo Progressista. No dia 7 de dezembro de 1983, o SNI produziu um Informe acerca de um manifesto sobre o uso da terra, elaborado pela Diocese de Cruz Alta,

em 25 de outubro de 1983. O manifesto intitulado: “Palavra esclarecedora da Igreja de Cruz Alta sobre o uso dos bens, particularmente da terra”, iniciava-se desta maneira:

SITUAÇÃO EM QUE VIVEMOS: Face à mais uma tentativa frustrada dos agricultores, “AFOGADOS DO PASSO REAL”, que voltaram desejados de Brasília, onde buscavam, esperançosos, uma solução para sua triste situação. Face aos graves e urgentes problemas que afligem o povo menos favorecido de nosso país, face às alarmantes notícias e estatísticas com números crescente de desempregados, agricultores sem-terra e êxodo rural. Face às precárias condições de moradia e as dificuldades dos assalariados em pagarem suas prestações junto ao BNH. Face à ameaça do arrocho salarial imposto ao trabalhador em virtude de acordos em saldar dívidas externas e investimentos faraônicos e questionáveis, para os quais o povo não foi consultado e sem dúvida não é o primeiro responsável. Face a toda essa situação difícil e angustiante, no dia em que se realiza no país, um PROTESTO, julgamos oportuno e necessário refletir e nos manifestar ante tais acontecimentos (SNI, 1983).

Diante disso, a Diocese de Cruz Alta buscou justificar a sua atuação alinhavada às orientações do Concílio Vaticano II e da CNBB, que, embora a missão evangelizadora devesse ser eminentemente pastoral, não poderia se omitir a respeito de problemas sócio políticos do país. Ademais, a referida Diocese sinalizou que muitas pessoas estavam acusando-a de interferir em assuntos que não lhe cabia, bem como enxergavam como um “grave escândalo” os acontecimentos nos quais leigos engajados, religiosos (as), padres e bispos se colocavam ao lado dos sofrendores que clamavam por seus direitos e por justiça em passeatas pacíficas, reivindicações, acampamentos, greves, e até invasões, como tentativa de conseguirem meios de sobrevivência, habitação, trabalho e remuneração justa. Assim, a Diocese de Cruz Alta assinalava que essa perplexidade era gerada por uma “falsa” ideia sobre a posse e o uso de bens, principalmente da terra. Nesse sentido, produziu um texto composto por documentos episcopais e teológicos para demonstrar seu entendimento acerca da posse da terra:

Por isso convém lembrar aqui que o Epsicopado Brasileiro reafirmou, na 20ª Assembleia Geral: “Deus deu aos homens o uso dos bens, da natureza para a sua realização humana. Todos tem, portanto, direito de acesso ao uso desses bens. Condição normal para garantir tal direito é o exercício do trabalho produtivo e transformador desses bens em favor do próprio indivíduo ou para o sustento de sua família”. O título de propriedade não justifica o direito absoluto sobre os bens. Nesse sentido ainda ressoa em nossos ouvidos a palavra DESAFIADORA do saudoso Paulo VI, na abertura da Campanha da Fraternidade de 1975, quando afirmou: “As roupas, os utensílios que estão sobrando em tua casa pertencem por direito ao teu irmão” O mesmo Papa já havia feito este mesmo sábio ensinamento na Encíclica “Populorum Progressio” ao afirmar: “ a terra foi dada a todos e não apenas aos ricos. Quer dizer que a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto. Ninguém tem o direito de reservar para seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo, quando a outros falta o que é necessário”. Quando isso não acontece e o direito de propriedade é interpretado, apenas legalmente, a partir da

posse de títulos, nós nos encontramos, em geral, diante de INJUSTIÇAS E CONFLITOS (SNI, 1983).

Emerge daí que a Diocese de Cruz Alta insere a questão dos Afogados no amplo contexto brasileiro de contradições sociais. A interpretação da posse e uso dos bens e da terra, legitimada no trabalho, em oposição à propriedade privada capitalista, cristalizada pelo direito positivo, era uma confrontação direta ao problema enfrentado pelos Afogados em relação à Fazenda Annoni. Esse discurso fora produzido em um momento no qual os conflitos com a família proprietária se acirravam. No dia 5 de janeiro de 1984, o jornal Zero Hora publicou uma notícia em que Bolívar Annoni acusava os colonos assentados de roubarem gado e madeira. A única medida que o INCRA poderia adotar em benefício dos colonos seria pedir ajuda ao STF para que fosse revogada a decisão de manutenção do status quo. Dessa forma, a família seria obrigada a retirar seus bens da fazenda e entregar a área totalmente ao INCRA. No entanto, isso só seria possível em fevereiro, quando a Justiça deveria apreciar novamente o caso.

Embora essa notícia tivesse sido publicada um mês depois do manifesto da Diocese de Cruz Alta, ela refletia os embates travados entre os Afogados e a família proprietária, naqueles últimos meses. Desde o início de 1983, os Afogados queriam a retirada do gado dos Annoni, em razão de prejudicarem as já precárias plantações de subsistência que mantinham. Os Annoni ainda se consideravam donos da área e entendiam como legítima a presença do gado e, nessa perspectiva, pensavam que toda a madeira, e os demais recursos presentes ali, ainda lhes pertenciam. Por seu turno, quando a Diocese de Cruz Alta afirmava que Deus havia dado aos homens o uso dos bens da natureza para sua realização humana, estavam defendendo que os Afogados tinham o direito Divino de acessarem aqueles bens naturais para a sua subsistência. Da mesma forma que os Afogados, ilegalmente, plantaram a terra, como ações de luta e de resistência, também usufruíram do gado e da madeira que ali estavam como um instrumento de luta — um ato legítimo de justiça social. Essas ações eram referendadas e reiteradas no manifesto diocesano que se amparava em recentes encíclicas do Papa João Paulo II:

De modo particular, para aqueles que julgam que o direito à propriedade é intocável, pela posse de títulos, precisam lembrar o ensinamento do Papa João Paulo II em sua Encíclica recente, “LABOREM EXERCENS”. Ele afirma enfaticamente, referindo-se ao direito de propriedade: “a tradição cristã nunca defendeu tal direito como algo absoluto e intocável; pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito comum de todos utilizarem os bens da criação inteira: o direito à propriedade privada está subordinado ao direito ao uso comum, subordinado à destinação universal dos bens”. Ao referir-se a propriedade dos meios de produção, ele nos diz

“os meios de produção não podem ser possuídos contra o trabalho, como não podem ser possuídos por possuir porque o único título legítimo para a sua posse — e isto tanto sob a forma de propriedade privada, como forma de propriedade pública ou coletiva, é que eles sirvam ao trabalho, tornem possível a realização do primeiro princípio desta ordem, que é a destinação universal dos bens e o direito ao seu uso comum (SNI, 1983).

Nesse sentido, a Diocese de Cruz Alta reiterava seu apoio e incentivo a todos os agricultores e homens da terra, em especial aos Afogados do Passo Real, cujo sofrimento se prolongava há 13 anos. Enfatizava que a vitória e a posse da terra “prometida” só ocorreriam se os Afogados continuassem: “caminhando unidos e com Deus, à semelhança do povo israelita” (SNI,1983). Assim, para esses agentes pastorais, a conquista da terra dependia da força política produzida pela união e emancipação dos Afogados. Era preciso que caminhassem unidos para se “libertarem”. Vinculado a isso, a Diocese de Cruz Alta também dirigiu a palavra aos outros agentes sociais que buscavam mediar a luta dos desalojados do Passo Real:

NOSSA PALAVRA ÀS AUTORIDADES, DIRIGENTES SINDICAIS E COOPERATIVISTAS. Gostaríamos de dirigir também, às autoridades constituídas, organizações Sindicais e Associações Cooperativadas nossa palavra serena e evangélica. Se a nós cabe o que afirmamos: assessorar o povo que luta, na sua conscientização e organização, reconhecemos ser vossa atribuição de assumir a justa causa de quem vós estais a serviço. Vós sabeis, como nós, que a vossa missão e instituição, longe de caber uma tarefa paternalista e assistencialista, tem, primordialmente, o compromisso de garantir, defender e conquistar os legítimos e sagrados direitos dos cidadãos e associados. Isto tereis que fazer sem submeter, a eles e a vós, a atitudes de subserviência e sem interesses escusos e de promoção pessoal e/ou partidária. [...] Pensamos que a presente reflexão irá dirimir eventuais dúvidas e dificuldades surgidas entre nós, preocupados pela mesma causa. Acreditamos que algumas dessas dificuldades tenham surgido por causa de nossas limitações humanas e pessoais. Se a essas reconhecemos e delas pedimos perdão, contudo não declinamos de nosso grave dever se estarmos sempre juntos ao nosso rebanho, principalmente quando é atacado pelos vorazes lobos da ganância a fim de não sermos acusados de mercenários: “O Bom Pastor dá a vida por suas ovelhas. O mercenário, porém, quando vê o lobo abandona as ovelhas e foge. O lobo vem rouba e dispersa as ovelhas” (Jo 10, 11-12). [...] Que nesta caminhada tenhamos, ao nosso lado, o exemplo e a força da Virgem Maria, Nossa Senhora Aparecida, fazendo que o povo brasileiro, tão devoto e sofrido, possa constituir-se, de fato um POVO AUTÔNOMO E INDEPENDENTE (SNI, 1983).

Essa manifestação, contida nesse recorte, explicita o nó górdio da organização da luta dos Afogados, até então. O conflito entre os interesses e os diferentes modos de ação, implementados pelos diversos mediadores, e marcados pela tensão entre relações de subordinação e emancipação. Deliberadamente, os agentes pastorais demarcavam sua missão, no processo de luta. Qual seja, assessorarem os trabalhadores para que eles buscassem seus direitos emancipadamente. Em outras palavras, constituí-los como “autônomos e

independentes”. Dessa forma, procuravam tensionar a postura dos outros agentes sociais mediadores para que esses não continuassem buscando a subordinação dos Afogados e para que eles mesmos também desenvolvessem uma prática política menos subserviente e, dentro do possível, mais emancipatória.

No, anteriormente citado, manifesto de 8 de setembro, elaborado pelos Afogados com o auxílio da Pastoral Rural de Cruz Alta, tentou-se definir o lugar de cada um na luta, e reiterar que o protagonismo cabia aos Afogados. Como nos foi possível identificar, o movimento sindical havia apresentado mudanças em sua postura. Até meados de 1983, desempenhava uma incorporação política marcada pela verticalidade, ou seja, tinha os desalojados do Passo Real como subordinados. Nesse sentido, os mantinha sob o jugo de forças hegemônicas. Entretanto, houve, em suas últimas manifestações, uma mudança de postura, posto que passasse a adotar uma relação de horizontalidade com os Afogados, em que agia outorgando voz mais ativa aos colonos. Entretanto, a própria escritura desse documento, por parte do clero cruzaltense, sinalizava que continuava agindo sob essa constante tensão entre práticas de subserviência e de emancipação.

Nesse mesmo manifesto de 8 de setembro, os Afogados alertavam para a atuação de políticos, de deputados e de prefeitos, no cenário de luta que esses colonos empreendiam em busca do assentamento: “são bons em tempos de eleição, alguns até usaram os ‘desalojados’ para se elegerem. Nunca disseram: “Vocês têm que se organizar” (CPT,1983). Esses indícios, de que alguns políticos teriam se utilizado da pauta dos Afogados para angariar votos, encontravam eco diretamente na advertência da Diocese de Cruz Alta, para que não se utilizassem da luta dos trabalhadores em geral para benefício pessoal ou partidário. Em outros termos, que, até então, não haviam procurado organizar os desalojados para que eles também pudessem lutar, implicando uma postura paternalista e eleitoreira, em que se beneficiavam com a boa imagem, ao se colocarem como os “Salvadores” dos Afogados, na medida em que intercediam por eles. Isso é ratificado na passagem bíblica sobre o bom pastor e o mercenário. Trata-se da metáfora do bom pastor que une as ovelhas e dá a vida por elas — o que reitera a visão de que era necessário unir e emancipar os desalojados, em razão de que, somente assim, os Afogados teriam força para enfrentarem as vicissitudes da arena política, ou seja, para que não se dispersassem “quando o lobo viesse”.

5.1 A COMISSÃO ESPECIAL DOS AGRICULTORES DESALOJADOS DO PASSO REAL

Um dos momentos mais tensos, na relação dos Afogados com políticos, prefeitos, vereadores e, principalmente, deputados, foi a formação da Comissão Especial dos Agricultores Desalojados do Passo Real, em 1983. No dia 17 de junho de 1983, o jornal Zero Hora reportou que, no dia 23 do mesmo mês, estariam reunidos no plenarinho da Assembleia Legislativa, os prefeitos e presidentes dos sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios de Cruz Alta, Ibirubá e Fortaleza dos Valos, juntamente com representantes da FETAG, CEEE, INCRA e Pastoral da Terra. Debateriam a situação das 500 famílias de agricultores que haviam sido expulsos de suas terras para a construção da barragem do Passo Real. Segundo o deputado Peruchin, do PMDB, o pedido do deputado Algir Lorenzon, também do PMDB, para a formação de uma Comissão Especial, na Assembleia, para tratar o assunto da reunião do próximo dia 23, tinha como objetivo colher subsídios e: “encaminhá-los à Comissão que, temos certeza, saberá viabilizar uma solução imediata para este angustiante problema” (ZERO HORA, 1983).

É importante recuperarmos que a formação da Comissão foi solicitada pelo requerimento apresentado em plenário, dia 10 de junho de 1983, pelo deputado Algir Lorenzon. Em 16 de junho de 1983, foram indicados os membros da Comissão. Pelo PMDB, Algir Lorenzon (presidente) e Ivo Mainardi, Rubi Diehl (vice-presidente). Erico Pegoraro, pelo PDS e Carlos Araújo (relator), pelo PDT. Como suplentes, Hilário Braun, do PMDB, Walter Susin, do PDS e Orlando Burmann, do PDT. Conforme o relatório final da Comissão, ela se justificava, em função de que, após os esforços infrutíferos para conseguir uma solução mais célere para o grave e angustiante problema, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul entendeu, como último recurso para auxiliar os colonos desapropriados, formar uma Comissão Especial (AL/RS, 1984).

O relatório gerado por essa Comissão Especial abarcava as atividades ali realizadas; analisava as causas que originaram o impasse que impedia que os Afogados fossem reassentados, bem como lançava luz acerca do andamento do processo de desapropriação da Fazenda Annoni, no Judiciário, e sobre algumas publicações da imprensa em relação ao caso. A primeira inferência produzida pela Comissão Especial foi que havia flagrante desinteresse por parte do Órgão Federal em decidir a questão do reassentamento, posto que as providências que competiam ao INCRA estavam sendo postergadas reiteradas vezes, seja por descaso, seja por incompetência administrativa.

A segunda conclusão produzida foi que as administrações do Governo do Estado jamais efetivaram iniciativas no sentido de auxiliar os colonos a obterem solução para o seu caso — apesar das promessas efetuadas —, o que provocou o adiamento da solução final, e

definitiva. Ademais, concluíram que não houve interesse ou a perspectiva de respaldarem, ou de auxiliarem os agricultores desalojados; embora o Estado fosse corresponsável pela situação de miséria e de abandono a que foram relegadas as famílias nas periferias das cidades, atingidas pela acumulação de águas da Bacia do Passo Real. Nesse contexto, destacaram que, em contrapartida, o Governo Estadual, por meio do Governador Jair Soares, estava demonstrando consistente interesse na solução do problema, no que tange à sua esfera de competência e até mesmo além dela. A compra de área no Estado para reassentamento provisório dos agricultores exemplificava essa disposição do Governo.

Por conseguinte, assinalaram a acentuada morosidade com que o processo tramitava no Judiciário. Assim, inferiram que o atraso na decisão final — decisiva e irrecorrível — do processo no Poder Judiciário, consistia em uma das principais causas de ter transcorrido tanto tempo sem que o impasse tivesse sido solucionado.

Até 1984, a Comissão teria contribuído para a compra dos mil hectares de terra pelo Governo Estadual para alojar 85 famílias. A contribuição da Comissão para concretização dessa medida se deu a partir da mediação que os parlamentares realizaram para que o Governador Jair Soares adotasse ações concretas em relação à solução do problema dos Afogados. Por conseguinte, a Comissão também negociou, junto ao Executivo Federal, para que esse se comprometesse na compra de mais terras para reassentamento das famílias. Destacaram, ainda, que tiveram papel fundamental na aceleração do processo no Judiciário, que culminou com a sentença favorável expedida pelo Tribunal, em novembro de 1983, embora não tenha sido em caráter definitivo. Além disso, assinalaram que também foram fundamentais para conseguirem a garantia para que os Afogados pudessem continuar sua produção agrícola, bem como na liberação de máquinas apreendidas pela Brigada Militar. Some-se a isso, a facilitação de crédito junto ao Banco do Brasil.

A partir do exposto, entendemos que, para além de analisarmos os trâmites burocráticos e as decisões efetivadas pela Comissão Especial, cabe-nos problematizar o que importou a atuação dessa Comissão no processo de luta pela terra dos Afogados; quais são os significados que emergem dessa atuação, sob o prisma das relações e dos conflitos entre os desalojados e os diversos agentes sociais que mediavam sua luta.

Inferimos que o trabalho realizado por essa Comissão Especial lança luz sobre as imbricadas relações entre os Afogados e os políticos, especificamente os Deputados Estaduais. Como já reportamos aqui, os Afogados vinham produzindo tensões em relação a esses agentes sociais. Sobre o já referenciado encontro de 1º de maio de 1982, em Ibirubá, havíamos relatado que o Afogado Olívio pediu aos demais que votassem em branco: “a gente

em que se votou não fez nada em 12 anos” (SNI, 1982). Como referimos anteriormente, no documento de 8 de setembro de 1983, os Afogados assinalaram que os políticos jamais se preocuparam em organizá-los e se utilizaram de sua causa para se elegerem. Diante dessas manifestações, somadas às demais mobilizações realizadas pelos desalojados, bem como pelo aprofundamento de seu espaço de afogamento, entendemos que a implantação dessa Comissão Especial representa uma conquista da luta dos Afogados, o corolário das pressões exercidas, cujas tensões colocaram em xeque a legitimidade da representação política dos deputados, os quais reagiram mediante a constituição dessa ação parlamentar.

Na parte introdutória do relatório da Comissão Especial, o autor e presidente, deputado Algir Lorenzon, PMDB, afirmou que a publicação do relatório se destinava a mostrar aos agricultores interessados e à comunidade gaúcha que: “se nada ou quase nada foi feito até hoje em socorro dos agricultores desalojados, isto se deve à omissão dos poderes competentes, a quem está afeta a responsabilidade do reassentamento e nunca ao silêncio do Legislativo do Rio Grande” (AL/RS, 1984). Essa justificativa dialoga com as conclusões advindas da Comissão Especial, de que o problema dos desalojados era fruto da má gestão, da inércia, do desinteresse e da omissão do Governo Federal, por meio do INCRA, bem como de gestões passadas do Executivo Estadual — o que potencializa a importância de se publicizar que o Poder Legislativo, além de não ser o responsável pela questão, não fora omissivo, posto que houvesse sido diligente ao se colocar em defesa dos desalojados do Passo Real.

Nesse sentido, o deputado Algir Lorenzon, PMDB, como mencionamos anteriormente, desde os anos 1970 havia se pronunciado em defesa dos desalojados e criticado a postura do INCRA frente a essa questão agrária. Diante das críticas tecidas pelos Afogados aos parlamentares, fazia-se necessário que os deputados que compunham a Comissão Especial tornassem públicas as ações decorrentes do trabalho ali realizado. Sendo assim, mesmo que não conseguissem a solução definitiva, precisavam demonstrar que estavam intercedendo pelos desalojados do Passo Real. Isso corrobora nossa compreensão de que uma das razões da implantação da Comissão Especial está respaldada na explicação de que sua efetivação foi o corolário da pressão exercida pela luta dos Afogados. Além disso, embora Algir Lorenzon, efetivamente, estivesse há muito mediando a luta dos Afogados, a Comissão abarcava três partidos e necessitava de ser compreendida no interior do jogo político partidário do período da reabertura, na primeira metade da década de 1980.

Cabe recuperarmos que o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) foi criado, originariamente, com a sigla MDB (Movimento Democrático Brasileiro), durante a instauração do bipartidarismo por parte da Ditadura Civil-Militar. Nesse contexto, o MDB se

configurava como a oposição legal e “tolerada” pelo Regime. O partido abarcava políticos que se situassem à oposição do Governo Federal e que não se enquadrassem na Lei de Segurança Nacional, ou seja, não fossem considerados perigosos e subversivos para a segurança do país. Ainda que de maneira comedida, o MDB conseguiu realizar importante oposição ao Governo Federal, durante a década de 1970, obtendo maioria no Congresso nas eleições de 1974, 76 e 78.

Nesse cenário, as vitórias da oposição, no âmbito político institucional, somadas ao crescimento de mobilizações populares, no fim da supracitada década, contribuíram para o enfraquecimento do Governo que repensou suas estratégias, desenvolvendo a Reforma Partidária. A pretendida reforma se inseria na estratégia da “distensão” articulada pelo Governo Federal, processo em que buscavam assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica. Assim, engendraram níveis mais elevados, mas sempre controlados de participação política. Buscaram dismantelar, gradativamente, os mecanismos mais explícitos de coerção legal, dando mais atenção para o sistema eleitoral. Objetivavam constituir suficiente flexibilidade para um processo aparentemente livre de escolha e ainda sim garantir ao partido do governo força eleitoral ao longo prazo (ALVES, 1984, p. 185).

Com a Reforma Partidária de 1979, seriam extintos o MDB e a ARENA. Essa medida foi uma tentativa do Regime de enfraquecer a oposição mediante a fragmentação. Nesse contexto, surgiram seis novos partidos. O Partido Democrático Social (PDS), sucessor da ARENA; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do MDB, agregando um “P” a sua sigla, já que a nova lei não permitia que seguisse com o mesmo nome e exigia a letra “P” à frente. Também foi formado o Partido Popular (PP), capitaneado por Tancredo Neves, o qual congregou alguns emedebistas e vários arenistas que queriam se desvincular da imagem negativa da Ditadura. Nessa época também foi fundado — nesse caso refundado — o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Some-se a isso a fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), o qual foi criado pelo petebista histórico Leonel de Moura Brizola — que perdera a disputa pelo direito de registro do PTB em embate com a deputada Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio. De característica social-democrata, o PDT abrigava um pequeno setor socialista que influenciou a redação final de seu Programa. Dotou-se de uma estrutura organizacional fortemente centralizada, responsabilizando-se as principais lideranças pelo processo decisório. Seu programa visava à formação de um partido socialista, dando especial ênfase à promoção da infância e aos direitos das minorias negras e indígenas. Já o sexto partido que foi fundado, naquele contexto, foi o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo sindicalista Luiz Inácio

Lula da Silva. Emergiu das greves de 1978, 1979 e 1980 com estreita aliança com os movimentos de base rurais e urbanos e com a ação social do cristianismo progressista (ALVES, 1984, p. 276).

Nesse cenário político, quando da passagem do MDB para o PMDB, o partido apresentou cerca de cinco correntes distintas de pensamento e de atuação política. Assim se situariam os “autênticos históricos” e a “Tendência Popular”, mais à esquerda; os “não-alinhados”, ao centro, e os “moderados” e “adesistas” à direita. Os “autênticos históricos” se compunham de políticos que não pertenciam às organizações clandestinas e haviam sido eleitos em 1970 e em 1974. A “Tendência Popular” era formada por políticos que possuíam uma postura mais crítica e radical em relação ao Regime, parte da “Tendência” era composta por sujeitos que agiam politicamente de forma clandestina e que decidiram atuar no interior do PMDB, como militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que só saíram do PMDB em 1985, quando conseguiram legalizar seu registro (MUCINHATO, 2015, p. 47).

Os autodenominados “não-alinhados”, surgiram vinculados ao Senado e possuíam um discurso mais liberal. Situava-se como liderança dessa corrente Itamar Franco. Mais à direita, estavam os “moderados”, grupo de deputados oriundos do antigo MDB, que ficara reduzido antes da fundação oficial do PMDB. Por fim encontravam-se os “adesistas”, políticos mais conservadores que abandonaram o MDB, se juntando ao Partido Popular, composto também por um forte número de antigos arenistas (MUCINHATO, 2015, p. 48). Em 1982, o Partido Popular seria incorporado ao PMDB, engrossando as fileiras da direita e deixando o partido mais heterogêneo e composto por uma complexa correlação de forças políticas (MUCHINHATO, 2015, p. 76). Nesse sentido, podemos afirmar que, no contexto da reabertura, o PMDB, representado por suas diversas correntes internas, alterava suas orientações ideológicas entre a direita e a esquerda.

Dessa forma, a Comissão Especial dos Agricultores Desalojados do Passo Real se insere no contexto político-partidário da reabertura, marcado também pela tensão entre diversas forças políticas e sociais que institucionalmente se articulavam e conflitavam no interior das siglas partidárias. Por conseguinte, para pensarmos o significado dessas relações, cabe contemplarmos a trajetória política e o papel desempenhado pelos três principais líderes da Comissão, Algir Lorenzon, Rubi Diehl e Carlos Araújo, no processo de luta dos Afogados do Passo Real.

Natural de Cruz Alta, Algir Lorenzon foi eleito vereador nesse município no ano de 1968, na mesma época em que começou a construção da barragem do Passo Real. Desde

então, Lorenzon acompanhou a situação dos desalojados de perto, como advogado, sendo que advogou para alguns atingidos, contestando a indenização; todavia, como ele mesmo pontuara, não foram muitos os que realizaram esse trâmite. Reeleito vereador em 1972, foi guindado a Deputado Estadual em 1974 e reeleito nos anos de 1978, 1982 e 1986. Como já mencionamos, desde os anos 1970, Algir Lorenzon adotou postura crítica em relação aos Governos, frente ao descaso com a questão dos desalojados do Passo Real, sendo o autor e presidente da Comissão Especial estabelecida em 1983.

Embora Algir Lorenzon, membro da oposição emedebista, tenha se mostrado sempre crítico aos governos arenistas em relação ao Passo Real, adotou um tom mais conciliador com o novo PDS, a partir de 1982, articulando-se com o Governo de Jair Soares, cuja base parlamentar também participou ativamente da Comissão. Como havíamos mencionado, as conclusões da Comissão atribuíam ao Governo Federal, por meio do INCRA, a responsabilidade pela morosidade do assentamento dos Afogados, bem como ao Poder Judiciário e aos Governos Estaduais anteriores. Entretanto, foi enfatizado que o Governo de Jair Soares estava demonstrando todo o interesse na solução do problema. Nesse âmbito se insere o deputado Rubi Diehl, um dos líderes do PDS na Assembleia.

Rubi Diehl foi Deputado Estadual, entre 1971 e 1987, tendo sido eleito três vezes pela ARENA e uma pelo PDS. Após 1985, terminou seu mandato filiado ao recém-fundado PFL, partido do qual foi líder de bancada na Casa. Em 16 de outubro de 1980, o Jornal Zero Hora publicou uma nota em que o deputado Rubi Diehl criticava o Advogado da Família Annoni e o Presidente da OAB/RS, Justino Vasconcellos. Diehl ironizava dizendo: “tem sido brilhante a atuação do advogado Justino Vasconcellos, embargando uma decisão, embora ele fale tanto na defesa dos necessitados”. Diehl também questionava “se não teria o doutor Justino Vasconcellos um certo escrúpulo de não oferecer tantos embargos protelatórios, para que afinal se decidisse em caráter definitivo esta pendenga que já vai tão longe e que vem atribuindo toda culpa ao Governo”. Ao final da nota, Diehl afirmava que as críticas que oposicionistas têm dirigido contra o Governo deveriam se voltar contra o advogado, pois, segundo o líder do PDS, esse era companheiro daqueles que mais tem criticado o Estado no episódio (ZERO HORA, 1980).

Evidenciamos que, em 1980, um período crítico em que o Governo estava a costurar a reabertura, ao mesmo tempo em que buscava manter o controle político e social, o situacionista Rubi Diehl procurava eximir a responsabilidade direta do Governo Estadual, transferindo-a à família Annoni e a seu procurador, Justino Vasconcellos. Assim, reforçava sua defesa, buscando deslegitimar as críticas dos deputados da oposição que, supostamente,

seriam amigos de Justino Vasconcellos. Nesse contexto, a arquitetura política da Comissão Especial também foi constituída pela presença de forças mais alinhadas à esquerda e bastantes críticas ao poder hegemônico. Essas tinham, entre um de seus representantes, o deputado Carlos Araújo, do PDT, relator da Comissão Especial. Após o golpe de 1964, Carlos Araújo foi para a luta armada, estando vinculado ao VAR-Palmares e ao MR-8. Com a redemocratização, foi eleito, em 1982, Deputado estadual pelo PDT. Simpatizante da luta dos Afogados, em julho de 1983, esteve presente na Assembleia dos desalojados em Ibirubá, onde segundo o SNI, fez as seguintes declarações:

[...] referindo-se aos agricultores da Fazenda Annoni, afirmou que “causou revolta assistir aquele quadro triste e deprimente, de ver famílias morando junto à terra fértil, o instrumento de trabalho a sua disposição, mas impedidos de lavrar a terra, porque vivem num campo de concentração [...] E, naquele local, o Secretário de Segurança do Estado é a Fazenda Annoni e o Comandante da Brigada é o seu Capataz. As atrocidades que lá foram cometidas e que, ainda estão sendo, as violências contra os moradores e sobretudo sobre as crianças, o RS haverá de saber, porque na história do Rio Grande sempre figurou uma tradição de justiça e humanismo. Mas de uns anos para cá essa tradição foi quebrada. [...] Na história do RS repito, nunca se assistiu a tamanha desonra e humilhação. Mas temos que recuperar a tradição do RS. Os senhores foram vítimas de um Governo prepotente e, inclusive, que burla a constituição até hoje, ao tirar as terras de vocês. A propriedade de vocês é assegurada pela constituição (SNI, 1983).

Assim, a Comissão Especial era constituída por complexa equação, na qual uma das variantes consistia nos membros do PDS, liderados por Rubi Diehl, e base do Governo Estadual; mas que também representavam o alinhamento com o Executivo Federal, principal responsável pela situação dos Afogados. Já o PDT, na voz de Carlos Araújo, havia tecido severas críticas à postura repressiva que o Governo do Estado desempenhava diante dos Afogados. E, como ponto intermediário, havia o heterogêneo PMDB daquele período, que, mediante o autor e presidente da Comissão, Algir Lorenzon, buscava apaziguar as tensões entre as forças políticas, conduzindo a Comissão a engendrar uma articulação que, embora não estivesse subserviente ao Piratini, tampouco produzia uma confrontação mais direta com as forças hegemônicas. Ainda que responsabilizasse o INCRA e o Judiciário, constituiu um enfrentamento da questão mediante um teor conciliatório, que providenciava alguns avanços, mas que não solucionava efetivamente o problema dos Afogados.

Em certa medida, o sentido dessa equação político-partidária, articulada na Comissão Especial dos Agricultores Desalojados do Passo Real, é uma evidência da Tese que estamos defendendo, da luta dos desalojados como um processo de enfrentamento das forças que os afogaram, inserida num campo de disputas marcado pela tensão entre relações políticas de

subordinação e emancipação. Em outros termos, a Comissão em sua totalidade se constituiu como um sujeito desse processo de luta, um agente político e social que buscou mediar a luta dos Afogados. No entanto, embora a Comissão tivesse certa coerência interna, propiciada pelo objetivo comum — que era o reassentamento dos Afogados —, além de seu próprio formato institucional, ela também estava permeada pela tensão entre relações de subordinação e emancipação ao poder hegemônico. Ia de um a bancada do PDT, que tecia severas críticas aos Governos Estadual e Federal, como responsáveis pela situação dos Afogados, às bancadas do PDS e PMDB, que, embora estivessem dedicadas a auxiliarem os desalojados do Passo Real, realizavam essa ação sem prejudicarem os interesses e o capital político do Governo. Assim, o emaranhado político-partidário em torno da mediação dos Afogados contribuiu para que essa tensão entre relações de subordinação e emancipação aumentasse, provocando, cada vez mais, a segmentação da luta.

5.2 CONFLITOS E FRAGMENTAÇÃO

A partir de 29 de outubro de 1985, um novo evento aconteceria na Fazenda Annoni, tensionando ainda mais o processo de luta dos Afogados e se constituindo como um marco na história da luta pela terra no Brasil. Na madrugada do dia 29, cerca de 1500 famílias de agricultores Sem-Terra, oriundas de 32 municípios do norte do Rio Grande do Sul, adentraram os limites da Fazenda e acamparam no local.

Organizado pelo MST e pela CPT, o acampamento teve sua origem ainda em junho de 1985, quando os referidos órgãos cadastraram cerca de 3000 famílias Sem-Terra como possíveis beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em implantação naquele contexto. Reivindicavam que as famílias fossem assentadas em um período de 30 dias, caso contrário, mobilizariam os trabalhadores para a ocupação de terras improdutivas na região norte do Estado. Diante da “inoperância” do Governo, foi decidido que iriam organizar os agricultores para a realização de ocupações. Buscando evitar a ação repressiva das forças de segurança, não foi informado nem a data nem o local onde ocorreria o acampamento. Somente no dia anterior à ocupação é que as famílias ficaram sabendo o que aconteceria na madrugada do dia 29; no entanto, muitos subiram nos ônibus e caminhões sem saber direito para onde estavam indo (CAUME, 2002, p. 176-177).

Dessa forma, nesta seção, buscamos analisar como esse evento desencadeou um conjunto de disputas entre os Afogados e os Sem-Terra na Fazenda Annoni, acentuando a ambígua relação entre os dois grupos, além de também ensejar conflitos com o INCRA.

Assim, tentaremos compreender como, a partir dessas contendas, também marcadas pela pluralidade de agentes sociais envolvidos, a luta dos Afogados foi se segmentando até chegar ao seu ocaso, diante das novas políticas de Reforma Agrária que buscavam a desativação de conflitos e o controle social.

No dia 31 de outubro de 1985, o jornal Zero Hora publicou matéria intitulada: “Incra lembra que a área é dos afogados”. A reportagem afirmava que, segundo Egydio Schlabit, coordenador regional do INCRA, a Fazenda Annoni não poderia ser dividida em lotes para o assentamento das famílias que a ocupavam, desde o dia 29, pois a área estava destinada para os desalojados do Passo Real. A matéria também assinalava que o deputado Almir Lorenzon lembrou que a área estava dividida e com os lotes marcados para as 272 famílias do Passo Real que ainda não foram assentadas, somando-se as 65 que já estavam lá. O deputado afirmou que o assentamento das outras famílias na Fazenda Annoni era uma hipótese levantada, mas que não poderia acontecer, porque, para resolver um problema, vai se impedir a conclusão de uma questão já encaminhada e que estava pendente há 15 anos: “Em todo este triste episódio do Rio Grande do Sul se sobressai o problema do pessoal de Passo Real como sendo os mais injustiçados, pois possuíam terras e perderam para as obras públicas, com a promessa do reassentamento na Annoni” (ZERO HORA, 1985).

No dia 8 de novembro de 1985, o Jornal do Brasil publicou: “Incra dará prioridade a quem não invadiu a Fazenda Annoni, priorizando os Afogados”. Em 19 do mesmo mês, o Jornal do Brasil publicou a nota “Ministro vai receber comissão de Sem-Terra e de desalojados há 16 anos”. Uma comissão dos agricultores desalojados do Passo Real deverá se reunir com o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro. Após a “invasão” de 6.500 famílias há quase um mês na Fazenda, os Afogados temem perda de área e o protelamento pela Justiça de uma solução para o seu caso (JORNAL DO BRASIL, 1985).

É possível apreendermos que o acampamento iniciado em 29 de outubro de 1985, pelo MST, reacendeu as tensões existentes entre os Afogados e os Sem-Terra, tensões que ocorriam desde quando esses últimos ocuparam as fazendas Macali e a Brilhante, ainda no final da década de 1970. Afetados pelo medo, os Afogados receavam que a presença dos Sem-Terra na Annoni pudesse dificultar ainda mais a solução judicial do seu caso. Além disso, alguns Afogados enxergavam literalmente os Sem-Terra como “invasores”, não necessariamente invasores da propriedade privada da Família Annoni litigada na Justiça, mas, sim, invasores e adversários na luta pela efetivação do seu direito legítimo àquela terra que há tanto estavam esperando. Essa noção era institucionalmente endossada pelo INCRA e

politicamente reforçada pelos parlamentares que mediavam a sua luta, o que potencializava as tensões entre os dois grupos.

No dia 2 de novembro de 1985, o jornal Zero Hora publicou a matéria: “Novos acampados são isolados na Fazenda Annoni: Sem-Terra não permitem ingresso no local já invadido” O secretário do Movimento dos trabalhadores sem-terra no Rio Grande do Sul, Davi Stival, declarou que em 1982 esteve numa reunião dos Afogados em Espumoso e sugeriu que os Afogados invadissem a Fazenda Annoni, lhe responderam que iam consultar o presidente do STR-ESP, Zelindo Míssio. Por seu turno, Míssio teria recomendado que eles tentassem resolver o problema através de parlamentares. Stival não descartava a possibilidade de entendimento entre afogados e acampados, porém salientou, com grande contundência, que não concordava com a afirmação que estavam fazendo, de que os 6.500 camponeses que invadiram a Fazenda Annoni estariam tirando terras dos Afogados (ZERO HORA, 1985).

De fato, havia desconfiança entre os grupos e, principalmente, entre os Afogados, advinda da disseminação da ideia de que os Sem-Terra estariam tomando suas terras. Um dos fatores que agravavam essa situação consistia no fato de a luta dos Afogados ser permeada por diversos agentes sociais, em um campo marcado por tensões entre relações políticas de subordinação e emancipação. O relato de Stival, concernente ao ano de 1982, demonstra que ele, como militante Sem-Terra, buscava tensionar a luta dos Afogados para que esses pressionassem o Governo, mediante um acampamento, desenvolvendo relações emancipatórias, na medida em que produziam um confronto com as autoridades estatais. Como ficou evidente, isso conflitava com as incorporações políticas de subordinação, que eram desempenhadas pelo sindicalismo local que, em vez de confrontar, preferia reivindicar por meio da mediação de parlamentares, reproduzindo e legitimando uma estrutura política verticalizada, na qual eles estavam na base.

Depreendemos daí que os Sem-Terra também eram agentes sociais que mediavam a luta dos Afogados. No capítulo anterior, analisamos como as experiências de acampamento desse grupo, bem como suas publicações, produziram efeitos importantes nas mobilizações dos Afogados. Como apontou Stival, eles não estariam “tirando” terra dos Afogados, buscavam um entendimento — o que nos chama a atenção para reiterar o caráter ambíguo da relação entre Afogados e Sem-Terra.

No dia 6 de novembro de 1985, o jornal Zero Hora publicou a nota: “Afogados ainda esperam pelo reassentamento”. O texto publicado afirmava que, em 1975, chegavam à Fazenda Annoni 54 famílias desalojadas de suas terras na região de Cruz Alta. Elas integravam um contingente de mais de 300 famílias que tinham perdido suas terras devido ao

alagamento da barragem do Passo Real, por isso foram apelidados de afogados. Ainda 258 delas esperavam para serem reassentados na Fazenda Annoni, mesma área “invadida” por mais 6.500 colonos. Maria Francisca, integrante da Comissão de Parceleiros da Fazenda Annoni, disse que apoia o acampamento montado há uma semana a 5 km de sua casa:

Este pelo que eu vejo, é o único meio que se poderá conseguir algumas coisas das autoridades. Basta olhar nosso caso, estamos aqui há dez anos e ainda não temos o título de posse da terra”. Ela diz não acreditar que os colonos invasores queiram enganar os parceleiros “tem terra pra todo mundo no Estado”, justifica Maria Francisca, incorporou a tese do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, de que os colonos devem ser reassentados na sua região de origem de origem, se fosse assim os afogados iriam para Cruz Alta e não para a Fazenda Annoni, como havia previsto o INCRA. De um modo geral para as 67 famílias que já viviam na Annoni existia a ideia de que a solução para a disputa judicial estaria próxima. E não condenam a invasão da área pelos sem-terra, ao menos os que tiveram contato com as lideranças do acampamento e foram esclarecidos os objetivos da ocupação (ZERO HORA, 1985).

As falas de Maria Francisca nos revelam o caráter ambíguo da relação entre os Afogados e os Sem-Terra. Se por um lado havia o medo e a desconfiança de estarem disputando as mesmas terras; por outro, havia relações de solidariedade e de empatia, que levavam a consciência de que todos tinham o direito de lutar pela terra. Maria Francisca era uma das líderes dos Afogados na Fazenda Annoni; havia tido proeminência nas assembleias dos Afogados em Ibirubá em 1982 e 1983; estava na Annoni desde a década de 1970, vivenciando aquele espaço de afogamento; também havia tido contato com os Sem-Terra da Macali, Brilhante e Natalino, assim como com a mediação do Cristianismo Progressista. Portanto, as falas de Maria Francisca, mediante o conjunto de experiências que teve, como parte da coletividade dos Afogados na Fazenda Annoni, evidenciam que ela havia produzido incorporações políticas de emancipação, na medida em que manifestava o entendimento de que a estratégia utilizada pelos Sem-Terra, de acamparem e confrontarem as forças hegemônicas produzindo pressão, era a única forma de conquistarem algo concreto e efetivarem seus direitos.

Por conseguinte, o caráter ambíguo da relação com os Sem-Terra e os diferentes tipos de entendimento dos Afogados e de seus mediadores acerca dos rumos da luta diante dos novos atritos, fazia com que seu processo de luta, já bastante multifacetado, fosse cada vez mais se segmentando. No dia 22 de novembro de 1985, o jornal O Estado de S.Paulo reportou que o presidente do STR-ESP, Zelindo Míssio, declarou ao Ministro Nelson Ribeiro que, se o Governo não solucionasse a questão até o dia 30, os Afogados poderiam invadir terras no Estado. Ainda afirmou que os sindicatos dos trabalhadores rurais dos cinco municípios não se

responsabilizariam pelo que acontecesse se uma solução não fosse encontrada (O ESTADO DE S. PAULO, 1985).

No dia 15 de janeiro de 1986, o Jornal do Brasil publicou a seguinte reportagem: "Fazenda Annoni tem mais 167 invasores".

Os novos invasores alegam ser do grupo de afogados. Eles conseguiram driblar a vigilância e as barreiras da Brigada Militar, que, ao constatar sua presença na Fazenda não os retirou, só iria fazer sob ordem do INCRA. Os novos invasores provêm dos municípios de Cruz Alta, Fortaleza dos Valos e Ibirubá, nesta localidade um grupo estava concentrado na granja de um vereador do PMDB aguardando o reassentamento, após uma tentativa frustrada de invasão há 20 dias. Como eles estão a 12 km do acampamento central das duas mil famílias invasoras, não houve atritos. Mas isso não é impossível que aconteça, porque as quase 10 mil pessoas que realizaram a invasão em outubro do ano passado não pretendiam deixar que os outros colonos ocupassem a mesma área (JORNAL DO BRASIL, 1986).

O conteúdo das duas notícias apresentadas acima mostra que a segmentação da luta dos Afogados tinha como catalisador o choque entre as relações de subordinação e emancipação, propiciado pela pluralidade de agentes sociais envolvidos. As falas de Zelindo Míssio, reportadas em O Estado de São Paulo, evidenciam que o sindicalismo local continuava a operar subordinadamente às forças hegemônicas, o que se clarifica ao afirmar que não se responsabilizaria pelo que poderia acontecer, era contrário às estratégias de acampamento que, possivelmente, estavam sendo aventadas pelos Afogados.

Desse modo, a matéria do Jornal do Brasil assinalava que aquilo que os sindicalistas tentavam evitar era uma "invasão" de terras. Assim, a ocupação de terras voltava a ser eixo de tensão entre as relações de subordinação e emancipação na luta dos Afogados. A "invasão" realizada pelos Afogados na Annoni demonstrava que eles continuavam produzindo ações emancipatórias, na medida em que contrariavam as orientações do sindicalismo subordinado e agiam a partir de suas leituras daquele contexto. Logo, a compreensão do que os Afogados pensavam daquela realidade, e de como agiriam a partir dessa compreensão, deu-se no interstício das tensões que enxergavam os Sem-Terra como potenciais adversários e usurpadores de seus direitos e também do entendimento de que a estratégia adotada por esse grupo, a do acampamento como instrumento de pressão, era a única que poderia ser efetiva naquele cenário.

Ainda que muitas vezes refreada pela correlação de forças subordinadas ao poder hegemônico, a estratégia do acampamento, como forma de luta pelo direito a terra, já povoava densamente o imaginário dos Afogados, mesmo antes do acampamento dos Sem-Terra, iniciado em outubro na Fazenda Annoni. No dia 15 de junho de 1985, o jornal Zero Hora

publicou reportagem em que afirmava que 48 famílias de colonos teriam invadido a fazenda Sagrisa, pertencente ao INCRA, em Ronda Alta:

Eles são filhos dos parceiros que vieram da Barragem do Passo Real. Passados alguns anos eles resolveram tomar esta atitude alegando estarem cansados de ir até Porto Alegre para tentar resolver a sua situação, e o INCRA sempre respondendo que não possuía terras. Os colonos dizem que o argumento não seria verdadeiro, pois naquela área existiam mais de 400 hectares que não estavam sendo cultivados. Segundo uma comissão de colonos, no INCRA em Porto Alegre afirmaram que as terras estariam cedidas a Secretaria de Agricultura. Na Secretaria disseram que estava cedida ao IBDF, no IBDF informaram que as terras pertenciam ao INCRA. As 48 famílias sabiam das dificuldades que iriam enfrentar, mas estavam dispostas pois “assim como está não podem ficar”, diziam. Existiam também famílias que foram reassentadas que não eram da barragem do Passo Real, sendo que estariam ilegais na área. Nas escrituras dos parceiros dizia que as terras faziam divisa ao sul com terras que ainda seriam colonizadas, por isso que as famílias invadiram a área do INCRA (ZERO HORA, 1985).

No dia 16 de junho, o Jornal de Brasília informou que os colonos que haviam invadido a reserva florestal de 400 hectares, na fazenda Sagrisa, pertencente ao INCRA, haviam deixado a área. Os colonos disseram que alcançaram seu objetivo que era o de chamarem a atenção para o problema da falta de terras para trabalharem. A Fazenda Sagrisa foi desapropriada em 1972, para o reassentamento de 60 famílias desalojadas da barragem do Passo Real. Há alguns anos, os filhos desses agricultores, que constituíram novas famílias, tentavam obter a distribuição dos 400 hectares não ocupados. Como forma de pressionar o Governo, e incentivados pelo Plano de Reforma Agrária, feito pelo ministro Néelson Ribeiro, os colonos decidiram invadir a área. Destacamentos da Brigada Militar de Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo foram deslocados, mas não precisaram intervir (JORNAL DE BRASÍLIA, 1985).

A ocupação feita na reserva florestal da Sagrisa evidencia como o conjunto de experiências vivenciadas pelos Afogados, durante a década de 1980, a partir do contato com novos agentes sociais — sejam os Sem-Terra, sejam os Cristãos Progressistas —, de fato produzira incorporações políticas de emancipação, posto que esses agricultores que ocuparam a reserva florestal eram filhos de desalojados do Passo Real, cujo reassentamento na Sagrisa havia sido efetivado, diferentemente da Fazenda Annoni; todavia, pelos termos do Acordo de Cooperação, não teriam o direito ao acesso a terra, já que seus pais já haviam sido reassentados. Emerge daí que foram as experiências de luta vivenciadas que lhes propiciaram o entendimento de que, sim, eles também teriam direito a terra, desde que lutassem por ela, e foi o que fizeram, ocupando a reserva como forma de chamarem a atenção e pressionarem as autoridades.

A participação mais efetiva de filhos de desalojados na luta pela terra foi referendada no manifesto que os Afogados produziram, juntamente com a Pastoral Rural de Cruz Alta, em 8 de setembro de 1983, que dizia que: “os filhos de desalojados que não tenham terra”, poderiam participar das reuniões dos Afogados (CPT, 1983). Isso era endossado pelo novo contexto político propiciado pela promulgação do PNRA, em 1985. Embora o PNRA tenha sido publicado oficialmente em outubro, começou a ser gestado desde abril daquele ano, quando o presidente Sarney criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), nomeando Néelson Ribeiro como ministro. A partir de então, o INCRA passaria a ser subordinado ao MIRAD, saindo da esfera do Ministério da Agricultura (OLIVEIRA, 2018, p. 166).

Conforme Sobreiro Filho, Cardoso e Valério, o PNRA buscou delimitar o conceito de Reforma Agrária como o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento da produtividade. Essa Reforma Agrária proposta pelo Plano tinha como objetivo prioritário o conserto da política de desenvolvimento agrícola/agrário, no sentido de atender à população de baixa renda, migrantes ou moradores de zonas de conflito social e trabalhadores sem terras. Assim, o Plano objetivava mudar a estrutura fundiária do país, a partir da distribuição de terras com a finalidade de eliminar o latifúndio e o minifúndio, assegurando um regime de posse e uso que garantisse a realização socioeconômica e o direito à cidadania (2019, p. 98). Audacioso, o PNRA previa atender 1,4 milhão de pessoas, em quatro anos, o que acabou sendo letra morta, bem como seus princípios de justiça social — na verdade, funcionou, majoritariamente, como instrumento de controle social.

O entendimento de que os filhos de desalojados também poderiam reivindicar a terra, reforçado pelo conteúdo do PNRA, ocasionou mais disputas, as quais potencializaram as tensões existentes entre os Afogados, o INCRA e os Sem-Terra. Nesse contexto, Caume (2002) afirma que, em uma “batalha de discursos”, ao demonstrar esses conflitos latentes entre Afogados e acampados Sem-Terra. Com o acampamento promovido pelo MST na Annoni, os Afogados e filhos de Afogados começaram a demandar prioridade no assentamento, argumentando que aquela área havia sido desapropriada para eles. Em resposta, os acampados utilizavam como arma discursiva o relato da luta e do sofrimento no período de acampamento para afirmar o assentamento como “conquista do acampamento”. Por seu turno, os filhos de afogados procuravam legitimar seu direito argumentando que seus pais lutaram e sofreram talvez até mais que os acampados (CAUME, 2002, p. 174):

Após quase 20 anos no interior da Fazenda, uma preocupação comum aos pequenos agricultores começava a surgir entre os “parceiros”: as dificuldades de transmissão do escasso patrimônio fundiário aos herdeiros. Lentamente começou a se gestar a reivindicação que os “filhos de parceiros” tivessem a prioridade de assentamento quando as terras da “Annoni” fossem finalmente desapropriadas. Assim foi criada uma “comissão” encarregada de negociar com os órgãos estatais a demanda da “*prioridade de assentamento*”. Segundo um “filho de parceiro”, a criação dessa Comissão teria se dado sob iniciativa e controle de políticos tradicionais da região, “*porque a gente nem entendia direito e alguns deputados começaram a fomentá aquela ideia da gente podê tê terra e tal e a gente se articulô, então.*” (Paulinho, filho de parceiro, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000). O cotidiano dos “parceiros da Annoni” foi substancialmente modificado com a formação do Acampamento. Principalmente para os filhos que vinham reivindicando o assentamento na área, a criação do acampamento passaria a representar uma ameaça a seus interesses e reivindicações, ocasionando uma relação de estranhamento e incompatibilidades que se desdobraria, posteriormente, em diferenciações políticas (CAUME, 2002, p. 175-176).

A questão abordada por Caume reitera nosso argumento de que a luta dos Afogados se produzia mediante constante tensão entre relações de subordinação e emancipação. Anteriormente, havíamos afirmado que o entendimento dos filhos de desalojados tinha surgido do conjunto de experiências de lutas, as quais tinham vivenciado, o que de fato se confirma. Nesse sentido, buscamos jogar luz sobre esse caráter ambíguo e conflituoso da luta travada no choque entre a subordinação às forças hegemônicas — com as quais os Afogados visavam a se confrontar — e as mobilizações. Assim, o entendimento de que os filhos de desalojados também teriam direito a terra já era aventado pelos Afogados, por meio da mediação do Cristianismo Progressista e aprofundado pelo contato com as experiências dos Sem-Terra que demonstravam que era possível conquistar a terra lutando por ela. Além disso, os deputados próximos aos Afogados também passaram a defender essa possibilidade — uma articulação importante, em razão de que, se garantissem algo naquele âmbito, poderiam reforçar a confiança dos Afogados, a qual outrora esteve enfraquecida, diante da inércia de sua situação.

As manifestações de parlamentares, priorizando o assentamento dos Afogados, em detrimento dos Sem-Terra, além de aumentarem as animosidades entre os dois grupos, também abriram espaço para a consolidação da ideia de que os Sem-Terra seriam uma ameaça para os interesses dos Afogados. Entretanto, ainda que a Comissão dos Afogados na Fazenda Annoni fosse conduzida pelos deputados, ela também apresentava visões contrastantes, como o caso de dona Maria Francisca, que era uma das líderes da comissão e não enxergava os Sem-Terra como adversários, e, sim, como companheiros de luta. Nesse sentido, esse conflito em torno do direito dos filhos de desalojados, marcado pela pluralidade de agentes sociais envolvidos e pelas distintas formas de interpretar e conduzir a questão, foi mais um elemento

que contribuiu para que a luta dos Afogados não adquirisse coerência interna, se segmentando paulatinamente.

Paradoxalmente, quando o STF outorgou a posse definitiva da Fazenda Annoni ao INCRA, ordenando a retirada do gado da antiga família proprietária e viabilizando a efetivação dos assentamentos, um novo embate se iniciaria acerca de quem teria prioridade, Afogados ou Sem-Terra. No dia 20 de janeiro de 1986, o jornal Zero Hora publicou: “Colonos vibram com a decisão do Supremo”. As 2.500 famílias Sem-Terra acampadas na Fazenda Annoni em Sarandi vibraram ao saber que o INCRA poderia organizar o seu assentamento definitivo com a decisão do STF (ZERO HORA, 1986).

O padre Arnildo Fritzen, pároco de Ronda Alta, afirmou que os acampados esperavam por seu assentamento definitivo na Annoni ou por outras áreas sugeridas pelo MST no Estado; todavia, o diretor estadual do INCRA, Egydio Schlabitz, pontuou que as 242 famílias desalojadas pela barragem do Passo Real há 18 anos teriam preferência de assentamento na Fazenda. O padre Fritzen informou que as 40 ou 50 famílias de agricultores que entraram na Fazenda Annoni há uma semana, não gostariam de ser retiradas. O padre afirmou também que os líderes dos 2.500 acampados já mantiveram reuniões com esse segundo grupo pedindo a sua volta. Essas 40 ou 50 famílias que estavam alojadas provisoriamente em Ibirubá também esperavam por terra, parte desse grupo pertencia aos desalojados da barragem do Passo Real (ZERO HORA, 1986).

No dia 28 de janeiro de 1986, o jornal Zero Hora publicou reportagem intitulada: “Fetag defende tese do assentamento global: Ela quer terra para todos afogados e acampados”. A entidade afirmou que para o assentamento na Fazenda Annoni era preciso fixação de critérios. Ezídio Pinheiro sugeriu que primeiro fossem assentadas as famílias de Afogados, que viviam na fazenda em precárias condições, sem terem conseguido um novo lote próprio. Isso feito, a prioridade seria para os acampados Sem-terra, seguido dos dependentes, filhos de Afogados que já morreram. Por último, deveriam ser assentadas as famílias de desalojados, que embora tenham perdido suas terras por causa da barragem, conseguiram adquirir novas áreas, onde estavam produzindo. Pinheiro explicou que o direito desses Afogados deve ser reconhecido, mas não precisam ser reassentados imediatamente na Annoni, podem receber mais tarde o lote que tem direito em outra área a ser desapropriada (ZERO HORA, 1986).

Nesse contexto, além das reivindicações de filhos de Afogados, outros sujeitos também passaram a reclamar a legitimidade do assentamento, acentuando o conflito com os acampados Sem-Terra, bem como com o próprio INCRA. No dia 16 de janeiro de 1986, o

jornal O Estado de S. Paulo publicou reportagem informando: “Incrá vai à Justiça contra invasores”. Conforme a reportagem, a diretoria do INCRA/RS deveria entrar como uma ação na Justiça Federal para que os 127 colonos que invadiram a Fazenda Annoni fossem desalojados. O INCRA/RS afirmou que esses colonos já foram cadastrados no município de Ibirubá e, assim que começassem os projetos de assentamento na região eles terão prioridade. O INCRA/RS ainda ressaltou que alguns invasores teriam patrimônio comprovado e por isso não precisam de um novo lote de terra (O ESTADO DE S. PAULO, 1986).

Emerge daí que o conteúdo das duas fontes apresentadas acima comprova que, além dos filhos de Afogados, outros desalojados, que durante aquele longo período haviam conseguido outros lotes de terra, também passavam a reivindicar seu direito a terra como Afogados do Passo Real. Essa possibilidade foi aberta a partir do manifesto produzido pelos Afogados, junto à Pastoral Rural de Cruz Alta, em 8 de setembro de 1983, que dizia que, além dos filhos de desalojados, aqueles que não estavam lotados nas listas elaboradas pelo INCRA, mas que pudessem provar seu direito também teriam direito de lutar: “Os que estão na lista tem seu direito garantido no papel e os outros ainda precisam lutar para garantir no papel o seu direito. MAS É IMPORTANTE NÃO SE DIVIDIR, PORQUE A LUTA É DE TODOS!” (CPT, 1983). No entanto, esses possíveis desalojados não eram reconhecidos pelo INCRA, assim como não tinham a legitimidade referendada pelos Sem-Terra acampados na Annoni.

No dia 22 de janeiro de 1986, o Jornal do Brasil publicou a nota: “Invasores da Fazenda Annoni recusam outros”. Segundo um dos líderes dos acampados, Marli Castro, eles só iriam sair da Annoni quando houvesse definição do INCRA de seu reassentamento em outro local. Eles não aceitavam que a fazenda fosse prioritária para a colocação de Afogados do Passo Real. Entendiam que todos os “sem-terra” tinham os mesmos direitos. Segundo Marli Castro, das 61 famílias de Afogados que haviam ocupado a Annoni recentemente, “nem 20% eram realmente Afogados”. Ao criticar as famílias ele disse que elas não tinham consciência da luta dos sem-terra, eram manobrados por políticos. Acrescentou que na Annoni só poderiam ser colocadas 400 famílias, o restante teria de ser assentado em outra área (JORNAL DO BRASIL, 1986).

No dia 23 de janeiro de 1986, o SNI produziu um Informe sobre os conflitos fundiários no Rio Grande do Sul. Em 21 de janeiro, representantes dos Sem-Terra acampados na Fazenda Annoni procuraram o INCRA/RS reivindicando prioridade no assentamento daquela área. Na ocasião, os acampados tomaram conhecimento do compromisso do INCRA com a CEEE de reassentar os desalojados da Barragem do Passo Real. A Comissão dos Sem-Terra foi informada pelo INCRA sobre uma reunião a ser realizada dia 27 de janeiro de 1986

com a FETAG, sindicatos da região e o bispo de Cruz Alta, D. Jacó Hilgert, para avaliarem o número exato de colonos Afogados do Passo Real e discutirem um acordo com os sem-terra acampados na Fazenda Annoni (SNI, 1986).

O INCRA aventou a possibilidade de o número de Afogados ser menor do que o anunciado pelos STRs da região. Marli de Castro, um dos líderes do MST e da “invasão” da Fazenda Annoni, contestou o posicionamento do INCRA, afirmando que todos tinham direito as terras. Afirmou ainda que, após a retirada do gado dos Annoni, os colonos começariam a preparar a terra. Os Sem-Terra tinham como única exigência a solução imediata para o assentamento, mediante a desapropriação de 32.000 hectares que seriam acrescidos à área de 8.000 hectares da Fazenda Annoni. Como contraproposta, o representante do Mirad, Simão Jatene, ofereceu uma área da fazenda para o reassentamento dos acampados no local, essa medida, se aceita, poderia gerar descontentamento entre os Afogados do Passo Real (SNI, 1983).

Em notória disputa pela prioridade no assentamento na Fazenda Annoni, um dos líderes do MST buscava deslegitimar a reivindicação dos Afogados, afirmando que a maioria dos que reclamavam a primazia do reassentamento nem seriam Afogados de fato, o que era pautado nas recentes afirmações do INCRA, que muitos supostos Afogados que ali estavam reivindicando o reassentamento teriam patrimônio comprovado e, portanto, não necessitariam de mais terra. Considerando que os parlamentares que mediavam a luta dos Afogados haviam endossado a prioridade desses no assentamento, Marli Castro se utilizava dessa subordinação dos Afogados aos políticos para deslegitimar as reivindicações dos desalojados do Passo Real, uma vez que, ao serem manobrados pelos políticos, os Afogados não possuiriam o grau de consciência de luta adquirido pelos Sem-Terra. Portanto, não conseguiam entender que a luta deveria ser de todos que precisassem e eles não poderiam demandar prioridade.

É importante refletirmos que, quando o INCRA aventou que o número de Afogados deveria ser menor do que a quantidade arrolada nas listas enviadas pelos sindicatos, Marli Castro respondeu que todos tinham direito a terra. Nesse sentido, o ponto-chave do desentendimento entre os Afogados e os Sem-Terra residia, naquele contexto, no fato de que os primeiros reclamavam a prioridade no assentamento. Entendemos que ela, ao afirmar que muitos nem eram Afogados, não estava vocalizando que eles não pudessem lutar pela terra, e, sim, asseverando que outras pessoas pudessem ter se utilizado, ou forjado, a premissa de serem Afogados para reivindicarem a prioridade no assentamento da Fazenda Annoni.

Cumpramos pontuarmos que a prioridade dos Afogados no reassentamento da Fazenda Annoni não era vista com unanimidade pelos desalojados, posto que alguns colonos

reconhecessem e legitimassem a luta dos Sem-Terra. Como mostramos anteriormente, dona Maria Francisca, líder dos Afogados na Annoni, assinalou que os métodos utilizados pelos Sem-Terra eram os únicos efetivos naquele contexto, e que não concordava com a premissa de que os Sem-Terra não teriam prioridade de assentamento na Annoni pelo fato de não serem oriundos dali, pois se assim fosse, os Afogados deveriam ser reassentados apenas nas regiões próximas à barragem e não na Annoni onde estavam (ZERO HORA, 1985). Portanto, o posicionamento de Maria Francisca corrobora a perspectiva de que a luta dos Afogados perdia coerência interna diante daqueles conflitos.

No dia 17 de janeiro de 1986, o SNI produziu um Informe destinado ao Mirad sobre a utilização de falsas certidões por colonos residentes no município de Ibirubá. Vem se detectando a existência de falsas declarações fornecidas por proprietários de terras do município de Ibirubá, com o propósito de afirmar que os colonos não catalogados, como desalojados pela Barragem do Passo Real, estão cultivando terras atingidas por aquela Barragem. A finalidade de tais declarações é a de pleitear o direito ao reassentamento em outras áreas, juntamente com os demais colonos da citada Barragem. Estes documentos estão sendo fornecidos gratuitamente e registrados em cartório em Ibirubá e no distrito de XV de novembro, com esse procedimento seus titulares estão se filiando ao STR-IBI (SNI, 1986).

No dia 28 de janeiro de 1986, o jornal Última Hora, de Brasília, publicou a nota: "Inkra está identificando quem está sem terra". O INCRA havia começado a identificar os legítimos proprietários das terras desapropriadas para a construção da Barragem do Passo Real em 1968, que ainda não haviam sido reassentados. Foi convocada uma reunião pelo Diretor regional do INCRA Egydio Schlabitiz e os presidentes dos sindicatos rurais de Salto do Jacuí, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Espumoso, representante dos Afogados e o presidente da FETAG/RS Ezídio Pinheiro (ÚLTIMA HORA, 1986).

As informações contidas nas fontes apresentadas acima acirriariam ainda mais os conflitos que permeavam a luta pela terra dos desalojados do Passo Real, haja vista que essas informações abriam precedente para legitimar o argumento dos Sem-Terra de que muitos sujeitos que estavam reclamando prioridade de assentamento, de fato não eram Afogados. Ademais, isso se potencializava por parte da ação do INCRA, que recebia as informações classificadas do SNI e se municiava de tais recursos para endossar sua decisão de reconhecer como Afogado apenas aqueles que constavam em suas listas oficiais elaboradas durante a década de 1970.

No dia 8 de junho de 1986, o SNI elaborou um Informe sobre a realização de palestras por parte dos Sem-Terra em Porto Alegre. Juntamente ao Informe, anexou um artigo

de opinião publicado no Jornal Zero Hora dia 2 de junho de autoria de Sérgio da Costa Franco:

Fala-se muito dos Afogados do Passo Real, que seriam agricultores desalojados para a implantação de uma usina hidrelétrica do rio Jacuí. A propósito do assunto recebi, ainda em abril, longa e minuciosa carta de um funcionário aposentado da CEEE, que participou dos trabalhos de transferência dos agricultores desalojados, esclarecendo que em muitas glebas das fazendas, Boa Vista, e Colorado, no Município de Cruz Alta, e estão hoje muito bem de vida o que até poderia ser motivo de uma reportagem, segundo opina o missivista. Os ditos afogados, seriam os que não aplicaram oportunamente o valor da indenização recebida e gastaram imprudentemente. Afora muitos outros que não passaram de supostas vítimas que não figuram nas listas de deslocados (SNI, 1986).

Esse artigo contribuiria para colocar em xeque as aspirações daqueles desalojados que, de fato, haviam perdido suas terras e que, no entanto, figuravam fora das listas oficiais do INCRA. O artigo de Sérgio da Costa Franco foi construído a partir de sua visão difusa e sesgada da questão, sem um conhecimento maior dos fatos, contribuindo apenas para deslegitimar ainda mais as reivindicações dos Afogados. De fato, muitos daqueles desalojados que estavam reclamando o assentamento já haviam recebido indenizações; entretanto, o problema residia no argumento do articulista de que eles teriam gastado o dinheiro de forma imprudente. Se isso correspondesse à verdade, questionamos por qual razão estavam naquela situação de miserabilidade. Como mostramos em nosso segundo capítulo, as indenizações pagas pelo Estado eram pífias, muito abaixo do valor de mercado. Ademais, mencionamos que, já em 1978, muitos desalojados reclamavam junto aos sindicatos que necessitavam do reassentamento, em razão de que a indenização paga era insuficiente para restabelecer seu *status quo ante*, conforme asseverava a legislação.

Ainda que a opinião de Sérgio da Costa Franco fosse preconceituosa e não condissesse com a realidade, tinha como efeito prático o desgaste da força política dos Afogados, fosse perante a opinião pública, fosse na arena direta de negociações com o INCRA e os Sem-Terra. Nesse sentido, diante do conflito acerca dos possíveis “falsos Afogados”, a Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Valos, no dia 5 de novembro de 1986, enviou ao INCRA um dossiê que advogava em favor de Afogados que buscavam legitimar seu direito a terra. O dossiê continha uma relação de 30 desalojados candidatos ao reassentamento que não estavam nas listas oficiais do INCRA (INCRA/RS, 1986).

Some-se a isso que, além da lista dos 30 desalojados, a Prefeitura de Fortaleza dos Valos anexou requerimentos descritivos acerca da situação de cada um desses possíveis Afogados, em que se relata as condições de vida deles, antes e depois da barragem e, em alguns casos, menciona o porquê haviam ficado fora das listas oficiais. Ademais, agregaram

fotos de algumas famílias reclamantes, bem como os títulos das propriedades alagadas e, no caso de não proprietários, declarações de vínculo de trabalho lavradas por seus antigos arrendantes, como escopo de comprovar que também viviam e dependiam das terras que ficaram submersas.

No primeiro capítulo, debruçamo-nos sobre alguns desses requerimentos para compreendermos a produção socioespacial dos desalojados, antes e depois da barragem. Agora, buscaremos lançar luz sobre alguns desses documentos, a fim de analisarmos suas intencionalidades e seus sentidos políticos, no interior do processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real.

No requerimento de Décio, constava que até 1969, ele plantava como proprietário e arrendatário de 8 a 12 hectares com animais de tração. Em 1986, Décio, casado, tinha 10 filhos, sendo 6 maiores de idade. Além de possuir 3 vacas de leite e algumas galinhas onde morava, tinha que caminhar mais de 2km para plantar uma área de 2,5 hectares cedida por um parente. Ao final do requerimento foi colocada a seguinte observação: “FAMÍLIA NUMEROSA E TRABALHADORA, organizada pode produzir muito, mas sem condições. ATUALMENTE, EXTREMA POBREZA” (INCRA/RS, 1986). Trajetória parecida teve Noel. Em 1969 morava na comunidade rural do Rincão dos Valos trabalhando em regime de parceria. Quando a água chegou, Noel perdeu o pedaço de terra que lhe era cedido, perdendo também, a fonte do sustento de sua família. Em 1986 Noel estava com 53 anos e vivia como agregado na terra de terceiros. Finalizaram a descrição do caso de seu Noel com a seguinte observação: “SEU NOEL, como é conhecido, é uma pessoa caridosa, o pouco que tem reparte e ajuda os ainda mais pobres. Pessoa reconhecidamente honesta” (INCRA/RS, 1986).

Nesse âmbito, cabe novamente analisarmos o caso de Seu Aparício. Em 1969, quando da desapropriação, Seu Aparício arrendava a cinco proprietários uma área que perfazia 100 hectares. Possuía três tratores e uma automotriz, sendo financiado pelo Banco do Brasil. Aparício também era proprietário de 2,5 hectares oriundos da herança de sua esposa e também havia comprado outros 2,5 hectares com recursos próprios. Vindo a desapropriação, Aparício perdeu tudo, inclusive o maquinário, ficando sem condições de pagar o financiamento pendente. Em 1986, Aparício vivia na área urbana de Fortaleza dos Valos, com sete filhos maiores de idade, trabalhando como empregado rural safrista. Ao fim de seu requerimento destacaram a seguinte observação: “A pobreza e a desesperança não conseguem abater seu Aparício e sua família, tem sobrevivido da esperança de um dia reconquistar tudo que a barragem levou” (INCRA/RS, 1986).

Já, no caso de seu Idelmo, quando as águas vieram ele era proprietário de 3,5 hectares; no entanto, foi indenizado apenas sobre 1,5 hectares. Em 1986 trabalhava como diarista em granjas alheias. No final de seu requerimento consta a observação: “Extremamente pobre” (INCRA/RS,1986). Seu Vilmar também era proprietário, em 1969 possuía 8 hectares no município de Espumoso. Recebeu 150,00 CR\$ por hectare de indenização. Entretanto, consta que seu Vilmar possuía uma dívida no Banco, não lhe sobrando nada referente à sua indenização. Em 1986 Seu Vilmar vivia na localidade rural de Rincão dos Valos com a esposa e 7 filhos. Sobrevivia realizando “biscates”, serviços informais para a CEEE. Fazia limpeza nas ilhas da barragem, de onde retirava lenha para vender. Na última linha de seu requerimento constava a seguinte exclamação: “SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL” (INCRA/RS, 1986).

No requerimento de seu Reinaldo, além da descrição que, em 1986, vivia com a mulher e três filhos trabalhando como diarista em outras granjas e, sazonalmente, plantando em pequenas porções de terras que lhes eram cedidas por outros granjeiros, foi adicionada uma foto do local onde morava com sua família, que além de ser cedido por um terceiro, apresentava precárias condições materiais — como se pode evidenciar na foto abaixo:

Figura 3 — A família de Seu Reinaldo.



Fonte: Arquivos da Superintendência do INCRA/RS

A mesma estratégia foi utilizada no caso de Dona Vicentina. Viúva, o marido havia falecido em 1975, deixando-a com nove filhos, sendo três menores de idade. Em 1969, a família possuía 1,5 hectare de terra; em 1986, Dona Vicentina vivia de lavadeira na área urbana de Fortaleza dos Valos, e os filhos maiores trabalhavam como diaristas em granjas

alheias (INCRA/RS, 1986). Junto ao requerimento, também foi anexada uma foto de dona Vicentina junto à sua casa, para evidenciar a situação de precariedade.

Figura 4 — Dona Vicentina frente à sua humilde casa.tab



Fonte: Arquivos da Superintendência do INCRA/RS.

Nesse sentido, entendemos que a estratégia adotada pela Prefeitura de Fortaleza dos Valos, ao mediar as reivindicações dos desalojados de seu município, evocava elementos que tinham sido constitutivos da identidade dos Afogados do Passo Real, como a ética camponesa do trabalho na terra e o sofrimento como legitimidade de justiça social. Esse sofrimento, como resultado da injustiça social era denotado por meio das descrições da precariedade material, que caracterizavam a vivência daqueles sujeitos e eram endossadas com as frases no final dos requerimentos como: “extrema pobreza” e “situação insustentável”. Ademais, buscavam reforçar a precariedade material com o anexo das fotografias referentes às moradias das famílias que reivindicavam o reassentamento.

Em se tratando da situação de seu Décio utilizaram a frase: “família trabalhadora e numerosa, organizado poderiam produzir mais, mais sem condições”. Em outros casos, como no de seu Oscar assinalaram: “pessoa conceituada na comunidade, caprichoso em sua propriedade”. De seu Noel destacaram sua honestidade e sua postura caridosa. Tangente ao seu Aparício, sinalizaram sua perseverança. Em outros termos, que vivia da esperança de um dia reconquistar tudo que a barragem levou. Portanto, partiam da caracterização de uma realidade marcada pelo sofrimento, balizado na precariedade material oriunda de uma injustiça social para, a partir da afirmação de valores ligados a uma ética camponesa e cristã, como o trabalho, a produtividade, a diligência, a honestidade, caridade e a esperança, para legitimarem o direito à justiça social por meio do reassentamento.

Todavia a estratégia adotada pelo Executivo Municipal de Fortaleza dos Valos de buscar sensibilizar as autoridades do INCRA, mediante a apresentação do cenário de precariedade e de pobreza em que viviam os desalojados, os quais reclamavam o reassentamento, não funcionou. No dia 21 de julho de 1987, o Órgão Federal respondeu à Prefeitura acerca do dossiê que requeria o reassentamento de 30 desalojados: O INCRA, consultando os levantamentos censitários, feitos na área inundada, tanto pela CEEE quanto pelo próprio INCRA, excluindo os que já foram assentados, definiu uma lista oficial das pessoas que eram consideradas como Afogados do Passo Real: “confrontando a lista oficial com a enviada por essa Prefeitura, constatou-se que nenhuma das pessoas que são citadas nesta última relação, consta na lista oficial de afogados. Assim sendo solicitamos que Vossa Senhoria comunique aos interessados que o INCRA não os considera como afogados” (INCRA, 1987).

Apesar disso, consideramos que seja importante nos debruçarmos ainda mais sobre os materiais presentes nas fontes para problematizarmos essa decisão tomada pelo INCRA, qual seja a de não reconhecer aquele grupo de colonos como Afogados e, como Afogados, legítimos beneficiários do reassentamento. Desalojados, foram excluídos das listas oficiais do Instituto. Diante das informações recebidas pelo SNI, de que estavam forjando falsas certidões para se passarem por Afogados, bem como, frente à tensão social gerada na Fazenda Annoni, onde um número significativo de pessoas clamava por terras, o INCRA passou a régua e não legitimou o reassentamento de quem não estivesse nas listas elaboradas por eles ou pela CEEE. No entanto, alguns desalojados, como os casos aqui citados de seu Décio e de seu Aparício, que, segundo o INCRA, não constavam em suas listas oficiais, estavam relacionados na Lista elaborada pela CEEE em 1969 acerca das propriedades que seriam alagadas.

Ademais, 15 dos 30 requerimentos enviados pela Prefeitura de Fortaleza dos Valos ao INCRA, fazem referência a um tal Dr. João Batista, funcionário do INCRA que teria inscrito os desalojados nas listas do INCRA na década de 1970 e não havia lhes dado comprovantes, como no caso de seu Idelmo: “Inscrito no INCRA em 1969, por DR. JOÃO BATISTA. Não ficou com comprovante desta inscrição. NINGUÉM TEM COMPROVANTE, TANTO DE DOCUMENTOS como destas INSCRIÇÕES. Perguntado por que? DIZEM DR. JOÃO, ficava de mandar depois...” (INCRA, 1986). Além disso, observamos no segundo capítulo que durante a década de 1970, alguns parlamentares estaduais fizeram denúncias que o INCRA estaria praticando irregularidades, como empreguismo, favoritismo, desvio de dinheiro e abandono dos agricultores. Somado a isto,

também elucidamos uma informação produzida pelo SNI de um tal Marcos Lichtenstein, que a serviço do governo em 1971, pressionava os desalojados para venderem suas terras para a CEEE abaixo do preço de mercado.

Por conseguinte, no dia 22 de janeiro de 1988, o SNI produziu um informe sobre a formação de um grupo de trabalho no MIRAD para continuar a identificação de Afogados. Em 1986 o INCRA e a CEEE tinham uma lista de 133 Afogados, apesar de terem sido reassentados 97, apareceram ao todo 300 Afogados:

MARIO BERTANI explica que há diversas situações que “de certa forma justificam” esse crescimento do número de “afogados”, além da tentativa de alguns “penetras” de se beneficiarem com os assentamentos. Estas situações, entre outras, são: — desalojados sem qualquer indenização; — desalojados que, embora indenizados não adquiriram outra propriedade, visto os baixos valores recebidos pela terra; — filhos de desalojados que não foram indenizados e se “acham no direito de receber uma terra”; e — desalojados que não se inscreveram nos levantamentos do INCRA e da CEEE com medo de serem tachados de comunistas por estarem participando de uma reforma agrária” (SNI, 1988).

A partir disso, o entrecruzamento das fontes apresentadas acima nos evidenciou os seguintes elementos: falsificações de certidões para se passarem por Afogados; corrupções exercidas pelos funcionários do INCRA e da CEEE no processo de cadastramento dos desalojados; indenizações abaixo dos valores de mercado; o grande período temporal em que os desalojados ficaram esperando o reassentamento, e o conseqüente aumento de suas famílias. Diante desses elementos, consideramos que todos os seguintes fatos são verídicos: sujeitos que falsificavam certidões para se passarem por Afogados e reclamarem um lote de terra; desalojados que foram enganados pelos funcionários do INCRA e da CEEE e ficaram fora das listas oficiais; desalojados que haviam recebido a indenização, mas que, considerando irrisório o valor pago, também passaram a reivindicar o direito ao reassentamento; desalojados que, em função da demora para serem reassentados, acabaram conseguindo comprar outro lote de terra, mas que, ainda assim, entendiam ter direito ao reassentamento; filhos de desalojados que também passaram a reivindicar a legitimidade de seu direito a terra e, por último, desalojados que não se inscreveram para o reassentamento com medo de serem tachados de comunistas.

Frente a essa pluralidade de casos, do início de 1986 e até meados de 1987, o INCRA parecia irredutível e se negava a reconhecer a legitimidade do amplo conjunto de sujeitos que reclamavam seu direito a terra como Afogados do Passo Real. Entretanto, no dia 25 de março de 1988, o SNI produziu outro Informe sobre o grupo de trabalho do MIRAD para a identificação de Afogados. Em um primeiro momento, o MIRAD atestou que 141 Afogados

conseguiram comprovar a legitimidade de seu direito, afora esses, mais 111 enviaram requerimento. O MIRAD enviou para as prefeituras e sindicatos da região uma lista dos 252 supostos afogados para que cada caso fosse averiguado (SNI, 1988). Ou seja, isso mostra que o MIRAD, que havia incorporado o INCRA, antes irreduzível, no início de 1988 parecia reconhecer o direito de muitos desalojados que desde 1986 estavam enviando requerimentos e estavam sendo negados.

Inferimos que um dos fatores que justifica essa mudança de postura por parte MIRAD foi a luta dos Afogados, que seguiram pressionando. Assim, para além de procurarmos saber a veracidade de quem seria ou não desalojado a partir dos critérios institucionais, acreditamos que nos cabe compreender os sentidos, bem como os efeitos que essas formas de reivindicações ao reassentamento produziram nos rumos do processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real.

No dia 28 de janeiro de 1986, o jornal Zero Hora publicou a nota: “Cadastramento foi manipulado, diz vereador”. A reportagem fazia referência a uma reunião acontecida no dia anterior na sede do INCRA em Porto Alegre, em que um vereador de Ibirubá, o prefeito de Salto do Jacuí foram barrados na reunião entre representantes sindicais e o delegado regional do INCRA:

O Vereador de Ibirubá, George Durr, que foi barrado na reunião realizada na Delegacia Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), juntamente com o prefeito do Salto do Jacuí Roque Verner Becker e cerca de 12 colonos, disse que a listagem para o reassentamento dos sem-terra na Fazenda Annoni foi manipulada por funcionários do INCRA, prefeituras e sindicatos. Enquanto o político fazia a denúncia, o delegado regional do Instituto, Egydio Schlabit, o presidente da Fetag, Ezídio Pinheiro e os representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais de Espumoso, Fortaleza, Cruz Alta, Ibirubá e Salto do Jacuí. Foi uma reunião a portas fechadas que iniciou às 9 horas e somente terminou às 13 horas quando o delegado regional do Incra recebeu então parte do grupo de colonos — os afogados — das 242 famílias expulsas pela barragem de Passo Real há 13 anos, as quais têm prioridade no assentamento na Fazenda Annoni, de acordo com as declarações do delegado Egydio Schlabit. Durante o encontro, ele debateu com os líderes sindicais a melhor maneira de efetivar o cadastro dos colonos uma vez que muitos tinham direito à terra morreram e seus herdeiros reivindicam o assentamento. O prefeito de Salto do Jacuí, Roque Verner Becker alertou que a situação dos colonos desalojados pela barragem do Passo Real “está muito difícil”, salientando que o assentamento provisório na fazenda Annoni não resolve o problema dos sem-terra. Becker lamentou ter sido barrado na reunião, dizendo que pretendia defender os interesses de seu município. E disse, que não é do seu conhecimento que tenha havido manipulação na listagem de cadastramento dos colonos para o assentamento na Fazenda Annoni (ZERO HORA, 1986).

Referente à reunião acima citada, não nos deteremos aqui em analisar o conteúdo que nela foi discutido e, sim, a forma como foi produzida e o que isso nos tem a revelar sobre o

processo de luta dos Afogados. Primeiramente, o fato de a reunião ter sido realizada a portas fechadas, apenas entre representante do INCRA e dos sindicatos, recebendo os Afogados apenas três horas depois, dá-nos consistentes indícios de que, mais uma vez, os desalojados do Passo Real não estavam sendo protagonistas de sua própria luta. Por conseguinte, a razão de terem sido barrados, vereador e prefeito de municípios diferentes, em que foram determinados a ficarem com o grupo de Afogados do lado de fora, evidencia-nos outro fator que se constituía como um dos principais problemas da luta dos Afogados: a fragmentação.

Cumpramos recuperar que o prefeito de Salto do Jacuí afirmava defender os interesses de seu município. Some-se a isso que, anteriormente, a Prefeitura de Fortaleza dos Valos compusera um dossiê para advogar em favor dos Afogados de sua cidade. Além disso, o vereador de Ibirubá, George Durr, acusava prefeituras, sindicatos e o INCRA de manipulação do cadastramento. Assim sendo, esses elementos nos mostram que, diante desses conflitos e a partir do acampamento dos Sem-Terra na Fazenda Annoni, em 1985, cada vez mais a luta dos Afogados estava se diluindo entre mediadores locais, perdendo a tímida coerência interna que parecia ter constituído no ano de 1983.

No dia 7 de novembro de 1986, o Jornal do Brasil publicou a nota: “Incrá vai pôr invasor e ‘afogado’ na Annoni”. A Superintendente do INCRA/RS, Rejane Filippi, aceitou a proposta dos Afogados de assentar imediatamente 57 famílias na Fazenda Annoni em janeiro, 40 na Fazenda Boa Vista e 30 no Capão Bonito: “A proposta havia sido feita semana passada em uma assembleia dos Afogados e, ficou acertado que cada família receberá um lote individualizado, de maneira diferente dos Sem-Terra acampados na Fazenda Annoni, que farão lavouras coletivas” (JORNAL DO BRASIL, 1986). Nesse sentido, Caume destaca que a ação estatal, por força da pressão organizada dos acampados e do MST, redefiniu os planos inicialmente traçados pelo INCRA para aquela área. A partir de 1986, o Projeto de Assentamento da área também considerava os Sem-Terra acampados, não se destinando mais prioritariamente aos desalojados do Passo Real (2002, p. 208).

Assim, Caume reitera que a ação estatal, naquele momento, respondia às circunstâncias impostas por um contingente organizado, indicando que não é a mera necessidade social que define as prioridades de intervenção do Estado, mas, sobretudo, as diferentes potencialidades dos grupos sociais de transformar uma necessidade em reivindicação. E, nesse sentido, o autor afirmou que a capacidade organizativa dos “sem-terra”, expressas através das ações do MST e do apoio de instituições sociais legitimadas, como a Igreja, era bem superior à dos afogados, que mostravam enormes dificuldades de se articular politicamente (2002, p. 209-210).

Nesse sentido, entendemos que é necessário problematizarmos quando Caume fala que os Afogados tinham “dificuldades de se articular politicamente”. Em nossa percepção, o problema não era a falta de articulação política, ou a ausência de apoio de instituições sociais legitimadas ou a incapacidade de transformar uma necessidade em reivindicação. O problema dos Afogados era o excesso de articulações políticas, a pluralidade de agentes sociais e instituições que permeavam a sua luta — o que refletia na constituição de incorporações políticas marcadas pela tensão entre a subordinação e a emancipação às forças hegemônicas. Isso se traduzia em obstáculos organizativos para o estabelecimento de uma coerência interna entre o grupo que, portanto, tinha dificuldades de consolidar sua força política. Assim, na medida em que novos conflitos foram surgindo, essa equação se reproduzia e se potencializava, fazendo com que a luta dos Afogados ficasse ainda mais fragmentada e enfraquecida.

Ainda assim, embora fragmentados, os Afogados seguiram realizando algumas ações de luta que, de certo modo, pressionavam as autoridades de Estado, bem como acirravam o conflito com os Sem-Terra acampados na Fazenda Annoni. No dia 18 de dezembro de 1987, o SNI produziu um Informe sobre invasões ocorridas na Fazenda Seival em Cruz Alta. Foi relatado que no dia 16 de novembro de 1987, 40 famílias de Afogados do Passo Real invadiram a Fazenda Seival de 1283 hectares. Na ocasião, a Fazenda Seival estava sendo negociada com o Governo Federal, de maneira que sua proprietária estava se propondo a entregá-la para o MIRAD, em troca da não desapropriação da Granja Parda, com área de 936 hectares, também de sua propriedade. Diante disso, dois dias depois, em 18 de novembro, 70 famílias oriundas do acampamento na Fazenda Annoni, invadiram a mesma área reivindicando prioridade no assentamento e manifestando que o MIRAD/RS, não gestão de Celso Luiz Franco Gaiger, havia se comprometido a assentá-los naquela Fazenda. Estas famílias teriam sido sorteadas entre aquelas que haviam invadido a Fazenda São Juvenal em Cruz Alta (SNI, 1987).

Ao comentar as invasões da Fazenda Seival, o Procurador do Instituto Jurídico das Terras Rurais do Rio Grande do Sul (INTER/RS), José Carlos Sanches Guimarães, afirma que o MIRAD não tomaria qualquer atitude judicial no sentido de desocupar a área e que isso cabia ao advogado da proprietária da Fazenda. O procurador manifestou que o órgão preferia à área ocupada e o assentamento prioritário aos acampados na Fazenda Annoni, pois segundo o mesmo, os “Afogados do Passo Real”, não estavam participando do movimento e das lutas dos sem-terra pela reforma agrária. Comentou também, que bem poucos daqueles eram realmente Afogados e que a invasão tinha se dado pela influência de políticos da região. No

dia 27 de novembro de 1987 houve uma determinação judicial para a desocupação da Fazenda e os Afogados retornaram para o seu lugar de origem (SNI, 1987).

Os Afogados haviam aprendido, principalmente a partir da experiência com os Sem-Terra, durante a década de 1980, que a ocupação de terras era uma estratégia efetiva de pressionar e chamar a atenção das autoridades. Assim, quando souberam que a Fazenda Seival estava sendo viabilizada para fins de Reforma Agrária, decidiram ocupá-la. Em seu entendimento, tinham o direito legítimo, já que o Estado ainda não os havia reassentado como prometido, depois de longos anos. Ademais, a Fazenda Seival se localiza no município de Cruz Alta, relativamente próxima à barragem do Passo Real, o que facilitava ainda mais a ação. Além disso, essa ocupação dos Afogados na Fazenda Seival acentuaria o conflito de direitos acerca da prioridade de reassentamento diante dos Sem-Terra que, por seu turno, negociavam a prioridade do assentamento naquele local e também o ocuparam como forma de garantir seu direito.

Nesse âmbito, é necessário problematizarmos a manifestação do procurador do INTER/RS, José Carlos Sanches Guimarães, de que os acampados da Annoni teriam prioridade no assentamento, posto que os Afogados não estivessem participando das lutas dos Sem-Terra, sendo influenciados por políticos da região, além de que muitos, de fato, nem seriam Afogados e, portanto, também não teriam direito a terra. Quando o procurador assinala que os acampados teriam prioridade pelo fato de os Afogados não estarem participando das lutas dos Sem-Terra, ele estava deslegitimando a ação dos Afogados, ao vocalizar que o que eles estavam realizando não era luta e, portanto, não era legítima em relação a luta dos Sem-Terra, o que era reiterado quando trazia à tona a questão dos possíveis “falsos Afogados” e afirmava que eles estavam sendo incitados pelos políticos da região.

Em nossa interpretação, consideramos que aquela ação consistia, sim, em um ato de luta dos Afogados e que a manifestação do procurador do INTER nos ajuda a entender quais eram os meandros dessa luta naquele contexto. O fato de a ação dos Afogados ter sido deslegitimada pelo procurador, em razão de ter sido impulsionada pelos políticos locais, evidencia-nos e reforça a perspectiva de que a luta dos desalojados do Passo Real estava fragmentada, diluída em ações locais articuladas por diferentes agentes sociais. Nesse sentido, desse acontecimento emerge que, em função de sua fragmentação, a luta dos Afogados deixava de ser reconhecida como tal. A falta de organização e coerência interna contribuiu para que perdesse legitimidade e força política.

Não obstante enfraquecidos e deslegitimados, e ainda que de forma dispersa, alguns Afogados seguiram reivindicando seu direito a terra. Após a polêmica dos “falsos Afogados”,

o MIRAD resolveu reconhecer e reassentar mais um grupo de desalojados. Para tanto, estavam viabilizando a desapropriação de uma Fazenda no município de Joia, onde seriam distribuídos lotes médios de 15 hectares. No dia 26 de abril de 1988, um grupo de cinco Afogados, com o auxílio do STR-FV, enviou uma solicitação ao MIRAD reclamando que tinham direito de receber as mesmas quantias de terras que seus companheiros que foram reassentados nos primeiros PICs em lotes médios de 25 a 30 hectares:

Com nossos cordiais cumprimentos, manifestamos nossa admiração por sua atuação à frente do INTER e, sabedores de sua particular sensibilidade para com a causa social, fazemos de relevante interesse. Vimos, respeitosamente, solicitar junto ao INTER, autarquia que V. S^a., dirige, que por ocasião do reassentamento, no qual nós colonos denominados Afogados do Passo Real, fomos colocados, nos sejam concedidos lotes com área de 25 hectares, e não como esta autarquia pretende de mais ou menos 15 hectares. Fazemos tal solicitação, em virtude de que quando os primeiros desalojados pela Bacia de Acumulação do Passo Real, foram reassentados nos núcleos de colonização, receberam lotes que variam entre 23 à 32 hectares conforme o aproveitamento das mesmas. Assim, não podemos concordar, que depois de todo esses anos de luta e espera pelo nosso reassentamento, na qual ganharemos nosso pedaço de terra, com o fim de que possamos trabalhar no que é nosso, dando o sustento para as nossas famílias, nos venha a ser concedido um lote pela metade do que foi concedido aos outros anteriormente, visto que nossos direitos são iguais, pois oriundam de uma única causa a Bacia de Acumulação do Passo Real. Saiba V.S^a., que nós em nossa maioria, trabalhamos de empregados em estabelecimentos rurais, nestes longos anos recebendo salário mínimo e alguns ainda percebendo percentagens sobre as colheitas, trabalhamos arduamente pois temos nossas famílias para sustentar, na alimentação e educação para fornecer para nossos filhos e esposas e, sempre mantivemos a esperança de que um dia o Governo Federal representado hoje pelo MIRAD e INTER, nos concederia um pedaço de terra, mas não pensávamos que o mesmo seria tão pequeno em relação aos sofrimentos e angústias guardadas por estes longos anos. De tal, a presente solicitação, nesta que unicamente e de forma singela, pedimos igualdade no recebimento de lotes com os que já foram reassentados. Na certeza de que merecemos sua valiosa atenção e despacho favorável, apresentamo-lhes nossos protestos do mais distinto apreço e especial admiração (STR-FV, 1988).

Inferimos que essa manifestação dos Afogados, reivindicando igualdade no tamanho dos lotes do reassentamento, metaforiza o amálgama de sentidos produzidos por seu processo de luta. Nesse sentido, essa manifestação reflete as experiências emancipatórias que os Afogados vivenciaram durante a década de 1980. Isso se evidencia pelo fato de estarem reivindicando o direito de receberem a mesma quantidade de terra do que os outros desalojados, a partir do entendimento de que seus direitos emanam da mesma fonte e, logo, devem ser exercidos e efetivados da mesma maneira. Esse ponto de entendimento é fundamental, na medida em que olhamos a luta dos Afogados como um processo histórico. Nesse sentido, durante nossa pesquisa, apreendemos que, paulatinamente, os desalojados passaram a entender que o reassentamento deles não era um ato de benevolência e, sim, um direito legítimo e que era necessário lutar por ele. O desenvolvimento dessa consciência se

deu concomitante ao entendimento de que eles também eram depositários de direitos políticos e de que precisavam exercê-los.

Ainda permanecendo na análise da solicitação ao MIRAD, é possível identificarmos que o desenvolvimento dessas experiências emancipatórias sempre estiveram tensionados com a cultura e prática política marcada pela subordinação e paternalismo. E isso também é refletido nessa manifestação. Notadamente, ainda que estivessem cobrando um direito que não estava sendo respeitado, a forma pela qual conduziram sua solicitação a Mário Bertani, mostrava-se permeada por um teor bajulatório que, em certa medida, reproduz e reforça uma forma de incorporação política verticalizada. Não é apenas um protocolo de respeito entre iguais, mas, predominantemente, uma reverência de quem está embaixo dirigida a que está em cima.

Assim sendo, esses distintos e conflitantes sentidos são internalizados e conjugados na produção de um discurso que buscava legitimar aquela reivindicação. Do ponto de vista simbólico, esse discurso legitimador fora composto por elementos que configuravam a identidade dos Afogados do Passo Real, fundamentalmente, o sofrimento e o trabalho na terra. A reivindicação se legitimava pelo fato de terem “trabalhado arduamente”, bem como pelos “sofrimentos e angústias” perpetrados durante o longo tempo em que esperaram o reassentamento. Emerge do texto da solicitação, em que os Afogados afirmavam que, depois de terem sofrido tanto, não imaginavam que iam lhes conceder um pedaço de terra tão pequeno, um sentido de vitimização; ou seja, estavam argumentando que, pelo fato de terem sofrido durante tanto tempo, seriam merecedores de uma quantia maior de terra do que a que lhe estava sendo disponibilizado.

Dessa forma, os Afogados afirmam seu sofrimento como instrumento legitimador de sua luta. Nesse sentido, caracterizam sua própria trajetória como um espaço social marcado pela luta e pelo sofrimento. Sofrimento que também é caracterizado pelo tempo da espera, pela privação de não poderem trabalhar e de viverem da sua própria terra: “Assim, não podemos concordar, que depois de todo esses anos de luta e espera pelo nosso reassentamento, na qual ganharemos nosso pedaço de terra, com o fim de que possamos trabalhar no que é nosso, dando o sustento para as nossas famílias, nos venha a ser concedido um lote pela metade” (STR-FV, 1988). Da mesma forma que estavam lutando, reivindicando o que entendiam ser seus direitos legítimos, também estavam esperando, “sempre mantendo a esperança” de que o Governo Federal lhes “concederia” sua terra.

A conjugação da luta e da espera metaforizam o processo histórico dos Afogados. A espera e a concessão em constante tensão com a luta e a conquista da terra. A espera da salvação, por uma força maior, que começa a ser povoada e tensionada pela luta de libertação, em que eles seriam os agentes de sua própria redenção, conforme a perspectiva do Cristianismo Progressista. Portanto, entendemos que, no caso dos Afogados, ainda que lutassem para salvar a eles mesmos, sempre mantinham a esperança de que um ente maior também os socorreria.

Por conseguinte, conforme o Governo Federal ia regularizando alguns reassentamentos, ia se anunciando o fim da “espera”, a qual, se fosse mantida, potencializaria os graves efeitos da já combalida luta dos Afogados. No dia 15 de junho de 1988, o SNI produziu um Informe em que relatava que no dia 24 de maio de 1988 o MIRAD entregou os títulos definitivos de posse para as 54 famílias da Fazenda Annoni que há mais de 14 anos esperavam pela regularização de seu assentamento. No dia 17 de junho de 1988 o Correio Braziliense publicou que após 22 anos de espera, os Afogados finalmente seriam reassentados. A desapropriação da Fazenda Botão de Ouro, de 1160 hectares, deveria ser destinada para o reassentamento das 80 famílias que restavam (SNI, 1988).

O reassentamento de 80 famílias do Passo Real na Fazenda Botão de Ouro provocaria novos atritos entre os Afogados e os Sem-Terra. Também no dia 17 de junho de 1988, o jornal Zero Hora publicou que: “os Sem-terra criticaram as medidas para reassentamento dos Afogados”. Um dos líderes do MST, Leodir Oliari, declarou que os 1160 hectares da Fazenda Botão de Ouro, no município de Joia, estariam destinados aos acampados na Fazenda Annoni. Oliari afirmou que isso foi jogada política:

[...] quando a ex-superintendente do INCRA Rejani Filippi assentou 57 afogados na Annoni eram as últimas, e agora estavam vindo com esta história de últimas famílias “não sei se estão considerando os filhos como afogados, se for assim, lá na Fazenda Annoni tem 75 filhos de afogados que estão passando necessidade. Leodir Oliari lembra que saiu uma lista de afogados pela Rádio Ibirubá em que estava o nome de Rubim Kerber, proprietário de mais de 30 hectares em Três Palmeiras, município de Ronda Alta (ZERO HORA, 1988).

Segundo esse Informe do SNI, no dia 15 de junho de 1988, 25 famílias de Sem-Terra do município de Joia “invadiram” a Fazenda Botão de Ouro. No entanto, os “invasores” entraram em acordo com o MIRAD, eles seriam cadastrados e deixariam o local que estava destinado para os Afogados do Passo Real (SNI, 1988). Embora a Fazenda Botão de Ouro tenha sido, ao final, destinada aos Afogados, esse novo atrito com o MST evidenciou a latente fragmentação que permeava a luta dos desalojados. Nesse sentido, não havia uma organização

e uma coerência interna, fosse para construírem as ações de luta, fossem para organizarem as listas de quem receberia o reassentamento. Como identificamos anteriormente, cada prefeitura e sindicato local organizava os Afogados de seu município e negociava com o MIRAD. Nota-se que o líder do MST vocaliza em defesa dos filhos de Afogados da Annoni, que estavam passando necessidade e que não estavam sendo considerados naquele reassentamento.

Nesse contexto, segmentados localmente, mediados por distintos agentes políticos e sociais e diante de atritos internos e externos, os Afogados não conseguiram efetivamente se reorganizar para seguirem lutando, para que todos aqueles que reclamassem o reassentamento pudessem conquistá-lo. Isso se somava à política de Reforma Agrária implementada pelo Governo Federal, que, muito distante de buscar a justa distribuição de terras para todos o que dela precisassem, funcionava como um dispositivo de apaziguamento de tensões e de controle social.

O PNRA foi criado no turbulento contexto da reabertura política, em que o Governo manteve a aliança com a classe dominante; todavia tendo que fazer concessões aos setores populares, que não podiam mais ser silenciados pela Censura e pela repressão política efetivada até então. Desse modo, conjugada com a manutenção da política da Doutrina de Segurança Nacional, o projeto de Reforma Agrária tinha o objetivo de mitigar as tensões sociais, fazendo concessões para as camadas populares e ao mesmo tempo tranquilizando as elites dominantes (OLIVEIRA, 2018, p. 164). Isso se clarifica, a partir da análise de nossas fontes, em razão de que, muitas delas, foram produzidas pelo SNI, que monitorava e controlava os focos de conflitos e informava ao Executivo para que esse pudesse desativá-los, por meio das medidas do PNRA.

Nesse âmbito, no dia 14 de julho de 1988, o SNI produziu um Informe em que constava que o Delegado Regional do MIRAD, Mario Bertani, considerava que, com o reassentamento da fazenda em Joia, estava encerrado o caso dos Afogados (SNI, 1988). Isso nos mostra que era claro o interesse do Governo em desativar os conflitos que envolviam os Afogados se utilizando da política de Reforma Agrária como instrumento para sepultar as ações desses colonos na luta pela terra, em definitivo. A fala de Mario Bertani, de que o caso dos Afogados estava encerrado, foi muito significativa naquele contexto, haja vista que, de fato, podemos reconhecer que ali foi o fim da luta dos desalojados do Passo Real. Cabe pontuarmos que, a partir dessa data, não encontramos fontes que nos remetessem a alguma ação de luta por parte dos Afogados. Além disso, ainda que muitos Afogados, que reclamavam o reassentamento, não tivessem sido contemplados, o reassentamento em Joia

arrefeceu os ânimos, que permaneciam exaltados até então, e, praticamente, encerrou a luta dos Afogados, os quais, já bastante segmentados, não produziam novas mobilizações.

Sendo assim, neste capítulo foi possível compreendermos que, embora os Afogados tenham produzido uma identidade que dava legitimidade à sua luta, não conseguiram constituir uma coesão interna, como grupo. Nesse sentido, conforme foram enfrentando novos conflitos — como a disputa pela prioridade do reassentamento na Annoni, diante dos acampados Sem-Terra, e o problema dos “falsos Afogados”, o qual dificultou as relações com o INCRA — os Afogados foram cada vez mais se fragmentando e constituindo ações de luta desconexas a partir de mediações locais. Essa fragmentação contribuiu para que os desalojados do Passo Real perdessem a legitimidade e a força política, o que, somados à pauta política do Governo Federal e ao uso da Reforma Agrária como um instrumento de desativação de conflitos e de controle social, levou ao fim de sua luta.

5.3 A LUTA DOS AFOGADOS TRANSCENDE

Nesta seção, buscaremos compreender como a luta pela terra dos desalojados do Passo Real transcendeu suas próprias fronteiras e passou a ser representada e utilizada como instrumento de luta por outro movimento social contemporâneo, durante a década de 1980, a dos agricultores que se organizaram mediante a Comissão Regional de Barragens (CRAB) para lutarem contra a instalação sistemática de grandes barragens hidrelétricas no Alto Uruguai. Assim, mais do que entendermos os sentidos que a luta dos Afogados representou para o CRAB, buscamos discutir suas implicações para compreendermos os próprios sentidos da luta pela terra dos desalojados do Passo Real.

Nesse sentido, Tedesco, Seminotti e Rocha assinalam que a formação do CRAB e, depois do MAB, tem nos afogados do Passo Real uma importante referência de estruturação (2018, p. 21). Em sua Tese, Seminotti evidencia que no dia 3 de junho de 1980, o Jornal Zero Hora publicou uma reportagem em que afirmava que a imagem de Passo Real ainda estava fresca na cabeça dos colonos de Aratiba, de Marcelino Ramos e de mais uma centena de municípios gaúchos e catarinenses, que serão atingidos pelas barragens de Machadinho e Itá. Segundo Seminotti, a reportagem ainda teria destacado que a Eletrosul, responsável pelas obras, não costumava agir com muito bom senso na hora de indenizar os agricultores (2013, p. 77).

Essa perspectiva também pode ser corroborada em um relatório investigativo produzido no dia 27 de fevereiro de 1981, pelo SNI, acerca de um Encontro da Comissão

Estadual de Barragens realizado em Erechim, no dia 2 de janeiro do mesmo ano. Em uma das manifestações proferidas foi salientado que casos como o de Itaipu e do Passo Real demonstram que o agricultor mereceu pouca consideração na construção de barragens (SNI, 1981). Por conseguinte, com a agravação do problema do Passo Real e o avanço das negociações para a implementação das barragens no Alto Uruguai, as referências dos agricultores do CRAB aos Afogados foram mais frequentes.

Em sua Tese sobre os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá, Maria José Reis (1998), demonstrou que a primeira bandeira de luta levantada pelo CRAB, em 1979, foi “indenização justa”, depois “terra por terra”, após 1983 surgiriam “barrar as barragens”, “água para a vida e não para a morte”, “usina pros grandes”. Embora a autora não cite o caso do Passo Real, as fontes que estamos observando evidenciam que as primeiras bandeiras de luta do CRAB, “indenização justa” e “terra por terra”, tinham como uma de suas referências, os problemas enfrentados pelos desalojados do Passo Real.

No dia 4 de agosto de 1983, o Jornal Zero Hora publicou uma matéria acerca do I Encontro Estadual de Barragens. A notícia deu ênfase no embate travado entre o Presidente da Eletrosul, Telmo Thompson Flores, e os trabalhadores da Comissão de Barragens. Em um determinado momento veio à tona a questão do Passo Real:

Foi seu tema mais polêmico. Quando falava no esforço procurado pela Eletrosul para reassentar os futuros atingidos, de preferência, em seus próprios municípios de origem, e afirmava que os desalojados podem optar por dinheiro ou terra, alguns agricultores gritavam do plenário lembrando o caso dos afogados do Passo Real que, expulsos de suas propriedades, há 13 anos aguardam até hoje pelo cumprimento da promessa do Governo. Inicialmente, o presidente da Eletrosul esforçou-se para manter a tranquilidade, fingindo ignorar as intervenções da plateia. Como elas tornaram-se insistentes, ele acabou interrompendo seu discurso para afirmar “que não tinha nada a ver com Passo Real” (ZERO HORA, 1983).

No dia 3 de maio de 1984, o SNI produziu um Informe sobre Manifestações contra a construção de barragens no rio Uruguai e no rio Chapecó. No Informe constava a encenação de uma peça teatral elaborada pelo Grupo Teatral Alto Uruguai, organizado pelo padre Presentino Rovani, vinculado à Pastoral da Terra. Segundo o SNI, a mensagem da peça incitava os agricultores para que permanecessem em suas terras, o que dificultava a construção das barragens. Em um determinado ato da peça um personagem recordava o caso dos colonos do Passo Real e da Encruzilhada Natalino e dizia: “Tem muita gente sofrendo, e te digo mais: alguns ainda vão demorar para acertar o passo...” (SNI, 1984).

A partir das fontes dispostas acima, é possível constatar que a experiência de sofrimento dos Afogados, em função das pífias indenizações e da demora na efetivação dos

reassentamentos, servia como um exemplo a não ser seguido pelos novos atingidos, o símbolo de uma memória traumática, de uma experiência negativa cuja afirmação servia de instrumento de luta para que aquilo não se produzisse novamente. Nesse âmbito, Sigaud destaca que o reconhecimento dos resultados catastróficos das implementações das barragens de Sobradinho, Itaipu e Passo Real foram fundamentais para a organização da luta dos atingidos na bacia do Alto Uruguai. As indenizações irrisórias, perdas de terra e reassentamentos insatisfatórios nas experiências anteriores foram cruciais para suas articulações (1986, p. 104).

No dia 17 de julho de 1984, o SNI elaborou um Relatório Investigativo acerca de manifestações contra a instalação de barragens no rio Uruguai. Foi anexada a transcrição de uma fita de audiovisual encomendada pela CPT e produzida pelo Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (IBASE) intitulada “Não às barragens”. Os slides 49, 50 e 51 eram relativos ao Passo Real apresentando as seguintes transcrições:

A situação de mais de 300 famílias expropriadas em 1969 para formar o reservatório da Hidroelétrica do Passo Real, no Rio Grande do Sul, espelha o que, no limite, é reservado aos atingidos. Os “afogados do Passo Real”, como são conhecidos esses colonos, passados 14 anos ainda esperam reassentamento, e o seu movimento mostra que é somente pela luta que seus direitos começam a ser considerados (SNI, 1984).

Essa manifestação produzida contra a instalação de barragens no rio Uruguai nos mostra que, se por um lado a experiência dos Afogados do Passo Real fora traumática, significando aquilo que não poderia acontecer novamente; por outro, as crescentes mobilizações empreendidas pelos Afogados e algumas das poucas conquistas, mostravam que eles também eram exemplo de que só com a luta poderiam conquistar o que almejavam. Esse período coincide com as manifestações realizadas pelos Afogados no fim de 1983; com a repercussão que tiveram na imprensa, com a formação da Comissão Especial na Assembleia Legislativa e com a conquista do reassentamento em Salto do Jacuí, diante do Governo Estadual.

Esse fragmento da manifestação realizada pelos atingidos do Alto Uruguai demonstra o entendimento que possivelmente eles produziram acerca da experiência dos Afogados, o que ela os ensinava. É cabível inferir que o sofrimento dos Afogados se acentuava na medida em que ficavam parados, esperando o Governo lhes reassentar e foi somente quando começaram a se mobilizar e a lutarem por seus direitos, que passaram a ser considerados. Decorre daí que, se esses trabalhadores ficassem inertes, iriam sofrer como os

Afogados sofreram. Em contrapartida, se lutassem tanto quanto os desalojados, mas de uma forma mais orquestrada, poderiam conquistar seus direitos.

Portanto, a transcendência da memória de luta dos Afogados aos atingidos do Alto Uruguai, e o significado que esses últimos produziram a partir dessa memória, reforça a ideia da conjugação da luta e da espera como um símbolo do processo histórico dos Afogados do Passo Real. Os atos de lutar e de esperar formaram um par dialético que consubstanciaram as relações de subordinação e emancipação, as quais marcaram seu campo político que, povoado por uma pluralidade de forças e de agentes sociais, teve como corolário um processo de segmentarização da luta que, sem coerência interna, foi perdendo legitimidade e força política até que chegou ao seu final.

6 CONCLUSÃO

Ao longo desta tese, buscamos compreender o processo histórico da luta pela terra dos desalojados do Passo Real. Para tanto, estabelecemos como objetivo central entendermos o sentido dessa luta. Assim, após termos refletido sobre a dimensão desse sentido, por meio de diferentes conjunturas históricas que esse processo abarcou, coube-nos elucidar os significados que emergiram dessa luta, com o intuito de síntese histórica. Para realizarmos essa ação, evidenciando a singularidade de nossa interpretação, reiteramos o diálogo com José de Souza Martins, sociólogo brasileiro que buscou definir um sentido para a luta pela terra no Brasil, fundamentalmente a partir das conjunturas das décadas de 1970 e 1980.

Conforme José de Souza Martins, o sentido primordial da luta pela terra reside na libertação dos pobres e dos marginalizados; afirma, portanto, que esse processo de luta não pode começar e acabar na transformação dos trabalhadores em proprietários, por meio de uma Reforma Agrária, a qual privilegie os resultados econômicos na vida de cada um. Nesse sentido, o autor pontua que a libertação só se dá na medida em que questiona e rompe o monopólio da propriedade por parte da burguesia latifundista, que tem na renda da terra a sustentação de sua dominação política, iníqua, retrógrada e antidemocrática (1989 p. 13-14). Essa consideração busca mostrar as dificuldades teóricas e políticas dos grupos, partidos e igrejas para reconhecerem os sinais e avanços da libertação. Afirma, ainda, que não são os pobres que estão enfrentando dificuldades para romper as cadeias de seu cativeiro político, ideológico e espiritual, e, sim, os grupos de mediação (MARTINS, 1989, p. 14). Aponta a multiplicidade e os conflitos existentes entre as classes subalternas; todavia, enfatiza que a crise não reside nos grupos subalternos, mas nos grupos de apoio intelectual às lutas populares (MARTINS, 1989, p. 70).

Inferimos que Martins apresenta um sentido engajado da luta pela terra, posto que militante, inserido no contexto político em que escreveu, final da década de 1980. De fato, o prisma que ele apresenta, da luta pela terra como rompimento da ordem vigente imposta pelo Capital e pela propriedade, representou o sentido de diversos processos de luta ao longo do território nacional, consubstanciando os projetos políticos do MST e MAB. No entanto, a experiência histórica dos Afogados nos impele a pensarmos em um outro sentido da luta pela terra, um sentido que emerge justamente das experiências as quais Martins nomeou de “crise dos grupos de mediação”, dos conflitos entre as classes subalternas, bem como a da reação das classes dominantes e das dificuldades de avanço no processo de libertação dos pobres no campo. Em outros termos, a consolidação da emancipação dos Afogados e a conquista da

terra esbarravam nas tensões geradas pela pluralidade de agentes sociais que mediavam a sua luta entre relações dialéticas de subordinação e emancipação.

Na perspectiva de Martins, a luta apenas se configuraria a partir de experiências emancipatórias, que buscassem romper radicalmente com a ordem estabelecida pelas forças hegemônicas. Entretanto, o caminho que percorremos ao longo dessa tese, a partir da realidade dos desalojados do Passo Real evidenciada pelos dados empíricos das fontes, faz-nos entender essa luta por um outro viés. Entendemos que a emancipação e a libertação se produzem no embate com as forças hegemônicas, as quais, a partir da densa rede que estrutura o campo de forças, mantêm os diversos grupos sociais sob sua ordem — subordinados —, para que a forma hegemônica continue se reproduzindo.

Como observamos, o processo de acumulação capitalista, que sustenta as forças hegemônicas, está permeado por contradições. Em se tratando dos Afogados, as contradições se fazem presentes no cenário do desenvolvimento industrial eletrointensivo, em que milhares de trabalhadores rurais foram banidos de suas terras e de suas casas, as quais foram submersas pelas águas da Barragem do Passo Real, relegando-os à situação de extrema precariedade das condições de produção e de seu espaço social, aquilo a que chamamos de espaço de afogamento. Diante disso, os Afogados buscaram reagir para superarem aquele espaço de afogamento. Como destaca Bourdieu (2007), o campo de lutas se constitui quando tem em vista transformar a relação de forças que confere a esse campo a sua estrutura em dado momento.

Dessa forma, consideramos que entendermos a luta é entendermos como os Afogados buscaram superar o espaço de afogamento a que foram postos, a partir do acirramento das contradições inerentes ao sistema hegemônico. A questão é que, mesmo que os Afogados buscassem superar o afogamento, isso não significou que, necessariamente, procurassem romper radicalmente com aquela ordem. Eles apenas buscaram superar aquela relação momentânea que os colocava em afogamento, mesmo no interior do sistema hegemônico, em razão de que a situação de precariedade em que se encontravam não permitia que deixassem de estar sob a égide daquele sistema. O afogamento não era o decreto da ruptura, era, sim, o fato que poderia potencializar esse rompimento.

No caso dos desalojados do Passo Real, a sua luta foi o movimento de enfrentamento e busca de superação daquele espaço de afogamento. Ainda no final da década de 1960, esse processo de enfrentamento começou a se dar fundamentalmente subordinado às próprias forças que os colocaram naquela situação, ou seja, ao poder do Estado ampliado, institucionalizado em suas diferentes esferas e operacionalizado mediante um regime

ditatorial financiado pelo grande capital internacional. A partir do momento em que o espaço social dos Afogados começou a ser profundamente transformado pela construção da barragem e foi se constituindo o espaço de afogamento, caracterizado pela precariedade material e simbólica, os desalojados reagiram e produziram um contra-espaço, uma ação de enfrentamento que chamamos de luta. Assim, essa ação de enfrentamento das forças que os afogavam possibilitou a emancipação, na medida em que enfrentavam essas forças, mas que, ao mesmo tempo, corroborava a subordinação a elas, dado que o campo de forças em que estavam submetidos produzia relações materiais e simbólicas de poder que os subordinava. Nesse sentido, em uma relação de subordinação e dependência, os Afogados buscavam tão somente saírem daquela situação, ainda que isso significasse uma concessão e o reforço de tal subordinação.

Desse modo, o norte metodológico empregado para compreendermos essas relações de subordinação e de emancipação se constituiu a partir da análise do espaço social dos desalojados, na constituição de suas ações de luta. Nesse sentido, identificamos os vínculos e as relações materiais e simbólicas de poder que constituíram suas incorporações políticas, bem como os afetos que sustentaram e mobilizaram essas incorporações. A subordinação foi compreendida a partir de elementos que remetiam à hierarquia e à verticalidade pela qual se constituíam as relações com o poder institucionalizado. Some-se a isso a inércia e a confiança nas autoridades de Estado, evidências da mobilização e circulação do medo e da esperança como afetos que reforçaram essa subordinação à estrutura vertical de poder. Por seu turno, a emancipação foi entendida, mediante elementos que demonstravam a ação e reação dos sujeitos, atitudes de confrontação ao poder verticalmente institucionalizado, como a estratégia do acampamento e o ato de plantar a terra à revelia da lei. O entendimento de que eram depositários de poder político, mas que precisavam exercê-lo por meio da busca pelo protagonismo e horizontalidade de suas ações de luta, assim como a afirmação de sua experiência histórica como instrumento identitário e de legitimação de seus direitos.

Portanto, a subordinação nesse caso pode ser entendida como uma incorporação política marcada por uma relação vertical e hierárquica de poder, sustentada em poderes simbólicos e materiais engendrados a partir da complexa rede que estrutura o campo de forças buscando sua manutenção e reprodução. Por outro lado, a emancipação pode ser compreendida como uma incorporação política marcada pelo tensionamento dessa relação vertical e hierárquica de poder, potencializando uma horizontalidade a partir da qual os sujeitos visam transformar a relação de forças que confere ao campo sua estrutura em dado momento.

Deste modo, a primeira ação de luta dos desalojados, mediante políticos locais, implicou a assinatura do Acordo de Cooperação, em que a União se responsabilizaria pelo reassentamento das famílias atingidas. Nesse contexto, entendemos que o Acordo de Cooperação foi constituído, de um lado pela luta pela terra dos desalojados do Passo Real, que, ao não aceitarem sair pacificamente de suas terras e sem serem reassentados em condições semelhantes, fizeram suas vozes serem ouvidas pelas autoridades superiores por meio da mediação de políticos locais e Deputados Estaduais da ARENA. Portanto, subordinados e, ao mesmo tempo, componentes do poder hegemônico. Por outro lado, a assinatura do Acordo de Cooperação também se deu pela reverberação dessas manifestações dos desalojados no contexto político, resultando num instrumento de controle social e desativação de conflitos por parte do aparelho de Estado, que, ao prometer o reassentamento, neutralizava a potencial revolta dos desalojados de não aceitarem sair pacificamente de suas terras, caso não fossem atendidos. Ainda assim, entendemos que o Acordo foi uma vitória da luta dos desalojados, já que representou um tipo de amparo que foi objetivado na realização de suas primeiras ações.

Observamos que, após o Acordo de Cooperação, o Estado reassentou em uma primeira etapa um contingente significativo de famílias desalojadas. Diante disso, analisamos como foi se constituindo o sentido da luta dos desalojados no início dos anos 1970. A subordinação às forças hegemônicas foi reforçada mediante incorporações políticas, sustentadas na promessa de amparo projetada no iminente reassentamento e nas experiências exitosas da primeira etapa. Isso arrefeceu o gatilho de ação proporcionado pelo mínimo desabamento material e simbólico de desamparo, que constituíram as primeiras vivências de afogamento, marcadas pelo medo, angústia e incerteza de algum amparo no horizonte. Logo, esse gatilho, que fora fundamental nas primeiras mobilizações dos desalojados, fora se desgastando, à medida que suas incorporações políticas se deram a partir destas relações de subordinação, caracterizadas pela inércia e oriundas da confiança dos desalojados na promessa de amparo realizada pelo Estado. Assim, o Acordo de Cooperação, enquanto um instrumento político de apaziguamento de tensão social, projetou a promessa de amparo no horizonte, que esfriou o potencial de reação política dos desalojados, tornando seu espaço social de afogamento como um tempo de expectativas marcado pela mobilização de afetos como o medo e a esperança.

Essas relações de subordinação apenas começaram a ser fortemente tensionadas quando o espaço de afogamento se agravou intensamente, a partir das contradições resultantes do processo de implementação dos projetos de reassentamento. Essas contradições

consistiram em pressões, ameaças e enganações, realizadas por agentes de Estado, como evidenciado em um relatório do SNI, em que um funcionário da CEEE pressionava os desalojados para aceitarem a desapropriação de suas terras, por meio de indenizações abaixo do preço de mercado. Assim como nas referências feitas pelos desalojados ao tal Dr. João Batista, suposto funcionário do INCRA, que ficara de lhes entregar comprovantes de inscrição nas listas de reassentamento e nunca entregou. Ademais, essas contradições também puderam ser corroboradas a partir da demora na efetivação da segunda etapa do reassentamento e no imbróglio jurídico da Fazenda Annoni, que fez com que os desalojados recém-reassentados na área não pudessem trabalhar na terra a partir de 1976. Além de serem constantemente vigiados pelas forças policiais. Dessa forma, esse conjunto de contradições implicou a intensificação da precariedade material e simbólica que caracterizavam aquele espaço de afogamento.

Frente a essa situação, os desalojados começaram a produzir enfrentamentos que tensionavam as relações de subordinação às forças hegemônicas, como a ocupação da Fazenda Annoni e o ato de plantar a terra à revelia da lei, o que constituía inflexões no caráter de suas incorporações políticas à medida que desafiavam a ordem jurídica institucional buscando legitimidade em sua própria luta, atos dotados de poder simbólico que lhes propiciavam experiências emancipatórias. Isso também foi possível em função do contato com novas forças e agentes sociais no desenvolvimento de uma nova conjuntura política nacional, marcada pela crise da Ditadura, do advento da Lei de Anistia em 1979 e do florescimento de lutas sociais.

Um dos novos grupos sociais que passou a mediar a luta dos desalojados do Passo Real foram agentes do Cristianismo Progressista. Por meio dos pressupostos da Teologia da Libertação, os desalojados foram impelidos a se organizarem e a se constituírem como protagonistas de sua própria luta, propiciando o entendimento de que eles também eram depositários de poder político, mas que, para efetivá-lo, precisavam exercê-lo coletivamente em luta para lograr seus objetivos. Outro grupo social que passou a fazer parte da luta dos desalojados naquele contexto foi o dos trabalhadores rurais Sem-Terra, que ocupavam a Fazenda Sarandi. Partilhando da mediação comum do Cristianismo Progressista, a relação entre os desalojados e os Sem-Terra apresentou um caráter ambíguo. De um lado, elementos de integração, simpatia e solidariedade e, de outro, um clima de tensão e de disputas pelas mesmas áreas de terra e de prioridade de atenção por parte do Estado.

Apesar desses atritos, o contato dos desalojados com o Cristianismo Progressista e com os Sem-Terra teriam efeitos significativos na luta do Passo Real, em razão de que essas

novas forças sociais, que também passaram a ser compostas por deputados anistiados de oposição ao Regime, buscavam o rompimento com aquele sistema ao qual os desalojados estavam subordinados. Entretanto, a luta dos desalojados também continuou sendo mediada por políticos e por sindicatos locais subordinados às forças hegemônicas. Desse modo, essa pluralidade de agentes sociais foi consolidando um complexo campo de forças sobre a luta pela terra dos desalojados do Passo Real. Assim, a luta dos desalojados foi se constituindo marcada por constante tensão entre relações dialéticas de subordinação e emancipação que se davam a partir dessa heterogeneidade de mediadores políticos com distintos interesses e formas de agir.

Nesse âmbito, os desalojados produziram ações políticas de caráter marcadamente emancipatório, como plantarem a terra à revelia da lei, confrontando o poder hegemônico institucionalizado, e de enfatizarem para seus mediadores que eram eles que deveriam conduzir suas ações de reivindicação, buscando, portanto, tornarem-se os protagonistas de sua própria luta. No bojo dessas ações, afirmaram seu desamparo e elaboraram uma memória de sua experiência traumática, buscando superá-la e constituindo uma identidade que dava legitimidade à sua luta. Isto foi evidenciado em 8 de setembro de 1983, ainda que com a presença da mediação pastoral e sindical, quando produziram um documento em que narraram sua trajetória, buscando identificar seus erros e definir uma nova postura de ação para a sequência de sua luta.

Dessa forma, mediante a produção de uma narrativa de sua experiência histórica, que buscava dar sentido e legitimidade para a luta, assumiram a identidade coletiva, forjada no nome “Afogados”. Trabalhadores rurais, vítimas de injustiça social que lutavam organizadamente para validar seus direitos. Logo, um processo dialético de luta, de significação e de ressignificação de seus sujeitos. Na medida em que os desalojados iam protagonizando sua luta, essas experiências iam lhes constituindo historicamente. Em outros termos, ensejando os significados que os singularizavam por meio da identidade de Afogados do Passo Real.

E nesse viés, a relação dialética entre a subordinação e a emancipação pode ser evidenciada em momentos da luta, como em 1978, quando, após as ocupações dos Sem-Terra na Fazenda Sarandi, os Afogados se organizaram e também fizeram uma ocupação na mesma propriedade. Agiram pelo profundo desamparo que caracterizava seu espaço de afogamento e pelo medo de serem preteridos pelo Estado na relação com os Sem-Terra. Assim, o desamparo e o medo, que lhes impulsionavam a agir, gerou um movimento dialético, que proporcionou uma experiência emancipadora, na medida em que confrontaram o poder

institucional que blindava a Fazenda Annoni, judicialmente. Pela primeira vez, nomearam a si mesmos. Um ato dotado de poder simbólico que seria fundamental para dar legitimidade à sua luta e a contribuir no processo de construção de sua identidade coletiva, que depois se consolidaria mediante o símbolo de Afogados. No entanto, ainda que a identidade de Afogados tenha sido crucial para dar sentido interno e externo à luta dos desalojados, ela não foi suficiente para consolidar uma coesão interna do grupo. As tensões resultantes da pluralidade de agentes sociais que os mediavam, catalisadas pelas relações dialéticas de subordinação e emancipação, foram segmentando a luta dos Afogados, que seguiam vivenciando o espaço de afogamento sem conquistarem a efetivação de seu reassentamento.

Essa relação foi observada a partir da equação político-partidária configurada na Comissão Especial dos Agricultores Desalojados do Passo Real. Uma das variantes consistia nos membros do PDS, liderados por Rubi Diehl, a base do Governo, diretamente estadual, mas, em última medida, também representavam o alinhamento com o Executivo Federal, principal responsável pelo problema dos Afogados. Por outro lado, o PDT, que na voz de Carlos Araújo havia realizado severas críticas à postura repressiva que o Governo do Estado desempenhava diante dos Afogados. E, como ponto intermediário, tivemos o heterogêneo PMDB daquele período que, mediante o autor e presidente da Comissão, Algir Lorenzon, buscava apaziguar as tensões entre as forças políticas, conduzindo a Comissão a delinear uma articulação que, embora não estivesse subordinada diretamente ao Piratini, tampouco produzia confrontação mais concreta com as forças hegemônicas. Ainda que responsabilizasse o INCRA e o Judiciário, constituiu um enfrentamento da questão mediante um teor conciliatório, que providenciava alguns avanços, mas não solucionava efetivamente o problema dos Afogados.

Assim, conforme foram enfrentando novos conflitos — como a disputa pela prioridade do reassentamento na Fazenda Annoni, diante dos acampados dos Sem-Terra e o problema dos “falsos Afogados”, que dificultou suas relações com o INCRA — os Afogados foram se fragmentando cada vez mais e constituindo ações de luta desconexas, a partir de mediações locais. Essa fragmentação contribuiu para que os Afogados perdessem legitimidade e força política. O que, somados à pauta política do Governo Federal e da Reforma Agrária, como um instrumento de desativação de conflitos e de controle social, levou ao fim de sua luta, sem conquistarem seu objetivo central, que era a conquista do reassentamento na terra pela totalidade dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, o fato de a luta dos Afogados do Passo Real ter acabado sem que todos tenham conquistado o reassentamento, abre precedente para novas pesquisas. A partir

das seguintes problematizações: “O que aconteceu com esses sujeitos não reassentados?”; “Desistiram completamente da luta?”; “Continuaram reclamando junto ao Estado, ainda que individualmente?”; “Migraram para outras fronteiras agrícolas?”; “Passaram a lutar nas fileiras do MST?”. São questões importantes que novas pesquisas poderão responder.

No entanto, embora a luta dos Afogados tenha chegado ao seu ocaso, ela transcendeu suas próprias mobilizações e passou a ser representada e utilizada como instrumento de luta por outro movimento social contemporâneo durante a década de 1980, o dos agricultores que se organizaram mediante a Comissão Regional de Barragens (CRAB) para lutar contra a instalação sistemática de grandes barragens hidrelétricas no Alto Uruguai. Para o CRAB, o sofrimento dos Afogados se acentuava na medida em que ficavam parados, esperando o governo lhes reassentar e, foi só quando começaram a se movimentar e lutar que seus direitos passaram a ser considerados. Ou seja, a partir da experiência dos Afogados, os atingidos do Alto Uruguai possivelmente aprenderam que, se ficassem parados esperando, iriam sofrer como os Afogados sofreram, mas, se lutassem, como os Afogados começaram a fazer, poderiam lograr seus direitos.

Desta forma, a luta e a espera simbolizaram o processo histórico dos desalojados do Passo Real, de modo que revelaram a dialética de incorporações políticas marcadas, de um lado, pela subordinação às forças hegemônicas, ao passo que não se mobilizam esperando que as autoridades de Estado resolvam seu problema; de outro, pela potencial emancipação propiciada a partir do momento em que reagem, lutam e buscam ser os protagonistas de suas próprias ações. Assim, entendemos que o sentido da luta pela terra dos Afogados do Passo Real pode contribuir para a compreensão da luta pela terra no Brasil em sua totalidade, à medida que abre espaço para pensar o desenvolvimento das lutas não apenas a partir do momento em que elas geram experiências emancipatórias e deliberadamente comprometidas com o questionamento da ordem do capital, mas propõe entender essas experiências históricas enquanto processos de enfrentamento e superação de espaços sociais precarizados, ainda que se situem no interstício marcado pela tensão entre relações dialéticas de subordinação e emancipação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Bernard José Pereira. O MASTER como personificação da luta pela terra no Rio Grande do Sul no pré-64. *In*: ROCHA, Humberto José da; TEDESCO, João Carlos; MYSKIW, Antonio Marcos. **História dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra no Sul do Brasil (1940-1980)**. Passo Fundo: Acervus, 2021.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTIGO.INCRA.GOV.BR. **Módulo fiscal**. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html>. Acesso em 15 jul. 2021.

BARBOSA, Guilherme Ubaldo. **Entre o dito e o feito: as contradições da Aliança para o Progresso**. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

BENINCÁ, Elli. **Conflito religioso e práxis: a ação política dos acampamentos de Encruzilhada Natalino e Fazenda Annoni e o conflito religioso**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1987.

BERTERO, José Flávio. Uma crítica à sociologia rural de José de Souza Martins. **Lutas Sociais**, 17/18. PUCSP, São Paulo, 2007, p. 99-112.

BONAVIGO, Elisabete Ana; BAVARESCO, Pedro Antônio. Fazenda Annoni: da ocupação ao assentamento definitivo. *In*: TEDESCO, João Carlos. **Conflitos agrários no norte gaúcho-1980-2008**. Passo Fundo: Ediupf, 2008.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BORDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Papirus, 2008.

CAPELLINI, Nathalia Carvalho de Oliveira. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 34, n. 65, p. 315-346, maio/ago. 2018.

CAUME, David José. **A tessitura do “Assentamento de Reforma Agrária”**: Discursos e Práticas Instituintes de um Espaço Agenciado pelo Poder. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CINTRA, Valentina Jungmann. **Da Ação de Desapropriação por Utilidade Pública**. Tese (Doutorado em Direito). São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, 2005.

COELHO, Fabiano. **A Prática da Mística e a Luta pela Terra no MST**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2010.

CONGOST, Rosa; TIERRAS, Leyes, **Historia: estudios sobre la Gran Obra de la Propiedad**. Barcelona: Crítica, 2007.

LUCA, Tania. Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla. Bassanezi. (org.). Fontes Históricas. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

DICKEL, Simone Lopes. A Fazenda Annoni no Rio Grande do Sul: disputa de direitos, luta pela terra e ação dos sujeitos. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 8, n. 2, 2019 (18-36).

DICKEL, Simone Lopes. **A função social da propriedade da terra no processo de desapropriação da Fazenda Annoni (1972-1993)**. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2016.

ESPÍNDOLA, Marco Aurélio. **As Transterritorializações na Bacia do Rio Uruguai e o Alagamento Sistemático de Coletividades**. Tese (Doutorado em Geografia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, V. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FGV. CPDOC. **João Leitão de Abreu**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-leitao-de-abreu>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FGV. CPDOC. **Nelson Marchezan**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marchezan-nelson>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados, Terra e Água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA; ULBRA, 2003.

GODOI, Emília Pietrafesa de.; MENEZES, Marilda Aparecida de.; MARIN, Rosa Acevedo. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol. I. Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 5. ed. Tradução Luiz Mário Gazzenno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**. Edizione critica Dell'Istituto Gramsci di Roma a cura de V. Gerratana. Einaudi, Torino, 1977.

GRYNSZPAN, Mário. Campesinato. *In*: MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRYNSZPAN, Mário. Posseiro. *In*: MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In*: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792. Disponível em: www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf.

HARRES, Marluza Marques. Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960. **Anos 90**, Porto Alegre. v. 18. n. 33. pp. 99-127, jul. 2011.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. As Lutas Camponesas no Rio Grande do Sul e a Formação do M.S.T. **Revista Brasileira de História — Estruturas Agrárias e Relações de Poder**, São Paulo, v. 11, 22, Marco Zero/FAPESP, 1991.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

LENIN, Vladimir Ilyich. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LOPEZ, Vanessa. Rubi Diehl: Vivi justamente o período mais rígido da Revolução. **Memória do Parlamento**, 3 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/206354/Default.aspx>. Acesso em: 15 jul. 2021.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MACHADO, Ironita Policarpo. **Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul 1890-1930**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

MACIEL, Thalita Soares. **As Ligas Camponesas no Brasil de 1955 a 1964**. Monografia (Bacharelado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

MANTELLI, Jussara. O setor agrário da região noroeste do Rio Grande do Sul. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 41, p. 87-105, jan./jun. 2006.

MARCON, Telmo. **Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

MARQUES, Marta. Campesinato e luta pela terra no Brasil. *In*: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (orgs.). **Procesos territoriales en Argentina y Brasil**. Buenos Aires, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais do Campo.** São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, Renato Domingues Fialho. **O Setor Elétrico Pós-Privatização: novas configurações institucionais e espaciais.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro, Fase, 1989.

MESQUITA, Thiago Broni de. **Uma estrada revela o mundo: o SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará.** Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960).** São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaqué. **Um passo adiante, dois passos para trás: o PMDB de 1979 a 1982.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A Questão Agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de luta de classe e interclasse.** Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. A Reforma Agrária em debate na Abertura Política (1985-1988). **Tempos Históricos**, v. 22, 2º semestre de 2018, p. 161-183.

PIRES, Pedro Luiz Pereira. **Energia Elétrica, privatização e meio-ambiente: o papel da CEEE no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul e a contribuição para a preservação do meio-ambiente.** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

PADILHA, Tânia Mara de Almeida. A Questão Camponesa: Lenin e os Meandros da Questão Camponesa entre os Anos de 1893 e 1923. *In: SEMINÁRIO DO TRABALHO.* Marília: Unesp, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro., v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

REBELLO, Tiego Rocha. **Governo Ildo Meneghetti: análise do discurso de governo em torno da Reforma Agrária e a descaracterização do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (1963-1964).** Monografia (Graduação em História). Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. **História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999.

REIS, Maria José. **Espaços Vividos, Migração Compulsório, Identidade: Os Camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

ROCHA, Humberto José da; VIEIRA, Eleandro de Moraes. Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (MASTES). *In*: ROCHA, Humberto José da; TEDESCO, João Carlos; MYSKIW, Antonio Marcos. **História dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra no Sul do Brasil (1940-1980)**. Passo Fundo: Acervus, 2021.

ROCHA, Humberto José da. **Relações de poder na hidreletricidade: a instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Metamorfoses do território. A agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense, 1930-1990. **Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. IX, no 504, 15 de abril de 2004.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. História da Historiografia: **International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 2, n. 2, p. 163-209, 11.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SALIS, Carmen Lúcia Gomes de. **Estatuto da Terra: origem e (des) caminhos da proposta de Reforma Agrária nos Governos Militares**. Tese (Doutorado em História). Assis: Universidade Estadual Paulista, 2008.

SANTOS, Leonardo Soares do. Trabalhador Rural. *In*: MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SEMINOTTI, Jonas José. **Os Agricultores Familiares e a Representação Política do SUTRAF na Região do Alto Uruguai do RS**. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

SEVÁ, Oswaldo. Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. *Revista Ciência e Cultura, temas e tendências*. **SBPC**, ano 60, v. 3, p. 44-50, jul./set. 2008.

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. **Comunicação nº 9**, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ, 1986.

SIGAUD, Lygia. Implicações Políticas e Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos sobre as Populações Indígenas e Camponesas. **Estudos Avançados**. Coleção Documentos. Série Ciências Ambientais 16. Universidade de São Paulo, mar./1994.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação. O velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, v. 7. pp. 1-21. jul./dez. 2005.

SILVA, Marcio Antônio Both. **Caboclos e Colonos: Encontros, ocupações e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. Os Gigantes dos pés de barro da Reforma Agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 50, pp. 91-155, set./dez. 2019.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: Programas de reforma agrária (1946-2003)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TEDESCO, João Carlos. O “Conflito de Nonoai”: Um Marco na História das Lutas pela Terra no Rio Grande do Sul — 1978-1982. **Saeculum, Revista de História**, n. 26, João Pessoa, jan./jun. 2012.

TEDESCO, João Carlos; SEMINOTTI, Jonas José; ROCHA, Humberto José da. (Org.). **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas**. Chapecó: Ed. UFFS, 2018.

TEDESCO, João Carlos; SILVA, Emerson Neves Da. Igreja Católica, questão agrária e luta social no campo (1950- 1980). **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 33, n. 52, p. 105-121, jun. 2020.

VIDAL, Déa de Lima; SANTOS, Daniel Paraguay Alves. Realidade territorial de unidades familiares no semiárido brasileiro. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 28, n. 1, 2016.

WACHHOLZ, Flávio; FILHO, Waterloo Pereira; FILHO Archimedes Perez. Compartimentação aquática espectral dos reservatórios em cascata no alto Jacuí – RS. **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal, 25-30 abril 2009, INPE, p. 4929-4935. Disponível em: <http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.17.17.57/doc/4929-4935.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. *In: Anuário Antropológico*. 87. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990, p. 11-73.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

ZEN, Eduardo Luiz. **Movimentos Sociais e a Questão de Classe: um olhar sobre o Movimento de Atingidos por Barragens**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

FONTES

A DESILUSÃO DOS colonos com a decisão judicial. **Zero Hora**, Porto Alegre, 24 de novembro de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

AFOGADOS AINDA esperam pelo reassentamento. **Zero Hora**, Porto Alegre, 6 de novembro de 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

AFOGADOS: CANSADOS de promessas. **Terra Gente**, Porto Alegre, 31 de dezembro de 1982. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

AFOGADOS DE PASSO Real reúnem-se em Ibirubá. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 de julho de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

AFOGADOS DO PASSO Real: hoje, dia de decisão. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18 de setembro de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

AFOGADOS DESILUDIDOS com o Incra. **Zero Hora**, Porto Alegre, 1 de novembro de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

AFOGADOS DO PASSO Real vão poder ocupar Fazenda Annoni. **Zero Hora**, Porto Alegre, 20 de junho de 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

AFOGADOS: O PRAZO final termina em agosto. **Jornal Sem-Terra**, Porto Alegre, 31 de julho de 1982. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

AFOGADOS SE REÚNEM com Superintendente do INCRA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

AGRICULTORES RECLAMAM da falta de resposta do Incra. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 de setembro de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

AGRICULTORES SEM-TERRA estão na miséria. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, 5 de julho de 1979. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ACORDO INCRA – COTREL, 26 de novembro de 1979. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 597, de 27 de maio de 1969.** Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a contratar empréstimo externo com a USAID. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28.5.1969.

BRASIL. SNI. **Áreas de Tensão Social suscetíveis de exploração por agitadores.** Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1984.

BRASIL. SNI. **Assembleia dos Desalojados da Barragem do Passo Real.** Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1983.

BRASIL. SNI. **Atuação do Grupo de Trabalho formado no MIRAD/RS – Identificação dos “Afogados do Passo Real”.** Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1988.

BRASIL. SNI. **Comissão Pastoral da Terra do RS.** Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1980.

BRASIL. SNI. **Constituição de Grupo de Trabalho na DR/MIRAD/RS – Levantamento de identificação dos “Afogados”.** Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1988.

BRASIL. SNI. **Dossiê Olavo Stefanello.** Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1974.

BRASIL. SNI. **Encontro da Comissão Estadual de Barragens.** Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 27 de fevereiro de 1981.

BRASIL. SNI. **Encontro da Diocese de Cruz Alta com Afogados.** Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1983

BRASIL. SNI. **Fatores que afetam a eficiência do poder judiciário na tramitação e julgamento de processos.** Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 28 de junho de 1982.

BRASIL. SNI. **Informação Itaipu.** Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1975.

BRASIL. SNI. **Invasão da Fazenda Seival por colonos sem-terra Cruz Alta/RS.** Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1987.

BRASIL. SNI. **Manifestações contra barragens no rio Uruguai.** Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1984.

BRASIL. SNI. **Manifestações contra a construção de barragens no rio Uruguai e rio Chapecó.** Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1984.

BRASIL. SNI. **Manifestações no Estado/RS**. Transcurso do dia do Trabalho. Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1982.

BRASIL. SNI. **Manifesto da Diocese de Cruz Alta sobre o uso da terra**. Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1983.

BRASIL. SNI. **MIRAD/RS entrega títulos definitivos para reassentados**. Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1988.

BRASIL. SNI. **Mobilização dos Desalojados da Barragem do Passo Real**. Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1983.

BRASIL. SNI. **Palestra de colonos sem-terra – Porto Alegre -RS**. Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1986.

BRASIL. SNI. **Plano Hidroenergético da Bacia do rio Uruguai**. Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1984.

BRASIL. SNI. **Possibilidade de luta armada na Fazenda Annoni**. Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1987.

BRASIL. SNI. **Questão fundiária – Declarações de Mário Luiz Bertani**. Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1988.

BRASIL. SNI. **Questão fundiária – Implantação da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul**. Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1986.

BRASIL. SNI. **IV Romaria da Terra – Comissão Pastoral da Terra – RS**. Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1981.

BRASIL. SNI. **Situação dos Agricultores Desalojados pelas águas da barragem do Passo Real**. Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1978.

BRASIL. SNI. **Situação fundiária do RS – Diagnóstico do INCRA**. Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1984.

BRASIL. SNI. **Utilização de falsas certidões por colonos residentes no município de Ibirubá/RS**. Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1986.

BROSSARD É AGRESSIVO ao criticar os sem-terra. **Jornal de Brasília**, Brasília, 2 de outubro de 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CEEE – Relatório acerca das propriedades que tiveram suas terras atingidas pelas águas da bacia de alagamento do Passo Real. 8/9/1969. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos. Acesso em: 15 jul. 2021.

CASO DA FAZENDA Annoni será julgado este mês. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 de setembro de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

COLONOS COMEÇAM a trabalhar a terra. **Zero Hora**, Porto Alegre, agosto de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

COLONOS DA ANNONI resolvem plantar à revelia da Lei. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 de agosto de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

COLONOS DEIXAM área do Incra. **Jornal de Brasília**, Brasília, 16 de junho de 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

COLONOS DE PASSO Real removidos para Mato Grosso. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, 6 de novembro de 1979. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

COLONOS DE PASSO Real reagem. **Jornal Sem-Terra**, São Paulo, 31 de maio de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

COLONOS DE SARANDI tem apoio de Simon. **A Crítica**, Manaus, 28 de janeiro de 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

COLONOS ESPERAM ordem do Incra. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 de abril de 1984. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

COLONOS INVADEM Fazenda do Incra em Ronda Alta. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15 de junho de 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

COMISSÃO PARA AFOGADOS de Passo Real. **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 de junho de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

COLONOS VIBRAM com a decisão do Supremo. **Zero Hora**, Porto Alegre, 20 de janeiro de 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CONTAG. **O Trabalhador Rural – CONTAG**. 31 de dezembro de 1981. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CPT. **Nota da CPT sobre os episódios ocorridos na Fazenda Annoni**. 13 de outubro de 1980. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

DEPUTADOS GAÚCHOS apontam corrupção apurada no INCRA. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 de maio de 1976. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

DESAPROPRIAÇÃO MANTIDA, processo vai continuar. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 de novembro de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

DESCAMINHOS DE UMA Reforma Agrária. **Zero Hora**, Porto Alegre, 3 de novembro de 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

DIEHL EXPLICA o caso dos colonos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 16 de outubro de 1980. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

E NO SUL os acampados fixam prazo para agir. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 de novembro de 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ENTIDADES PEDEM por colonos desalojados. **Zero Hora**, Porto Alegre, 7 de maio de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ERAM 400 pessoas sem-terra. Agora são 1.100. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 3 de maio de 1982. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FAZENDA ANNONI: acordo ainda poderá demorar. **Zero Hora**, Porto Alegre, 25 de junho de 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FAZENDA ANNONI fica mesmo para a União. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 de setembro de 1980. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FAZENDA ANNONI tem mais 167 invasores. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FEDERAIS RETIRAM colonos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1978. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FETAG/RS. **Análise retrospectiva de 1982 e perspectivas para 1983**. Porto Alegre, 28 de dezembro de 1982. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FETAG DEFENDE tese do assentamento global. **Zero Hora**, Porto Alegre, 28 de janeiro de 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FUTURO DA FAZENDA Annoni será decidido em Juízo. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 de abril de 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GONÇALVES, Fernando. Manifestação do dia 11 de agosto de 1967. **Anais das Sessões Plenárias da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul**. Acervo Online do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisaAcervo/AcervoGeral/tabid/6418/Default.aspx>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GONÇALVES, Fernando. Manifestação do dia 28 de março de 1967. **Anais das Sessões Plenárias da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul**. Acervo Online do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisaAcervo/AcervoGeral/tabid/6418/Default.aspx>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GOVERNADOR PEDE área para colonos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 de maio de 1982. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GOVERNO ARRENDA terras a colonos do Passo Real. **Zero Hora**, Porto Alegre, 9 de novembro de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GOVERNO DEIXA colonos sem-terra no sul. **Jornal de Brasília**, Brasília, 11 de julho de 1978. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

HAGEMANN, Lauro. Manifestação do dia 26 de setembro de 1968. **Anais das Sessões Plenárias da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul**. Acervo Online do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisaAcervo/AcervoGeral/tabid/6418/Default.aspx>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INCRA/RS. **Afogados do Passo Real**. Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Valos. 5 de outubro de 1986. Arquivos da Superintendência do INCRA/RS.

INCRA/RS. **Acordo de Cooperação (Termo de Convênio IBRA – CEEE) 1969**. Arquivos da Superintendência do INCRA/RS.

INCRA/RS. **Processo Administrativo de desapropriação da Fazenda Boa Vista**. 1969. Arquivos da Superintendência do INCRA/RS.

INCRA/RS. **Processo Administrativo de desapropriação da Fazenda Colorados**. 1969. Arquivos da Superintendência do INCRA/RS.

INCRA/RS. **Processo Administrativo de desapropriação da Fazenda Itaíba**. 1969. Arquivos da Superintendência do INCRA/RS.

INCRA/RS. **Processos de Titulação do Reassentamento Fazenda Boa Vista (PIC Passo Real) (273)**. Arquivos da Superintendência do INCRA/RS.

INCRA/RS. **Processos de Titulação do Reassentamento Fazenda Colorados (PIC Passo Real) (109)**. Arquivos da Superintendência do INCRA/RS.

INCRA/RS. **Processos de Titulação do Reassentamento Fazenda Itaíba (PIC Passo Real) (103)**. Arquivos da Superintendência do INCRA/RS.

INCRA/RS. **Processos de Titulação do Reassentamento Gleba I (Invernada do Butiá) (PIC Sarandi) (60)**. Arquivos da Superintendência do INCRA/RS.

INCRA/RS. **Processos de Titulação do Reassentamento Gleba II (Fazenda Annoni) (PIC Sarandi) (60)**. Arquivos da Superintendência do INCRA/RS.

INCRA/RS. **Processos de Titulação do Reassentamento Gleba IV (Sertão) (PIC Sarandi) (32)**. Arquivos da Superintendência do INCRA/RS.

INCRA/RS. **Projeto Integrado de Colonização Passo Real**. Ministério da Agricultura – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA – Coordenadoria Regional do Rio Grande do Sul, 1970.

INCRA/RS. **Projeto Integrado de Colonização Sarandi**. Ministério da Agricultura – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA — Coordenadoria Regional do Rio Grande do Sul, dezembro de 1972.

INCRA/RS. **Relatório Técnico**. 8 de janeiro de 1970. Arquivos da Superintendência do INCRA/RS.

INCRA/RS. **Resposta do INCRA à Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Valos**. 21 de julho de 1987. Arquivos da Superintendência do INCRA/RS.

INCRA DARÁ prioridade a quem não invadiu a Fazenda. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INCRA ESTÁ identificando quem está sem terra. **Última Hora**, Brasília, 28 de janeiro de 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INCRA GANHA Fazenda Annoni e vai reassentar colonos do Passo Real. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 de agosto de 1981. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INCRA LEMBRA que a área é dos Afogados. **Zero Hora**, Porto Alegre, 31 de outubro de 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INCRA NADA pode fazer contra os posseiros. **Zero Hora**, Porto Alegre, 5 de janeiro de 1984. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INCRA PROMETE uma solução em dez dias. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 de outubro de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INCRA VAI à Justiça contra invasores. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 16 de janeiro de 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INVASORES DA FAZENDA Annoni recusam outros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

JUSTIÇA DEVE liberar Annoni em uma semana. **Zero Hora**, Porto Alegre, 21 de novembro de 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

LAVRADORES SEM-TERRA dão prazo no Sul. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 de maio de 1982. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

LORENZON, Algir (Org.). **Afogados: até quando?** Relatório da Comissão Especial dos Agricultores Desalojados do Passo Real. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1985.

MAIS COLONOS podem ser transferidos para o Mato Grosso. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 de agosto de 1980. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

NENHUMA SOLUÇÃO para um problema antigo. **O São Paulo**, São Paulo, 29 de julho de 1982. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

NOVOS ACAMPADOS são isolados na Fazenda Annoni. **Zero Hora**, Porto Alegre, 2 de novembro de 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

OUTRO ACAMPAMENTO pode surgir no Sul. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1 de maio de 1982. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PEDIDA REFORMA Agrária para acabar com litígios de terras. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 de maio de 1974. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

POSSEIROS QUEREM terras no Sul. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

REUNIÕES ESGOTARAM a paciência e Afogados dão ultimato ao governo. **Voz da Terra**, Porto Alegre, 30 de junho de 1982. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Palácio Piratini. II Governo Ildo Meneghetti. **Mensagem do Exercício de 1965 à Assembleia Legislativa**. Governo do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1966.

RIO GRANDE DO SUL. Palácio Piratini. **Mensagem Governamental à Assembleia Legislativa**. Governador Walter Peracchi Barcellos. Porto Alegre, 1969.

SALTO DO JACUÍ, a nova terra para os afogados de Passo Real. **Zero Hora**, Porto Alegre. 10 de julho de 1984. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SEM-TERRA CRITICA medida para assentar afogados. **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 de junho de 1988. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SINDICATO DOS Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos. **Declaração AB em 18/6/1984**. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos, 1986.

SINDICATO DOS Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos. **Nota de solidariedade da Regional Sindical dos Trabalhadores Rurais do Alto Jacuí em 11/10/1983**. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos, 1983.

SINDICATO DOS Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos. **O Manifesto dos Afogados da barragem do Passo Real em 8/11/1983**. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos, 1983.

STF DÁ POSSE ao INCRA sobre Fazenda Annoni após 14 anos de litígio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1986. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

TRABALHADORES RURAIS com nova mentalidade. **O Popular**, Goiânia, 24 de setembro de 1976. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>.

UM ACIRRADO duelo à parte. **Zero Hora**, Porto Alegre, 4 de agosto de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

VEREADORES RELATAM sofrimentos. **Zero Hora**, Porto Alegre. 30 de agosto de 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

VOZ DA TERRA, Assis, 31 de outubro de 1980. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

85 FAMÍLIAS aceitam o reassentamento. **Zero Hora**, Porto Alegre. 9 de dezembro de 1983. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

100 AGRICULTORES sem-terra invadiram a Fazenda Annoni. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 de julho de 1978. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt/81-banner/banner-cedoc>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ANEXO A – O CLAMOR DOS ‘AFOGADOS’ RESIDENTES NA FAZENDA ANNONI

Ao EXMO. SR. MINISTRO ESPECIAL PARA OS ASSUNTOS FUNDIÁRIOS: **O CLAMOR DOS ‘AFOGADOS’ RESIDENTES NA FAZENDA ANNONI – PIC. 2 INCRA. NÃO É JUSTO QUE NÓS VIVA SEMPRE NESSA SITUAÇÃO!** In: BRASIL. SNI. **Assembleia dos Desalojados da Barragem do Passo Real.** Agência de Porto Alegre. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Memórias Reveladas, 1983.

1. *Em primeiro lugar, quero agradecer ao Sindicato de Ibirubá, que organizou esta reunião e nos convidou para participar junto com nossos irmãos, que residem nas encostas da Barragem do Passo Real e nestes municípios de Ibirubá, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos e Espumoso. Pois, raramente temos a oportunidade, pois sempre nos disseram que os colonos não sabem falar, que devem ouvir calado o discurso dos outros.*
2. *Eu quero levar ao conhecimento dos Senhores, que são autoridades e estão aqui presentes, que nós não invadimos a Fazenda Annoni, mas nós fomos reassentados pelo INCRA, após longa espera por esta segunda etapa de reassentamento. E é importante dizer que já fazem 10 anos que nós fomos levados pelo INCRA, lá na Fazenda Annoni, no município de Sarandi. E até hoje nós não tivemos nenhuma solução. NÃO É JUSTO QUE CONTINUE NESTA SITUAÇÃO.*
3. *Mas para a nossa surpresa, em 1976, o Fazendeiro entrou com medida de segurança na justiça e foi decretado o STATUS QUO, que diz: fica como está. Aí começou o sofrimento para nós. Quem tinha feito um ranquinho para morar tudo bem. E quem não tinha, que ficasse com o que estava na época. Foi mandado para proteger o fazendeiro, um destacamento de brigadianos, para que impedisse de nós fazer coisa alguma. Nem que construísse nem que aumentasse a lavoura. Só o que já estava feito. NÃO É JUSTO VIVER NESTA SITUAÇÃO.*
4. *Mas o INCRA sempre nos tranquilizou, dizendo que logo estaria resolvido, no entanto, já fazem 10 anos. E ainda continua. Nossos filhos, que era tudo pequeno, ainda crianças, foram crescendo, casando, e temos netos e nada de melhora. Não podemos nem dar um agasalho para os nossos filhos casados. Por que eles dizem que é do Annoni e, para residir, só os parceiros que já existia naquela época. É JUSTO CONTINUAR ESSA SITUAÇÃO?*

5. *Nós achamos que não somos ladrões marginalizados, que precise ser vigiados por policiais diariamente. Só estamos esperando o que é nosso de direito e vamos lutar unidos, por que POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO.*
6. *Percebemos que não podemos mais calar. Pois a vida que levamos clama por mudança. Nós achamos que nossos filhos tem direito de viver junto com nós e tem direito de participar de algumas reuniões. Os jovens estão se criando e não vão a lugar nenhum, por não temos dinheiro para comprar roupas, pois vivemos plantando uns pedacinhos de terra, que da mal apenas para a comida, e muito mal. Eu como mãe de 11 filhos, posso contar como é a nossa vida... Se meus filhos não trabalhassem nas granjas e meu esposo na Cooperativa, ombreando bolsas das 7 hora até as 11 horas da noite, nós já teria morrido de fome. Pois além de tudo eu enfrento muitos problemas com doenças. Meus filhos menores, que poderiam estudar, tem que frequentar só até a 4ª série, em uma miséria de escolinha, numa casinha particular, que quando chove não da nem para estudar de tão precária. NÃO É JUSTO QUE TUDO ISSO CONTINUE ACONTECENDO!*
7. *Assim é a situação de mais de 34 famílias, que muitas não chegam a plantar meio hectare, em redor de sua casa, fechada com cerca de taquara, por que se não os brigadianos desmancham e levam embora o arame. Não podemos nem apanhar as frutas silvestres, que tem nos matos, por que eles tomam das crianças e prometem espanca-los. NO MEIO DE TANTA TERRA, É DOLOROSO QUE ISSO ACONTEÇA!*
8. *O excesso de ganância e egoísmo deste fazendeiro, teimoso em conservar para si, o que por direito o INCRA desapropriou e que é um direito divino nosso. Está na hora de acabar. Nós não aguentamos mais. E se aguardamos até hoje, foi porque somos muito humildes. PRA NÓS A TERRA É UM BEM DE TODOS. E TERRA PRA TRABALHAR. É FONTE DE NOSSA COMIDA, E REPRESENTA NOSSA PRÓPRIA VIDA.*
9. *Nessas alturas, não suportamos mais. Vamos recorrer ao ESTATUTO DA TERRA, , que diz que o INCRA quando desapropria uma área, está terminado o assunto. E se o Fazendeiro quiser engrossar, aí que vá para a justiça, mas o INCRA pode usufruir das terras, até resolver a questão, e pagar por ela, um preço razoável. JUSTIÇA, TERRA PRA QUEM NELA TRABALHA.*
10. *Nós não acreditamos que um simples fazendeiro, que tem umas poucas vaquinhas magras, tenha mais valor que o Escudo Nacional, que está na placa, na entrada da Fazenda. Este fazendeiro não produz nada para o nosso município, ao passo que, os*

20 parceiros, que conseguiram lavrar e fechar todos os seus lotes, já estão conseguindo uma boa produção, e se nós se legalizasse, podendo explorar o lote que nos foi destinado, teria uma colônia modelo neste município de Sarandi, que aumentaria e muito a sua produção, pois seriam quase 500 agricultores plantando naquela terra boa, que produz de tudo que se plantar. A FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA É PRODUZIR.

11. Perguntamos ao Ministro, qual foi a validade do decreto assinado pelo Presidente Médici em 1972, desapropriando a Fazenda Annoni, para fins de Reforma Agrária, com o reassentamento dos colonos afogados do Passo Real? Como pode o INCRA ter engolido na época que a Fazenda Annoni era uma empresa rural? Hoje após mais de dez anos o que nos dizem é que se está discutindo no Supremo, mas perguntamos ao Sr. Ministro, até quando vai esta nossa peregrinação? NÃO É JUSTO QUE ISSO CONTINUE ASSIM.

12. Senhor Ministro, mais uma vez clamo para que seja feita a Justiça, dando-nos a terra que é do nosso direito e que nos foi prometido pelo INCRA, por que não é justo que nós continue sendo vigiados, como num campo de concentração, em meio a fartura e vivendo na miséria. Por isso senhor ministro, por isso Senhor Ministro, confiamos que o Senhor vai resolver o nosso problema e o Senhor sabe que A TERRA É UM BEM DE TODOS E QUE DEVE FICAR NA MÃO DAQUELES QUE NELA TRABALHAM.

Em nome do Brasil, em nome de nossos filhos, em nome daquelas 54 famílias, de colonos que estão, esperando há mais de 14 anos, na Fazenda Annoni, e que foram expulsas da Barragem do Passo Real, nós pedimos e confiamos que o Senhor vai dar ainda hoje a solução mesmo que já venha tarde, porque assim está sendo feita JUSTIÇA!

Maria Francisca Neves Antunes, em nome das Mães e filhos dos parceiros da Fazenda Annoni, INCRA.

**ANEXO B – O MANIFESTO DOS AFOGADOS DA BARRAGEM DO PASSO REAL
EM 8/11/1983**

SINDICATO DOS Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos. **O Manifesto dos Afogados da barragem do Passo Real em 8/11/1983.** Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos, 1983.

MANIFESTO DOS 'AFOGADOS' DA BARRAGEM DO PASSO REAL

Nós precisamos esclarecer ao povo e as autoridades que somos os Afogados do Passo Real, e não vadios desocupados. “Afogados” porque as propriedades de onde tirávamos nosso sustento e para nossos filhos está debaixo da água da barragem e por isso estamos há 13 anos nessa situação de pobreza, porque hoje nós somos: biscateiros, meeiros, arrendatários, peões, empregados e muitos de nós sem emprego...

*Nós não podemos mais ficar em silêncio: porque estaríamos traindo nossos próprios filhos que poderão ter esperança amanhã se nos devolverem as terras e assim podemos viver do nosso trabalho como fazíamos no nosso chão há 13 anos atrás. Se nós temos alguma coisa a nos arrepender é termos ficado tanto tempo esperando. Isto aconteceu porque não enxergávamos bem. Estamos mais unidos, com mais força porque se colocaram ao nosso lado os Sindicatos, as Igrejas e algumas autoridades. A última grande decepção que recebemos há poucos dias quando alguns companheiros nossos, com Sindicatos e algumas autoridades foram a Brasília falar com as autoridades federais e acompanhar o nosso caso da Fazenda Annoni que nos prometeram a tanto tempo e lá ouviram mais promessas. Lá nossos companheiros e representantes, ouviram dizer, por parte do Presidente do INCRA, Paulo Yokota, que ele tem 10 bilhões para liberar a Fazenda Annoni. Ficamos muito admirados porque dinheiro tem para solucionar nosso problema. Então perguntamos **POR QUE O INCRA NÃO PEGA ESSE DINHEIRO E COMPRA OUTRA TERRA NO ESTADO E RESOLVE DE UMA VEZ O NOSSO PROBLEMA... ESTA QUANTIA DE DINHEIRO É SUFICIENTE, SE O INCRA NÃO TIVER COMPETÊNCIA, QUE PASSE O DINHEIRO PARA O GOVERNO DO ESTADO QUE ESTE FAZ.***

Ficamos muito ofendidos em saber que pessoas que ocupam cargos de importância escreveram num jornal de Cruz Alta que, nós não temos nenhum direito porque: vendemos nossas terras ou já fomos indenizados. Também achamos muito feio o que escreveram nesse Jornal: que as propriedades não rendem. Eles que vão olhar na Fazenda Boa Vista, na Itaíba e na Colorado, onde hoje existe muito mais gado e produção do que no tempo que era só uma

grande propriedade de um só dono. De certo essas pessoas são mandadas falar assim e não vão olhar para conhecer as coisas de verdade. Nós queremos dizer também que nosso direito é ficar aqui no Rio Grande do Sul, porque nós perdemos nossas terras aqui. Sabemos que nos outros Estados, onde estão mandando colonos gaúchos, tem muita gente precisando de terras. Agora viemos aqui em Porto Alegre, e viemos mais uma vez manifestar nossa esperança no Governador Jair Soares, que muitas vezes, na sua campanha, prometeu dar chance de terra e trabalho aos colonos e empregados. Também nos dirigimos à Assembleia Legislativa, aos nossos deputados que foram eleitos para cuidar dos nossos direitos. Nem é preciso dizer que o INCRA deve lutar com e por nós, porque é para isso que ele existe. Da FETAG continuamos esperando o apoio e incentivo que vem nos dando até agora. Continuamos esperando o apoio de nossos Sindicatos, de nossas igrejas, de nossos Prefeitos e Vereadores e também das pessoas do povo que compreendem a nossa situação.

Porto Alegre, 8 de novembro de 1983.

APÊNDICE A – TRAJETÓRIA DA LUTA PELA TERRA DOS DESALOJADOS DO PASSO REAL ATRAVÉS DAS FONTES.

Neste anexo produziremos uma síntese descritiva e cronológica das ações e acontecimentos que constituíram o processo de luta pela terra dos desalojados do Passo Real, entre 1967 e 1988. Realizaremos essa imersão com a finalidade de termos uma visão da totalidade desse processo.

Em 28 de março de 1967, o deputado Fernando Gonçalves chamou a atenção para a situação do Passo Real. Sinalizou que, em função da construção da barragem, mais de mil famílias das cidades de Cruz Alta e Ibirubá perderiam suas terras. O parlamentar afirmou ter recebido um telegrama do Prefeito de Ibirubá, que solicitava que as autoridades superiores tomassem alguma providência em favor de milhares de famílias que seriam desalojadas. Assim, destacou que levou a matéria ao conhecimento das autoridades federais, solicitando que as famílias fossem reassentadas em outras áreas (GONÇALVES, 1967).

No dia 20 de novembro de 1967, o Prefeito de Ibirubá, Olavo Stefanello, e o Prefeito de Cruz Alta, José Westphalen, reuniram-se na localidade de Sede Vitória com os agricultores ameaçados pela inundação da barragem do Passo Real (SNI, 1974). Sede Vitória é uma localidade rural que foi intensamente atingida pelas águas da barragem do Passo Real. Em 1967, pertencia ao município de Cruz Alta. Após 1982, passou a fazer parte do recém-criado município de Fortaleza dos Valos.

Após as mobilizações dos líderes locais, das manifestações parlamentares e das reivindicações feitas às autoridades federais, entre 1968 e 1969, foram assinados entre o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da CEEE e a União, representada pelo IBRA, um “Termo de Compromisso” e um “Acordo de Cooperação”, pelo qual o Governo Federal assumia a responsabilidade do reassentamento dos desalojados. Assim, para cumprir o acordo e reassentar as famílias, o órgão federal teria desapropriado em uma primeira etapa 16.449,36 hectares. Dentre esses, foram 9.774,37 hectares pertencentes à Fazenda Boa Vista localizada no município de Cruz Alta, 3.064,1878 hectares desapropriados da Fazenda Colorados, situada no mesmo município e 3.140,1003 hectares da Fazenda Itaíba, encontrada nos municípios de Ibirubá e Santa Bárbara do Sul (INCRA/RS, 1969).

É importante ressaltarmos que esse processo de reassentamento foi institucionalmente elaborado como um Projeto Integrado de Colonização (PIC). Esses projetos desapropriavam uma área conforme as normas do Estatuto da Terra e a repartiam de forma parcimoniosa para serem disponibilizada aos agricultores que a compravam mediante o

pagamento em 20 anos; obtendo, assim, o título legal das propriedades. Nesse processo, também havia fomento de crédito para a aquisição de utensílios e maquinários, bem como para a realização de estudo técnico acerca das condições de exploração agrícola dos terrenos (INCRA/RS, 1970).

Nesse âmbito, o então Projeto Integrado de Colonização — Passo Real, estabelecido em 1970, previa reassentar 528 famílias. Em 1972, visando à realocação das famílias restantes, o INCRA ampliou o Projeto Integrado de Colonização — Sarandi, desapropriando a Invernada do Butiá, pertencente à Firma SAGRISA — Comercial e a Agrícola Ltda. Também foram encampadas a desapropriação da Fazenda Sarandi, propriedade de Ernesto José Annoni e, ainda, a antiga Estação Experimental Engenheiro Luiz Englert, mediante entendimento entre o Governo do Estado com o Ministério da Agricultura para a passagem ao patrimônio do INCRA de parte da área não lotada do Núcleo Colonial de Reforma Agrária de Sarandi (INCRA/RS, 1972).

Contudo, a segunda etapa do reassentamento não se efetivava. No dia 25 de maio de 1974, o jornal O Estado de S. Paulo publicou uma matéria denunciando que mais de 370 famílias estariam famintas em Cruz Alta, em função da desapropriação de suas terras para a construção da barragem do Passo Real. Essa denúncia provocou a manifestação do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG/RS), Geraldo Pegoraro, e do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz Alta, Oplide Facco. Os sindicalistas afirmaram que a reforma agrária era urgente e que o único alimento daqueles agricultores era constituído por alguns peixes capturados na barragem do Passo Real (O ESTADO DE S. PAULO, 1974).

Assim, os problemas das famílias dos desalojados se potencializavam em função da demora do INCRA em efetivar os reassentamentos da segunda etapa. A Fazenda Annoni foi desapropriada no dia 3 de março de 1972. Passados três anos, em 1975, antes que o INCRA reassentasse as famílias no local, a família Annoni contestou o ato expropriatório judicialmente. Enquanto o processo tramitava, ainda em 1975, 54 famílias desalojadas pela barragem do Passo Real chegaram à fazenda Annoni para iniciar seu processo de reassentamento. Contudo, em 1976, a Justiça tomou a decisão de manter o status quo da Fazenda até que o caso fosse resolvido. Na prática, a manutenção do status quo consistia em que tudo tinha que ficar como estava, ou seja, o INCRA não poderia trazer novas famílias para a Fazenda e, as que lá estavam, não poderiam produzir na terra nem realizar benfeitorias, apenas plantar algumas hortas para consumo doméstico (AL/RS, 1984).

Diante desses episódios, no dia 13 de maio de 1976, o jornal O Estado de S. Paulo publicou uma reportagem em que parlamentares sul-rio-grandenses ofereceram acusações ao coordenador regional do INCRA Frederico Martin Gunnar Durr. Denunciavam que o INCRA estaria realizando práticas de empreguismo, favoritismo, desvio de dinheiro, inércia, e abandono de agricultores lesados pela desapropriação de seus minifúndios. O deputado Aldo Pinto, do MDB, questionou sobre o destino das 54 famílias que haviam sido inadequadamente instaladas na Fazenda Annoni pelo INCRA (O ESTADO DE S. PAULO, 1976).

O tempo foi passando e a questão judicial da Fazenda Annoni não tinha se solucionado. Além das famílias precariamente assentadas na Annoni, nas imediações da barragem do Passo Real, um enorme contingente de desalojados esperava pelo reassentamento, também em condições muito precárias. Em um relatório elaborado dia 03 de julho de 1978, o SNI atesta ter encaminhado, no dia 25 de maio do mesmo ano, um ofício para o Coordenador Regional do INCRA/RS, Cláudio Martins da Silva, que continha duas correspondências feitas entre os presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores de Ibirubá e Espumoso e o Presidente estadual da FETAG/RS no mês de abril. O conteúdo das correspondências interceptadas pelo SNI versava sobre as condições precárias em que viviam as famílias desalojadas pela barragem do Passo Real (SNI, 1978).

No dia 19 de julho de 1978, o jornal Zero Hora publicou uma matéria cujo título era: “100 agricultores ‘sem-terra’ invadiram a Fazenda Annoni”. Segundo o periódico, após quase 20 dias da “invasão” de parte da Fazenda Sarandi e Brilhante, pelos “colonos” expulsos da Reserva Indígena, em Nonoai, novos “invasores” chegaram à região, eram oriundos dos municípios de Cruz Alta, Ibirubá e Espumoso, alegando serem os agricultores que foram desalojados pela barragem do Passo Real, em 1969 (ZERO HORA, 1978).

Em 19 de agosto de 1978, o Jornal do Brasil noticiou que, por determinação do Tribunal Federal de Recursos, três agentes da Polícia Federal auxiliaram um oficial da 3ª vara federal a retirar 40 colonos que haviam invadido a fazenda do empresário Bolívar Annoni, que lutava na Justiça contra a desapropriação das terras pelo INCRA. O delegado Edgar Fuques disse que a retirada das famílias foi tranquila e todos foram levados de ônibus para o Município de Espumoso, onde viviam antes de invadir a Fazenda (JORNAL DO BRASIL, 1978).

No dia 5 de julho de 1979, o periódico Folha da Manhã, de Campos dos Goytacazes-RJ, publicou matéria intitulada: “Agricultores sem-terra estão na miséria”. A reportagem relatou que cerca de 500 agricultores dos municípios de Cruz Alta, Ibirubá e Espumoso, muitos deles desalojados pela barragem do Passo Real, reuniram-se na localidade de XV de

Novembro com o secretário estadual do Trabalho e Ação Social, Augusto Trein. O motivo do encontro foi a situação de miséria que os desalojados enfrentavam e uma iminente transferência para o Mato Grosso (FOLHA DA MANHÃ, 1979). Nesse sentido, em 26 de novembro de 1979, o INCRA e a Cooperativa Tritícola de Erechim (COTREL), firmaram um acordo que tinha por objetivo a instalação do Projeto de Assentamento Conjunto PAC — Peixoto de Azevedo/COTREL no município de Chapada dos Guimarães, Estado do Mato Grosso, tendo por objetivo o assentamento de 240 famílias oriundas do Passo Real (CPT, 1979).

No dia 13 de agosto de 1980, o jornal Zero Hora publicou uma matéria em que informava que mais colonos poderiam ser transferidos para o Mato Grosso e também destacava que a Pastoral da Terra duvidava das promessas do Governador. A CPT afirmou que esses projetos de colonização na Amazônia Legal seriam apenas uma forma de o governo se livrar dos problemas sociais do Rio Grande do Sul, enquanto protegiam os interesses do latifúndio local. Denunciavam que os colonos gaúchos transferidos formariam frentes de trabalho, que somente preparariam o terreno para sua posterior ocupação pelas grandes empresas agropecuárias (ZERO HORA, 1980).

No dia 11 de setembro de 1980, o jornal Zero Hora noticiou que, por unanimidade, o Tribunal Federal de Recursos (TFR) reconheceu a posse da União sobre a Fazenda Annoni. A decisão era aguardada pelas 54 famílias acampadas na Annoni, e também pelos demais desalojados pela barragem do Passo Real, além de 92 famílias de Sem-Terra acampadas na Granja Brilhante (ZERO HORA, 1980).

Em 10 de agosto de 1981, o jornal Zero Hora publicou uma matéria em que informava que o INCRA havia ganhado a Fazenda Annoni, após decisão do TFR, e iria então reassentar os colonos do Passo Real. Foi destacado que estava afastada a possibilidade de que os colonos acampados na Encruzilhada Natalino fossem reassentados na Fazenda Annoni. Conforme o INCRA, a área seria exclusivamente destinada ao reassentamento das Famílias do Passo Real. A Fazenda Annoni tinha sido demarcada em 278 lotes com 22 hectares, 63 famílias do Passo Real já estavam lá e, em breve, mais 210 viriam (ZERO HORA, 1981).

Em dezembro de 1982, o INCRA protocolou uma petição ao TFR insistindo na retirada do gado da família Annoni da fazenda. Em março de 1982, o TFR indeferiu o pedido do INCRA para que fosse retirado o gado dos Annoni (AL/RS, 1984). Essas decisões judiciais dificultavam as tentativas de efetivação do reassentamento e esticavam ainda mais o imbróglio jurídico sobre a Fazenda Annoni.

No dia 1º de maio de 1982, os desalojados do Passo Real realizaram assembleia que reuniu mais de 1000 pessoas em Ibirubá. Decidiram dar prazo de 30 dias para que o governo estadual e o INCRA apresentassem uma solução para seu reassentamento no Rio Grande do Sul. Estabeleceram que, caso não fossem atendidos, convocariam outra Assembleia, podendo formar um novo acampamento semelhante ao de Encruzilhada Natalino (O ESTADO DE S. PAULO, 1982).

Nessa esteira, como já referenciamos na introdução, no dia 30 de junho de 1982, o boletim Terra Gente, de Porto Alegre, publicou uma matéria em que, pela primeira vez, os desalojados do Passo Real aparecem sob a alcunha de “afogados”. O boletim discutia os problemas enfrentados pelos Afogados do Passo Real, que, por mais de doze anos, esperavam pelo reassentamento e destacava que a principal causa da espera seria a forma como o movimento sindical encaminhou a luta. Afirmava que os sindicatos da região do Passo Real estavam nas mãos de “pelegos” e que era necessário que os próprios Afogados tomassem as rédeas de sua luta, fazendo trabalho de base e pressão aos governos (TERRA GENTE, 1982).

No dia 29 de julho de 1982, o jornal O São Paulo publicou “Nenhuma Solução para um problema antigo”, relatando mais um encontro entre os agricultores desalojados pela barragem do Passo Real (O SÃO PAULO, 1982). Os desalojados teriam estipulado, em junho, um novo prazo de 60 dias para que sua situação fosse resolvida. No dia 31 de julho de 1982, o Jornal Sem Terra, de Porto Alegre, publicou uma nota intitulada: Afogados: o prazo final termina em agosto. O texto sinalizou que faltavam 30 dias para esgotar o prazo estabelecido pelos Afogados de Passo Real, para o que o Governo desse solução ao seu problema. Os Afogados teriam sentenciado que, assim que fosse dada a emissão de posse, o proprietário da fazenda, Ernesto Annoni, teria 72 horas para desocupá-la. Caso a situação não fosse resolvida até o prazo estabelecido, reiteraram a promessa de formar um acampamento semelhante ao de Encruzilhada Natalino (JORNAL SEM TERRA, 1982).

Em junho de 1983, foi composta a Comissão Especial dos Agricultores Desalojados do Passo Real, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A Comissão liderada pelo Deputado do PMDB, Algir Lorenzon, procurava interceder em favor dos Afogados e buscar soluções para seus problemas, tendo como foco específico a questão da Fazenda Annoni. Até 1984, a Comissão teria logrado o comprometimento do executivo federal na compra de mais terras para reassentar as famílias; a aceleração dos processos judiciais e a liberação para que os Afogados pudessem continuar sua produção agrícola (AL/RS, 1984).

No dia 15 de julho de 1983, os Afogados do Passo Real realizaram mais uma assembleia no município de Ibirubá. Mais de 500 pessoas compareceram ao evento, além dos

desalojados, também estiveram presentes os prefeitos da região, sindicalistas, os deputados Carlos Araújo, do PDT, Algir Lorenzon e Hilário Braun, do PMDB, o vice-presidente da FETAG/RS, representantes da CPT e da Igreja Luterana e Alcione Burin, coordenador regional do INCRA. Durante a assembleia, a desalojada reassentada na Fazenda Annoni, Maria Antunes, leu a carta “Clamor dos Afogados Residentes na Fazenda Annoni” (SNI, 1983).

No dia 10 de agosto de 1983, o jornal Zero Hora publicou a reportagem: “Colonos da Annoni resolvem plantar à revelia da Lei”. Cansados com a indecisão da Justiça Federal, que ainda não decidiu a questão da Fazenda Annoni, mais de 50 agricultores que estavam assentados, mas não podiam plantar, se rebelaram e decidiram iniciar o plantio no local. Independente da Justiça, afirmaram não ter mais condições de aguentar: “Nós cansamos e esperamos que o governo fique do nosso lado, porque queremos é trabalhar, produzir” (ZERO HORA, 1983).

Ainda em agosto de 1983, o periódico Zero Hora publicou uma matéria intitulada: “Colonos começam a trabalhar a terra: eles esperam por este momento há 12 anos, agora eles têm a promessa de que não serão presos como na semana passada”. Na semana anterior, 28 colonos foram presos por mais de 60 policiais por lavrarem a terra que, como permanecia sobre o “status quo”, a Justiça não lhes permitia mexer na área desde 1976. As possibilidades de novos conflitos não estavam afastadas, uma vez que a Justiça Federal poderia declarar intervenção no local, mas o governador Jair Soares havia deixado claro que os colonos poderiam ficar tranquilos, assegurando inclusive que eles teriam recursos do Banco do Brasil para produzirem suas safras e poderem se manter trabalhando nas áreas delimitadas da fazenda até a decisão final do STF sobre o caso (ZERO HORA, 1983).

No dia 8 de setembro de 1983, o boletim estadual da CPT fez uma publicação intitulada: “Afogados: sem organização de base, a coisa não vai”. Consta que o boletim emergiu de uma reunião de representantes e líderes dos Afogados, juntamente com representantes da Pastoral Rural de Cruz Alta. O documento enfatizava que era necessário conscientizar e se organizar para lutar, pois a luta “dependia dos próprios Afogados” (CPT, 1983).

Nesse sentido, em 8 de novembro de 1983, os Afogados foram a Porto Alegre realizar uma série de protestos. Durante as atividades reivindicatórias, os Afogados publicaram o “Manifesto dos Afogados da Barragem do Passo Real” (STR-FV, 1983). No dia 9 de novembro de 1983, o jornal Zero Hora publicou: “Governo arrenda terras a colonos do Passo Real”. Após uma reunião entre o governador Jair Soares, o Ministro Extraordinário de

assuntos fundiários, Danilo Venturini, o Secretário de Agricultura, João Jardim, alguns deputados, prefeitos, sindicalistas, membros da CPT e uma comissão dos desalojados, ficou decidido que o Governo do Estado arrendaria uma área de 1000 hectares para os desalojados (ZERO HORA, 1983).

No dia 23 de novembro de 1983, o periódico Zero Hora publicou a notícia: “Desapropriação mantida. Processo vai continuar: Divergência dos ministros do STF abre possibilidade de recurso”. O STF havia decidido a favor do INCRA, no caso da Fazenda Annoni, no entanto, como a decisão não foi unânime, ainda havia a possibilidade de que a família proprietária entrasse com recurso, o que poderia estender ainda mais o processo (ZERO HORA, 1983).

No dia 9 de dezembro de 1983, o Jornal Zero Hora noticiou que 85 famílias de desalojados do Passo Real aceitaram o assentamento provisório numa área de terra a ser adquirida pelo Governo do Estado. O presidente da FETAG/RS, Ezídio Pinheiro, ressaltou que

o nível de mobilização alcançado pelos colonos não deveria retroceder “Ninguém pretende deixar a luta agora” (ZERO HORA, 1983). No dia 10 de julho de 1984, o periódico Zero Hora noticiou que as 85 famílias de Afogados do Passo Real (escolhidas por eles próprios) seriam reassentadas em uma área de 1.124 hectares comprada pelo Governo estadual em Salto do Jacuí. No entanto, o Governo do Estado ficou insatisfeito com o descumprimento da promessa do Governo Federal de repassar recursos de aproximadamente Cr\$ 474 milhões (ZERO HORA, 1984).

No dia 15 de junho de 1985, o jornal Zero Hora publicou uma reportagem em que mencionava que 48 famílias de colonos teriam invadido a fazenda Sagrisa, pertencente ao INCRA, em Ronda Alta. Eles eram filhos dos desalojados do Passo Real. Passados alguns anos, eles resolveram tomar essa atitude alegando estarem cansados de irem até Porto Alegre para tentarem resolver a sua situação e o INCRA sempre lhes responder que não possuía terras (ZERO HORA, 1985). No dia 25 de junho de 1985, o jornal Zero Hora publicou que acordo da Fazenda Annoni ainda poderia demorar e que o reassentamento definitivo dos colonos dependia do INCRA. O advogado da família Annoni, Justino Vasconcellos, afirmou que 500 hectares da Fazenda estavam ocupados pelos Afogados, que estavam depredando o patrimônio da família Annoni que buscava um acordo na Justiça para liberar a área (ZERO HORA, 1985). No dia 30 de agosto de 1985, foi publicada uma matéria em que alguns vereadores de Sarandi relataram os sofrimentos passados pelos desalojados na Fazenda

Annoni. Segundo os vereadores, os desalojados sofriam pressões constantes da Brigada Militar (ZERO HORA, 1985).

No dia 29 de outubro de 1985, mais 6.000 agricultores sem-terra, oriundos de 33 municípios da região norte do Rio Grande do Sul, organizados através do MST, ocuparam a Fazenda Annoni com o objetivo de reivindicar a reforma agrária e pressionar para a liberação da área que, desde a década de 1970, estava em litígio judicial (DICKEL, 2019, p. 33). Por conseguinte, em 31 de outubro de 1985, o jornal Zero Hora publicou a matéria: “Inkra lembra que a área é dos afogados”. Segundo o INCRA, a Fazenda Annoni não poderia ser dividida em lotes para o assentamento das famílias sem-terra, a área estava destinada para os desalojados do Passo Real, afirmou Egydio Schlabitz, coordenador regional do INCRA. O deputado Algir Lorenzon lembrou que, inclusive, a área está dividida e com os lotes marcados para as 272 famílias do Passo Real que ainda não foram assentadas, se somando as 65 que já estão lá (ZERO HORA, 1985).

No dia 15 de janeiro de 1986, o Jornal do Brasil publicou a seguinte reportagem: “Fazenda Annoni tem mais 167 invasores”. Esses “novos invasores” alegavam ser do grupo dos Afogados. Eles conseguiram driblar a vigilância e as barreiras da Brigada Militar que, ao constatar sua presença na Fazenda, não os retirou, só iria fazer sob ordem do INCRA (JORNAL DO BRASIL 1986).

No dia 18 de janeiro de 1986, o Jornal do Brasil noticiou que o STF dava a posse da Fazenda Annoni ao INCRA, após 14 anos de litígio. Com a vitória dos lavradores, a família Annoni teria no máximo 20 dias para tirar os bois do caminho da Reforma Agrária que finalmente será executada na Fazenda (JORNAL DO BRASIL, 1986). No dia 22 de janeiro de 1986, o Jornal do Brasil publicou a nota “Invasores da fazenda Annoni recusam outros”. Segundo um dos líderes dos acampados, Marli Castro, eles só iriam sair da Annoni quando houvesse definição do INCRA a respeito de seu reassentamento em outro local. Eles não aceitavam que a fazenda fosse prioritária para a colocação de Afogados do Passo Real, entendiam que todos os “sem-terra” tinham os mesmos direitos (JORNAL DO BRASIL, 1986).

No dia 28 de janeiro de 1986, o jornal Zero Hora publicou a reportagem intitulada: “Fetag defende tese do assentamento global: Ela quer terra para todos afogados e acampados”. Para a FETAG/RS, o assentamento na Fazenda Annoni deveria ser prioritariamente realizado com as famílias de Afogados, que já viviam na fazenda em precárias condições. Depois a prioridade seria para os acampados sem-terra, seguido dos dependentes, filhos de Afogados que já morreram. Por último, deveriam ser assentadas as

famílias de Afogados que, embora houvessem perdido suas terras por causa da barragem, conseguiram adquirir novas áreas, onde trabalhavam. O presidente estadual da FETAG/RS explicou que o direito desses Afogados deveria ser reconhecido, mas não precisavam ser reassentados imediatamente na Annoni, poderiam receber mais tarde o lote a que tem direito em outra área a ser desapropriada (ZERO HORA, 1986).

No dia 7 de novembro de 1986, o Jornal do Brasil publicou a nota “Incrá vai pôr invasor e ‘afogado’ na Annoni”. A Superintendente do INCRA/RS, Rejane Filippi, aceitou a proposta dos Afogados de assentar imediatamente 57 famílias na Fazenda Annoni, em janeiro; 40 famílias na Fazenda Boa Vista e 30 famílias no Capão Bonito. A proposta havia sido feita semana passada em uma assembleia dos Afogados e ficou acertado que cada família receberia um lote individualizado, de maneira diferente dos sem-terra acampados na Fazenda Annoni, que farão lavouras coletivas (JORNAL DO BRASIL, 1986).

No dia 18 de dezembro de 1987, o SNI produziu um Informe sobre invasões ocorridas na Fazenda Seival, em Cruz Alta. No dia 16 de novembro de 1987, 40 famílias de Afogados do Passo Real invadiram a Fazenda Seival, de 1283 hectares. Na ocasião, essa fazenda estava sendo negociada com o Governo Federal, de maneira que sua proprietária estava se propondo a entregá-la para o MIRAD em troca da não desapropriação da Granja Parda, com área de 936 hectares, também de sua propriedade. No dia 18 de novembro, 70 famílias, oriundas do acampamento na Fazenda Annoni, invadiram a mesma área reivindicando prioridade no assentamento e manifestando que o MIRAD/RS havia se comprometido a assentá-los naquela Fazenda. Em 27 de novembro de 1987, houve uma determinação judicial para a desocupação da Fazenda e os Afogados retornaram para o seu lugar de origem (SNI, 1987).

No dia 22 de janeiro de 1988, o SNI produziu um informe sobre a formação de um grupo de trabalho no MIRAD para a identificação de Afogados. Em 1986, o INCRA e a CEEE tinham uma lista de 133 afogados, apesar de terem sido reassentados 97, apareceram 300 Afogados reclamando o reassentamento. Além de alguns penetras, também havia desalojados sem indenização, desalojados indenizados que não conseguiram se reestabelecer pelo baixo valor pago e filhos de desalojados que ficaram com medo de se inscrever com o INCRA e a CEEE pelo receio de serem tachados de comunistas por estarem participando de uma reforma agrária (SNI, 1988).

No dia 15 de junho de 1988, o SNI produziu um Informe em que relatava que, no dia 24 de maio de 1988, o MIRAD entregou os títulos definitivos de posse para as 54 famílias da Fazenda Annoni, que há mais de 14 anos esperavam pela regularização de seu assentamento.

Ademais, o INCRA havia desapropriado a Fazenda Botão de Ouro, de 1160 hectares no município de Joia, para ser destinada ao reassentamento das 80 famílias de Afogados restantes (SNI, 1988).

No dia 17 de junho de 1988, o jornal Zero Hora publicou que os Sem-Terra criticaram as medidas para reassentamento dos Afogados. Um dos líderes do Movimento Sem-Terra, Leodir Oliari, declarou que os 1160 hectares da Fazenda Botão de Ouro, no município de Joia, estariam destinados aos acampados na Fazenda Annoni. Oliari afirmou que aquilo havia sido “jogada política”, pois, quando a ex-superintendente do INCRA, Rejani Filippi, assentou 57 afogados na Annoni, havia dito que eram as últimas: “e agora estavam vindo com essa história de últimas famílias, não sei se estão considerando os filhos como afogados, se for assim, lá na Fazenda Annoni tem 75 filhos de Afogados que estão passando necessidade”. Leodir Oliari lembra que saiu uma lista de Afogados pela Rádio Ibirubá e que estava o nome de Rubim Kerber, proprietário de mais de 30 hectares em Três Palmeiras, município de Ronda Alta (ZERO HORA, 1988).

Em um Informe realizado pelo SNI, no dia 14 de julho de 1988, constava que o delegado regional do MIRAD, Mario Bertani, considerava que, com o reassentamento na Fazenda Botão de Ouro, em Joia, estava encerrado o caso dos Afogados do Passo Real (SNI, 1988).

